

O LEVIATÃ E OS JESUITAS: uma análise
das regras disciplinares do Colégio
Santo Inácio no quadro institucional do
Estado-Novo (1937-1945)

Verônica de Araújo Capelo

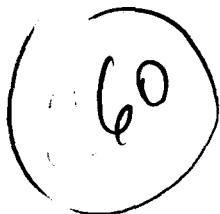
FEV
300
Belo

O Leviatã e os Jesuítas: uma análise das regras disciplinares do Colégio
Santo Inácio no quadro institucional do Estado-Novo (1937-1945)

Verônica de Araújo Capelo

Tese submetida como requisito parcial para
a obtenção do grau de mestre em Educação

Rio de Janeiro
Fundação Getúlio Vargas
Instituto de Estudos Avançados em Educação
Departamento de Filosofia da Educação
1982



À Cecília, amada mãe e companheira de viagem,
que despertou em mim a vontade de saber
e falando docemente das vozes do mar,
apontou-me múltiplas possibilidades de viver.

À tia Fredovinda, meiga presença
que me acompanhou de perto nestes últimos anos,
dando-me a serenidade para prosseguir na caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradecer significa compreender que, nenhuma empresa humana é fruto do esforço de um único indivíduo. O trabalho de cada homem cristaliza o labor de muitos homens. O autor de qualquer obra, seja ela falha, minúscula ou grandiosa, utiliza-se em sua criação, dos materiais que lhe foram legados por vários construtores. Daí toda autoria ser co-autoria, confluência de muitas vozes.

A realização desta dissertação, deveu-se principalmente, ao apoio intelectual, afetivo e material, dados por diversas pessoas, que de diferentes maneiras, auxiliaram-me a fazer a travessia.

A todos os que me incentivaram na feitura deste trabalho, pediria que se sentissem incluídos nos meus agradecimentos, e nomeando algumas dessas pessoas, faço-as representantes daquelas que, porventura, omiti.

Agradeço ao Professor Luís Felipe Baeta Neves, pela orientação rigorosa e amiga, cujo convívio possibilitou o alargamento de minhas perspectivas teóricas.

Aos professores Durmeval Trigueiro Mendes e Lícia do Prado Valladares, com os quais tive honra de trabalhar, por me terem fortalecido o gosto pela reflexão filosófica e a paixão pelo cotidiano.

Ao professor Newton Sucupira, profundo conhecedor da pedagogia jesuítica, pelas oportunas sugestões feitas a este trabalho.

Ao Pe. Luís Pecci, Reitor do Colégio Santo Inácio na época de nossa coleta de dados, pela gentileza com que nos cedeu todo o material necessário à consulta.

A Paulo dos Anjos Matias, colaborador incansável que, pacientemente realizou o impecável serviço datilográfico.

As colegas de mestrado, Adônia Prado Porto, Clarice Martins Rosa, Dulce Guimarães de Abreu e Magali Alonso de Lima que, pela estimulante troca de idéias, contribuíram na elaboração desta tarefa.

Aos caros e fiéis amigos, Augusto D'Alencastro, Carlos Rosa, Claumir Rocha, Dalila Penaud, Elisabeth Lima, Esther Dias, M. Graças Paiva, Moysês Serfaty, Iara Vieira, Leatrice Lourenço, Lúcia Valle, Miriam Lanes, Myrthes Pacheco, Renato Dias, Rosa Said e Vera Kloeter, pela preciosa ternura e o constante encorajamento que me deram em todos os instantes.

A José Maria Capelo Camanho Filho, meu irmão por laços de sangue e sonho, que me acompanhou nesta trajetória, com a força e leveza do seu carinho.

A meu pai, José Maria Capelo Camanho, por ter me ensinado o valor da alegria, tão necessária na realização de qualquer trabalho.

À Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES), pelo auxílio financeiro recebido durante o curso de Mestrado.

A todos estes co-autores, atribuo os possíveis méritos que esta dissertação possa apresentar, sendo de minha única responsabilidade as análises e incorreções que apareçam no texto.

*
* *

S U M Á R I O

	PÁG.
CAPÍTULO I - PERSPECTIVA TEÓRICA	01
1.1 A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DO ESTADO: a implantação de normas disciplinares de conduta e o conceito de disciplina em Gramsci	06
1.2 A ESCOLA E SEU PAPEL DE DOMINÂNCIA IDEOLÓGICA E HEGEMONIA INTELECTUAL	17
1.3 FOUCAULT X ALTHUSSER: O Poder "produtor" e o Poder "repressor"	57
1.4 O CONCEITO DE IDEOLOGIA: de doutrina geral ou ciência das idéias à falsa concepção da histó- ria, inversão da realidade, arma política utili- zada pelo adversário em confrontos de força ...	80
1.5 O caráter material, gnosiológico e tático-estra- tégico da Ideologia	101
CAPÍTULO II - O MÉTODO PEDAGÓGICO E A ORDEM DISCIPLI- NAR DA COMPANHIA DE JESUS: a genealogia de um poder	113
2.1 Uma análise do conceito de disciplina: Foucault, Gramsci, Weber e Nietzsche	127
2.2 Fundação da Ordem: sua posição no campo das lu- tas políticas e religiosas do século XVI	154
2.3 Os Exercícios Espirituais: ginástica da alma e contabilização dos pecados	189

	PÁG.
2.4 Estrutura hierárquica e regulação dos poderes nos colégios da Companhia de Jesus	200
2.5 A Disciplina intelectual: o colégio como espaço da ordem e do enquadramento	235
2.5.1 As normas de ingresso, promoção e adestramento intelectual da República Escolar Jesuítica	239
2.6 A disciplina moral e corporal: o valor das virtudes e da saúde para o aprimoramento intelectual e a salvação da alma	259
CAPÍTULO III - OS DISPOSITIVOS NORMATIVOS DO ESTADO-NOVO (1937-1945)	299
3.1 Notas para uma genealogia da revolução de 1930.	299
3.2 Francisco Campos e os intelectuais católicos do Centro D. Vital: suas concepções político-pedagógicas	329
3.3 O Leviatã revela sua face: a carranca autoritária do Estado-Novo (1937-1945)	385
3.3.1 A Família, a Educação e a Cultura conforme a Letra da Lei	386
3.3.2 Gustavo Capanema e a formação das individualidades condutoras	410
3.3.3 O papel educativo da imprensa no Estado-Novo: a Revista Cultura Política	415
CAPÍTULO IV - O REGIME DISCIPLINAR DO COLÉGIO SANTO INÁCIO DO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO DO ESTADO-NOVO (1937-1945)	424

	PÁG.
4.1 O Regulamento	425
4.2 Os Anuários do Colégio Santo Inácio de 1937-1945.	436
CAPÍTULO V - A GUIA DE CONCLUSÃO	442
BIBLIOGRAFIA SELECIONADA	445

*
* *
*

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma análise das normas disciplinares que regulam a conduta das crianças e adolescentes, e que se constituem como técnicas de adestramento exercidas sobre a referida população, por duas instâncias de poder: o Estado e a Escola.

As regras de conduta que fundam o regime escolar são analisadas no âmbito das prescrições disciplinares vigentes no Colégio Santo Inácio do Rio de Janeiro - dirigido pelos jesuítas -, no período de 1937-45 e contidas em alguns documentos dessa instituição, como Regulamento, Estatutos e Anuários. Antes elaboramos, entretanto, uma genealogia da própria disciplina escolar jesuítica, através da análise de discurso de três documentos básicos da Companhia de Jesus, redigidos durante o séc. XVI: *As Constituições*, o *Ratio Studiorum* e os *Exercícios Espirituais*, onde se destaca uma nítida dimensão pedagógica e normativa.

Circunscrevemos a análise das regras disciplinares do Colégio Santo Inácio aos anos de 1937-45, visto tal período marcar a vigência do Estado-Novo no Brasil, quando são instituídos uma série de dispositivos visando enquadrar e normatizar a população infanto-juvenil, e que se encontram consubstanciados em textos como: a Constituição de 37, nos capítulos onde dispõe Da Família, Da Educação e Da Cultura (art. 122-134); a Exposição de Motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 1/4/42; e artigos publicados na Revista *Cultura Política* - que funcionou como uma espécie de tribuna do governo central -, que tratam de temas como higiene, disciplina, sanidade e moralização das crianças e adolescentes.

Na análise das relações existentes entre Escola e Estado, notadamente no que se refere a imposição de um padrão de conduta, concluímos que o aparelho escolar possui uma autonomia relativa com relação ao aparelho de Estado.

A B S T R A C T

This dissertation presents an analysis of the disciplinary rules that regulate children's and adolescents' behaviour and make up training techniques imposed on the referred-to population by two instances of power: the State and the School.

The rules of behaviour that underlie the school system are analysed on the basis of the disciplinary patterns in force at Colégio Santo Inácio do Rio de Janeiro, directed by Jesuits, from 1937 to 1945 and contained in some documents of the institution such as Regulations, Statutes and Year Books. We have, however, also traced the very origin of the Jesuits' school discipline through an analysis of the contents of three documents of the Society of Jesus, issued during the 16th century: the *Constitutions*, the *Ratio Studiorum* and the *Spiritual Exercises*, in which a clear pedagogical and normative feature can be noticed.

We have limited our analysis to the disciplinary rules in force at Colégio Santo Inácio during the 37-45 period because Brazil was then under the New State dictatorship, when a series of legal provisions were established to regulate children's and adolescents' lives. Such provisions can be found in the 37 Constitution, in the chapters dealing with Family, Education and Culture (art. 122-134); in the Introduction to the Organic Law of Secondary Schools, of April 1st, 1942, and in articles published in *Cultura Política* (Political Culture) - a magazine that was a sort of mouthpiece for the federal government at the time - which deal with such subjects as hygiene, discipline, health and morals of children and adolescents.

In the analysis of the relationships between the State and the School, mainly in what concerns the imposing of a pattern of behaviour, we have reached the conclusion that the school system has a relative independence from the State system.

INTRODUÇÃO

"O inconsciente travestimento das necessidades fisiológicas sob os mantos do objetivo, do ideal, do puramente-espiritual, chega até o aterrorizante - e com bastante frequência eu me perguntei se, calculando por alto, a filosofia até agora não foi em geral somente uma interpretação do corpo, um mal-entendido sobre o corpo. Por trás dos mais altos juízos de valor, pelos quais até agora a história do pensamento foi guiada, estão escondidos mal-entendidos sobre a índole corporal, seja de indivíduos, seja de classes ou de raças inteiras".

Friedrich Nietzsche

Nenhuma rua é vedada.
Nos vigiam sempre.

Nenhuma área de alarme.
Nos vigiam sempre.

Arma nenhuma assestada.
Nos vigiam sempre.

Eis a vida sitiada
pelos quatro ventos.

Eis a vida trancada
por chaves que não vejo.

Nos vigiam sempre
com a casa arrumada
e o pressentimento.
Invisíveis guardas
velam nosso beijo.

Nos vigiam sempre
e a nossa virtude
é viver ao menos.

Vivi como pude.
Vivi de somenos.
Mas vivi - eis tudo.

Carlos Nejar, do poema Algemas
de seu livro Poço no Calabouço

CAPÍTULO 1

PERSPECTIVA TEÓRICA

Nosso estudo orienta-se no sentido de uma análise das regras que fundam e comandam o regime disciplinar escolar, procurando-se desvendar qual o índice de eficácia de tais regras no exercício da prática pedagógica.

O regime disciplinar escolar será entendido como um conjunto de regras, modelos e valores de comportamento, que estabelecem as obrigações, proibições, punições, gratificações e premiações com relação a população compreendida no espaço escolar: alunos, professores, inspetores, supervisores de ensino, etc.

Optamos por estudar as regras disciplinares referidas especificamente aos alunos de cursos primário e secundário - visto ser esta a denominação dada ao 1º e 2º grau, no período analisado (1937-1945) -, por expressarem tais regras uma determinada concepção dos objetivos do ensino, bem como das próprias categorias "infância" e "adolescência". A Escola apresenta-se como instituição encarregada de: "preparar" crianças e jovens para funções sociais úteis à Nação; "plasmar" e "modelar" as consciências e os corpos infanto-juvenis segundo um modelo de "cidadão", e ensinar-lhes o sentido do "dever". Indica-se assim um padrão de "Homem" a ser desenvolvido e fabricado nas crianças e jovens, vistos como seres amorfos, frágeis, facilmente sugestionáveis.

Constitui-se, portanto, nosso objeto de estudo, as regras disciplinares que instituem um determinado *modelo de comportamento* a ser seguido pela população submetida a "ordem pedagógica", incidindo a análise das referidas regras, sobre uma instituição pedagógica particular: o Colégio Santo Inácio

Algumas questões se colocaram com respeito aos critérios de periodização utilizadas para "localizar" o Estado-Novo entre os anos de 1937-1945. Sua implantação e queda intercruzam-se com a subida ao poder, da figura de Vargas, e sua posterior destituição do cargo.

Seria pois a figura individual de Vargas, enquanto chefe do poder executivo, que marcaria tal periodização?³

Uma segunda questão estaria relacionada com a configuração ideológica do Estado-Novo, via de regra caracterizado como autoritário, centralizado, nacionalista, modernizador e populista.

As referidas características seriam geradas a partir de 1937, como elementos base do corpus ideológico estadonovista, ou antecederiam a própria implantação do Estado-Novo no Brasil?

³ Mesmo levando-se em conta a conjuntura política vigente na época do Estado-Novo (1937-1945) - marcada nacionalmente por um regime ditatorial e internacionalmente pela 2a. Guerra Mundial -, Vargas se sobressai entre todos os chefes de Estado brasileiros, como aquele que melhor soube criar em torno de si, uma aura de "mito", graças ao seu inegável talento para o jogo político. Destaque-se a atuação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda - fundado em 1939), na fabricação do mito Vargas. Como porta-voz oficial do governo, o DIP promove, incentiva e custeia, eventos que tenham por fim dignificar e reverenciar a figura de Vargas: programas radiofônicos, conferências, comemorações, edições de livros, etc. Dentre toda a vasta "literatura" de propaganda editada pelo DIP, citemos: Reinaldo Bastos, *Getúlio Vargas, o Reformador*. Barros Vidaí, *Um Destino a Serviço do Brasil*. Licurgo Costa, *Cidadão do Mundo*. Luís Vieira, *Getúlio Vargas, Estadista e Sociólogo*. IN: CARONE, Edgard. *O Estado-Novo (1937-1945)*. S.P. Difel, 1976, p.169. A personificação do mito, expressa-se também nos epítetos conferidos a Vargas: "Guia da Juventude Brasileira", "Getúlio, o grande pai", "Apóstolo da Nação, Reformador e Pacifista", "pai dos pobres", "homem de ação". CARONE, Edgard, *op. cit.* (Estado-Novo), p.168. Autores francamente críticos, definem Vargas como um político "hábil, insinuante e dotado de grande senso de oportunidade. Talvez nenhum Presidente da República tenha feito tantos discursos como ele. Seus pronunciamentos eram cuidadosamente preparados e algumas de suas frases tornaram-se antológicas". CUNHA, Célio da. *Educação e Autoritarismo no Estado-Novo*. S.P. Cortez, 1981, p.116.

Os problemas relativos a periodização intensificam-se pelo fato de objetivarmos indicar, as possíveis articulações de identidade ou oposição, entre as regras disciplinares prescritas pelo Colégio Santo Inácio (para um espaço social específico - a escola) e o estabelecimento de novas regras de conduta instituídas pelo Estado-Novo, para o conjunto da sociedade brasileira.

Pertencendo o Colégio Santo Inácio à Companhia de Jesus, ordem religiosa católica fundada no séc. XVI, o seu aparecimento em cena histórica, bem como o estabelecimento de suas regras de conduta, antecede de séculos a implantação do Estado-Novo no Brasil, nos anos 30. Dispersão geográfica - pois a Companhia de Jesus nasce na Europa - e dispersão histórico-temporal: distância entre o séc. XVI e XX.

Haveria realmente "distância" fundamental no que concerne as regras básicas que informam a disciplina jesuítica referentes ao comportamento escolar e as regras disciplinares mais gerais (referentes ao direitos e deveres do "cidadão brasileiro", a um certo tipo de cidadão que o Estado quer formar) preconizadas pelo Estado-Novo?

Debatemo-nos pois com as categorias novo-velho: Nova Ordem-Velha Ordem.

Dentre as várias razões de escolha do Colégio Santo Inácio, como instituição pedagógica, da qual analisaremos o regime disciplinar escolar, destacamos o fato de este estabelecimento pertencer à Companhia de Jesus, ordem religiosa que teve profundas influências no processo pedagógico brasileiro.

Pedagogização de nossos índios pela catequese; pedagogização de nossas crianças e jovens pela implantação de colégios nos quais poderiam aprender não só as regras da boa conduta, mas onde receberiam uma "sólida formação intelectual".

Daí, qualquer tipo de reconstrução do processo educacional brasileiro, não poder deixar de levar em conta o papel da Companhia de Jesus, no estabelecimento de um certo padrão de ensino e transmissão pedagógica.

De tal forma aparecem os jesuítas como protagonistas de nossa educação que, Wilson Martins chega a afirmar: "*A história da inteligência brasileira começa em 1550, quando o padre Leonardo Nunes inicia os estudos rudimentares de Latim no Colégio dos Meninos em São Vicente*".⁴ Obviamente a noção de "inteligência" é aí esquelética, reduzindo-se a aprendizagem livresca, sem levar em conta os elementos da cultura indígena que foram apropriados pelos jesuítas e "traduzidos" em forma ou instrumento de pedagogização-dominação européia.

A elaboração de um dicionário da língua tupi, como o fez Anchieta, expressa um "querer", que utiliza-se da tradução-reorganização dos enunciados e termos de uma língua "inculta" e desprovida de escrita, para "poder" tornar possível a leitura das regras de pensamento e linguagem que informam o manejo da língua indígena. Tradução e leitura que aparecem como vias para a eficaz realização dos atos de conhecer, converter e dominar esse outro sistema de cultura, essa outra forma de "inteligência", entendimento e organização lógica do mundo.

O conceito de "inteligência" em Martins, seria no ver de S.Santiago:

(...) "europocêntrico e institucional, já que na implantação dos valores da contra-reforma na Terra de Pindorama, Martins vê o começo inquestionável da nossa história intelectual, e a vê circunscrita ao magistério. Elitista e livresca, idealista e ba

⁴ MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. Vol. I (1550-1794), São Paulo, Cultrix, 1977, p.13.

charelesca, a inteligência sô se exprime em português correto e literário. Hã aĩ um ôbvio recalque dos valores da cultura indigena, recalque semelhante ao dos mais ferrenhos portugueses que julgaram o selvagem brasileiro uma tábula rasa".⁵

A despeito da procedência de tais críticas, devemos lembrar que em nosso trabalho, a implantação de um certo modelo de conduta encontra-se referenciada ao quadro institucional pedagógico, ou seja, as instituições escolares. Dessa forma, tendo sido os jesuítas os primeiros a fundarem colégios no Brasil, observa-se que a nossa "ordem pedagógica" já nasceu marcada pelas regras disciplinares da Companhia de Jesus, aplicadas aos alunos de seus estabelecimentos de ensino: movemo-nos pois, no espaço de uma pedagogia institucional, exercida nos limites de um aparelho escolar.

Mas qual seria a razão de procurarmos entrecruzar a disciplina jesuítica com as normas disciplinares prescritas pelo Estado-Novo? Por que relacionar escola e Estado?

Interessa-nos explicitar quais os mecanismos utilizados pelo aparelho escolar na implantação de um certo modelo de conduta e quais as relações mantidas entre a Escola e aquilo que é tomado como eixo central do poder em uma sociedade moderna: o Estado.

1.1 A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DO ESTADO: a implantação de normas disciplinares de conduta e o conceito de disciplina em Gramsci.

Não reduzindo a função ou caráter pedagógico apenas aos organismos escolares, mas estendendo tal função ao conjunto dos "aparelhos hegemônicos" (ou aparelhos ideológicos de Estado em Althusser: Igreja, Escola, partidos políticos, etc.) e ao próprio Estado ou sociedade política, Gramsci afirm

⁵ SANTIAGO, Silviano. A História em Fatias: uma obra que vê a cultura brasileira como uma sucessão de anuários bibliográficos. *Revista Veja*, São Paulo, Abril, nº 555, 25 maio 1979, p.74.

ma que a relação pedagógica - mestre/aluno -, existe em toda sociedade, não podendo ser reduzida às relações especificamente escolares pelas quais as novas gerações entram em contato com as gerações antigas, absorvendo-lhes os valores historicamente necessários: toda relação de "hegemonia" é necessariamente uma relação pedagógica.⁶

Por hegemonia, o marxista italiano entende o papel de "direção" intelectual, moral e cultural exercido por determinada classe ou frações de classes no interior de aparelhos como Escola, Igreja, partidos políticos, etc, aparelhos estes que fazem parte daquilo que ele denomina "sociedade civil". A sociedade civil estaria compreendida entre a estrutura econômica e o Estado com sua legislação e "coerção" (dominação).⁷

Concebendo o Estado não sō como instrumento de coerção e dominação exercidas em defesa dos interesses da classe dominante, ou que detêm o poder econômico e político, Gramsci nos indica ter o Estado também uma função de direção intelectual e moral, uma função pedagógica no interior de uma determinada formação social. Desta forma, o Estado não é apenas uma instância "repressora", mas também uma instância "educadora" e "disciplinar", que impõe pela persuasão um certo modelo de conduta; que estabelece formas de punição e gratificação (premiações) para determinadas atitudes ou comportamentos.

O Estado tem assim uma função de *hegemonia* (direção) e não apenas uma função de *ditadura* (dominação-coerção), devendo ser entendido como:

⁶ Cf. GRAMSCI, Antonio. Introduction à l'Etude de la Philosophie et du Materialisme Historique. (título do original italiano: Il Materialismo Storico e la Filosofia di Benedetto Croce). IN: *Gramsci dans le Texte*. direct. François Ricci, Paris, Editions Sociales, 1975, pp.173-4.

⁷ Idem, pp.147-9; p.270.

(...) "l'équilibre de la société politique avec la société civile, ou l'hégémonie d'un groupe social sur la société nationale tout entière, hégémonie exercée par le moyen d'organismes privés, comme l'Eglise, les syndicats, les écoles".⁸

Como é exercido pelo Estado o seu papel de educador? Sendo um dos aspectos da educação o ensinamento de normas morais que implicam em um corpus de preceitos éticos, o Estado seria primeiramente educador no sentido ético e moral.

"Tout Etat est éthique dans la mesure où une de ses fonctions les plus importants est d'élever la grande masse de la population à un certain niveau culturel et moral, niveau (ou type) qui correspond aux nécessités de développement des forces productives et par conséquent aux intérêts des classes dominantes".⁹

Para Gramsci o Estado não pode ser entendido apenas como "aparelho governamental", com a função de *dominação direta* e *coerção* (legislação, tribunais, polícia, órgãos administrativos, etc.), mas engloba os "órgãos de hegemonia política e cultural", mais voltados para tarefas de *direção*, dentre os quais coloca a Escola. Dessa forma, o Estado não é apenas uma instância jurídico-política de poder, ou seja, uma instituição da "sociedade política", mas compreende também os "organismos vulgarmente ditos 'privados'": donde Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia defendida pela coerção, o que implica um momento de força-repressão-coerção e um momento de direção-persuasão-hegemonia.¹⁰

⁸ Idem, p.148, nota 15.

⁹ GRAMSCI, Antonio. Notes sur Machiavel, sur la Politique et sur le Prince Moderne. *op. cit.*, (Gramsci dans le Texte), p.572.

¹⁰ GRAMSCI, Antonio. *op. cit.*, (Machiavel), pp.573; 576-577. Sublinhemos ainda que para Gramsci, a distinção entre instituições "públicas" (ligadas diretamente ao Estado e pertencentes a sociedade política) e "prí

O caráter pedagógico-disciplinador do Estado é definido claramente por Gramsci em um trecho de sua análise sobre Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, definição esta fundamental para o nosso entendimento do conceito de disciplina, e que embora longa, merece ser transcrita.

"si tout Etat tend à créer et à maintenir un certain type de civilisation et de citoyen (et par suite de coexistence et de rapports individuels), s'il tend à faire disparaître certaines mœurs et attitudes et à en diffuser d'autres, le droit sera l'instrument destiné à cette fin (à côté de l'école et d'autres institutions et activités) (...) "En réalité, l'Etat doit être conçu comme "éducateur", dans la mesure où il tend précisément à créer un nouveau type ou niveau de civilisation. Ce n'est pas qu'on opère essentiellement sur les forces économiques, qu'on réorganise et qu'on développe l'appareil de production économique qu'on innove la structure, qu'il faut en conclure que les faits de superstructure doivent être abandonnés à eux-mêmes, à leur développement spontané, à une germination hasardeuse et sporadique. L'Etat, dans ce domaine également, est un instrument de "rationalisation", d'accélération et de taylorisation, il opère selon un plan, presse, incite, stimule et "punit", car, une fois les conditions où un mode déterminé de vie est "possible", l'"action ou l'omission criminelle"

vadas" (pertencentes a sociedade civil, como Igreja, escola, empresas comerciais e industriais, etc.), é uma distinção própria do direito burguês, nos domínios diferentes onde exerce os seus "poderes". Tal distinção (público-privado) serve como justificativa do liberalismo econômico, ao defender a não-intervenção do Estado nas atividades econômicas. O Estado, entretanto, por ser o Estado da classe dominante, não é nem público nem privado, mas justamente a condição de toda a distinção entre público e privado. O sistema de livre-troca é um programa político. Cf. *op. cit.*, (Machiavel), p.469.

doivent donner lieu à une sanction punitive, de portée morale, et non seulement à un jugement dēnonçant un danger gēnerique. Le droit est l'aspect rēpressif et nēgatif de toute activité positif de formation civile dēployée par l'Etat. Dans la conception du droit devraient être incorporées également les activités "destinées à rēcompenser" des individus, des groupes, etc.; on rēcompense l'activitē louable et mēritoire comme on punit l'activité criminelle (et on punit de façon originale, en faisant intervenir l'"opinion publique", pour sanctionner la dēcision)".¹¹

O direito, portanto, enquanto instrumento utilizado pelo Estado no sentido de estabelecimento de certos costumes e atitudes, possui um aspecto negativo - pois diz "não" à condutas indesejáveis - e repressivo, pois que age como mecanismo punitivo. O Estado é "educador", já que sua função não pode ser reduzida à regulação das forças econômicas (compreendidas no terreno da infra-estrutura), referentes ao mercado e maximização dos lucros pelo desenvolvimento e inovação-modernização do aparelho de produção econômica. Pertencendo o próprio Estado ao terreno das superestruturas (que compreende o aparelho judiciário, administrativo, e os aparelhos hegemônicos como Escola, Igreja, Sindicatos, etc.), deve pois constituir-se neste terreno ou "domínio", como um instrumento de "racionalização", ou seja, de regulamentação técnica e cultural.

O Estado é dessa forma, visto simultaneamente como instrumento de repressão e como mecanismo de "aceleração", que "incita" e "estimula" ao mesmo tempo que "pune". Nesta concepção de Estado (poder), podemos notar pontos de entrecruzamento.

¹¹ GRAMSCI, Antonio. *op. cit.*, (Notes sur Machiavel. IN: Gramsci dans le Texte), pp.566-567.

mento com a postura teórica de Foucault sobre os mecanismos disciplinares do poder, que desenvolveremos mais adiante.

Pelo que podemos depreender do trecho acima citado, para Gramsci, o direito, enquanto praxis e sistema conceitual, incorpora as "atividades destinadas a recompensar o indivíduo", o que implica em dizer-se que o discurso jurídico funda-se não somente em mecanismos de punição e repressão, como também de gratificação-premiação: recompensa-se os atos "louváveis" ou que estão de acordo com as normas legais; concede-se prerrogativas e "direitos", ao mesmo tempo que infringe-se "penalidades" aos transgressores da Lei.

Explicitemos mais claramente, o fato de termos escolhido o Estado-Novo (1937-1945) e um estabelecimento de ensino da Companhia de Jesus (Colégio Santo Inácio), para processarmos a análise das interrelações entre Estado e Escola, no que tange aos dispositivos disciplinares postos em funcionamento pelos dois canais de poder.

Tal escolha, deveu-se a motivos de ordem teórica e metodológica.

Primeiramente, em virtude de o próprio conceito de Estado - compreendido, *strictu sensu*, como aparelho jurídicopolítico -, ser frequentemente definido a partir das categorias repressão e violência, ou seja, mecanismos de força, enquanto o conceito de Escola, aparece relacionado as categorias educação e ideologia, ou seja, mecanismos de persuasão.

Durkheim, entretanto, vê a educação escolar como sendo ao mesmo tempo, um mecanismo de repressão e persuasão, ao afirmar:

"Para dar idéia do que constitui a ação educativa e demonstrar o seu poder, um psicólogo contem-

porâneo, Guyau, compara-a com a sugestão hipnótica". (...) "Ao mesmo tempo, percebemos qual seja o meio essencial da ação educativa. O que faz a influência do magnetizador" (o professor) "é a autoridade que lhe advém das circunstâncias. Por analogia, pode-se dizer, desde logo, que a educação deve ser um trabalho de autoridade".¹²

Aceitando-se a definição gramsciana de Estado, como instância simultaneamente repressiva e educadora, e a definição durkheimiana de ação educativa, como um meio simultaneamente persuasivo (de "sugestão hipnótica" exercida pelo professor-magnetizador, sobre "a criança facilmente sugestionável") e repressivo ("trabalho de autoridade"), pareceu-nos proveitoso examinar as modalidades de articulação, entre as normas de conduta preconizadas pela Companhia de Jesus, para os seus colégios, e as normas de conduta preconizadas pelo Estado-Novo, para as crianças e jovens que viriam a ser os "cidadãos responsáveis pela Nação brasileira".

O segundo motivo da escolha de nosso objeto de análise, ancora-se portanto em pressupostos teóricos que nos permitem examinar os diferentes níveis de repressão-ideologia e violência-persuasão, utilizados tanto pela Escola como pelo Estado.

Como terceiro motivo, e este pareceu o mais instigador para o nosso estudo, temos o fato de serem a Companhia de Jesus e o Estado-Novo, grosso modo, caracterizados por termos bastante semelhantes. Muitos são os que acusam a Ordem jesuítica de ser excessivamente rigorosa e autoritária, no que concerne ao código disciplinar escolar; ao mesmo tempo que

¹² DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. Trad. Lourenço Filho. 9ª edição. R.J., Ed. Melhoramentos, 1973, pp.52-53. As "circunstâncias" das quais advém a *autoridade* do professor, decorrem para Durkheim de uma "causa impessoal": seria um aspecto da autoridade fundada no *dever* e na *razão*. *op. cit.* pp.55-56.

sublinham o "talento diplomático", a "habilidade política" e a "fina retórica" (lembrando-se serem os jesuítas, mestres da "casuística"), como qualidades dos integrantes da Ordem, qualidades enfim, que indicam toda uma capacidade de persução. No que se refere ao Estado-Novo, observa-se uma quase unanimidade entre os estudiosos do período, quanto ao carter autoritário e repressivo do aparelho jurídico-político estadonovista,¹³ definindo-se entretanto o seu chefe de governo - Getúlio Vargas -, não apenas como "ditador", mas também como "político hábil", dono de "senso de oportunidade" e "capacidade de insinuação", enfim, como alguém dotado de talento para a "arte do convencimento".

Partindo das indicadas considerações preliminares sobre a função do Estado e da Escola, *latu sensu*, e a configuração político-ideológica do Estado-Novo (1937-1945), elaboramos as seguintes hipóteses:

1) constitui-se o Estado-Novo numa nova modalidade de aparelho de Estado, visto instituir entre 1937-1945, novas regras de conduta para todos os cidadãos brasileiros, e em especial, para as crianças e jovens;

2) verifica-se mudanças fundamentais nos códigos disciplinares das instituições escolares de nível primário e secundário, em decorrência do regime autoritário estadonovista;

3) consiste o Estado-Novo numa reforma e recomposição dos quadros de poder, observando-se neste período, a apropriação de ideologias educacionais que lhe são opostas e anteriores historicamente, dando-se as mesmas, diferente funcionalidade.

¹³ Ver: MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia Autoritária no Brasil: 1937-1945*. RJ, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1978. Especialmente cap. 1, onde analisa as matizes do pensamento político de Francisco Campos, ministro da Justiça do Estado-Novo, pp.9-51. CARONE, Edgard, *op. cit.*, (O Estado-Novo). Especialmente Terceira Parte. Sistema Político, pp. 143-249.

A primeira hipótese remete-nos a questão da diferenciação entre *aparelho de Estado* (composto pelos ôrgãos "especializados na repressão", como a polícia, tribunais, prisões, exército, como também pelo chefe de Estado, governo e administração) e o *poder de Estado* - diferenciação que será explicitada logo adiante, ao expormos a "leitura" althusseriana da concepção marxista de Estado -, sabendo-se que podem ocorrer acontecimentos políticos que afetam o poder de Estado (golpes de Estado, revoluções de tipo burguês, etc.), sem que se verifique mudanças estruturais do aparelho de Estado, enquanto instituição de uma classe (dominante) ou composta por alianças de classe.

Lembrando-se a função repressiva e educativa do Estado, pode-se admitir que o Estado-Novo institua de fato diferentes regulamentações da conduta, através de dispositivos jurídicos (decretos, leis, portarias, e inclusive a Constituição de 37) e procedimentos "oratórios" (mensagens do presidente, ministros, etc.), que conferem um perfil ético-educador específico ao Estado-Novo, sem que tais fatos indiquem que ele se constitua como um novo aparelho de Estado.

Na primeira e segunda hipóteses, temos também a articulação entre Estado e seus "cidadãos", notadamente a população infanto-juvenil, objeto privilegiado de pedagogização do Estado. A segunda hipótese nos permite ver em que medida o autoritarismo estadonovista age sobre as instituições escolares, modificando-lhes o regime disciplinar.

A terceira hipótese nos permite examinar as relações entre um Estado autoritário e modernizador e uma concepção pedagógica-disciplinar oriunda de um outro canal de poder (no caso, a Escola e Igreja) e que lhe antecede de séculos: no

CUNHA, Cêlio da. *op. cit.* (Educação e Autoritarismo). Especialmente cap. III. Francisco Campos, pp. 99-103; Gustavo Capanema, pp. 113-116; Getúlio Vargas, pp. 116-121. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco: (1930-1964)*. Trad. coord. Ismênia Dantas. R.J., Paz e Terra, 1976. Especialmente cap. I. Era de Vargas (1930-1945), pp. 21-71.

caso, a ideologia ou concepção pedagógico-disciplinar jesuítica.

Algumas vezes utilizamos o conceito de "aparelho hegemônico" (Igreja, Escola, etc), como correlato ao conceito de instituição, embora tais conceitos sejam elaborados por matrizes teóricas diferentes. Expliquemos as razões de tal utilização.

Os diferentes aparelhos hegemônicos *instituem* certas normas de conduta, certos espaços (hospital, escola, etc).

Instituição aqui é vista como *norma universal* (casamento, trabalho, educação) sendo dotada de organização jurídica (hierarquia, leis ou dispositivos penais, etc) e material, na medida que ocupa um espaço: escola, fábrica, hospital, etc.¹⁴

A classe que pretende estabelecer uma hegemonia¹⁵ ou função de direção intelectual, sobre outros grupos ou classes de uma formação social, faz com que as normas que regem as atividades sociais como a educação, a saúde, o trabalho, apareçam como dotadas de "universalidade".

Na explicitação das normas de conduta instituídas pelo Estado-Novo, analisaremos os dispositivos discursivos veiculados por diferentes níveis (ou instâncias de poder) do aparelho de Estado, procurando-se ver como se encontram referenciadas em tais discursos, categorias que compõem uma determinada concepção disciplinar, como: "autoridade", "dever",

¹⁴ Cf. LOURAU, René. *A Análise Institucional*. Trad. Mariano Ferreira, R.J., Vozes, 1975, p.9.

¹⁵ Ver: MACCIOCCHI, Maria Antonieta. *A Favor de Gramsci*. Trad. Angelina Peralva, R.J., Paz e Terra, 1976, nota p.182. "O conceito de hegemonia deriva do grego *eghestai*, que significa 'conduzir', 'ser guia', 'ser chefe', e do verbo *eghemoneuo*, que significa" (...) "por derivação 'ser chefe', 'comandar', 'dominar'. *Eghemonia*, no grego antigo, era a designação para o comando supremo das Forças Armadas. Trata-se portanto, de um termo militar".

"padrões de higiene física e mental", "educação infanto-juvenil", "função educativa do Estado".¹⁶

Nosso exame do regime disciplinar estadonovista incidirá basicamente sobre os seguintes acontecimentos discursivos:

1) Constituição de 10 de novembro de 1937, nos capítulos que dispõem da Família; da Educação e Cultura, art. 122-134.¹⁷

2) Exposição de Motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 1 de abril de 1942, pelo ministro da educação Gustavo Capanema.

3) Artigos e ensaios publicados pela revista *Cultura Política* - tomada como um dos órgãos de "informação e propaganda" do Estado-Novo - que discutam assuntos relativos ao ensino, disciplina, higiene, reforma de mentalidade, etc.¹⁸

¹⁶ Sem que tenhamos procedido a uma sistemática construção e estratificação das categorias relativas ao tema "disciplina estadonovista" - embora a escolha das categorias não seja aleatória -, objetivamos indicar as várias funções e sentidos conferidos nos discursos examinados, a todo um feixe de categorias que nos informam acerca da categoria central, qual seja, a disciplina, enquanto padrão de conduta imposta por um aparelho de Estado.

¹⁷ Ao examinarmos a Constituição de 37, nos capítulos Da Família; Da Educação e da Cultura; apreciaremos sumariamente o pensamento político de Francisco Campos, responsável pela elaboração de todo o corpo de leis estadonovistas, como a Constituição, a Nova Lei de Segurança Nacional; a Lei Orgânica dos Estados, etc; utilizando-nos do excelente livro de Jarbas Medeiros *op. cit.* (O Pensamento Autoritário). pp.9-51

¹⁸ Ver: PORTO, Adonia Prado Marques. *Educação para a Política do Estado-Novo (1937-1945): um estudo do conceito e dos objetivos educacionais da Revista Cultura Política*. Tese de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas/IESAE, 1982.

Frizemos que o capítulo que tratará da "disciplina" no Estado-Novo (1937-1945), terá um caráter ensaístico, não pretendendo um rigor teórico mais profundo, no sentido de uma reconstituição histórica dos procedimentos disciplinares estadonovistas. Objetivamos apenas indicar uma via, que nos parece fecunda para o entendimento de alguns acontecimentos, aparentemente "minúsculos", ocorridos no período de 1937-1945, acontecimentos estes que compreendidos numa *perspectiva verticalizadora*, muito podem contribuir para a compreensão deste período da história brasileira, geralmente estudado numa dimensão macro e horizontalizante.

1.2 A ESCOLA E SEU PAPEL DE DOMINÂNCIA IDEOLÓGICA E HEGEMONIA INTELECTUAL

Não reduzindo-se a escola a um mero aparelho de transmissão de conhecimento, cujas mensagens teriam um caráter científico ou técnico, vemos no espaço escolar o veículo privilégiado para a produção, manutenção e retransmissão (ou reprodução) de um certo padrão de conduta, ou seja, de um determinado modelo de comportamento.

Importa-nos tentar explicitar quais os mecanismos utilizados pelo aparelho escolar na implantação de um modelo de conduta e quais as relações mantidas entre a Escola e aquilo que é tomado como o eixo central de poder em uma sociedade moderna: o Estado.

As instituições escolares, tais como as conhecemos atualmente, são uma invenção recente, sendo o seu surgimento de certa forma solidário com o aparecimento do Estado moderno, que irá se solidificar com o desenvolvimento do capitalismo. Não se deve, entretanto, tomar a forma que assume a transmissão pedagógica a partir dos tempos modernos - cuja via privilegiada parece ser a escola - como uma *expressão trans*parente da implantação do capitalismo e da história política do ocidente.

A "solidariedade" ou articulações entre o surgimento da escola e a implantação do Estado moderno não exclui, pelo contrário, reclama, a análise do papel específico da Escola nesta própria implantação.

Embora a história das instituições pedagógicas mantenha estreitos vínculos com as novas formas de que se revestirá o poder em uma sociedade capitalista, sob a égide do Estado burguês, possui tal história - das instituições escolares - tensões próprias, formas específicas de desdobramentos de conflitos, e mais fundamentalmente, formas particulares de *falar e construir* uma dada realidade social.

Em se tornando o lugar central do saber, a escola se institui como um certo tipo de poder.

A escola teria a função de *integração moral*, no sentido de fornecer a Norma de conduta que se impõe a todos os indivíduos de uma sociedade, operando assim um efeito de homogeneização.

Durkheim, partindo da afirmação de que cada sociedade, no decurso da história, elabora um certo "ideal" de homem, seja do ponto de vista intelectual, físico ou moral, demonstra como esse "ideal" é efetivado através da educação, e mais ainda, como toda educação tem como elemento fundador, um conjunto de idéias acerca da natureza humana. Caracterizando o sistema educacional de toda e qualquer sociedade, como tendo simultaneamente um aspecto "uno" (ou homogeneizador, integrador) e "múltiplo" (ou diferenciador, discriminador), eis como Durkheim explicita a efetivação do "ideal" no qual se baseia a educação:

"Ele tem por função suscitar na criança: 1) um certo número de estados físicos e mentais, que a sociedade, a que pertença, considere como indispensáveis a todos os seus membros; 2) certos estados fís-

sicos e mentais, que o grupo social particular (casta, classe, família, profissão), considere como indispensáveis a todos quantos o formem. A sociedade, em seu conjunto, e cada meio social, em particular é que determinam este ideal, a ser realizado".¹⁹

Referindo-se especificamente ao aspecto "uno" ou unificador da educação, continua o autor em questão:

"A sociedade não poderia existir sem que houvesse em seus membros certa homogeneidade: a educação a perpetua e reforça, fixando de antemão na alma da criança certas similitudes essenciais, reclamadas pela vida coletiva".²⁰

Para Bourdieu, Durkheim e os demais autores que abordaram a sociologia do ensino, enfatizam a função de integração moral da escola, negligenciando sua função de integração cultural ou lógica.

Definindo a função de integração cultural da escola, diz Bourdieu:

(...) "a cultura escolar propicia aos indivíduos um corpo comum de categorias de pensamento que tornam possível a comunicação". (...) "em todos os casos, os esquemas que organizam o pensamento de uma época somente se tornam inteiramente compreensíveis se forem referenciados ao sistema escolar, o único capaz de consagrá-los e constituí-los, pelo exercício, como hábitos de pensamentos comuns a toda uma geração".²¹

¹⁹ DURKHEIM, Émile. *op. cit.*, (Educação), p.40.

²⁰ Idem

²¹ BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1974, pp.205;208.

Sublinhemos, entretanto, uma passagem, onde Durkheim, ao examinar as razões da diversidade das modalidades de ensino, indica precisamente a função de integração cultural e lógica da escola:

"Cada profissão constitui um meio sui generis, que reclama aptidões particulares e conhecimentos especiais, meio que é regido por certas idéias, certos usos, certas maneiras de ver as coisas; e como a criança deve ser preparada em vista de certa função, a que será chamada a preencher, a educação não poder ser a mesma, desde certa idade, para todo e qualquer indivíduo. Eis porque vemos, em todos os países civilizados, a tendência que ela manifesta para ser cada vez mais diversificada e especializada". (...) "Mas qualquer que seja a importância destes sistemas especiais de educação, não constituem eles toda a educação". (...) "Não há povo em que não exista um certo número de idéias, sentimentos e práticas que a educação deve inculcar a todas as crianças, indistintamente, seja qual for a categoria social a que pertençam".²²

Veja-se portanto, que tanto a educação, *lato sensu*, como os sistemas especiais de ensino ou escolarização, repousam no ver de Durkheim numa base comum, num *corpus* de pensamento referente não apenas a padrões de ordem ética ou moral (cada profissão possuindo um dado sistema de valores; toda a educação inculcando certos sentimentos, etc), como também de ordem técnica e lógica: certas idéias, usos, conhecimentos, maneiras de ver.

O que Bourdieu ressalta o fato, de que, através de *exercícios* (como a dissertação, na qual são obedecidos certos critérios linguísticos e de organização do pensamento) e de um *repertório de temas comuns* ou que se constituem para

²² DURKHEIM, Émile. *op. cit.*, p.39.

cada época como problemáticas obrigatórias, a Escola impõe certos "háb^{it}os de pensamento", "automatismos verbais", ou seja, a emissão de respostas mais ou menos fixas, para determinadas questões: enfim, a Escola inculca esquemas fundamentais de pensamento, que funcionam como princípios de organização, percepção e seleção dos objetos do real, e como guias na aquisição ulterior de outros esquemas de pensamento.²³

De tal forma nos encontramos imersos nesses esquemas de pensamento e organização do mundo veiculados e consagrados pela escola, que parece-nos "natural" que o ensino deva começar da infância, que a aprendizagem se faça respeitando-se o princípio de progressão - das noções mais simples às mais complexas -, que a escola seja dividida em séries que agrupem os educandos a partir de um certo grau de homogeneidade no que se refere a faixa etária e ao nível de aprendizagem e conhecimento.

Phillipe Ariès oferece-nos os instrumentos para se desnudar a "naturalidade" com que revestimos as instituições escolares - naturalidade que entercruza-se com a idéia de "eternidade" de certas instituições tal como as conhecemos hoje, e que se nos apresentam como tendo sido "sempre assim" -, quando examina o surgimento do *colégio* (internato e externato) e as novas formas de recrutamento e domesticação da população infanto-juvenil: tais acontecimentos têm o seu início a partir do século XV.²⁴

Sabemos que a eficácia dos esquemas e hábitos de pensamento, das regras e normas disciplinares e conduta, firmam-se precisamente pelo fato da "normatividade" ou "normalização" se apresentarem para nós como algo "natural", sem história, que estaria na própria "origem" da "natureza humana".

²³ Cf. BOURDIEU, Pierre. *op. cit.*, pp.208-209. (grifos nossos)

²⁴ ARIÈS, Phillipe. *L'Enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Régime*. Paris, Éd. du Seuil, 1973. Título da edição brasileira versão abreviada: *História Social da Criança e da Família*. R.J., Zahar, 1978. (grifos nossos)

Articulando as mutações dos sentimentos, práticas e instituições de uma sociedade, Ariès afirma que, a passagem da escola livre medieval (marcada pela ausência de um ensino rigidamente graduado e pela indiferença com relação a idade dos escolares, misturando-se no auditório adultos e crianças) ao colégio regulamentado do século XV, é o sinal de um movimento paralelo no mundo dos sentimentos: exprime uma atitude nova que se manifesta então diante da infância e juventude.²⁵

O colégio se constituirá como o espaço onde a particularidade infanto-juvenil é instituída e regulada, recebendo um tratamento da ordem do saber e da disciplina.

Será através do estabelecimento de um código disciplinar rígido, que prescreve o regime de punições; fixa a progressão nos estudos; os exames de passagem; o momento de recreação; a vigilância dentro e fora das aulas; o controle das presenças, os programas, o horário; que se dará a instituição do colégio moderno.

"L'établissement définitif d'une règle de discipline achève l'évolution qui même de l'école médiévale, simple salle de cours, au collège moderne, institution complexe, n'est pas seulement d'enseignement mais de surveillance et d'encadrement de la jeunesse" (...) "au XV siècle et surtout au XVI^e, le collège modifie son recrutement et l'élargit. Jadis composé d'une petite minorité de clercs lettrés, il s'ouvre à un nombre croissant de laïques, nobles et bourgeois, mais aussi à des familles plus populaires" (...) "Il devient alors une institution essentielle de la société: C'est le collège à corps professoral séparé, a discipline rigoureuse aux classes très nombreuses

²⁵ Cf. Idem. original francês, p.166; versão brasileira, pp.167-168.

où se formeront toutes les générations instruites de l'Ancien Régime".²⁶

A escola reforçará, portanto, a divisão entre o mundo da infância e o mundo adulto, constituindo-se, ao mesmo tempo, como espaço de exclusão (dos que se acham submetidos ao regime escolar com relação ao "mundo exterior") e de inserção, inclusão e ingresso no mundo adulto da produção, do trabalho e do saber, através da qualificação e disciplina impostas à população infantil e adolescente.

Ariës fornece-nos os elementos para uma nova compreensão histórica acerca das instituições escolares, ao construir uma história da criança partindo da própria constituição dessa categoria, ou seja, demonstrando como o desenvolvimento do "sentimento de infância" está relacionado com a implantação da escola como instituição de "enquadramento" que tem um papel "essencial" na sociedade moderna. Será pelo próprio exame interno da história das instituições escolares, que se poderá descobrir os variados tipos de articulação que tal história "minúscula" mantém com o processo histórico tomado em sua totalidade.

Totalidade atravessada por contradições, por jogos de oposição, por conflitos, por diferentes relações de forças entre os diversos segmentos constitutivos de uma formação social.

Compartilhando de algumas posições teórico-metodológicas dos historiadores da *Escola dos Anais* - instituída na década de 30 e tendo por fundadores Marc Bloch e Lucien Febvre -, Ariës explicita o processo de gestação da *modernidade* através do exame das alterações e rupturas dos padrões de sensibilidade e afetividade verificadas em fins da Idade Média, notadamente as alterações referentes as formas de socialização da infância e juventude e a função da organização fami-

²⁶ Idem, original francês, pp.185-187; versão brasileira, pp.170-171.

liar. Tais mudanças, implicando numa revolução do comportamento e das mentalidades, estabelecem-se de forma imperativa em fins do séc. XVIII e começo do séc. XIX, não sendo ocasional que no mesmo período registre-se a revolução econômica e política que faria o Ocidente ingressar na era da sociedade industrial.²⁷

Segundo Ariès o "sentimento da infância" não existia na sociedade medieval, o que não significa que as crianças fossem então negligenciadas, abandonadas. Distinguindo o "sentimento da infância" da afetividade pelas crianças, o autor faz corresponder a tal "sentimento" uma *consciência da particularidade infantil*, sendo esta particularidade que distingue o adulto, mesmo jovem, da criança. A preocupação em estabelecer as particularidades e diferenças; em evitar as "misturas" (de idade, sexos, etc); em operar processos de análise e divisão minuciosos, caracterizaria, no ver de Ariès, o nascimento da consciência moderna, ou seja, de um novo sistema de representações mentais, de formas de percepção, de métodos a serem utilizados na formação pedagógica e na produção econômica.²⁸ Embora manejando conceitos diferenciados, vemos que tanto para Foucault como para Ariès, o séc. XVIII assinala a emergência de uma sociedade "disciplinar", caracterizada pelo surgimento de novas modalidades de saber, de poder e controle; por um novo "olhar", embora estejam ausentes e mesmo negados, no sistema foucaultiano, os conceitos de consciência, sujeito e subjetividade, utilizados por Ariès.

²⁷ Ariès, em entrevista a Jean-Luc Pinard-Legry, publicado em *O Estado de São Paulo*, 2/8/81, suplemento Cultura, ano II, nº 60, pp.8-10, afirma-se como um historiador de representações mentais, dizendo encontrar-se na origem de suas reflexões e pesquisas o fenômeno da modernidade. Preocupa-lhe, portanto, estabelecer as correlações entre a revolução no plano das representações mentais, e a revolução econômica e política, fenômenos que no seu entender ocorrem não ocasionalmente no mesmo período, e que se constituem assim numa "revolução completa".

²⁸ Cf. P. Ariès. *L'Enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Régime*, pp. 134;202 e na edição brasileira pp.156;173-174. (grifos nossos)

Consistindo para Ariès a concepção histórica da Escola dos Anais numa "descoberta fundamental",²⁹ e sendo Ariès um de nossos pontos de ancoragem teórica para o entendimento da disciplina escolar, faz-se necessário sumariar os conceitos básicos que norteiam a "nova história" proposta pelos Anais.

A Escola dos Anais foi responsável por significativa mudança no campo do saber histórico, enriquecendo-o com contribuições de disciplinas como estatística, demografia, geografia, psicologia e linguística. Animava o espírito dos *Annales* o desejo de promover uma "nova história", que levasse em conta temas até então considerados "menores" ou destituídos da marca de "nobreza teórica", como a alimentação, os folguedos e ritos populares, a sensibilidade coletiva. Inaugura-se assim uma concepção de história que, fazendo emergir "a história das massas, dos anônimos, e não somente dos 'grandes homens' e dos 'príncipes'",³⁰ torna objeto de investigação o cotidiano, as atitudes e afazeres desempenhados pelos membros de uma sociedade do seu dia-a-dia.

Destaque-se também a importância conferida à linguística pelos historiadores dos Anais. Febvre concebia a linguística como um instrumento fundamental nos estudos históricos, fazendo-a figurar, juntamente com a psicologia, na

²⁹ Cf. P. Ariès in Estado de São Paulo, op. cit., p.9., diz ter descoberto a "história dos Anais" durante a guerra de 39, escrevendo então uma "História das Populações Francesas: história das atitudes diante da morte". Impressionou-lhe então o fato dos dados estatísticos demográficos constituírem-se numa "linguagem secreta, relativa a todo um tipo de atitudes" que ele "nunca ouvira mencionar pelos historiadores". Vê-se nesta declaração de Ariès a preocupação em utilizar-se dos dados de outras disciplinas para os estudos históricos, procedimento este que será a marca da Escola dos Anais.

³⁰ ROBIN, Regine. *História e Linguística*, Ed. Cultrix, S.Paulo, 1977, p.71. Ainda sobre os *Annales* V. *História: Novos Problemas*, direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora, Ed. Livraria Francisco Alves, R.J. 1976, particularmente o ensaio "A Operação Histórica" de M. Certeau, pp. 17-48.

rubrica de "Alianças e Apoios" da História, em ensaio escrito para a coletânea *Combats pour l'Histoire* (1953); Bloch por seu turno empreendera na obra *A Sociedade Feudal* (2 vol. 1929-30), uma investigação lexicológica e lexicográfica dos termos "feudo" e "feudalidade", analisando-os numa tríplice dimensão: jurídica, institucional e ideológica. No referido estudo, Bloch, apontando a polissemia dos termos e a espessura histórica da linguagem, parte de uma noção de "feudo" antes de tudo jurídica e institucional (pois o feudo comporta determinadas relações contratuais, um sistema de regras ou leis; certos procedimentos institucionalizados de uso de solo, formas de vestuário, casamentos, etc), para enfim "circunscrever uma noção complexa, mais ideológica do que jurídica, que acaba por se identificar a um sistema de valores e representações".³¹

Diferentemente de Ariès, que examina a emergência das modernas instituições de ensino tendo por ancoragem a concepção dos historiadores dos *Anais*, Althusser analisa a Escola sob uma ótica teórica marxista, enfatizando a articulação do sistema escolar com o processo de produção económica.

Utilizando-se da categoria "dominância ideológica", Althusser irá definir a função social do aparelho escolar. Será deste ponto de vista que trataremos mais detalhadamente agora, articulando, quando possível, a formulação althusseriana referente a Escola, com outras posições teóricas acerca do mesmo objeto.

E a seguinte a tese defendida por Althusser a respeito do papel desempenhado pela Escola nas sociedades modernas: "Pensamos que o aparelho ideológico de Estado, que foi colocado na posição dominante nas formações capitalistas maduras, após violenta luta de classes política e ideológica contra o antigo aparelho ideológico dominante" (no caso a Igreja, na Idade Média) "é o aparelho ideológico escolar".³²

³¹ Idem, p.70.

³² ALTHUSSER, Louis. *op. cit.*, (Ideologia e Aparelhos), original francês p.18; edição portuguesa, p.60.

Convém primeiramente tentar definir o que Althusser toma por "aparelhos ideológicos de Estado", para explicitar posteriormente sobre quais pressupostos teóricos fundamenta-se sua afirmação acerca da posição de dominância ideológica exercida pela escola, no quadro dos aparelhos ideológicos de Estado.

Para evitar possíveis equívocos - como o de estarmos, a partir de Althusser, privilegiando excessivamente a "eficácia" do aparelho escolar, tomando-o como "determinante" na manutenção da ordem burguesa - lembremos que o conceito althusseriano de "dominância ideológica" referido ao papel da escola nas sociedades capitalistas "maduras", não deve ser confundido com o conceito elaborado por Marx e Engels de "determinação em última instância". Esta categoria serve para marcar a determinação sofrida pela superestrutura (esfera do poder político, da produção intelectual, da ideologia) por parte da base econômica ou infra-estrutura de toda e qualquer formação social.

A distinção entre as duas categorias - dominância ideológica e determinação em última instância - será desenvolvida logo adiante.

Partindo das reflexões de Gramsci sobre o papel do Estado e da ideologia nas lutas políticas, Althusser busca alargar a conceituação marxista de Estado, concebido a partir do *18 Brumário* e o *Manifesto*, como aparelho repressor a serviço da classe dominante.

Embora admita que foi Gramsci o único a tentar entender o funcionamento dos aparelhos ideológicos (ou aparelhos hegemônicos), não reduzindo o Estado a "aparelho repressivo", mas englobando em sua conceituação certo número de instituições da sociedade civil (como Igreja, escola, etc), afirma-nos Althusser que o marxista italiano não chegou a sistematizar o "funcionamento" de tais instituições, tendo suas

reflexões a respeito, permanecido "em estado de notas perspícazes, mas parciais", o que não nos parece de todo correto. Gramsci, além de ter elaborado conceitos fundamentais para o entendimento de certos poderes não totalmente afetos ao aparelho "repressivo" de Estado (no sentido estrito de Estado como governo, aparelho judiciário, aparelho administrativo e aparelho político) - como o conceito de hegemonia -, tentou analisar as diferentes relações de força exercidas no interior de certos aparelhos hegemônicos (como a Igreja, a Escola) e as injunções ou articulações entre tais aparelhos.

Gramsci, ao analisar as funções dos intelectuais enquanto "comissários do grupo dominante", mostra-nos que a

"atividade intelectual deve ser diferenciada em graus, inclusive do ponto de vista intrínseco. Estes graus, nos momentos de extrema oposição, dão lugar a uma verdadeira e real diferença qualitativa: no mais alto grau devem ser colocados os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte, etc; no mais baixo, os administradores e divulgadores mais modestos da riqueza intelectual já existente, tradicional e acumulada".³³

Na mesma obra, analisando as funções dos intelectuais tradicionais, destaca dentre eles os "eclesiásticos" e os "médicos" (no sentido lato de todos aqueles que lutam contra a morte e as doenças) e indica a profunda conexão existente entre a religião e a medicina: "hospitais nas mãos de religiosos no que toca a certas funções de organização, além do fato de que, onde aparece o médico, aparece o padre (exorcicismo, assistência de vários tipos)"; referindo-se ainda ao

³³ GRAMSCI, Antonio. La Formation des Intellectuels et l'Organization de la Culture, IN: op. cit., (Gramsci dans le Texte), pp.607-608; título da edição brasileira: Os Intelectuais e a Organização da Cultura, RJ, Civilização Brasileira, 1968, pp.11-12.

entrecruzamento entre as representações dadas aos "terapeutas" e as "figuras religiosas" ou santos.³⁴

Em outras obras Gramsci examina a constituição de uma hegemonia intelectual e moral de maneira detalhada - não só em extensas notas, mas no próprio corpo do texto - como quando analisa a constituição de um catolicismo dos intelectuais e a relação mantida entre estes e os "simples", relação esta assegurada pela política, pelas relações de força. Examina o surgimento de novas ordens religiosas após a Contra-Reforma, e o significado marcadamente disciplinar de tais ordens - entre as quais destaca a Companhia de Jesus, objeto de nossa análise - sobre a massa de fiéis.³⁵ As ordens religiosas são assim não só pertencentes ao aparelho religioso, mas constituem-se como aparelhos disciplinadores.

Retomemos agora a explicitação althusseriana acerca do conceito de Estado. O aparelho de Estado nos clássicos marxistas compreenderia não apenas o aparelho "especializado" (*strito sensu*) na utilização da força repressiva, como a polícia, os tribunais, as prisões, exército, como também incluiria o chefe de Estado, o governo e a administração.

Encontra-se ainda contido na teoria marxista de Estado, segundo a leitura althusseriana, uma diferenciação entre *aparelho de Estado e poder de Estado*. O aparelho de Estado pode permanecer inalterado em sua forma de organização (fundada em mecanismos repressivos exercidos através de suas instituições "especializadas", bem como pela própria estruturação do governo), embora ocorram acontecimentos políticos - como as revoluções burguesas do século XIX na França; golpes de Estado, tão frequentes na latino-américa; e até mesmo o colapso de um Estado, como a queda do Império, em 1870, na

³⁴ Idem, edição francesa, p.600; edição brasileira, p.4.

³⁵ GRAMSCI, Antonio. *op. cit.*, (Materialisme Historique, IN: Gramsci dans le Texte), p.143.

França; e ascensão política da pequena burguesia - que afetam a detenção do poder de Estado, sem no entanto implicarem em modificações substanciais no aparelho de Estado.³⁶

Ao sublinhar a diferenciação entre poder de Estado e aparelho de Estado, Althusser tem por finalidade afirmar um pressuposto essencial da teoria marxista, qual seja:

*"O Estado (e sua existência em seu aparelho) só tem sentido em função do poder de Estado. Toda a luta de classes política gira em torno do Estado. Quer dizer: em torno da detenção, isto é, da tomada e da conservação do poder de Estado, por uma certa classe, ou por uma aliança de classes ou de frações de classes".*³⁷

A definição Althusseriana da luta de classes como "girando em torno" do Estado, expressa uma valorização excessiva do Estado enquanto canal de poder, afirmado como o lugar central da Lei; espaço onde se tece a Grande Recusa (repressão); eixo central produtor das interdições, repressões e sanções básicas de toda sociedade de classes.

Admite Althusser, que sua explicitação dos mecanismos de poder do aparelho de Estado, consiste num aprofundamento teórico suplementar, pois que os referidos elementos já figuram na teoria marxista, embora de maneira "descritiva". Sua contribuição dirá respeito ao exame de certas instituições constitutivas de materialidade, visto que instituições como a Escola, a Família, a Igreja, etc., não possuem uma materialidade como se esta lhes fosse uma qualidade adicional, um predicado, mas são em realidade constituídas de materialidade a nível substantivo.

³⁶ Cf. ALTHUSSER, Louis. *op. cit.*, (Ideologia), original francês p.11; edição portuguesa, pp.36-37.

³⁷ Idem.

Tais instituições, embora se encontrem "do lado" do aparelho repressivo de Estado (ARE), não se confundem com ele: trata-se dos aparelhos ideológicos de Estado (AIE).³⁸

Vejamos agora os elementos diferenciais entre o aparelho (repressivo) de Estado e os aparelhos ideológicos de Estado. A diferença primeira é de tipo "*quantitativo*" ou antes refere-se a uma certa "densidade" do poder: enquanto em uma determinada sociedade ou formação social, existe um único aparelho (repressivo) de Estado - chefe de Estado, corpo governamental e administrativo, e um determinado regime penitenciário, jurídico, militar e policial - observa-se, por outro lado, uma pluralidade de aparelhos ideológicos do Estado (AIE).

As instituições consideradas pelo autor em questão como integrantes do sistema dos diferentes AIE são: o AIE religioso ou sistema das diferentes igrejas; o AIE familiar, lembrando que a Família tem funções que vão além do espaço dos AIE, pois intervêm na reprodução da força de trabalho, articulando-se assim fortemente com o nível da infra-estrutura ou base econômica; o AIE jurídico, pertencendo o Direito simultaneamente aos AIE e ao aparelho (repressivo) de Estado; o AIE político ou sistema político de que fazem parte os diferentes partidos; o AIE sindical; o AIE da informação (im-prensa, rádio, relevisão, etc); o AIE cultural ou Letras, Belas Artes, desportos.³⁹

Uma segunda diferenciação entre aparelho (repressi-vo) de Estado e aparelho ideológico de Estado diz respeito a forma de seu funcionamento.

³⁸ Idem. Original francês, p.12; versão portuguesa, p.42.

³⁹ Idem. Original francês, p.13; versão portuguesa, p.43.

Enquanto o Aparelho (repressivo) de Estado (ARE) funciona de forma "massivamente prevalente" pela violência, os diferentes AIE fundariam seus mecanismos de poder na ideologia. Deixemos por ora a categoria "ideologia" imersa na transparência aparente de seu propalado poder de ocultação, mera "forma" que se reproduz *ab aeterno*.

O funcionamento dos dois tipos de aparelho de Estado (repressivo/ideológico) não se dá entretanto em um nível monoliticamente dicotômico - ARE funcionando pela violência/AIE funcionando pela ideologia - mas opera-se através de outros tipos de inversão, polaridade, jogos de oposição, articulações mais complexas.

Como não existe aparelho puramente repressivo, ou seja, um poder que se instaure e mantenha somente às custas da repressão e violência, os próprios aparelhos "especializados" na repressão (como a polícia e o exército) têm necessidade da ideologia "para assegurar sua própria coesão e reprodução pelos valores que projeta no exterior", funcionando assim "secundariamente pela ideologia".*

Encontramos em discursos de figuras integrantes dos aparelhos especializados na repressão (como exército e polícia), a reiteração do pressuposto de que tais aparelhos necessitam da ideologia como instrumento criador e garantidor da coesão de um grupo. O major Sérgio Marinho, no artigo *Preparação Política das Forças Armadas*, afirma ser tarefa dos chefes militares "a preparação psicológica do material humano sobre o qual o Estado Autoritário vai repousar" (referindo-se ao Estado-Novo). Destaca o autor, como os elementos fundamentais de tal preparação: "a) o esclarecimento ideológico indispensável à compreensão e aceitação das linhas fundamentais do Estado. b) a criação de certos estados emocionais garantidores de uma atmosfera de estímulos permanentes e permanentes aplausos à política do Estado".⁴⁰

* Idem, original francês p.14; versão portuguesa p.47.

⁴⁰ MARINHO, Sérgio. A Preparação Política das Forças Armadas. IN: *Revista Cultura Política*, R.J., 2(17); jul. 1942, pp.268-269.

Da mesma forma que não existe aparelho puramente repressivo, ou que funcione apenas pela violência, não existe aparelho puramente ideológico, ou que funcione apenas pela ideologia.

Assim como o aparelho (repressivo) de Estado funciona de forma "massivamente prevalente" pela violência e secundariamente pela ideologia, os diferentes aparelhos ideologicos de Estado funcionam de "forma massivamente prevalente" pela ideologia e "secundariamente" pela repressão.

Os diferentes AIEs como Escola, Igreja, ôrgãos de comunicação, funcionando secundariamente pela repressão e/ou violência, as exercem de forma "bastante atenuada", dissimulada e até simbólica: *"Assim, a Escola e a Igreja educam por mêtodos apropriados de sanções, de exclusão, de seleção, etc, não sõ os seus oficiantes, mas também as suas ovelhas".*⁴¹

Os mecanismos repressivos ou de violência utilizados pelos aparelhos ideológicos de Estado possuem uma especificidade própria, podendo consistir em sanções ou penalidades, como a de ser proibido de participar dos recreios e festividades escolares, no caso do educando; ou de ser proibido de ministrar os sacramentos ou dar aulas, no caso de clérigos e professores.

Os mecanismos de exclusão podem ser representados pela expulsão dos alunos, padres e professores que transgriram as normas de uma dada instituição pedagógica ou religiosa, devendo-se, entretanto, ressaltar que, os processos e o efeito da exclusão modificam-se conforme o papel ou lugar que o elemento expulso ocupa no espaço do poder e na hierarquia de um aparelho escolar ou religioso.

⁴¹ ALTHUSSER, Louis. *op. cit.* Original francês p.14; edição portuguesa p.47.

Os mecanismos seletivos são expressos tanto pelos procedimentos de imposições/eleição de um repertório de significações, que definirão a cultura e o sistema simbólico de um grupo (clérigos, professores, militares) ou de uma classe (proletários, burgueses), como pelos rituais e técnicas de exercícios, exames, etc.

A primeira diferenciação operada na formulação althusseriana - único aparelho (repressivo) de Estado/pluralidade de aparelhos ideológicos de Estado - possuiria uma certa dimensão mais marcadamente "quantitativa", na medida que articula categorias como unidade/multiplicidade, singularidade/pluralidade. Lembremos, entretanto, que tais categorias são dotadas de uma espessura que se poderia denominar de "filosófica", pois remetem em alguns esquemas de pensamento a questões como a constituição do Ser ou da realidade concreta.

De certa forma, a diferenciação centrada nas categorias "único" (aparelho repressivo de Estado) "múltiplos" (aparelhos ideológicos de Estado) sugere-nos a forma de constituição "anatômica" dos diferentes tipos de aparelhos de Estado. Estaríamos lançando mão do uso de "metáforas", tomadas de empréstimo ao discurso médico, para tentar explicar a forma de constituição de certos aparelhos ou "organismos" de poder? Procedimento criticável, segundo Althusser, no discurso "científico"...

A "metáfora" da qual se utiliza Marx para explicar a estrutura de qualquer sociedade a partir das categorias infra-estrutura - ou base econômica - e superestrutura - instâncias jurídico-política e ideológica -, (categorias estas que se constituiriam numa metáfora espacial, sugerindo a idéia de um "edifício" - base: infra-estrutura/andares: superestrutura), teria no ver de Althusser o inconveniente de ser "descritiva", servindo de obstáculo ao desenvolvimento de

uma "teoria científica" sobre a estrutura da sociedade e a constituição do poder.⁴²

O segundo tipo de diferenciação construída por Althusser para conceituar o ARE e os AIEs refere-se a sua(s) *forma de funcionamento* e introduz uma nova modalidade de articulação entre os dois tipos de aparelho, através das categorias "massivamente prevalente" e "secundária". O ARE funcionaria de forma "massivamente prevalente" pela violência e so secundariamente pela ideologia, enquanto os diferentes AIEs funcionariam de forma massivamente prevalente pela ideologia e secundariamente pela violência. As categorias "prevalente-secundário" possuiriam uma dimensão mais marcadamente "qualitativa" ou pelo menos mais dinâmica, na medida que dizem respeito a certas "forças" que impelem o funcionamento de certos "órgãos" (aparelhos), forças estas (como a violência e a ideologia) que atuariam nos mecanismos de funcionamento do ARE/AIE.

As categorias "prevalente-secundária", pressupondo uma certa ordenação hierárquica nas forças que constituem o ARE/AIE; uma escala que determina a força prevalente que impulsiona os dois tipos de aparelho, força esta auxiliada por outra de tipo "secundário", também expressam uma dimensão quantitativa, embora não de ordem numérica, mas antes referente a uma certa densidade e quantidade de força-poder.

Será pois a partir do que é "prevalente", aliás "massivamente prevalente", ou seja, do que predomina, prepondera, tem primazia a nível de uma densidade fundamental de "energia" (força) na forma de funcionamento dos aparelhos de Estado, que se poderá designá-los como "repressivo" ou "ideologico".

⁴² Idem. Original francês. pp.8-9; edição portuguesa. p.28.

Miriam Limoeiro, dentre os vários reparos teóricos que faz com respeito à construção do conceito de aparelho ideológico em Althusser, destaca:

*"Nota-se nesta construção uma constante preocupação com a "função" e "funcionamento" ao longo do texto, enquanto as noções relativas à transformação estão quase que inteiramente ausentes. Diante desta característica de elaboração, a tomada de posição do ponto de vista da reprodução das relações de produção está voltada de fato para a manutenção da estrutura em que estas relações de produção são dominantes".*⁴³

O que significa precisamente a tomada de posição com respeito ao conceito/função dos aparelhos ideológicos do Estado do ponto de vista da reprodução?

Começando por lembrar a afirmação feita em carta escrita a Kugelmann por Marx, de que *"uma formação social que não reproduz as condições de produção ao mesmo tempo que produz, não conseguirá sobreviver um ano que seja"*,⁴⁴ Althusser passa a analisar as implicações e desdobramentos da reprodução para a manutenção de um índice de produtividade simultaneamente material e intelectual, ou seja, a reprodução da ideologia dominante exercida através dos aparelhos ideológicos de Estado.

⁴³ CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia e Desenvolvimento - Brasil: JK-JQ*. R.J., Paz e Terra, 1977, p.57. Encontramos também em Pierre Ansart. *Ideologias, Conflitos e Poder*, R.J., Zahar, 1978, pp.210-210, uma crítica ao funcionalismo enquanto postura de análise das ideologias. Segundo o autor, o próprio subsistema ideológico gera a ilusão de "funcionalismo", já que a ideologia dominante constrói a imagem de uma *sociedade integrada*, de uma *totalidade equilibrada*, e portanto, isenta de conflitos e oposições, deixando-se assim de ver os elementos que "paralizam" as funções. (grifos e aspas nossos).

⁴⁴ Carta a Kugelmann, 11-07.1868 (Lettres sur le Capital. Ed. Sociales, p.229), IN: ALTHUSSER, Louis. *op. cit.*, original francês, p.16; edição portuguesa. p.9.

Partindo de um postulado marxista, Althusser afirma que a condição última da produção é, portanto, a reprodução das condições de produção, destacando dentre as condições de produção que devem ser reproduzidas: 1) as forças produtivas. 2) as relações de produção existentes.⁴⁵

Em se tratando de uma sociedade dividida em classes, onde uma determinada classe é *dominante* na medida em que dispõe dos meios de produção material e intelectual, a força de trabalho deve ser (diversamente) qualificada e reproduzida como tal, segundo as exigências da divisão social-técnica do trabalho, ou seja, segundo as diferentes relações mantidas pelos homens - enquanto pertencentes a uma dada classe social - com os meios de produção e de acordo com a divisão básica entre trabalho manual e trabalho intelectual.

A diversificação ou níveis de diferença da qualificação da força de trabalho seriam ao mesmo tempo função e efeito da divisão da sociedade em classes: a qualificação reforçaria a divisão de classes ao mesmo tempo que seria resultado ou efeito desta.

Mas como é assegurada nas sociedades capitalistas a reprodução da força de trabalho diversamente qualificada, ou antes, qual o instrumento utilizado para esta reprodução?

O instrumento seria a educação, a instrução, a qualificação transmitidas pelo aparelho ideológico de Estado escolar.

Ao contrário das formações sociais escravagistas e feudais, onde a reprodução da qualificação (diversificada) da força de trabalho era efetuada pela aprendizagem na própria produção, no próprio espaço produtivo (corporações, oficinas, etc), a reprodução da qualificação da força de traba

⁴⁵ ALTHUSSER, Louis. *op. cit.*, original francês. pp.3-4; edição portuguesa. pp.9-11.

lho no regime capitalista "tende a ser assegurada (*trata-se de uma lei tendencial*)" (...) "cada vez mais, fora da produção: através do sistema escolar capitalista e outras instâncias e instituições".⁴⁶

É desta "lei tendencial", desta "tendência" ou inclinação para a qualificação operar-se cada vez mais através da Escola, que Althusser retira a noção de dominância ideológica. A categoria "dominante" (dominância) designaria uma variável histórica, enquanto a categoria "determinante" indicaria uma constante que atravessa toda a história.⁴⁷

Durante o período feudal, o aparelho ideológico de Estado dominante era a Igreja. Com a implantação do capitalismo, o papel de dominância ideológica, o *locus* da dominação pela ideologia, transmuta-se, desloca-se para um outro espaço de poder: a Escola.

A categoria "dominância" nos remete ao exame da relação complexa determinação-dominância. Para Althusser, na determinação tópica (referente a *topos*: lugar, consistindo a mesma na representação dada por Marx a estrutura de toda sociedade como um edifício sobre cuja base - a infra-estrutura - ergue-se os "andares" da superestrutura, tendo assim o significado de uma metáfora espacial), ou seja, na "determi-

⁴⁶ Idem. Original francês. p.6; edição portuguesa. p.20.

⁴⁷ A definição da relação determinação-dominância, tomando-se a primeira como *constante* e a segunda como *variável*, é desenvolvida por Miriam Limoeiro, *op. cit.* (Ideologia e Desenvolvimento), p.50. (grifos nossos). A contradição fundamental, determinante e invariável, teria um *locus* específico: a produção econômica, consistindo tal contradição no fato da produção ser social e a apropriação privada. Interessante que a autora, criticando Althusser por uma "forte e constante preocupação" com a "função-funcionamento" dos aparelhos ideológicos, parece demonstrar por sua vez uma "forte e constante preocupação" em afirmar o carácter "invariável" da determinação econômica, definida como uma relação fundamental que define a totalidade, apresentando-se, portanto, essa determinação, como uma espécie de "essência" das sociedades de classes.

nação em última instância" exercida pela base econômica, o que deve ser enfatizado segundo o marxista francês é precisamente o fato desta determinação constituir-se como "última instância".

Althusser sublinha que o conceito de *determinação em última instância*, utilizado por Marx para designar a determinação exercida pela infra-estrutura ou base econômica, tem exatamente o sentido de *última instância*: "*Se ela é a última, como na imagem jurídica que a sustenta, é porque há outras que se figuram na superestrutura jurídico-política e ideológica*". A menção da última instância na determinação teria uma dupla função segundo Althusser: 1) demarca radicalmente Marx de todo mecanicismo, que implicaria afirmar o econômico como o único determinante, caindo-se assim num esquelético economicismo. 2) inaugura na determinação o papel das diferentes instâncias, servindo o próprio conceito de determinação em última instância para fixar a diferença real das outras instâncias (jurídico-política e ideológica) com a instância econômica. A partir daí é que podem ser pensadas a *autonomia relativa* dos andares da superestrutura - pois sendo a determinação econômica exercida em última instância, isto implica na existência de mediações, não sendo portanto a relação infra-estrutura e superestrutura uma relação mecânica de "causa-efeito" - e o seu próprio modo de eficácia sobre a base, ou seja, a *ação de retorno* das formas jurídicas, políticas e ideológicas, sobre a economia".⁴⁸

Os diversos níveis da superestrutura, entre os quais se inclui o ideológico, representado ou materializado pelos diversos aparelhos ideológicos, embora sejam determinados pela base econômica são também "determinantes a sua maneira, (ainda não definida)", atuam "sobre" a determinação fundamental. Efeito de "sobredeterminação": as instâncias superestruturais determinadas pela base econômica, em virtude de sua

⁴⁸ ALTHUSSER, Louis. *Posições I*. R.J., Graal, 1978, p.141.

autonomia relativa e ação de retorno sobre esta base, podem operar um efeito de determinação sobre a própria determinação (infra-estrutura), havendo pois aquilo que Althusser denomina de "Índice de eficácia respectivo". Por índice de eficácia respectivo Althusser quer significar que a determinação e eficácia é diferente, respectivamente para a infra-estrutura e superestrutura. A eficácia ou determinação da superestrutura seria de tipo derivado, pois que resultante de uma determinação fundamental. Embora admita-se o esforço de Althusser por constituir um esquema explicativo de formas específicas de poder e hegemonia, alguns conceitos nos parecem aprisionantes, como o de determinação.

Depois de termos tentado explicitar a categoria "dominância", voltemos a questão que nos interessa mais especificamente: o que faz com que a Escola tenha o papel de dominância ideológica no interior dos diversos aparelhos ideológicos?

Como vimos anteriormente, a reprodução da força de trabalho *diversamente qualificada* é assegurada precisamente pela transmissão pedagógica, ou seja, a qualificação é efetuada sob a égide da Escola.

O conceito de qualificação acha-se atualmente imbricado de forma bastante estreita a outros conceitos como escolaridade, aptidão, educação, de tal forma que, são tomados muitas vezes por sinônimos, tendendo-se a ver na qualificação uma decorrência do processo de transmissão pedagógica (e ideológica, tratando-se neste caso, segundo Althusser, não propriamente de "transmissão" mas antes de subjugação, ou reprodução da subjugação-submissão) ocorrida nas instituições escolares.

Sabendo-se que numa sociedade capitalista ocorre uma cada vez maior complexificação das funções produtivas, necessitando-se de um corpo ou quadro de pessoas qualificadas e

capacitadas no desempenho de suas funções, a escola apareceria como o principal canal de qualificação.

Assim sendo, a Escola ocupa no quadro dos aparelhos ideológicos uma *posição dominante*, lembrando-se que este último termo encontra-se referenciado a todo um jogo tático que implica em articulações, manobras e alianças com os outros aparelhos de poder. Constituído-se como o espaço central do saber, cabe a Escola efetuar certas operações de ordenação e interrelação dos conhecimentos gerados pelas diferentes instâncias de saber-poder, como o hospital e as corporações militares, apropriando-se seletivamente dos seus enunciados e de suas táticas.

Tratar-se-ia a Escola, portanto, de um mecanismo tático fundamental para a estratégia do Poder?

Bourdieu e Passeron indicam que a escola teria fundamentalmente uma dupla função:

- 1) *lógica*: no sentido de organizar, classificar e ordenar, segundo um certo sistema de pensamento, o mundo natural e social.
- 2) *social e político-ideológica*: no sentido de legitimar uma determinada hierarquia de poder e diferenças de classe.

Os referidos autores definem da seguinte forma a reprodução da força de trabalho e da ideologia dominante, através do sistema escolar:

"Se toda operação de seleção tem sempre indissociavelmente por efeito o controle das qualificações técnicas por referência as exigências do mercado de trabalho e a criação de qualidades sociais por

referência à estrutura das relações de classe que o sistema de ensino contribui para perpetuar, em suma, se a Escola detém simultaneamente uma função técnica de produção e comprovação das capacidades e uma função de conservação e de consagração do poder e dos privilégios, compreende-se que as sociedades forneçam ao sistema de ensino múltiplas ocasiões de exercer o seu poder de converter vantagens sociais em vantagens escolares, elas mesmas reconversíveis em vantagens sociais, como pré-requisitos técnicos do exercício de uma profissão".⁴⁹

Temos, assim, uma convergência entre Althusser e os autores acima citados, no que concerne ao papel de *dominância* exercido pela escola. A seleção se constituiria num mecanismo de *controle* das instituições escolares, que serviria para qualificar tecnicamente a mão-de-obra demandada pelo mercado (mão-de-obra, portanto, especializada, competente no desempenho de funções técnicas do trabalho), e ao mesmo tempo que *cria*ria, fabricaria e produziria "qualidades sociais", que *expressa*riam e mesmo constituiriam um certo *poder*, uma dada *estrutura* de relações (de força) de classes.

A escola é o *veículo de controle* (das qualificações técnicas), uma espécie de *oficina-fábrica* onde se processaria a criação de qualidades sociais, tomadas como expressão de prestígio e diferenciações de classe.

Um espaço de *conservação, preservação e consagração* do poder e privilégios; espaço assemelhado ao museu - em sua função de preservação e organização do "patrimônio cultural de um povo" -, e aos locais sagrados dos cultos religiosos, onde se dá a consagração de certos elementos, onde se elege os que são portadores de uma mensagem divina, onde alguns ministram os sacramentos.

⁴⁹ BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução*. R.J., Francisco Alves, 1975, p.175.

Interessante seria indicar como aparecem as categorias qualidade, qualificação, qualificar, nos dicionários, tomados como textos que fornecem definições de categorias-conceitos a partir de uma ordenação formalmente alfabética, expressando a partir dos termos escolhidos e arrolados, uma determinada seleção dos significados que merecem destaque, que necessitam ser arquivados, que configuram um *corpus* linguístico de uma certa cultura. O dicionário funcionaria de certa forma como um mapa da "língua oficial" de um povo, processando o levantamento cartográfico dos termos correntes, usuais, chulos (da linguagem "popular"), e dos termos técnicos, científicos e artísticos (da linguagem e/ou cultura erudita).

Diante do desconhecimento ou dúvida com respeito ao significado de um termo, uma das atitudes a tomar é pegar o dicionário e procurar a definição do termo desconhecido ou de sentido confuso: no dicionário estará a definição "correta".

Destacaremos apenas algumas definições dos termos indicados:

Qualidade: S.F.I. Propriedade, atributo ou condição das coisas ou pessoas capaz de distinguí-las umas das outras e de lhes determinar a natureza. 2. Numa escala de valores, qualidade que permite avaliar e consequentemente aprovar, aceitar ou recusar, qualquer coisa; que se distingue pela posição social, pela educação, pela distinção, etc.

Qualificação: S.F.I. Ato ou efeito de qualificar-se. 2. Anotação em documentos oficiais da identidade de uma pessoa. 3. Cabedal de conhecimentos ou atributos que habilitam alguém no desempenho de uma função.

Qualificar: (do lat. escolástico *qualificare*) V.t.d.l. Indicar a(s) qualidade(s) de: classificar. 2. Emitir opinião a respeito de: avaliar, apreciar. 3. Considerar qualificado, apto, idôneo.⁵⁰

Veja-se na definição de *qualidade* como algo que permite *disti*nguir, diferenciar pessoas ou coisas, como elemento que, dentro de uma escola de valores, possibilita a avaliação, aprovação, aceitação ou recusa de pessoa ou coisa. A qualidade é assim referenciada a um *ato de avaliação* dentro de uma "escala".

No verbo *qualificar*, observa-se o imbricamento do termo com as operações de classificação (ou colocação de pessoa ou coisa dentro de uma "classe"; tática de ordenação que permite a inteligibilidade e controle dos elementos classificados), avaliação e apreciação. Avalia-se, concede-se um valor (referenciado em uma escala); emite-se uma opinião a respeito de um doente (seu estado geral, evolução da doença, lugar que esta doença ocupa numa classificação sistemática das doenças).

Na definição de "qualificação" temos que esta é ao mesmo tempo *ato-efeito* do "*qualificar*", que se constitui como uma atribuição (ato de atribuir, portanto, conceder, conferir prerrogativas, direitos, poderes) expressa como "qualidade", investindo aquele a quem compete a atribuição de qualidades de um tipo de autoridade e poder.

A qualificação não sendo apenas um efeito ou resultado, constitui-se também como um ato e ação: para que seja concedida determinada qualificação a alguém, é necessário que este seja submetido a uma série de provas, exames, etc, cujo resultado final dará a exata medida do seu desempenho.

⁵⁰ FERREIRA HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, R.J., Nova Fronteira, 1975.

Além disso, para que seja concedida a qualificação a um determinado indivíduo, é necessária a existência de uma instância ou instituição investida de poder e autoridade, que se constitua como aparelho produtor e controlador de um campo de saber. Serão através de instâncias qualificadoras como a escola, a igreja, o exército, que os indivíduos poderão ser considerados "aptos" e qualificados como professores, especialistas, intelectuais; como padres, bispos, arcebispos; como soldados, tenentes, generais, etc.

A qualificação apareceria também no dicionário como uma "anotação", um *registro* onde se inscrevem as características identificadoras de uma pessoa; anotações estas depositadas em *documentos oficiais*, ou seja, em títulos, diplomas, declarações escritas que sirvam para provar, demonstrar e controlar certos acontecimentos e ocorrências como: doenças (no registro médico de cada paciente); infrações penais ou possibilidade destas ocorrerem pela "periculosidade" de um indivíduo (registros das instituições penais, "corretivas", folhas de polícia, etc); notas obtidas pelos alunos, comportamento, frequência e faltas (na caderneta escolar, folha de chamada). Tais documentos teriam caráter oficial na medida em que emanam de uma autoridade (saber): o médico, o professor, o diretor, inspetor de prisão, etc.

Por último, temos a definição de qualificação como um "cabedal" (bens que formam o patrimônio de alguém e que podem constituir-se em dinheiro ou bens intelectuais e morais) de conhecimentos/atributos que habilitam ou tornam apto alguém no desempenho de "funções": a qualificação, portanto, habilita, desenvolve e constitui habilidades requeridas pelos aparelhos de produção-poder-saber.

O processo de identificação teria, dentre outras funções, a de controlar, vigiar, disciplinar e fazer produzir um aglomerado de pessoas (doentes, alunos, tropas militares, presos, operários) e de extrair e produzir, a partir da "individualização", um certo conhecimento, um certo saber.

Nosso estudo sobre os mecanismos qualificadores e disciplinadores específicos da escola, funda-se basicamente nas análises de Foucault acerca da criação de uma sociedade disciplinar no limiar do séc. XVIII e que faz emergir uma tecnologia do corpo, de sua domesticação, dominação, docilização, ao mesmo tempo que de sua incitação, maximização de forças. Que funciona basicamente não mais pela lei (interdição, proibição), mas pela normatização (classificação fundada em saberes médicos, biológicos, psicológicos) pautada no eixo do normal-patológico; não pelo suplício, castigo, mas basicamente, pelo controle, vigilância, prevenção de doenças, dos delitos, das faltas.⁵¹

A articulação entre a reprodução da força de trabalho e sua qualificação (diversificada) através do sistema escolar, operada nas sociedades capitalistas industriais, foi explicada por Gramsci, quando ao analisar a função dos intelectuais e os variados veículos de sua formação, compara a capacidade que tem uma sociedade de reproduzir e aumentar sua produção material (pela fabricação de máquinas e instrumentos) e a de estender, diversificar, ampliar sua rede escolar.

"A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade de escolas especia

⁵¹ Utilizaremos basicamente em nosso trabalho as seguintes obras de Michel Foucault, que tratam da emergência de novos campos de saber e instituição da sociedade disciplinar: *Surveiller et Punir*. Paris, Ed. Gallimard, 1975. (edição brasileira: *Vigiar e Punir*. R.J., Vozes, 1977); *História da Sexualidade I: Vontade de Saber*. R.J., Graal, 1979; *Microfísica do Poder*. R.J., Graal, 1979; *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Ed. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1974; *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Lisboa, Portugal/Martins Fontes, s/d. (original 1966).

lizadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a 'área' escolar e quanto mais numerosos forem os 'graus' 'verticais' da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização de um determinado Estado. Pode-se ter um termo de comparação na esfera da técnica industrial: a industrialização de um país se mede pela sua capacidade de construir máquinas que construam máquinas e na fabricação de instrumentos cada vez mais precisos para construir máquinas e instrumentos que construam máquinas, etc. O país que possuir a melhor capacidade para construir instrumentos para os laboratórios dos cientistas e para construir instrumentos que fabriquem estes instrumentos, este país pode ser considerado o mais complexo no campo técnico industrial, o mais civilizado, etc. Do mesmo modo ocorre na preparação dos intelectuais e nas escolas destinadas a tal preparação; escolas e instituições de alta cultura são similares. Neste campo igualmente, a quantidade não pode ser destacada da qualidade. A mais refinada especialização técnico-cultural, não pode deixar de corresponder a maior ampliação possível da instrução primária e a maior solicitude no favorecimento dos graus intermediários".⁵²

Note-se primeiramente que a escola é o instrumento que elabora e fabrica os intelectuais de "diversos níveis", o que implica numa idéia de hierarquização e ordenação. O nũmero (quantidade) de escolas especializadas e sua hierarquização (forma de organização segundo certa ordenação, classificação, divisão de funções, diferenças de objetivos), serviriam como indicadores através dos quais se poderia medir a complexidade da função intelectual nos "vários Estados".

⁵² GRAMSCI, Antonio. *op. cit.*, (Os Intelectuais e a Organização), edição francesa pp.604-605; edição brasileira pp.9-10.

A complexidade de uma função pode pois ser mensurada, traduzida em quantidade. A Escola seria o centro produtor dos intelectuais, desenvolvendo-se tal produção (elaboração) no quadro jurídico-político do Estado.

Outro elemento é destacado como indicador da complexidade da função intelectual em um determinado Estado: a extensão da "área" escolar. Importa, portanto, não apenas o caráter numérico e quantitativo das unidades escolares, mas a sua distribuição espacial, a amplitude de sua extensão. Sendo o espaço revestido e constituído de símbolos, regras, normas, e expressando por sua materialidade a própria materialidade dos símbolos, regras, normas, a forma de distribuição espacial das escolas nos permitiriam "ler" uma dada organização escolar.

O espaço escolar revelaria, indicaria e expressaria, os princípios organizadores que comandam a sua criação, divisão, distribuição: aqui o fenômeno não esconde a essência, mas é a sua própria forma de aparição.

Articulando-se com a distribuição espacial das escolas e extensão da "área" escolar, observar-se-ia a criação de "graus verticais". A verticalização supõe uma hierarquização do ensino segundo certos graus (escola primária-secundária-superior-pós-graduação, etc) subdivididos em séries, que expressam uma ordem: do elementar ao complexo; do primário ao superior.

Os processos de verticalização (subdivisões por graus, tendo por finalidade uma especialização refinada) e horizontalização do ensino' (maior extensão de seu raio de ação, maior difusão do ensino no espaço social em níveis intermediários), embora sejam tomados por Gramsci como estreitamente articulados, parecem-nos manter determinados níveis de oposição e mesmo exclusão entre si.

Sendo a linha vertical perpendicular a horizontal e vice-versa, cada linha funciona com relação a outra como uma interseção, obstáculo, limite. Questões de uma geometria do poder.

A categoria "qualidade" no sentido de uma "refinada especialização técnico-cultural" resultante da verticalização do ensino é tomada em sua relação com a categoria "quantidade", no sentido da "maior ampliação possível da difusão da instrução e maior solicitude no favorecimento dos graus intermediários ao maior número". A quantidade implicaria pois em maior número de escolas, em maior número de pessoas favorecidas com instrução primária e secundária, enfim em maiores oportunidades escolares. Seria a possibilidade de articular qualidade-quantidade com referência ao ensino que caracterizaria para Gramsci uma "estrutura democrática", embora admita que a ampliação das qualificações intelectuais teria o inconveniente de gerar vastas crises de desemprego nas camadas médias intelectuais, tal como realmente ocorre nas sociedades modernas.*

Ora, todo processo de especialização, implicando rigorosos critérios seletivos, fabrica internamente, a nível da qualificação escolar, mecanismos de exclusão. Exclusão não são de toda uma "massa", no que tange ao ingresso nos espaços escolares voltados para uma alta especialização; como exclusão do processo produtivo, embora para alguns o intelectual seja um trabalhador "improdutivo", no sentido que o "produto" de seu trabalho não é absorvido no circuito de produção material.

Afinal qual o tipo de qualificação que é imposto e legado pela Escola, ou antes, pluralizemos: quais os tipos de qualificação, já, que a mesma é diversificada?

Na escola aprende-se certas técnicas (como ler, escrever, contar), alguns elementos da "cultura científica" ou "literária" (cultura esta que aparece como um patrimônio de

* Idem.

toda uma sociedade) enfim aprende-se "saberes práticos", um certo "savoir-faire".

*"Mais por outro lado e ao mesmo tempo que ensina estas técnicas e estes conhecimentos, a Escola ensina também as "regras" dos bons costumes, isto é, o comportamento que todo agente da divisão do trabalho deve observar, segundo o lugar que está destinado a ocupar: regras da moral, da consciência cívica e profissional, o que significa exatamente regras de respeito pela divisão social-técnica do trabalho, pelas regras da ordem estabelecida, pela dominação de classes. Ensina também a bem falar, a redigir bem, o que significa exatamente (para os futuros capitalistas e para os seus servidores) a mandar bem, isto é, (solução ideal) a falar bem aos operários, etc".*⁵³

Althusser diz que o aprendizado de "técnicas" (ler, escrever, contar) e de certos conhecimentos literários científicos ("savoir-faire") é feito ao lado e ao mesmo tempo que o aprendizado e ensinamento de certas "regras de bons costumes", ou seja, de certas normas de comportamento. Seria necessário perguntar se o conjunto das regras de comportamento, muitas delas minúsculas (referentes as formas mais apropriadas de comer a mesa, cumprimentar os superiores, e até mesmo a posição de dormir), não se constituiria como técnicas específicas de criar certos comportamentos, enfim, em técnicas disciplinares. Uma outra questão merece ser colocada: a própria aprendizagem de "técnicas" como ler, escrever, contar; a capacitação para o manejo de elementos de uma cultura "científica" e "literária", não seriam também efeitos de um trabalho de sujeição/domesticação/docilização exercido através de um tipo de articulação específica do eixo saber-poder

⁵³ ALTHUSSER, Louis. *op. cit.*, (Ideologia e Aparelhos). Original francês, p.6; Edição portuguesa p.21.

operada pela Escola, implicando o aprendizado de tais técnicas na observância a certas "regras" de comportamento?

Parece-nos que a diferenciação técnicas/regras resultam da diferenciação/oposição existentes na formulação Althusseriana entre ciência e ideologia: as técnicas, os conhecimentos científicos-literários seriam elementos do reino da Ciência, enquanto as regras de comportamento pertenceriam ao reino (obscuro) da Ideologia.

As regras de bons costumes ensinadas na escola indicariam o comportamento a ser observado por cada indivíduo "segundo o lugar" que ocupa ou está destinado a ocupar, (visto que a escola é canal de qualificação), "enquanto agente da divisão do trabalho". Portanto, para cada lugar ou posição que o indivíduo ocupa na divisão do trabalho, pautada sobre a ordem e a racionalidade econômica, seria prescrito um tipo específico de comportamento.

A escola, ensinando a "falar bem" e "redigir bem", segundo certos canônes da gramática (sintaxe, lêxico, etc.), que configuram um dado esquema de pensamento ou forma de organizar (dominante) e explicitar o real através da lingua-gem, estaria em verdade ensinando a "mandar bem".

Falar bem implica em mandar bem: a palavra seria pois dotada de potência, capaz de operar um domínio, exercer um efeito encantatório. Instrumento de criação, arma de subjugação.

Os valores "bom" (bons costumes) "bem" (falar bem, redigir bem) apareceriam como propriedades características dos que dominam, dos que detêm o poder, ou seja, daqueles que são donos dos meios de produção/material e intelectual, do poder político e econômico.

Nietzsche nos lembra que segundo a etimologia, a palavra "bom" nas diversas línguas tem o significado de nobre, distinto, enquanto a palavra "mau" (em alemão "*schlecht*" que é idêntica a palavra *schlicht* que significa "simples") designa o homem plebeu, vulgar, baixo; sendo a própria criação do valor "bom", obra dos nobres e poderosos:

*"Foram antes os "bons", eles próprios, isto é, os nobres, os poderosos, mais altamente situados e de altos sentimentos, que sentiram e puseram a si mesmos e a seu próprio fazer como bons, ou seja, de primeira ordem, por oposição a tudo o que é inferior, de sentimentos inferiores, comum e plebeu. Desse patos de distância é que tomaram para si o direito de criar os valores, de cunhar nomes dos valores". (...) "O direito dos senhores de dar nomes vai tão longe que se poderia permitir-se captar a origem da linguagem mesma como exteriorização de potência dos dominantes: eles dizem, "isto é isto e isto", eles selam cada coisa e acontecimento com um som e com isso, como que tornam posse dele".*⁵⁴

A Palavra (dos poderosos) é a Lei. A linguagem não é a expressão cristalina do espírito humano: ela é a ferramenta de que se utilizam os poderosos para impor determinadas formas de direito, de verdade, de justiça.

Ora, a Escola tem na linguagem o suporte básico da transmissão de valores e conhecimentos: pelo adestramento linguístico legitima-se uma dada modalidade de saber e um *estilo* de dominação. Como vimos em Althusser, a Escola ensina a *falar bem, mandar bem* (nos operários). Perguntar-se-ia, então: o principal destinatário (ou alvo de domínio) do discurso pedagógico seria o operário?

A domesticação, docilização e subjugação efetuadas pela escola perpassam a consciência-corpo dos educandos, através de procedimentos disciplinares, e incidem mesmo sobre

⁵⁴ NIETZSCHE, Friedrich. *A Genealogia da Moral*. Lisboa, Ed. Guimarães, 1976, p.19. Edição brasileira abreviada IN: *Coleção Os Pensadores*, São Paulo, Ed. Abril, 1974, pp.307-308.

aqueles que são considerados elementos "dominadores" (os futuros capitalistas, os filhos dos capitalistas): para que estes aprendem a "mandar bem" devem antes aprender a "obedecer bem".

Lembremos que em Gramsci os intelectuais são definidos como os "funcionários" ou "comissários" de um grupo dominante, encarregados de exercer um determinado tipo de hegemonia. Sendo a Escola o principal instrumento de formação dos intelectuais nas sociedades modernas, é através dela que são produzidos esses "funcionários" dos aparelhos ideológicos de Estado.

Como na dialética hegeliana do escravo-senhor, a preparação do intelectual para certas funções de poder, implica numa aprendizagem de submissão às normas escolares.

Continuando sua explicação sobre as formas de qualificação efetuadas pela escola objetivando a reprodução da força de trabalho Althusser enuncia numa linguagem "científica": *"a reprodução da força de trabalho exige não só uma reprodução da qualificação desta, mas, ao mesmo tempo, uma reprodução da submissão desta às regras da ordem estabelecida, isto é, uma reprodução da submissão desta à ideologia dominante para os operários e uma reprodução da capacidade para manejar bem a ideologia dominante para os agentes da exploração e da repressão, a fim de que possam assegurar também, "pela palavra", a dominação da classe dominante"*.⁵⁵

O duplo funcionamento do aparelho (repressivo) de Estado e dos diferentes aparelhos ideológicos de Estado expressam em Althusser uma conceituação de poder centrado no binômio "repressão-ideologia".

Embora possuindo os dois tipos de aparelhos (o repressivo e os ideológicos de Estado) graus diferentes e espe

⁵⁵ ALTHUSSER, Louis. *op. cit.*, (Ideologia e Aparelhos), original francês. p.7; edição portuguesa. pp.21-22.

cíficos de "eficácia", ou efeito de poder, e ocorrendo no interior dos aparelhos ideológicos de Estado (como Escola, Igreja, partidos políticos, etc), formas variadas de operar um efeito de poder, as categorias ou "forças" que os movem, quais sejam, a repressão e a ideologia, constituem-se fundamentalmente em mecanismos de sujeição, submissão, dominação. O poder, desta forma, seja baseado na repressão, seja na ideologia, recebe uma definição "negativa".

Althusser deixa assim de analisar os mecanismos e os *efeitos produtores* específicos das ideologias (religiosas, morais, pedagógicas); as diferentes *formas de produção* de um feixe de "saberes" (referentes ao domínio da medicina, da psiquiatria, da psicologia, da pedagogia), saberes estes que são produzidos a partir da implantação de um certo tipo de poder; quais os mecanismos de troca, ou o regime de troca, entre os procedimentos e técnicas utilizados por cada aparelho disciplinas (escola, hospital, prisão) entre si, tomados como uma articulação específica do saber-poder.

Caberia perguntar-se como se operou a utilização de procedimentos médicos, relativos a higiene pelas instituições pedagógicas, (medicalização do espaço escolar); e como se deu a apropriação ou "tradutibilidade" dos procedimentos referentes a divisão e utilização do tempo, ao controle da atividade pelo estabelecimento de um horário, técnicas geradas pelas ordens religiosas monásticas e depois difundidas nas escolas, nas fábricas, nos quartéis, etc.

Mas afinal, em que espaço teórico nos encontramos ou nos movemos, de qual campo do saber extraímos nossos reparos críticos a formulação althusseriana de poder, de que lugar falamos? Já que é preciso nomear o "autor", referenciar-reverenciar a "fonte", indicar as "influências", sejamos breves: como indicamos acima, partimos de Foucault para analisar a constituição da "sociedade disciplinar" em que estamos imersos.

Partimos de um ponto-eixo teórico no que se refere a conceituação de poder, embora se inter cruzem neste eixo outras linhas e demarcações teóricas, que tomamos de "empréstimo" - afinal o saber possui seu sistema de trocas, sua economia interna - a outros autores como Nietzsche, Gramsci, Marx.

Que não nos culpem de ecletismo: o que objetivamos é detectar os graus de confluência e as oposições entre diferentes posições teóricas acerca da categoria "poder", tentando, na medida do possível, estabelecer a "nossa" (minha) posição diante destas perspectivas teóricas acerca do poder.

Certos reparos de ordem teórica e metodológica devem ser feitos sobre as categorias que de certa forma comandam nosso objeto de estudo em sua fase de investigação - pois que no momento estamos em fase de exposição, tentando ou tateando a síntese: quais os nossos objetivos primeiros, as categorias que de início nos permitiram construir nosso objeto; as novas inflexões teóricas ocorridas durante o processo de estruturação das categorias centrais que irão permear nosso trabalho?

Dissemos anteriormente que o nosso ponto de partida teórico para a compreensão dos mecanismos disciplinares instituídos pela Escola havia sido a categoria "poder" da forma que é explicitado em Foucault, o que é parcialmente verdadeiro e parcialmente falso.

Constituindo-se nosso objeto de estudo na análise das regras disciplinares das instituições pedagógicas; incidindo a análise de tais regras sobre uma instituição pedagógica "particular" (o Colégio Santo Inácio); circunscrevendo-se nossa análise ao período do Estado-Novo (1937-1945), duas questões fundamentais nos moveram no início de nossa investigação.

Em primeiro lugar objetivava-se apreender, através da análise dos regulamentos, regimentos, estatutos escolares - enquanto dispositivos disciplinares próprios das instituições pedagógicas - qual o conteúdo e função ideológicas destes códigos de comportamento. Dessa forma o regime disciplinar escolar, ou antes a própria categoria "disciplina" seria vista em sua relação com outra categoria e prática social: a Ideologia.

Tendo centralizado nossa análise ao período do Estado-Novo e havendo um certo consenso entre os estudiosos do período acerca do caráter autoritário do aparelho governamental, fomos levados a uma série de questionamentos sobre os possíveis "efeitos" de tal autoritarismo governamental na prática pedagógica.

A segunda questão portanto referia-se a discussão da categoria "Estado" e as relações de identidade e oposição mantidas entre esta instância de poder (espécie de "olhar" ordenador que perpassa a todo social) e as instituições escolares. Em que medida seriam observadas mudanças nas regras disciplinares das instituições escolares - no caso o Colégio Santo Inácio -, a partir da instauração de um novo aparelho governamental?

Na construção de nosso objeto de estudo, as duas categorias norteadoras foram primeiramente a "ideologia" e o "Estado", a partir da abordagem proposta por Marx na *Ideologia Alemã* e na *Introdução à Crítica da Economia Política*.

A contacto com a obra de Foucault ocorreu posteriormente, o que nos levou a novas inflexões teóricas, a uma nova "perspectiva" diante de nosso objeto de estudo, o que não significou o abandono dos pressupostos marxistas acerca das categorias "ideologia" e "Estado", mas antes a re colocação destas categorias e de sua validade teórica para nossa análise, a partir de uma nova ótica.

Será possível compatibilizar, sem incorrer em ecletismo teórico (o que implica numa colagem de conceitos gerados a partir de posições teóricas diferenciadas e mesmo opostas), a abordagem marxista do poder e a abordagem proposta por Foucault? Será possível encontrar pontos centrais de confluência entre as duas abordagens que implique numa compreensão mais alargada do poder, de suas injunções econômicas e políticas, de suas inflexões com a constituição de um corpo de saberes?

Por ora, contentemo-nos com a indicação da fonte primeira que alimentou nossa pesquisa em sua fase de investigação (ou construção do objeto, construção pontilhada de avanços e recuos, de dúvidas, de colocação em confronto de pontos de vista teóricos diferenciados, construção em processo), deixando para o decorrer do capítulo e do próprio trabalho a definição das categorias Ideologia e Estado em Marx, por ele mesmo e segundo as "interpretações" que tentaremos elaborar a partir de certas "releituras".

1.3 FOUCAULT X ALTHUSSER: O Poder "produtor" e o Poder "repressor".

Voltamos a questão do duplo funcionamento dos aparelhos ideológicos de Estado (pela ideologia - pela repressão), que expressaria uma conceituação negativa do poder em Althusser.

Foucault recusa-se a explicar os mecanismos do poder através dos conceitos repressão-ideologia, afirmando que a articulação deste binômio expressa uma compreensão duplamente "negativa" do poder.

O conceito de "repressão" seria inadequado para dar conta de que existe de realmente produtor no poder:

"Quando se define efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que ele seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir".⁵⁶

Primeiramente, o que significa uma concepção "jurídica" do poder, ou antes, qual o princípio que rege tal concepção?

A concepção jurídica, ou antes, "jurídico-discursiva" do poder (já que a Lei é estabelecida ou requer a escritura, o texto, a Palavra) tem como princípio ou forma reguladora, o Direito, caracterizando-se pelo regime binário do lícito e ilícito, do permitido e proibido, da transgressão e castigo. Diante do poder que é a lei, o sujeito que é constituído como sujeito - que é "sujeitado", submetido -, deveria apenas obedecer. Sendo este modelo de poder essencialmente jurídico, encontra-se centrado de forma exclusiva no "enunciado da lei", ou seja, no discurso "legal" que funciona pela interdição e sanção. As variadas formas de dominação, submissão e sujeição têm por único objetivo operar um "efeito de obediência".⁵⁷

Quais os acontecimentos de ordem histórica e política que concorreram para a implantação do modelo "jurídico-discursivo" de poder, cujo mecanismo fundamental é o da repressão efetivada sob o signo da Lei, e qual a função deste poder imposto basicamente pela punição, coerção, proibição e exclusão?

⁵⁶ FOUCAULT, Michel. *op. cit.*, (Microfísica), p.8.

⁵⁷ FOUCAULT, Michel. *op. cit.*, (História da Sexualidade I), pp.80-83.

Este modelo e concepção de poder teria sido histórica e politicamente criado pelo Estado medieval e clássico. As grandes instituições de poder que se desenvolveram na Idade Média (a monarquia, o Estado com seus aparelhos) conseguiram se implantar e ser aceitas através de uma série de alianças táticas com outros poderes pré-existents - poderes ligados a posse da terra, das armas, a servidão, etc - porque se apresentaram como "*instâncias de regulação, e arbitragem, de delimitação, como maneira de introduzir ordem entre esses poderes, de fixar um princípio para mitigá-los, e distribuí-los de acordo com fronteiras e hierarquias estabelecidas*".⁵⁸

Ao apontar a espessura nitidamente "negativa" do sistema de poder medieval - fundado em mecanismos de dominação, sujeição e submissão estabelecidos pelo discurso jurídico -, Foucault está longe de afirmar que tais mecanismos "negativos" estejam ausentes do sistema de poder moderno. Interessa-lhe chamar atenção para o fato de os canais de poder da *sociedade disciplinar* - implantada no século XVIII - não terem como objetivo básico a imposição de uma *obediência*.

Segundo Foucault, as formas de exercício do poder que nos cerca atualmente, dizem antes respeito ao *produzir, fabricar e instituir* um determinado padrão de conduta, um certo tipo de corpo e maneiras de pô-lo em funcionamento.

Poder-se-ia contestar Foucault, dizendo que qualquer sociedade, no decorrer da história, fabrica um modelo de conduta e até mesmo os corpos: lembremos os espartilhos para comprimir o ventre das mulheres, dando-lhes uma silhueta esbelta, usados no Ocidente Medieval.

A diferença é que nas sociedades modernas, a *produção* das condutas e dos corpos é *normatizada* pelos espaços disciplinares (escola, fábrica, prisão), que instauram novas modalidades de poder, e constituem novos saberes, como a *psiquiatria, sociologia, psicologia, etc.*

⁵⁸ Idem. p.84.

O poder não pode se contentar, ou antes implantar-se, apenas "negando", dizendo: "não faça isto, não faça aqui lo". Mas agora de que "poder" falamos?

Que estranho nos soa dizer que o poder - visto ainda sob uma ótica jurídico-discursiva, da interdição/proibição - "induz ao prazer". O poder, enquanto mecanismo repressivo, parece ser justamente o reverso do prazer, a sua negação.

Este novo tipo de poder, ou antes, uma ampla rede de poderes, irá se implantar a partir do sêculo XVIII no mundo ocidental. É importante que se indique não apenas o momento histórico-cronológico da emergência e instituição desta forma de poder - sabendo-se que sua emergência não foi súbita, nem tampouco resultante de acúmulos, mas antes de rupturas -, mas a partir de qual espaço sócio-cultural e político cria-se este novo poder.

Falamos de Ocidente, de um lado do mundo, de uma zona dos grandes mapas, de um ponto do horizonte cultural da "humanidade": espaço geográfico (o lado oposto, inverso e ao mesmo tempo complementar do Oriente); espaço intelectual e cultural de um certo tipo de saber constituído como "ciência" e "filosofia"; lugar da Razão, ponto de Luzes (o oposto das "superstições" e credices dos povos atrasados ou não-cristãos); espaço de um corpo de crenças fundadas sobre o Império da Cristandade. Espaço místico, espaço de poder.

MITO ORGÂNICO:

"'Occident' désigne un point de l'horizon où le soleil se couche. C'est-à-dire qu'il dérobe au regard au moment même où il semblait possible d'atteindre. Il se déplace au fur et à mesure qu'on l'approche. Par consêquent, l'Occident n'est pas un lieu géografique. Avant d'être un territoire dont

on pourrait à volonté parcourir l'étendre, il est d'abord un lieu mystique - la demeure du soleil" (...) "Mais déjà voilà le mythe que s'épaissit et le point sur l'horizon qui prend corps: l'Occident devient quelque chose, le mythe devient organique, il prend forme en dictant les conduites, en imposant les croyances, en révélant des certitudes" (...) Mythe organique encore, car il est le lieu commun d'innombrables énoncés qui touchent au statut et à la condition de millions d'hommes".⁵⁹

Mito orgânico: linguagem como que "eterna" e pela qual se explica a "origem" do nascimento de um corpus social, estruturando as representações que dão consistência as doutrinas; orgânico e organizador, porque construindo um sistema de representações, constitui o próprio corpo de "milhões de homens", impondo-lhes condutas, entranhando-lhes certas absolutas.

MITO DE PODER E AUTORIDADE:

"Si l'Occident est un mythe, ce mythe est un mythe de puissance: les idéologies qui s'y alimentent sont en effet celles du pouvoir, et même du valorisation du pouvoir. L'apport du christianisme, ou plus précisément, peut-être, la signification de l'idée de Chrétienté est, de ce point de vue, d'avoir rapporté, contre son inspiration première, tous les aspects de la vie humaine à l'autorité".⁶⁰

A Igreja, instituindo o cristianismo, firmou-se como centro de poder, eixo do saber medieval; e será precisamente este "catolicismo guerreiro", arma de conversão-conquista que teremos em terras do Brasil colonial e cujos prin

⁵⁹ MAIRET, Gérard. L'Idéologie de l'Occident: signification d'un mythe organique. IN: *Histoire des Idéologies 2: de l'Eglise à l'Etat du IX^e au XVII^e siècle*. Ed. Hachette, 1978, pp.23-24.

⁶⁰ Idem. p.30.

cipais "soldados" foram os jesuítas: membros do corpo da cristandade, pertencentes a Companhia de Jesus, lutando sempre para a maior glória de Deus. O aspecto militar da ordem jesuítica será analisado no capítulo seguinte, pois é preciso lembrar que não se trata de uma simples transposição dos modelos das organizações militares para as organizações ou "ordens" religiosas: há um *nível de tradução* dos enunciados pertencentes as corporações militares para os enunciados que constituem o discurso específico das instituições religiosas, e um *nível de constituição* de um discurso interno, gerado a partir do próprio espaço das ordens religiosas.

O novo tipo de poder de que falamos, surgido no Oci dente, vai ordenar-se não mais em torno da Lei (a partir dos limites do lícito/ilícito-proibido/permitido) mas sim fundamentalmente em torno da Norma: do que é "normal" ou não, "correto" ou não.

A Norma irá constituir-se como a nova Lei da sociedade disciplinar: *idade do controle social*, da vigilância que esquadrinha todos os espaços e todos os indivíduos compreendidos e constituídos nestes espaços; *idade da ortopedia social*, da correção dos desvios e deformidades do corpo, da mente, da conduta. O efeito deste poder ordenado em torno da norma não será mais exclusivamente centrado no fazer obedecer-punir a desobediência diante da Lei: a eficácia e o poder da norma fundam-se sobre o eixo da correção, da prevenção, da vigilância.⁶¹

Corrige-se as deformidades ou desvios orgânicos (do enças): restabelecendo-se ou criando um equilíbrio do corpo,

⁶¹ A noção de *ortopedia social* ou arte-ciência da correção das deformidades do corpo e de seu funcionamento, bem como das condutas dele requeridas, acha-se definida numa série de livros, artigos e entrevistas de Foucault. Podemos encontrá-la: em *Vigiar e Punir*, particularmente em sua terceira parte, que trata da disciplina, controle e docilização das mínimas parcelas do corpo; e na série de conferências publicadas pela PUC, sob o título de *A Verdade e as Formas Jurídicas*, particularmente na IV conferência, pp.68-69.

de seu funcionamento, estabelecendo-se um padrão "ótimo" de sanidade a partir de normas higiênicas, dietéticas, médicas; prevenindo-se a ocorrência das doenças (por contágio, falta de higiene e cuidados médicos, alimentação inadequada, condições de salubridade do meio-ambiente), através da vigilância médica que irá atravessar todo o corpo social (pela disseminação de medidas sanitárias como vacinação da população, enfim, medidas de higiene pública) e exercer-se em sua detalha da plenitude no espaço hospitalar. Lugar onde habita a doença, onde a doença é cultivada - como num herbário - para ser melhor conhecida, controlada, e onde se localiza a sua possibilidade de cura.

Corrige-se as deformidades e desvios de conduta (faltas, vícios, crimes e a loucura, ao mesmo tempo vista como doença e desvio de conduta), estabelecendo-se um padrão normatizador de conduta que visa a reforma de um corpo-máquina disfuncional com relação a esta norma. Transforma-se o regime penal, criando-se instituições como a prisão e os asilos, que têm por finalidade não simplesmente punir, mas possibilitar a reequilibração e reintegração dos desviantes ao seio da Norma, sendo, para tanto necessário excluir temporariamente os transgressores do convívio da sociedade, exclusão que tem como objetivo a regeneração e cura de vícios, taras e doenças.

Explicando as mudanças ocorridas no regime de penalidade durante o século XIX, Foucault diz que esta "*de maneira cada vez mais insistente, tem em vista menos a defesa geral da sociedade que o controle e a reforma psicológica e moral das atitudes e do comportamento dos indivíduos*", passando a ser um controle, não tanto "*sobre se o que os indivíduos fizeram está em conformidade ou não com a lei, mas ao nível do que podem fazer, do que são capazes de fazer, do que estão sujeitos a fazer, do que estão na eminência de fazer*".⁶²

⁶² FOUCAULT, Michel. *op. cit.*, (A Verdade e as Formas), p.67. (grifos nos sos)

Trata-se aí, da noção de "periculosidade", que em termos da teoria penal implica em considerar o indivíduo, com relação as infrações previstas pela norma social, ao nível de suas "virtualidades" e não apenas de seus atos. Veremos adiante, como a noção de "periculosidade" atravessa as instituições pedagógicas, em seu esmero de detectar, pelo exame minucioso das condutas dos escolares, os traços de "caráter" que são indicativos de uma periculosidade, de uma propensão a certos vícios e faltas, indicação antes de perigo, que de "pecado".

Corrige-se as deficiências intelectuais criando ou aumentando a capacidade de aprendizagem dos educandos, através de técnicas pedagógicas como a regulação do horário, formas de avaliação dos conhecimentos e habilidades transmitidos, como o exame. Deve-se lembrar que a escola é também um espaço terapêutico. Afinal a escola educa, e educar implica não apenas em transmitir conhecimentos, mas em evitar e corrigir comportamentos "nocivos a boa saúde", como a masturbação, a promiscuidade sexual entre os alunos, etc. É extensa e detalhada a lista de procedimentos utilizados no espaço escolar para evitar a quebra da normalidade, notadamente no que se refere a sexualidade.

Dentre os procedimentos utilizados pela escola - enquanto aparelho disciplinar -, para evitar a quebra da normalidade e ter controle sobre as "circunstâncias" que favorecem o cometimento de infrações, ou seja, a execução de comportamentos "virtualmente perigosos", podemos destacar os procedimentos arquiteturais que comandam a construção dos prédios escolares.

A este respeito nos diz Foucault:

"Consideremos os colégios do século XVIII. Visito globalmente, pode-se ter a impressão de que aí, praticamente não se fala de sexo. Entretanto, basta

atentar para os dispositivos arquiteturais, para os regulamentos de disciplina e para toda a sua organização interior: lá se trata continuamente do sexo. Os construtores pensaram nisso, e explicitamente. Os organizadores levaram-no em conta permanentemente". (...) "O espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos dormitórios (com ou sem separação, com ou sem cortina), os regulamentos elaborados para a vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças".⁶³

Dessa forma, as prescrições disciplinares, enquanto integrantes de um campo discursivo e político, agem fundamentalmente através de minuciosas explicitações de certos objetos e questões, dentre as quais o sexo é destacado como ponto privilegiado da moral e do saber médico. A masturbação, por exemplo, com a implantação da sociedade disciplinar, deixa de consistir apenas numa infração moral ou pecado, para ser visada como prática que convém prevenir, evitar e corrigir, em nome e defesa da saúde infantil e adolescente; transformando-se em um dos problemas básicos de saúde pública.

Jurandir Costa Freire, em *Ordem Médica e Norma Familiar*, analisa a constituição de uma série de discursos médicos que têm por objeto o controle da sexualidade das crianças. Transcrevendo várias teses de higienistas brasileiros do século passado, nos indica o autor, a excessiva importância dada a prática de masturbação, vista como perigosa e mesmo fatal para o bom equilíbrio da saúde. A masturbação provocaria, segundo o discurso dos higienistas: lesões no sistema digestivo (vômitos, gastrites, diarreias); circulatório (hipertrofias dos músculos cardíacos, dilatações musculares, síncope, etc); respiratório (dicção difícil, gagueira, tosse seca, sufocação, tuberculose, etc); e nervoso (epilepsia, insônia, nervosismo, hipocondria, etc).⁶⁴

⁶³ FOUCAULT, Michel. *op. cit.*, (História da Sexualidade I), p.30.

⁶⁴ Cf. COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. R.J., Graal, 1979, p.187.

O espaço disciplinar escolar se apropriará de tais discursos médicos, em seu combate à sexualidade que não está conforme a norma. Não se trata mas apenas de pecado, de atentado à moral cristã; trata-se de uma defesa da saúde, do controle das práticas desviantes ou anormais.

Madureira, um jesuíta que escreveu densa obra intitulada - "*A Liberdade dos Índios e a Companhia de Jesus: sua pedagogia e seus resultados*" - ao tratar da educação moral e física segundo os cânones da disciplina jesuítica, mostra-nos a minuciosa preocupação dos padres da Companhia em terras brasileiras, já em nosso século, sobre o controle e correto desenvolvimento da sexualidade infantil, da sexualidade dos escolares.⁶⁵

Mas se falamos que o novo tipo de poder funda-se em torno da Norma, qual o mecanismo fundador da própria norma, ou antes, em qual espaço de saber-poder foi criado o conceito de norma-normal, já que o oposto de normal nos parece ser atualmente o anormal, o patológico?

Canguilhem, fazendo o exame crítico de alguns conceitos como *normal*, *anormal* e *doença*, transcreve algumas definições médicas e filosóficas referentes as categorias acima citadas. Trata-se portanto de categorias definidas a partir de dois campos de saber - o saber médico e o saber filosófico:

"O Dictionnaire de médecine de Littré e Robin define o normal do seguinte modo: normal (*normalis*, de regra, norma) que é conforme a regra, regular(...). O Vocabulaire technique et critique de la philosophie é mais explícito: é normal aquilo que não se inclina nem para a esquerda nem para a direita, portanto

⁶⁵ MADUREIRA, J.M. *A Liberdade dos Índios e a Companhia de Jesus: sua Pedagogia e seus resultados*. Vol. I, R.J., Imprensa Nacional/Revista do Instituto Histórico, particularmente o capítulo X, que trata da análise do *Ratio* como método de educação moral, pp.474-589.

o que se conserva num justo meio-termo; daí derivam dois sentidos: é normal aquilo que é como deve ser e é normal no sentido usual da palavra, o que se encontra na maior parte dos casos de uma espécie de terminada ou que constitui a média ou o módulo de uma característica mensurável".⁶⁶

A partir das duas definições dadas a categoria "normal" podemos refletir sobre o profundo imbricamento entre o poder (instituído pela norma, fundado na norma) e o saber, que estabelece o estatuto teórico concedido a categoria norma (normal); que produz um conhecimento sobre "uma espécie determinada" (sobre certos seres pertencentes a espécie "humana" como as crianças, os loucos, os doentes); que delimita as fronteiras entre o que "deve ser" - um imperativo categorico - e o que não deve ser. A média padrão, a norma, o regular (portanto o regulado a partir de uma média-módulo) devem significar o "justo-meio", o ponto central de equilíbrio de um conjunto de características (de elementos que distinguem, diferenciam, qualificam, identificam pessoas ou coisas) passíveis de serem mensuradas, hierarquizadas, ordenadas.

Embora Canguilhem teça sutis e precisas diferenciações entre as categorias patológico/anormal/doença, tomemos as mesmas, como correlatas, já que o que nos interessa mais de perto é entender a norma-normalidade, o conceito de saúde.

O patológico, a doença, definiram uma variedade biológica de valor negativo, um estado orgânico que não encontra-se conforme, de conformidade com a norma padrão de saúde.

⁶⁶ CANGUILHEM, Georges. *O Normal e o Patológico*. R.J., Forense, 1978, p.95. (grifos do autor)

Enquanto o conceito de "doença" define um não valor, que compreende todos os valores negativos possíveis, a conceituação de "saúde", ou o que é desejado na saúde parece evidente do ponto de vista fisiológico. Os valores desejados são: "*a vida, uma vida longa, a capacidade de reprodução, a capacidade de trabalho físico, a força, a resistência, a fadiga, a ausência de dor, um estado no qual se sente o corpo o menos possível, além da agradável sensação de existir*".⁶⁷

O que marcaria segundo Canguilhem os variados conceitos de doenças - antigos e atuais - seria o fato de se constituírem em um "juízo de valor virtual" ou seja, resultarem de uma apreciação dada, quer pelos próprios pacientes com respeito a certos sintomas (para Jaspers, citado por Canguilhem, o que determinaria a categoria doença seria mais a apreciação dos pacientes e as idéias dominantes no meio social do que a "opinião" dos médicos), quer pelos médicos, aqueles que detêm um saber, extraem um conjunto de conhecimentos a respeito do corpo "doente", produzem técnicas de avaliação do estado do paciente (como o exame), estabelecem interdições e mecanismos de vigilância como forma de evitar-prevenir a acorrência de um quadro mórbido.

Foucault ficaria com a segunda afirmação: é o médico que fala, e fazendo falar o paciente, é ele (que ocupa uma posição de poder-saber dominante com relação ao seu "paciente", aquele que espera...) que organiza a própria fala do paciente (doente), que o induz a falar, a responder certas questões.

Assinalando-se a articulação das conceituações de "doença" com dois campos do saber (o saber médico e o saber filosófico) observa-se, malgrado as aparências, uma persistência de julgamentos de valor nos conceitos empíricos da medicina ou do saber médico acerca de doença, normal e patológico.

⁶⁷ JASPERS, Karl. Psychopathologie Générale. Paris, Alcan, 1933. Georges Canguilhem, *op. cit.*, p.93.

Designando o conceito de normal em medicina "ao mesmo tempo um estado habitual dos órgãos" (referente ao funcionamento regular do organismo, implicando esta regularidade/repetição de um fato na possibilidade de estabelecer-se um índice de generalidade observável) e "seu estado ideal" (implicando isto em um valor de perfeição, um Bem) constata-se o quanto os conceitos de existência (vida-saúde-doença, etc) encontram-se referenciados a uma matriz teórica de ordem filosófica-normativa: entendendo-se por "normativo" o julgamento que qualifica, aprecia e avalia um fato em relação a uma norma, estando esta forma de julgamento subordinada a aquele que institui as normas.⁶⁸

Mas por quẽ este deter-se insistentemente na definição de "normal", apontar as articulações de tal definição com o saber médico-filosófico, quando queremos falar de poder, do poder que domina, submete, sujeita os indivíduos?

É que queremos mostrar através da articulação dos conceitos normal-norma, discurso médico-discurso filosófico, o que se constitui e como se constitui o objeto deste poder baseado na norma.

De que objeto falamos? O objeto privilegiado deste poder que emerge no decorrer do século XVIII é precisamente o corpo, a carne.

Sartre já afirmara contra o primado da essência, contra o privilegiamento da "alma", do intelecto, da racionalidade cartesiana: "eu não tenho um corpo, eu sou um corpo".

Sendo constituído pelo poder e por um conjunto de saberes, o corpo do qual falamos não é algo de "natural", de já dado, estabelecido para sempre o seu ritmo e funcionamento. Este corpo será fabricado incessantemente, sem trêguas, no

⁶⁸ Cf. Idem. p.96.

eixo do dia e da noite, nas múltiplas oficinas de saber-poder, como o hospital, a escola, a prisão, os quartéis, as fábricas. O corpo se faz fazendo-o realizar certas operações (forma de sentar, segurar o fuzil, pegar na caneta, ajoelhar-se, etc).

O objeto do poder constitui-se assim como uma corporeidade, atravessando esta corporeidade e materialidade o próprio poder.

Falando sobre as modificações ocorridas no regime de poder, que deixa de fundar-se basicamente na lei para ordenar-se no eixo da norma Foucault nos diz:

"Houve durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontra-ríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo-ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hãbil ou cujas forças se multiplicam. O grande livro do Homem-máquina foi escrito simultaneamente em dois registros: no anátomo-metafísico, cujas primeiras páginas haviam sido escritas por Descartes e que os médicos e filósofos continuaram; o outro, técnico-político, constituído por um conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalares e por processos empíricos e refletidos para controlar ou corrigir as operações do corpo. Dois registros bem distintos, pois tratava-se ora de submissão e utilização, ora de funcionamento e explicação: corpo útil, corpo intelegível. E entretanto de um ao outro, pontos de cruzamento".⁶⁹

⁶⁹ FOUCAULT, Michel. *op. cit.*, (Vigiar e Punir), original francês, p.138; edição brasileira, p.125-26.

O poder, agindo sobre o corpo, não sô o submete e domestica, mas o torna-o capaz de realizar certas operações, de multiplicar ou maximizar as suas forças.

Os registros do "homem-máquina" - anátomo-metafísico e técnico-político - embora se constituam diferentemente, mantêm entre si articulações, pontos de cruzamento. Nas instituições dos regulamentos militares, inscritas no registro técnico-político, as operações da marcha de uma tropa, a elaboração temporal do ato e sua decomposição em elementos (duração de cada passo, posição dos embros, das articulações, de terminação de uma direção para cada movimento) definem-se a partir de um esquema "anátomo-cronológico" do comportamento.⁷⁰

Para controlar as operações do corpo do soldado, utilizar bem sua força e mesmo aumentá-la, é necessário conhecer o funcionamento deste corpo, sua forma de constituição, enfim, sua anatomia. É necessário também fazer com que o tempo penetre o corpo, que o corpo seja ajustado a um certo ritmo temporal, ritmo este regulado por horários, duração de cada exercício. Ao contrário do mito, aqui, no espaço de poder permeado de um saber que lhe informa como proceder com relação ao seu objeto - o corpo -, o tempo não devora os próprios filhos, mas os protege, corrigindo-os para melhor utilizá-los; conhecendo-os para melhor submetê-los, controlando-os para melhor aperfeiçoá-los.

O mito de Chronos, o Tempo, é invertido ou transmutado no eixo do poder-saber "produtor": o tempo, o Pai, não mais devorará seus filhos, antes irá nutri-los, cuidar com desvêlo (vigilância) para que seus corpos cresçam, sejam belos, úteis e obedientes.

⁷⁰ Cf. Idem. Original francês, p.153; edição brasileira, p.138.

Trata-se do tempo disciplinar, regulado e construído através de procedimentos como o horário, que deixa de ter um caráter fundamentalmente negativo - meio de evitar a ociosidade, princípio da não-ociosidade - para constituir-se em instrumento de utilização cada vez mais crescente do tempo. O que se objetiva é evitar o desperdício, nada deve se perder, todas as atividades e operações devem ser regidas pelo princípio da utilidade, da eficiência: racionalidade econômica e política.

Dissemos anteriormente que o modelo sobre o qual se fundava a concepção jurídico-discursiva do poder (regido pela Lei) era o direito: e neste novo poder da norma, qual o modelo que o constitui?

O modelo deste novo poder será o modelo estratégico, substituindo-se o privilégio da interdição (proibição estabelecida pela Lei), pelo ponto de vista da eficácia tática:

"É efetivamente um dos traços fundamentais das sociedades ocidentais o fato de as correlações de força que, por muito tempo tinham encontrado sua principal forma de expressão na guerra, em todas as formas de guerra, terem-se investido, pouco a pouco, na ordem do poder político".⁷¹

Veja-se que Foucault fala de todas as formas de guerra e confrontos de força que implicam a ocupação de certas posições estratégicas. Lembremo-nos das novas formas de luta política, como ocupações de embaixada, sequestro de expoentes do poder político e até em 68 na França, a tomada do anfiteatro da universidade. Ocupa-se os espaços de poder, lá onde o poder se instala, em sua materialidade, concretizado.

⁷¹ FOUCAULT, Michel. *op. cit.*, (História da Sexualidade I), p.97.

Adotando o que denomina "hipótese de Nietzsche" acerca da genealogia do poder, de suas formas de aparição e instituição, Foucault vê como a base das relações de poder o "confronto belicoso das forças".⁷²

Em Georges Bataille a implantação de uma "ordem militar" (cuja operação central é a guerra), articula-se com o crescimento industrial, ocorrendo uma passagem de um equilíbrio de recursos e despesas à acumulação de forças com vistas em seu crescimento:

"L'ordre militaire mit fin aux malaises que répondaient à une orgie de consommation" (orgia do consumo, do desperdício de forças expressa pelos sacrifícios religiosos) (...) "Il ordonna un emploi rationnel des forces à l'accroissement constant de la puissance. L'esprit méthodique de conquête est contraire à celui du sacrifice et dès d'abord les rois militaires se refusent au sacrifice. Le principe de l'ordre militaire est le détournement méthodique de la violence vers le dehors. Si la violence sévit à l'intérieur il s'y oppose dans la mesure où il peut. Et, la détournant vers le dehors, il la subordonne à un fin réelle. Il la subordonne ainsi généralement. Ainsi l'ordre militaire est-il contraire aux formes des combats spectaculaires, que répondent davantage à une explosion effrénée de fureur qu'au calcul raisonnée de l'efficacité". (...) "L'ordre militaire organise le rendement des guerres en esclaves, celui des esclaves en travail. Il fait de la conquête une opération méthodique, en vue de l'agrandissement d'un empire".⁷³

⁷² FOUCAULT, Michel. *op. cit.*, (Microfísica), p.176.

⁷³ BATAILLE, Georges. *Theorie de la Religion*. Ed. Gallimard, France, 1974, pp.87-89.

Encontramos no trecho acima, variadas inflexões com a análise foucaultiana do poder. O investimento político do corpo - no eixo da ordem militar, bem como na ordem pedagógica, etc - liga-se a sua utilização econômica. A subordinação da violência a um fim real (a conquista) é ordenada segundo o cálculo e emprego racional de forças: a ordenação-regulação das forças é ao mesmo tempo um mecanismo de submissão-subordinação e um mecanismo de produção-incitação. Ordena-se e regula-se as forças, para que se verifique o crescimento constante do poder. A guerra não visa apenas destruir, mas antes, organizar um rendimento que é expresso por escravos possíveis de serem utilizados como força de trabalho, como força produtiva.

Sem negar a indissociabilidade entre o econômico e o político, Foucault nos alerta que esta não seria da ordem da "subordinação-funcional", o político sendo determinado estritamente pelo econômico, nem do "isomorfismo formal", o econômico agindo da mesma forma sobre todas as variadas instâncias do político.

Referindo-se as complexas e recíprocas relações que ligam o investimento político do corpo à sua utilização econômica, diz Foucault:

(...) "É, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só se torna possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre os elementos materiais sem

no entanto ser violenta; poder ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, poder ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física".⁷⁴

A importância dos desportos e da ginástica, nos aparelhos disciplinares escolares⁷⁵ expressam-nos a construção e regulação de corpos através de mecanismos que utilizam precisamente a força contra a força, sem que isto implique em violência: contra a força cega e descontrolada dos músculos juvenis impõe-se uma força, um certo uso desta, que seja regida pela racionalidade, que controle as mínimas operações do corpo, que eduque e submeta os corpos das crianças e adolescentes para que estes cresçam sãos, livres de doenças, desvios, imperfeições. A ginástica desenvolvida nos espaços escolares constitui-se como uma apropriação das prescrições disciplinares referentes ao corpo, que foram geradas nos aparelhos militares; ao mesmo tempo que toma como fundamento um certo conhecimento sobre o corpo (seu funcionamento, sua organização anatômica) oriundo do saber médico. Através da ginástica e de outras formas disciplinadoras do corpo, a escola cria e extrai do corpo infanto-juvenil, um saber.

Trata-se aí não mais de preparar soldados (adultos) para manobras guerreiras; a população é outra, é outro o corpo-objeto, outras as finalidades. A escola permitirá a elaboração de um saber específico sobre o corpo-mente da criança e do adolescente, e como veremos adiante, as próprias categorias "infância" - "juventude" irão fundar um quadro de saber, da ordem da psicologia, da pedagogia, etc, que permitirá a inteligibilidade da singularidade da criança e do jovem.

⁷⁴ FOUCAULT, Michel. *op. cit.*, (Vigiar e Punir), original francês, pp.30-31; edição brasileira, p.28.

⁷⁵ Ver: LIMA, Magali Alonso de. *O Corpo no Espaço e no Tempo: a educação física no Estado-Novo (1937-1945)*. Tese de Mestrado Fundação Getúlio Vargas/IESAE, R.J., 1982.

Corpo distinto do corpo adulto, corpo mais maleável, mais fácil de ser modelado segundo um certo padrão de comportamento. Conhece-se para dominar, domina-se para melhor conhecer.

Poder produtor de conhecimentos e discursos, que em bora utilizando mecanismos de controle, fundados na incessante vigilância - aos doentes nos hospitais, as crianças e jo vens (alunos) nos colégios, aos operários nas fábricas, aos loucos nos hospícios, aos criminosos nas prisões -, extrai da população submetida ao controle e vigilância disciplinar um conjunto de saberes: saber da medicina, da pedagogia, da psi cologia, saber técnico-industrial, (como a ergonomia que es tudará as relações entre o homem e seu ambiente de traba lho),⁷⁶ saber psiquiátrico.

Relação de poder entre aqueles que devem ser curados, educados, treinados, qualificados, corrigidos, reforma dos moral e psicologicamente, e aqueles a quem compete em virtude da posse de um saber, curar, educar, treinar, qualificar, corrigir, reformar: relação de poder (saber) entre doente-médico, aluno-mestre, operário-chefe de oficina, cri minoso-diretor de prisão, louco-psiquiatra.

Vimos as razões da recusa de Foucault em aceitar a categoria "repressão" como capacitada para dar conta dos me canismos produtores do poder.

⁷⁶ Ver: PALMER, Colin. *Ergonomia*. R.J., Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1976. Segundo o autor, a ergonomia (do grego *ērgon*: trabalho), utiliza os co nhecimentos de várias disciplinas científicas e tecnológicas como a anatomia, fisiologia, psicologia experimental e industrial, engenharia humana aplicável às áreas militares, etc. A II Guerra Mundial determi na o desenvolvimento da ergonomia como disciplina científica: "Anato- mistas, fisiólogos e psicólogos experimentais trabalharam em equipe com engenheiros de modo a transformar o binômio homem-máquina numa ar ma eficaz de luta". (p.5). Lembremos Foucault ao afirmar que, o "gran de livro do Homem-máquina" foi escrito simultaneamente em dois regis tros distintos: no anátomo-metafísico elaborado pelos filósofos e mé dicos; no técnico-político, constituído por uma série de regulamentos militares, escolares, hospitalares, etc. (*Vigiar e Punir*. Original francês, p.138; edição brasileira, p.126).

Mas qual a razão da refutação do outro elemento da equação - a categoria "ideologia" -, pois como vimos em Althusser o poder dos aparelhos ideológicos de Estado fundar-se-ia no binômio ideologia-repressão?

A dificuldade da utilização do conceito de ideologia para a análise do poder seria explicável por três razões:

1) este conceito estaria sempre em oposição virtual a alguma coisa tida como *verdade*: a ideologia seria assim da ordem do falso, da ilusão, da mentira. O que importa é ver historicamente como se produzem "efeitos de verdade" no interior de discursos que tomados em si mesmos não são verdadeiros nem falsos.

2) o conceito de ideologia remeteria necessariamente a uma outra noção - a de *sujeito*. Consciência livre, sujeito constituinte.

3) a ideologia estaria sempre em posição secundária com relação a alguma coisa que deve funcionar para ela como infra-estrutura ou determinação econômica, material.⁷⁷

Sobre a primeira razão da dificuldade de utilizar-se o conceito de ideologia (o inverso do verdadeiro, o falso) para o entendimento da forma de constituição e implantação do poder, devemos lembrar que em Foucault a constituição de certas *formas de verdade* características de nossas sociedades, pode ser definida a partir das práticas judiciais, penais, das *formas jurídicas* que arbitram os danos e responsabilidades; definem os procedimentos do julgamento em função dos erros, crimes cometidos; impõem as formas de reparação e punição de certas ações.

⁷⁷ Cf. FOUCAULT, Michel. *op. cit.*, (Microfísica), p.7.

As práticas judiciárias produzidas no interior da "ordem jurídica" e que irão constituir-se em formas de "pesquisa da verdade", darão lugar a um corpo de ciências:

O *inquérito* (inquisitio, enquête) surgido por volta do século XII como prática judiciária utilizada para solucionar problemas de direito, de impostos, de costumes, etc, irá dar lugar, a partir dos séculos XIV e XV, às *ciências da observação* (Geografia, Astronomia, Botânica, Zoologia, Medicina); o *exame* (examen), ao contrário do *inquérito* - que procurava saber o que havia ocorrido, reconstituindo o acontecimento através de testemunhos de pessoas sábias ou que presenciaram o acontecimento -, não mais organiza-se em torno das questões sobre o que foi feito (cometido) e quem o fez: o *exame* organiza-se em torno da norma, do normal, do correto. Trata-se aqui da vigilância.⁷⁸

O que Foucault defende, partindo das reflexões de Nietzsche sobre a genealogia da moral e do sujeito de conhecimento, é que este sujeito é constituído a cada instante no interior da história: é necessário pois fazer-se uma história política do conhecimento e do sujeito de conhecimento.

Marx já dissera contra Feuerbach, não existir a categoria *Homem*, mas sim *homens históricos reais* que devem ser apreendidos no seu processo de desenvolvimento real em condições determinadas: a produção das idéias e representações pelos homens são resultado do seu condicionamento a um "determinado desenvolvimento das forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar."⁷⁹

⁷⁸ Cf. FOUCAULT, M. *op. cit.*, (A Verdade e as Formas): sobre as práticas jurídicas e as formas de verdade, pp.8-9; *inquérito*. pp.53-61; *exame*. pp.69-71.

⁷⁹ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Vol. 1, Lisboa, Ed. Presença, 1976, pp.25-30.

Não existindo o "homem", mas sim *homens históricos reais*, constituídos a partir do desenvolvimento das forças produtivas, haveria entretanto uma entidade que se pudesse chamar de "sujeito do conhecimento", sujeito este que se apresentasse em suas relações de conhecimento e de "verdade", da mesma forma, fixa, cristalizada, atravessando em sua essência (imutável) o corpo inteiro da História?

Vale dizer que a concepção marxista de história não é aceita por Foucault, por se constituir demasiado globalizante e enfeixando uma cadeia de acontecimentos diferenciados, e mesmo díspares, num ritmo mais ou menos homogeneizante, tendo sempre como referência básica (determinante) a esfera da produção econômica.

Examinemos agora a categoria "ideologia", para tentar ver em que medida é procedente a recusa de Foucault em utilizar tal conceito em seu esquema explicativo da constituição das variadas formas de poder.

Resumindo os três pontos da crítica de Foucault ao conceito de ideologia temos:

- 1) a ideologia seria o oposto de "verdade".
- 2) estaria referenciada sempre ao conceito de "sujeito" lugar de "origem" da verdade, centro imutável a partir do qual o saber é gerado.
- 3) estaria sempre em posição secundária, em "função" de um princípio fundamental, determinante: a infraestrutura ou base econômica.

Vejamos resumidamente a própria história da categoria "ideologia".

1.4 O CONCEITO DE IDEOLOGIA: de doutrina geral ou ciência das idéias à falsa concepção da história, inversão da realidade, arma política utilizada pelo adversário em confrontos de força.

Curiosa é a nossa relação com as palavras, com os conceitos que conformam a percepção que temos da realidade. Esquecidos de que as palavras possuem uma história, as utilizamos com um senso de "atualidade", que expressa uma certa cegueira frente as variadas dimensões de sentido e significação que uma dada palavra proferida no "hoje", traz de todo um passado, por vezes não muito remoto.

As palavras são resultado de lenta e descontínua fabricação, escritas no próprio tecido da história, são elas mesmas que tecem uma rede de significados, que irão configurar certos domínios do saber, e constituir a história específica dos diferentes ramos de conhecimento.

Que é isto: a ideologia?

Este termo acha-se estreitamente ligado ao marxismo em virtude de este ter desenvolvido, a partir de tal conceito, toda uma compreensão e análise das relações entre uma determinada "concepção de mundo" (Weltanschauung) e as condições de vida material e interesses (políticos) de classe. No marxismo, a ideologia transforma-se em uma das categorias centrais para o exame das transformações políticas de cada sociedade.

O conceito de ideologia entretanto, foi cunhado por Destutt de Tracy, em fins do século XVIII, para designar a "ciência das idéias":

"A ciência pode ser chamada ideologia caso se considere apenas seu objeto; gramática geral caso

*se considere apenas seus métodos; e lógica caso se considere o seu objetivo. Qualquer que seja o nome, contém necessariamente três subdivisões, já que não se pode tratar adequadamente de uma sem tratar igualmente das duas outras. Ideologia me parece ser o termo genérico, porque a ciência das idéias compreende tanto a de sua expressão, quanto a de sua derivação".*⁸⁰

Interessante como um conceito, que seria depois utilizado para designar a ordem do falso, do não verdadeiro, o lado oposto da "ciência", é fabricado originalmente para indicar precisamente algo como uma "Ciência Geral da Idéia".

Na definição de Tracy, a ciência das idéias pode ser chamada de ideologia, caso considere apenas "seu objeto", ou seja, as idéias; gramática, caso se considere seus "métodos"; lógica, caso se considere seu "objetivo".

Há assim um entrecruzamento entre conhecimento e linguagem, mas para que a linguagem seja da ordem do conhecimento é necessário que ela sirva aos indivíduos na compreensão e uso corretos das noções concretas e abstratas: a linguagem instrumentalizada pela gramática (que é justamente o "método", ou seja, o caminho para chegar a um fim; programa que regula previamente uma série de operações que se devem realizar, apontando para erros evitáveis, em vista de um determinado resultado) deve estabelecer certas prescrições, impor certos procedimentos referentes ao falar e escrever.

Analisando as articulações operadas por Destutt de Tracy entre ciência das idéias (ideologia), gramática e lógica, nos diz Foucault:

⁸⁰ TRACY, Destutt de. *Les Eléments de l'idéologie*. Paris, 1817, IN: MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. R.J., Zahar, 1976, p.97.

"Assim cabe a própria natureza da gramática ser prescritiva, não, de modo algum, porque pretenda impor as normas de uma boa linguagem, fiel às regras do gosto, mas porque refere a possibilidade radical de falar à ordem que estabelece a representação. Destut de Tracy observaria uma vez que os melhores tratados de lógica no século XVIII foram escritos por gramáticos: é que as prescrições da gramática eram de ordem analítica, e não estética".⁸¹

A ordem da palavra, sistematizada pela gramática, deve representar a ordem do mundo, e mais basicamente ainda, a ordem do pensamento: a palavra deve ser capaz de reproduzir com exatidão o pensar.

Há assim uma relação entre a constituição de uma Gramática Geral e a tentativa de estabelecimento de uma ordem universal: a possibilidade da criação de uma Língua universal ou de um Discurso universal.

Marx afirma, referindo-se justamente ao papel da ideologia produzida pela classe dominante em cada época:

"Com efeito, cada nova classe no poder é obrigada, quanto mais não seja para atingir os seus fins, a representar os seus interesses como sendo o interesse comum a todos os membros da sociedade ou, exprimindo a coisa no plano das idéias, a dar aos seus pensamentos a forma de universalidade a representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos verdadeiramente válidos".⁸²

Através da ideologia - que como veremos logo adiante, tem em Marx um estatuto teórico radicalmente diferenciado daquele que é defendido por Tracy -, a classe que emerge

⁸¹ FOUCAULT, M. op. cit., (As Palavras e as Coisas), p.122.

⁸² MARX, K. e ENGELS, F. op. cit., (Ideologia Alemã), p.57. (grifos nossos)

ao *poder*, tende, ou antes é obrigada a "representar" os seus interesses de classe, a dar as suas "idêias" e aos seus "pensamentos", um caráter de *universalidade*. A representação das idêias e pensamentos deve constituir-se como a própria representação do mundo, representação universal, verdadeira, que recobre e ao mesmo tempo constrói e estabelece uma ordem universal, ou que deve assim aparecer aos olhos dos que lhe são submetidos.

Marx introduz assim, com relação a ideologia, uma outra dimensão: a dimensão do poder, da dominação, da imposição de certas idêias por parte de uma classe dominante.

Como já indicamos anteriormente, o termo ideologia serve para designar atualmente - dentre toda uma multiplicidade de significações - algo como falsa concepção do mundo, mentira manipulada pelos poderosos contra os oprimidos, "doxã" e não raciocínio lógico.

O uso depreciativo da categoria ideologia partiu precisamente de um homem poderoso, que detinha um poder: Napoleão.

Inicialmente Napoleão (1797) demonstra acatar as idêias defendidas pelo grupo dos ideólogos - dentre os quais destacamos além de Tracy, Condillac, Helvétius e Cabanis -, em virtude de expressarem posições político-filosóficas liberais, anticlericais e naturalistas, que funcionavam então como um suporte para a sua conquista do poder.

Mais tarde, quando este "homem poderoso" muda sua política e suas opiniões, encontrando-se então em oposição as doutrinas políticas dos ideólogos, inicia uma campanha contra estes. Lembremo-nos da passagem citada anteriormente, em que Nietzsche fala do direito dos senhores de criar valores, cunhar nomes: os próprios valores referenciados como "bons", que representam o Bem, seriam a expressão mesma *do fazer* dos

poderosos. São eles, os nobres, os poderosos que designam a si próprios como "bons", estabelecendo como "mau" tudo o que se opõe a este fazer, a este poder dos dominantes.

Napoleão embora não tenha cunhado o termo "ideologia", deu-lhe um valor negativo, depreciativo, inferior: em certo momento o seu "fazer" entrou em oposição, em luta, contra os valores defendidos pelos ideólogos.

O rápido exame da categoria ideologia nos mostra que em sua aceção primeira, em seu sentido primeiro, ela significava "ciência", algo regulado pela razão, pertencente a ordem da Verdade; transformando-se depois, em virtude de lutas políticas, em ilusão, erro, falsidade. A própria oposição defendida ainda hoje em dia, entre ciência-ideologia pode ser encontrada assim, no momento em que Tracy estabelece o significado de ideologia como ciência e Napoleão passa a designá-la de forma depreciativa e negativa. O terreno das idéias, o domínio do discurso, é pois um espaço de luta, de relações de força.

O emprego do termo ideologia por Napoleão e Chateaubriand passa a tornar-se "familiar", ocorrendo desta forma uma modificação do seu uso predominante na época pelos ideólogos, que com ele queriam designar uma ciência da idéias.

"En efecto, Napoléon halló que los ideólogos se contaban entre sus enemigos, e aludió a ellos en forma despectiva, empleando los vocablos idéologue e idéologie como palabras depreciativas".⁸³

Os ideólogos são designados de forma depreciativa em virtude de terem passado a constituir-se para Napoleão e seu grupo no poder, em "inimigos". Tudo o que diz respeito ao nosso inimigo, tudo o que é por ele defendido, definido,

⁸³ NAESS, Anne. História del Término Ideologia desde Destutt de Tracy a Karl Marx. IN: HOROWITZ, Irving Louis, *História y Elementos de la Sociología del Conocimiento*. Tomo I, Ed. Eudeba, 1964, p.26.

é algo negativo, deve ser combatido: eles representam um perigo para a ordem do poder, do poder político...

Mannheim referindo-se a utilização depreciativa do termo por parte de Napoleão diz:

"A concepção moderna de ideologia nasceu quando Napoleão, achando que este grupo de filósofos se opunha a suas ambições imperialistas, os rotulou desdenhosamente de 'ideólogos'. A partir daí, a palavra tomou um significado pejorativo que, assim como a palavra "doutrinário", reteve até hoje. Entretanto, investigadas as implicações teóricas deste desdém, iremos descobrir que a atitude depreciativa existente é, no fundo, de natureza epistemológica e ontológica. O que se deprecia é a validade do pensamento do adversário porque é considerado irrealístico. Mas, se indagamos irrealista com relação a quê? - a resposta seria, irrealista com relação à prática, irrealista quando contrastada com as questões em pauta na arena política". (...) "Claro está portanto, que o novo significado do termo ideologia traz a marca da posição e do ponto-de-vista daqueles que o cunharam, a saber os homens de ação política. A nova palavra sanciona a experiência específica do político com a realidade".⁸⁴

Algumas observações devem ser feitas com respeito as afirmativas de Mannheim. Quando ele afirma que a designação depreciativa utilizada por Napoleão com relação aos ideólogos tem um alcance epistemológico e ontológico, quer indicar que tal atitude expressa uma concepção de verdade e realidade fundada na experiência, ou mais precisamente: o critério de verdade é fundado em uma ontologia derivada da experiência política. Em virtude disso, Mannheim vê em Napoleão e no

⁸⁴ MANNHEIM, K. op. cit., (Ideologia e Utopia), p.98.

marxismo, a despeito de suas diferentes formas de conceituação do termo ideologia, o mesmo critério político de realidade.

Um reparo deve entretanto ser feito: para o marxismo os "homens de ação política" não são apenas os que detêm o poder, os que ocupam o aparelho do poder político, os chefes de governo. Assim fosse, o conceito de "homens de ação política" seria correlato ao conceito hegeliano de "homens históricos", contra o qual o marxismo se bateu numa luta teórico-ideológica, para afirmar uma nova concepção de história fundada nos pressupostos da dialética e do materialismo.

O verdadeiro sujeito da história em Hegel é por ele chamado de Espírito do Mundo (Weltgeist), e os homens históricos, os *indivíduos histórico-universais* (welthistorische Individuen) como Alexandre, César, Napoleão, não seriam pois os sujeitos efetivos da história, mas apenas os executores da vontade da história, os *agentes do Espírito do Mundo*, a encarnação da Idéia Absoluta. São estes homens que souberam agir com a consciência das "exigências da época", que souberam escutar a pulsação do movimento da Idéia universal.⁸⁵

A ação política, o conceito de praxis - tão fundamental no marxismo - não pode ser reduzido a atividade política dos homens que detêm o poder ou ocupam cargos governamentais. Os "ideólogos", enquanto intelectuais que tentavam impor uma determinada hegemonia cultural e intelectual utilizando as armas da filosofia e do método, eram também homens de ação política. Lembremo-nos da conceituação dada por Gramsci ao conceito de hegemonia como direção cultural, intelectual e moral que uma certa classe ou fração de classe tenta impor para o conjunto da sociedade: esta atividade de direção cultural e pedagogização é fundamentalmente uma ação política, visa implantar um certo tipo de poder, uma certa forma de conformar a nossa percepção da realidade.

⁸⁵ Cf. MARCUSE, Herbert. *Razão e Revolução*. R.J., Ed. Saga, 1969, p.212.

Interessante que a produção teórica marxista não te nha se dado conta da importância de uma análise do próprio processo histórico de constituição da categoria "ideologia", referindo-se a Tracy como o criador do termo e autor de algumas obras sobre o assunto, sem contudo deter-se no discurso interno daqueles que primeiro cunharam o termo, nas lutas políticas ocorridas entre o grupo dos ideólogos e Napoleão, nas relações de força imanentes aos domínios das idéias e do saber.

Vejam^{os} a partir de Marx, como o conceito passa a ter uma dimensão "negativa", numa direção diferente daquela dada por Napoleão.

Partindo da premissa que haveria apenas uma ciência, a da História, que pode ser examinada em dois aspectos - história da natureza e história dos homens - Marx afirma junta mente com Engels na obra *Ideologia Alemã*:

(...) "quase toda a ideologia se reduz a uma falsa concepção da história ou ao puro e simples abstrair-se dela. A própria ideologia é somente um dos aspectos dessa história".⁸⁶

Veja-se neste trecho - que não representa a inteireza da concepção marxista, mas uma de suas fases - que a história aparece como o único saber, a única ciência que enfeixa todos os demais ramos do conhecimento, do saber.

A História seria a ciência mesma, o centro do saber, assim como o fora anteriormente a filosofia, a teologia: a *história* seria da ordem da verdade, enquanto a *ideologia* funçionaria como a *falsa concepção*, o conceber errôneo desta história, pertencendo ao domínio do falso, da ilusão, do erro.

⁸⁶ MARX, K. e ENGELS, F. *op. cit.*, (*Ideologia Alemã*), p.18. (passagem cortada no manuscrito).

Mas como uma coisa que é em si mesma falsa, como a ideologia, pode-se constituir em um dos aspectos de algo que é afirmado como a única ciência, o instrumento e método para atingir-se uma verdadeira concepção da realidade?

Verdadeiro e falso estariam assim imbricados, mas a partir de que tipo de relação?

Explicando as razões do caráter falsificador e obscurecedor da ideologia, Marx afirma:

(...) "E se em toda ideologia os homens e suas relações nos surgem invertidos, tal como acontece numa câmara obscura, isto é apenas o resultado do seu processo de vida histórico, do mesmo modo que a imagem invertida dos objetos que se forma na retina é uma consequência do seu processo de vida diretamente físico". (...) "Se a expressão consciente das condições de vida reais destes indivíduos é imaginária, se nas suas representações consideram a realidade invertida, este fenômeno é ainda uma consequência do seu modo de atividade material limitado e das relações deficientes que dele resultam".⁸⁷

Temos, portanto, na ideologia, uma inversão da realidade, explicando-se o fato de os homens elaborarem representações "imaginárias" das suas condições de existência, em virtude das próprias condições de existência serem em si mesmas alienantes.

Althusser tece algumas considerações com respeito a interpretação dada por Marx à ideologia.

Primeiramente, diz que as interpretações marxista e feuerbachiana pressupõem que o que é "refletido" na represen

⁸⁷ Idem. p.25.

tação imaginária do mundo, presente na ideologia, são as condições de existência dos homens, o seu mundo real.

Discordando de tal concepção, o filósofo francês formula a seguinte tese:

(...) "*não são as condições de existência reais, o seu mundo real, que os 'homens' se representam na ideologia, mas é a relação dos homens com estas condições de existência que lhes é representada na ideologia*" (...) "*toda ideologia representa, na sua deformação necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes (e outras relações que dela derivam), mas antes a relação imaginária dos indivíduos com as relações de produção e com as relações que dela derivam. Na ideologia o que é representado não é o sistema das relações reais que governam a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária destes indivíduos com as relações reais em que vivem*".⁸⁸

Ao iniciarmos o exame da categoria ideologia em Destutt de Tracy, vimos que esta servia para designar a ciência das idéias capaz de *representar* não sô a ordem do mundo (real, concreto), mas principalmente a ordem do pensamento, da razão científica. Em Althusser teremos, ao contrário, que na ideologia não são representadas as condições reais de existência, mas a relação imaginária (parecendo estar o termo em oposição ao raciocínio lógico-científico) que os homens mantêm com tais relações de existência.

O que se pode depreender da formulação althusseriana, é que esta relação imaginária com o real ocorrida pela ideologia, seria uma representação "deformada" por não estar

⁸⁸ ALTHUSSER, Louis. *op. cit.*, (Ideologia e Aparelhos), original francês. pp.25-26; edição portuguesa. pp.81-82.

(a ideologia) *conforme* ou adequada a ordem do real e a ordem do pensamento lógico-científico acerca deste real.

Note-se que o sentido "negativo" do termo ideologia em Althusser, assume outras dimensões: a ideologia não pode mais ser explicada como mentira, como o terreno das Grandes e Belas Mentiras dos impostores, dos dēspotas, dos padres como o quizeram fazer crer as interpretações mecanicistas do século XVIII.

Relação imaginária e deformada, pois que pela ideologia os *indivíduos concretos* são interpelados como "sujeitos", tomando ou antes constituindo-se a própria categoria de sujeito (sujeito livre, sujeito moral) como uma *evidência*, evidência primeira que terá um efeito ideológico: na ideologia as evidências são impostas como algo "transparente" que não pode deixar de ser reconhecido, que não pode deixar margem à dūvidas e incertezas.⁸⁹

O efeito de reconhecimento operado pela ideologia através da evidência por ela imposta, como a de nos constituirmos como "sujeitos" - quando ao telefone perguntamos: "quem é" e respondem-nos "sou eu" reconhecemos tratar-se realmente de alguém conhecido, reconhecido pela voz, pelo nome-, faz com que nos percebamos como sujeitos concretos. A "concretitude" da categoria sujeito é constituída e reforçada pelas práticas cotidianas de interpelação, quando atendemos a um chamamento do tipo "Eh, você", tomando como evidente que se trata de nós, é a nós que a pergunta (interpelação) é dirigida. Parece assim natural, evidente, fora de dūvida, que é a nós (a mim) que chamam; pois temos um *nome próprio* que nos dá a cóncsciência de sermos reconhecidos como "ūnicos", seres singulares: através do "nome próprio" como que firmamos um título de "posse", pelo qual somos identificados.

⁸⁹ Cf. Idem. Original francês. pp.29-30; edição portuguesa. pp.95-96.

Althusser afirma que através da ideologia podemos ter o *reconhecimento* de certas evidências (como a de possuirmos um nome, quando ouvimos alguém pronunciá-lo e atendemos ao seu chamamento, reconhecendo-nos desta interpretação), mas não temos os instrumentos para operar o *conhecimento* (científico dos mecanismos de "reconhecimento").⁹⁰

Dessa forma, a ideologia não faz operar senão efeitos de reprodução, de reconhecimento.

Lembremos de Foucault ao explicar uma das razões da recusa de introduzir em seu esquema explicativo dos mecanismos de poder a categoria ideologia, por esta encontrar-se referenciada a categoria de "sujeito". Althusser tenta resolver a questão mostrando como tal categoria - a de sujeito - é resultante de uma série de operações e práticas cotidianas, como a do ato de *interpelação*, que transforma os indivíduos em sujeitos concretos. Assim o sujeito é *constituído*, *construído*, elaborado, fabricado, e não *constituente*, fundamento imutável das relações de conhecimento, de saber e poder.

O caráter negativo da ideologia, mero reconhecimento oposto ao conhecimento (verdadeiro) da ciência permanece em Althusser, marcando a diferenciação radical entre ideologia-ciência, embora sua análise da constituição da própria categoria sujeito nos possibilite ver certas articulações entre o seu pensamento e o de Foucault referente a questão do sujeito. Temos em Foucault, que nas sociedades disciplinares, os diferentes processos de individualização das pessoas em determinados espaços (escola, hospital, fábrica) fazem com que tais pessoas - constituídas como indivíduos - sejam objeto e estejam "sujeitas" a variados tipos de interpelação (para usarmos a linguagem de Althusser), ou seja, a técnicas e mecanismos (como o exame e o inquérito) que permitem ao

⁹⁰ Idem. pp.30-31; 97-98.

mesmo tempo o *conhecimento* e *reconhecimento* da população compreendida em tais espaços disciplinares: como a escola, a fábrica, o hospital.

Conhecimento: pois a partir de procedimentos ou técnicas como o exame e o inqu^êrito, é possível extrair daqueles ã quem são dirigidos determinadas "interpelações", um certo saber. Saber construído as custas da docilização-dominação dos que são visados como seu "objeto de conhecimento".

Reconhecimento: não no sentido althusseriano de "evidência" natural, mas sim de inteligibilidade dos espaços disiplinares; inteligibilidade expressa na própria textura material do espaço arquitetônico. A divisão dos espaços disiplinares dentro dos quais serão distribuídos os indivíduos - estabelecendo-se cada indivíduo para um lugar e um lugar para cada indivíduo -, é feita de forma a permitir um rãpido, ordenado e eficaz processo de localização, controle e reconhecimento de todos os indivíduos compreendidos em s^êries, classes, etc. Reconhecimento enfim, no sentido de um conhecimento sempre regularizado, e portanto repetitivo e capaz de ser reafirmado ou renovado.

No processo de "individualização" característico do regime disciplinar, a medida em que o poder torna-se ai mais anônimo e funcional, aqueles sobre os quais se exerce este poder, tendem a ser mais fortemente individualizados.⁹¹

Individualiza-se a criança no espaço escolar: pela sua colocação em s^êrie, notas obtidas, tipo de comportamento, lugar que ocupa em sala de aula. Individualiza-se o doente no espaço hospitalar: pela inscrição de seus s^íntomas em registro médico, numeração do leito que ocupa, etc.

⁹¹ FOUCAULT, M. *op. cit.*, (Vigiar e Punir), original francês. pp.194-195; edição brasileira. pp.171.

Retomemos a discussão acerca do conceito marxista de ideologia.

Outro ponto deve ser destacado com respeito a conceituação marxista de ideologia - no próprio Marx e em Althusser: a ideologia, através de seus aparelhos teria uma função ativa, uma função de poder, de incitação a ação.

Em Althusser o elemento unificador, que unifica os diversos aparelhos ideológicos de Estado é precisamente a ideologia dominante, ou a ideologia da classe dominante. A classe que detém o poder de Estado, que dispõe do aparelho (repressivo) de Estado deve também ser "ativa nos aparelhos ideológicos de Estado",⁹² ou seja, deve ser dotada de potência, de poder e capacidade para agir.

Mas como se constitui esta dominação pela ideologia efetuada pela classe dominante em Marx?

Na obra *Ideologia Alemã* temos:

*"Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que detém o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante".*⁹³

Temos primeiramente uma relação estreita entre poder material e intelectual, consistindo a dominação da clas-

⁹² ALTHUSSER, Louis. *op. cit.*, (Ideologia), p.15; p.48.

⁹³ MARX, K. e ENGELS, F. *op. cit.*, (Ideologia Alemã), pp.56-57.

se dominante em uma dominação efetuada pela imposição de certas *idêias* aqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual: o *pensamento* - ou seja, a consciência, a razão, o intelecto - dos que são privados dos meios de produção intelectual, estaria *submetido* ao pensamento da classe dominante.

A submissão e dominação seriam efetivadas pelo caminho do pensamento, da consciência do intelecto.

Foucault demonstra precisamente o caracter material dos próprios instrumentos de dominação, ao afirmar que a constituição de certos "domínios de saber" ou campos de conhecimento, tem como alvo fundamental a dominação e a docilização dos "corpos", enquanto que em Marx, observa-se a predominância do conceito de "consciência" (intelecto e pensamento), na explicação dos mecanismos de dominação.

Parecemos ainda insistir na triste, antiga e cruel dicotomia corpo-alma; carne-espírito; matéria-intelecto?...

A dominação ideológica é ainda explicada em Marx, nos seguintes termos:

"Os pensamentos dominantes são apenas a expressão das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de idêias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as idêias do seu domínio".⁹⁴

Idêias do seu domínio, ou seja, do lugar e posição tático-estratêgica ocupada por uma determinada classe em uma dada sociedade, constituída como um espaço de confrontos e lutas, de dominação e subjugação.

⁹⁴ Idem.

Há em Marx um sentido "produtivo", e não apenas "negativo" (referente a dominação, a inversão-ilusão operada pela ideologia) do poder intelectual e dominação ideológica:

"Os indivíduos que constituem a classe dominante, em virtude de dominarem em todos os sentidos, têm também uma posição dominante como seres pensantes, como produtores de idéias, que regulamentam a produção e a distribuição dos pensamentos de sua época".⁹⁵

Dessa forma, o saber, as idéias, os sistemas de pensamento inscrevem-se no circuito da produção; possuem mecanismos de regulação ou regulamentação do mercado de produção intelectual; mecanismos específicos de distribuição dos bens gerados pela produção intelectual. O poder é portanto também produtivo.

Havendo uma estreita implicação entre poder-saber - ou na linguagem de Marx, entre poder material e poder intelectual - o saber da classe dominante é distribuído socialmente segundo os moldes de uma sociedade dividida em classes: o saber é um "valor" que circula; tem seus processos de "acumulação" e de apropriação; para expressar-se como mecanismo produtivo tem necessidade da existência de uma certa camada encarregada da produção das idéias, de sua divulgação, sendo esta camada a dos intelectuais.

Interessante observar em nosso exame da categoria ideologia em Marx, que enquanto na *Ideologia Alemã* este conceito é visto de forma negativa (como inversão da realidade, falsa concepção da história, obstáculo ao verdadeiro conhecimento), na *Contribuição à Crítica da Economia Política*, a ideologia assume um papel positivo, "produtor".

95 Idem.

No prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política* temos que, num certo estágio de desenvolvimento, quando as forças produtivas materiais entram em contradição com as relações de produção existentes, os homens tomam consciência da referida contradição precisamente no terreno das superestruturas, ou seja, das formas jurídicas, religiosas, artísticas, filosóficas, enfim, das formas ideológicas.⁹⁶

A ideologia teria assim uma dimensão gnosiológica, seria uma certa forma de conhecer ou de se "tomar consciência" de determinados acontecimentos e conflitos, indicando aos homens - a partir de sua posição de classes - os rumos que deve tomar a ação, a luta política.

Gramsci faz o seguinte comentário sobre a passagem acima indicada, na qual Marx expressa o papel de conhecimento da ideologia:

*"La proposition contenue dans le préface à la Critique de l'économie politique qui dit que les hommes prennent conscience des conflits de structure sur le terrain des idéologies doit être considérée comme une affirmation à valeur gnosiologique et non purement psychologique et morale" (...) "La réalisation d'un appareil hégémonique, dans la mesure où elle crée un nouveau terrain idéologique, détermine la réforme des consciences et des méthodes de connaissances, est un fait de connaissance, un fait philosophique".*⁹⁷

No comentário gramsciano podemos observar a articulação feita entre a implantação de um aparelho hegemônico - como a escola, o partido político, a Igreja - e as transformações

⁹⁶ MARX, K. *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Lisboa, Ed. Estampa, 1973, p.29.

⁹⁷ GRAMSCI, Antonio. *op. cit.*, (Materialisme Storique IN: Gramsci dans le Texte), p.193.

mações ocorridas do domínio do conhecimento, do saber. A criação e instituição de aparelhos hegemônicos expressa-se como um fato ou acontecimento da ordem do saber e do poder: o poder, a direção e comando, exercidos a partir de certos órgãos (aparelhos hegemônicos), geram saber.

É possível, a partir de tais observações sobre as profundas relações entre a implantação de um aparelho hegemônico e transformações ou mesmo rupturas no terreno do conhecer, afirmadas por Gramsci, admitir-se certas confluências entre sua formulação e as análises de Foucault acerca da constituição de aparelhos disciplinares que expressam uma estreita articulação entre poder-saber. A partir do mesmo ponto ou perspectiva podemos detectar uma diferenciação entre Althusser e Gramsci no tocante ao "aparelhos" denominados pelo primeiro de "ideológicos" e pelo segundo de "hegemônicos": não se trata de mera direnciação de "nomes" (como se eles fossem inocentes...) mas de conceituação mesmo.

Em Gramsci o que caracteriza os aparelhos como Igreja, escola e partido, é precisamente o fato de se constituírem como instituições a partir das quais implanta-se uma hegemonia, ou seja, uma direção intelectual, moral e cultural, direção esta expressa como mecanismo de saber - já que a realização de um aparelho hegemônico é um *fato de conhecimento* e de *poder* - pois está implícito - explícito em toda direção sua dimensão de poder-autoridade.

Já em Althusser, o que é sublinhado como característico de tais aparelhos, é o fato de se constituírem como "ideológicos", encarregados da "reprodução" das ideologias dominantes, embora seja a própria ideologia uma "função" de poder, mas sob uma ótica negativa: repressão-dominação, apenas ou basicamente.

Num outro ponto podemos descobrir as inflexões entre a formulação gramsciana e foucaultiana acerca do poder,

do poder político. Vimos anteriormente com Foucault que o modelo de poder fundado na Norma (ou seja, o poder que se exerce a partir de múltiplos aparelhos disciplinadores como o exército, fábrica, escola, prisão) é o *modelo estratégico*: as correlações de força que encontraram durante tanto tempo sua principal forma de expressão na guerra, são investidas pouco a pouco na ordem do poder político.

Em sua obra *Maquiavel*, Gramsci analisa a política como um jogo tático-estratégico de *relações de força*:

"Une étude sur la façon dont il faut analyser les 'situations', c'est-à-dire la façon dont il faut établir les différents degrés de rapports de forces, peut se prêter à un exposé élémentaire de science et d'art politique entendus comme un ensemble de règles pratiques de recherches et d'observations particulières pouvant servir à réveiller l'intérêt pour la réalité effective et à susciter des intuitions politiques plus rigoureuses et plus vigoureuses. Il faut y joindre l'exposé de ce qu'il faut entendre en politique par stratégie et tactique, par 'plan' stratégique, par propagande et agitation, par organique, ou science de l'organisation et de l'administration en politique".⁹⁸

Em Gramsci, a "conjuntura" estaria mais estreitamente ligada a operações políticas imediatas, ou seja, a tática e a agitação, enquanto a "situação" estaria ligada a estratégia e a propaganda: a política é assim ciência-arte que organiza os conflitos, as diferentes relações de força, ao mesmo tempo que é o próprio terreno onde ocorrem os conflitos, onde se estabelecem as relações de força.

⁹⁸ GRAMSCI, Antonio. *op. cit.*, (Notes sur Machiavel. Idem). p.489.

A análise das diferentes situações e relações de força em Gramsci, decorre da compreensão das relações entre a estrutura ou base econômica e a superestrutura, que segundo ele formam um *bloco-histórico*. Para que entendamos o alcance teórico do conceito de hegemonia em Gramsci, e a importância de tal conceito no quadro de uma teoria geral da ideologia, faz-se necessário precisar o significado da categoria de *bloco-histórico*.

Para Gramsci, a estrutura e a superestrutura formam um bloco histórico, isto é, "*o conjunto complexo, contraditório e discordante das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção*".⁹⁹ Não se pense todavia, através dessa passagem, que na formulação gramsciana as superestruturas seriam reflexos da economia.

Veremos logo adiante o papel específico das formas superestruturais em Gramsci, mas por ora, tentemos explicitar as possíveis convergências entre o filósofo italiano e Foucault, com respeito a categoria poder e a atividade política e seus fundamentos ou *modelo*.

Temos nos dois uma compreensão do poder político - tomado como um conjunto de diferentes relações de força - de certa forma centrado num modelo estratégico e tático. Só que em Gramsci, estas correlações de forças políticas estão mais acentuadamente referenciadas a estrutura econômica e a luta pelo poder de Estado por parte das classes que lutam por estabelecer uma hegemonia.

Em Foucault a categoria "poder", não significa um conjunto de aparelhos e instituições capazes de garantir a sujeição dos cidadãos a um determinado Estado (lembrando-se que em Gramsci o próprio Estado não teria apenas função de

⁹⁹ GRAMSCI, Antonio. *op. cit.*, (Materialisme Storique), p.193.

"sujeitar" mas também de "educar"), embora tal poder enquanto incessante jogo de correlações de força, tenha seus procedimentos "estratégicos" originados e cristalizados institucionalmente através dos aparelhos estatais, das formulações legais, das hegemonias sociais.¹⁰⁰

Foucault sublinha o caráter polimorfo do poder, ao analisar as múltiplas técnicas (de maximização de força, docilização e sujeição), utilizadas pelos diversos aparelhos disciplinares. Polimorfia entretanto de tal forma regularizada e calculada, que resulta num isomorfismo do poder: força que através de "astúcias" técnicas, apresenta-se com diferentes faces, a despeito de que suas feições sejam sempre as mesmas...

Rigor teórico não deve ser confundido com pudor: fazer confluir determinadas concepções referentes a uma mesma questão, sem entretanto velar as diferenças e oposições entre estas, implica em buscar um nível mais fecundo de compreensão. Todo pudor implica num estado de esterilidade, solidão e medo, e quando tal pudor se refere a produção de conhecimento - lembrando-se que em vários trechos da Bíblia o termo "conhecimento" designa "junção carnal", logo, contato amoroso, intercâmbio e transmutação -, temos como resultado teorias e concepções, que podem até parecer translúcidas, exatas e "evidentes", já que assim "deve ser"...

Mas decerto nos manteremos quase imóveis; respeitosos e reverentes a um ponto de vista que deve ser a todo custo mantido, repetido e protegido, para não correremos o risco de "pecar" em favor da vida: contínuo renovar-se.

Passemos agora a examinar, para finalizar o presente capítulo, alguns outros pontos de confluência entre as concepções de Foucault e Gramsci acerca do poder.

¹⁰⁰ FOUCAULT, M. *op. cit.*, (História da Sexualidade I), pp.88-89.

1.5 *O caráter material, gnosiológico e tático-estratégico da Ideologia*

Detenhamo-nos agora no exame dos aspectos epistemológico e tático dos discursos que integram um *corpus* ideológico.

Para Gramsci, a implantação de um aparelho hegemônico voltado para a veiculação de uma determinada ideologia, é um fato do conhecimento, um acontecimento da história do saber. Foucault, por sua vez, ao analisar a instituição dos discursos psiquiátricos e judiciais do século XIX - que têm o sexo como alvo -, sublinha-lhes a polivalência tática.

Polivalência que se expressa pelo fato desses discursos funcionarem como *blocos táticos* no campo das correlações de força, podendo existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia, ou podendo os discursos circular sem mudar de forma entre estratégias opostas. O que importa interrogar nos discursos que tratam do sexo - valendo enfatizar que a análise foucaultiana dos saberes que tomam o sexo como o seu objeto de conhecimento, tem por finalidade demonstrar o caráter simultaneamente *belicoso* e *produtivo* das diversas instâncias de poder - diz respeito a sua *produtividade tática* (efeitos recíprocos de poder e saber que proporcionam) e a sua *integração estratégica*, ou seja, que conjuntura e correlação de forças torna a sua utilização necessária nos episódios dos diversos confrontos produtivos.¹⁰¹

Ao definir os discursos como *blocos táticos* e não como simples aparato linguístico - composto pelos nexos existentes entre conceitos e palavras, frases e proposições - cujo objetivo é operar uma ordenação "lógica" do mundo material e social, Foucault aponta-nos uma concepção materialista radicalizada dos fatos ou *domínios de saber*, daí utilizar-se frequentemente do conceito de *prática discursiva*.

Em Foucault, o discurso é visto como uma *prática* que não pode existir fora das relações materiais que o estruturam

¹⁰¹ FOUCAULT, M. (idem) p.97. (grifos nossos)

e constituem. A análise de discurso funda-se, portanto, no exame de suas próprias *condições de produção*, não significando estas condições simples "contexto", "circunstâncias" ou "fatores" que se exerceriam como coações "externas": as condições de produção do discurso o constituem, visto todo discurso encanar-se em instituições, ou seja, encontrar-se referenciado a uma rede de aparelhos disciplinares (escola, fábrica, prisão, etc) e a regulações historicamente determinadas. Tais regulações ou *normatizações* estabelecem os limites do que deve ser falado (seu *objetivo* ou tema); quem deve falar e como falar (seu locutor, estilo ou sistema de pensamento) e para quem é dirigido o discurso. Dominique Lecourt sublinha que o conceito foucaultiano de *acontecimento discursivo*, permitindo determinar as relações dos enunciados entre si ou entre grupos de enunciados, com acontecimentos de outra ordem (técnica, econômica, social e política) e implicando numa análise do *regime de materialidade* da ideologia, suscita uma questão de urgente necessidade teórica para o materialismo dialético.¹⁰²

Althusser tenta inscrever em sua reconstrução dos pressupostos marxistas, o regime de materialidade da ideologia - tomando-a como elemento integrante de um conjunto de práticas efetivadas a partir de aparelhos de Estado -, embora permaneça preso a oposições radicais estabelecidas entre o discurso científico e ideológico.

Eis como Althusse define a sua teoria da ideologia em contraposição a *ideologia da ideologia*:

¹⁰² Ver: FOUCAULT, M. *op. cit.*, (Arqueologia do Saber), pp.32-3. LECOURT, Dominique. A Arqueologia e o Saber. IN: *Revista Tempo Brasileiro*, Coleção Comunicação/3, R.J. 1971, p.49. (grifos nossos). Sobre a afirmação de Lecourt de que a análise foucaultiana das práticas discursivas constitui-se numa questão urgente para a teoria marxista da ideologia, lembremos que a concepção de Foucault sobre os mecanismos de poder e dominação, expressa, precisamente, uma "superação" do próprio conceito marxista de ideologia.

*"Esta ideologia fala dos actos: nós falaremos de actos inseridos em práticas. E faremos notar que estas práticas são reguladas por rituais em que elas se inscrevem, no seio da existência material de um aparelho ideológico, mesmo que se trate de uma pequeníssima parte deste aparelho: uma missa pouco frequentada, um enterro, um pequeno desafio de futebol numa sociedade desportiva, um dia de aulas numa escola, uma reunião de um partido político, etc".*¹⁰³

E necessário, portanto, pensar a ideologia como instância material constituída historicamente e como sistema de idéias que organiza e conforma nossa percepção e ação sobre e a partir do real.

Obviamente a materialidade da ideologia não é do mesmo tipo ou nível de um "objeto" (como uma mesa, uma cadeira, um prédio), mas ela (a ideologia) expressa-se nos próprios objetos, ou antes, constrói toda uma cadeia de objetos, tece espaços, ergue monumentos, fabrica discursos e documentos: registros do saber acerca deste real.

Vimos a partir de três posições teóricas - Gramsci, Foucault, Althusser - que a ideologia é uma forma de conhecimento; constitui-se como materialidade; é um jogo estratēgico de correlações de força e espaço de luta pelo poder.

Hã, entretanto, que se destacar um último aspecto da ideologia: o seu caráter simbólico e a função de fornecer certas explicações nem sempre e referenciadas de forma imediata quer ao saber, (sob a forma de técnicas e múltiplos procedimentos disciplinares como é visto em Foucault), quer a ordem da dissimulação e da reprodução das relações de produção.

¹⁰³ ALTHUSSER, Louis. *op. cit.*, p.28; p.87.

A especificidade da ideologia, a sua função organizatōria - sem que aĩ o conceito de "organizatōrio" esteja referenciado a uma tática para a obtenção de um resultado ou efeito de poder explícito - é indicada de forma clara e rica em Gramsci:

*"On ne considère pas assez que bien des actes politiques sont dus à des nécessités intérieures qui ont un caractère d'organisation, ce qui veut dire qu'ils se rattachent au besoin de donner une cohérence à un parti, à un groupe, à une société. C'est ce qui apparaît clairement, par exemple, dans l'histoire de l'Eglise catholique" (...) "Dans la discussion entre Rome et Bizance sur la procession du Saint-Esprit, il serait ridicule de chercher dans la structure de l'Orient européen l'affirmation que l'Esprit Saint ne procède que du Père et, dans celle de l'Occident, l'affirmation qu'il procède du Père et du Fils".*¹⁰⁴

A explicação da ideologia como um "reflexo" imediato da estrutura econômica é recusada por Gramsci, que vê nas formulações ideológicas da ordem da religião, por exemplo - que para Marx, em *A Ideologia Alemã*, constitui juntamente com a filosofia a forma mais acabada de ideologia, a ideologia mesma - o resultado de uma necessidade interior a cada grupo de "organizar" certos esquemas que servem para dar "coerência" ao mesmo, para diferenciá-lo dos outros grupos, para estabelecer uma distinção através de alguns princípios.

Ora, se os atos políticos e as formas ideológicas que os informam e constituem, servem para *diferenciar* cada grupo ou classe com relação ao outro, vê-se que a função de *universalização* do discurso ideológico articula-se com outros mecanismos de estabelecimento de distinções e diferenciações.

¹⁰⁴ GRAMSCI, Antonio. *op. cit.*, (Materialisme Storique), p.280.

Ao mesmo tempo que a ideologia se apresenta como uma fala universal, capaz de operar uma homogeneização a nível da representação que cada formação social faz de si mesma, ela atua também como marcação de diferenças: a ideologia tomada como discurso constituído em materialidade é um espaço de confronto, sendo a própria coesão de cada grupo resultante de conflitos de posições.

Embora sabendo-se, como vimos anteriormente, que a ideologia é constituída como materialidade, sua materialidade é específica, pois que ela - a ideologia - é expressa como um *sistema simbólico*, uma linguagem singular.

O aspecto formal da ideologia, vista como "forma universal" que parece atravessar a história, deve ser levada em conta como questão.

Alguns enunciados - como os que Gramsci citou, referentes a concepção das figuras do Pai, Filho e Espírito Santo - não podem ser vistos como a transparência de um reflexo quer econômico, quer referenciado imediatamente a esfera do poder político. Tais enunciados constituem uma rede designificados que expressam uma determinada forma de linguagem.

Que efeitos de poder podem ser entrevistos na formulação da explicação da Trindade, ou seja, qual a relação de poder inteligível que é estabelecida a partir de tal formulação, em suas versões orientais e ocidentais?

Como iremos tratar das regras disciplinares de um colégio pertencente a uma ordem religiosa da Igreja Católica, é importante lembrar que alguns enunciados (da ordem do saber teológico) não representam ou reproduzem, quer a estrutura econômica no qual foram gerados, quer a própria estrutura do poder da totalidade social. E quando dizemos que não "representam" queremos dizer que não são o reflexo, a cópia, a reprodução do real.

Os enunciados do saber teológico não podem receber o mesmo estatuto de outros enunciados referentes a técnicas ou procedimentos disciplinares como o exame, o inquérito, etc; as táticas levadas a efeito num confronto de forças (táticas políticas, militares, táticas discursivas) que têm por objetivo expresso a obtenção ou criação de um efeito de poder claro e específico.

Embora concordemos com a maioria das colocações de Foucault acerca da implantação do poder político, acreditamos não ser possível reduzir a análise do poder ao campo dos confrontos táticos-estratégicos, sabendo entretanto que em Foucault trata-se mais de questão de ênfase e não de redução.

Pronunciando-se sobre temas como a *descontinuidade da história* e as articulações entre *verdade* (ou "efeito de verdade"), *acontecimento* (de ordem discursiva, técnica, econômica e política) e *poder*, Foucault explica as razões de sua recusa das análises que se referem ao campo simbólico ou campo das estruturas significantes e o recurso as análises que se fazem em termos de *genealogia das relações de força*:

"Não se trata de colocar tudo num certo plano, que seria o do acontecimento, mas de considerar que existe todo um escalonamento de tipo de acontecimentos diferentes" (...) "O problema é ao mesmo tempo distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros" (...) "Creio que aquilo que se deve ter como referência não é grande modelo da língua e dos signos, mas sim da guerra e da batalha. A historicidade que nos domina e nos determina, é belicosa e não linguística. Relação de poder e não relação de sentido. A história não tem "sentido", o que não quer dizer que seja absurda e incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve poder ser anali

sada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas. Nem a dialética (como lógica da contradição), nem a semiótica (como estrutura da comunicação) não poderiam dar conta do que é a inteligibilidade intrínseca dos confrontos".¹⁰⁵

Apesar da dialética e da semiótica não poderem "dar conta" da inteligibilidade dos confrontos - como aliás nenhuma teoria dá conta da totalidade de um "acontecimento", pois é um "recorte" do real elaborado a partir de uma certa "posição" ou "perspectiva" - cremos que nos podem fornecer importantes elementos na análise dos mecanismos de poder. Embora concordando quanto ao caráter belicoso dos discursos, lembramos que é através de procedimentos linguísticos que os confrontos de força são expressos. Foucault, a despeito de afirmar que em seu tipo de análise, não se trata de colocar tudo no plano do acontecimento, parece por vezes colocar todos os "acontecimentos" no plano das relações de força. E, sendo a linguagem o instrumento privilegiado dos acontecimentos discursivos, faz portanto "sentido" indagar-se sobre outras funções da linguagem e dos discursos, que não apenas referentes à relações de força.

Dessa forma, a ideologia será definida a partir dos vetores teóricos indicados neste capítulo, como sendo: a) ordem de materialidade. b) espaço de confrontos e campo de correlação de forças. c) linguagem que funciona simultaneamente como sistema de classificação (fornecendo explicações-hierarquizações lógicas sobre o mundo e as coisas); modalidade de comunicação e discriminação dos membros de um grupo e dos diferentes grupos sociais. d) veículo de normatização das condutas.

¹⁰⁵ FOUCAULT, Michel. *op. cit.*, (Microfísica), p.5.

Deve-se lembrar mais uma vez, que alguns enunciados não funcionam de forma expressa e imediata como mecanismos que visam incitar-criar condutas, tendo antes um "sentido" organizatôrio e lôgico: servir como pontos de referência a determinada concepção de mundo, como a que exprime a discussão aparentemente banal, entre Roma e Bizâncio, sobre a procedência do Pai-Filho-Espírito Santo.

Recusando-nos a ver na ideologia mera forma de velamento, concepção falsa e dissimulada do real, não podemos, entretanto, negar a sua dimensão de ocultamento: tática de aparente silêncio diante de certos procedimentos; manobras para ocultar-se do inimigo, confundí-lo com o quase mimetismo das vestes verdejantes, como fazem os guerrilheiros ao esconder-se na selva.

Hã, portanto, alguns procedimentos de ocultação prôprias da instância ideolôgica, ocultação-silêncio que se articulam ã um falar sobre certos objetos e questôes e calar-esquecer outros(as). Fala e silêncio; ocultação e expressão de certas posições; rememorar-lembrar; apagar-esquecer certas falas.

Necessário levar em conta qual o locutor (padre catôlico; professor, mêdico, político, etc) e o interlocutor (outros religiosos, elementos de outras concepções teolôgicas; alunos ou pais de alunos; doentes ou comunidade científica dos especialistas em medicina; aliados políticos, opositores, ou conjunto da sociedade) do discurso ideolôgico. Quem fala, a partir de qual posição ou espaço de saber-poder e para quem ê dirigida mais explicitamente a fala?

Constituindo-se a ideologia numa forma específica de conhecer, ordenar e mesmo "construir" o real, ela expressa um tipo de *saber instrumental* que tem por objetivo não tanto fornecer uma ordem de explicação "lôgica", mas antes instituir um determinado quadro de *respostas* e modalidades de ação. Obviamente, hã uma lôgica, uma inteligibilidade na formulação desses esquemas geradores de atitudes, mas o efeito esperado

não é propriamente o da *compreensão* - por parte daqueles sobre os quais são implantados tais esquemas - *compreensão ra-*dical que implica em duvidar, pôr em questão, formular per-guntas; o efeito esperado refere-se a obtenção de determina-das respostas em relação a uma ordem de comando.

Pierre Ansart, definindo a ideologia como um sistema de representações pelo qual um grupo se percebe a si proprio e constrói seu meio social, as formas de conflito e ali-ança, os objetivos e valores comuns, acrescentando que este sistema tem a especificidade de referir-se mais a prática que ao conhecimento de regular os modelos de atitudes e condutas, assim destaca o aspecto instrumental da ideologia: "*On entend que ce jeu de représentations a pour fonction de fixer réponses e non de susciter questions, qu'il vise à simplifier, à construire une image instrumentale de la réalité sociale et, précisément, à voiler des possibles, des limites et éventuelles remises en cause*".

A dimensão instrumental da ideologia torna-se ainda mais explícita em discursos que têm o objetivo específico de prescrever determinadas normas de conduta, como os regulamento e regimento das instituições escolares. Logo no início do Regulamento do Colégio Santo Inácio - vigente durante o período de 1937-45, e que analisaremos no capítulo III - de fine-se o regulamento como sendo um resumo de regras práti-cas que têm a finalidade de ajudar mestres e alunos a atingir a *desejada meta*. Tal meta diz respeito a transmissão e aqui-sição de determinadas condutas e formas de conhecimento: o colégio tem por finalidade subministrar uma "*cuidadosa ins-trução literária e científica e a mais esmerada educação mo*ral e religiosa".

Na eficaz execução da referida meta do Colégio San-to Inácio, faz-se necessário, portanto, prescrever um conjunto de regras que têm o objetivo prático de fixar uma certa ordem de respostas e atitudes que deve ser observada pelos mestres

¹⁰⁶ ANSART, Pierre. L'Occultation Idéologique. IN: *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LII, Paris, 1972, p.213.

e alunos do estabelecimento: a transmissão de conhecimentos e padrões de conduta devem processar-se de maneira sistematizada, regular, regulamentada.

Efeito prático das regras disciplinares que estabelecem as "respostas": serem dadas tendo por objetivo impor atitudes e comportamentos. Efeito de saber: pois que servem de instrumento ao próprio processo de transmissão pedagógica.

O próximo capítulo tratará da disciplina da Companhia de Jesus, indicando-se sumariamente a origem, ou antes, a fabricação de seus procedimentos disciplinares: o caráter prático e mesmo "realista" da ordem jesuítica; e o imbricamento de tal ordem religiosa com o campo do saber-poder no momento mesmo de sua criação na Europa do século XVI.

As categorias analisadas neste capítulo primeiro, serão retomadas a nível de explicitação, ao transcrevermos e tentarmos analisar os preceitos disciplinares da Companhia de Jesus e mais especificamente do Colégio Santo Inácio.

Desta forma veremos que a preocupação com as categorias centrais que irão informar, conformar e construir um dado objeto de conhecimento, não se constituem em mero formalismo ocioso e erudito, mas numa necessidade que se impõe como via de acesso, forma de aclaramento, instrumento do saber acerca do real, real nunca imediatamente dado, transparente, mas a ser indagado, construído, revertido, inventado e reinventado.

Admitir - ou confessar? - que nosso trabalho é atravessado por dúvidas, que no momento mesmo em que escrevemos, e quem sabe poderemos até parecer convincentes ao leitor - somos assaltados por questões novas, surgidas no próprio exercício da escrita, ao tentarmos articular ou opor certas concepções; somos remetidos ao reexame de algumas "certezas" de ordem teórica que possibilitavam o sentimento de estar de posse de nosso objeto de conhecimento, de poder falar "sem sombra de dúvida" em nome da Verdade.

Mas a dúvida não nos aparece como sombra, zona escurecida, mas ponto a partir do qual somos impulsionados a indagar nossas verdades, ou que parecem nossas. Dúvida como apelo e exigência de todo trabalho, de toda vontade de saber, de todo desejo e possibilidade de concretização de sonhos.

Pois que os sonhos reclamam sua materialização. Foi sonhando com a possibilidade de existirem outras terras, que um homem numa ilha inventou um barco e iniciou a sua longa navegação. Não se sabe ao certo se foi um homem solitário, ou um grupo de "sonhadores" que partiu num barco, em busca de algo que não era certo, garantido.

Werner Herzog em seu belíssimo filme "Coração de Cristal" (Herz aus Glas) nos conta a aventura desses navegantes lunáticos: enfrentaram o medo, o desconhecido, a dúvida, (ainda não sabiam que a terra era redonda, corriam o risco de despencarem em um abismo), mas construíram o seu precário barco para enfrentar e conhecer o mar.

Que nosso trabalho seja visto como um precário barco, movido quem sabe pelo desejo e sonho da possibilidade de inventar-se um poder que não provoque medo e terror. Afinal, no limiar do ano 2.000, seria um despropósito e não um sonho, desejar-se o fim do Poder. O que se reclama é um novo poder, radicalmente novo, e acreditamos que as análises que tentam explicitar o seu funcionamento, da forma que é exercido atualmente entre nós, talvez possibilitem a invenção sonhada.

E não foi Marx quem disse: *"a crítica arrancou as flores imaginárias que enfeitavam as cadeias, não para que o homem use as cadeias sem qualquer fantasia ou consolação, mas para que se liberte das cadeias, e apanhe a flor viva"*?

Mas ao falarmos dos navegadores, podem nos lembrar que eram a rigor conquistadores cobiçosos, dominadores implacáveis.

Sem negarmos o sentido de conquista expresso pelo ato de navegar, acreditamos que outras metas e direções devam flexionar este verbo, que uma outra *perspectiva* deva animá-lo: a sempre presente vontade de descobrir os espaços e tornar concreto e *atual* o sonho de uma "terra prometida".

Pois estamos fartos de promessas e acordamos por de mais famintos para contentarmo-nos com rações de esperanças.

E em busca de um tempo cujo ritmo ainda nos perpassa - tão habituados estamos com certos passos, tão medrosos em nos fixarmos em porto seguro - viajemos de volta ao século XVI, para ver como os navegadores jesuítas construíram os seus barcos e aportaram em terras dos brasis.

O próximo capítulo tratará da genealogia, de um poder, ou seja, de algumas das numerosas táticas manipuladas pelos Soldados de Cristo, em sua luta pela instauração de um domínio que se afirma em nome da vontade de Deus.

Esse "retorno" no tempo pode, quem sabe, impulsionar-nos ao salto e nos permitir divisar algumas pistas que sirvam de auxílio para a decifração deste país-esfinge chamado Brasil.

E que não seja necessário processar o ritual de devoração...

*
* * *

"Miséria e vergonha para quem recusa a disciplina,
honra ao que aceita a reprimenda".

Provérbios, 13, 18

"Nossa sentença não é aparentemente severa. Consiste em es
crever sobre o corpo do condenado, por meio do Ancinho, a dis
posição que ele mesmo violou. Por exemplo, as palavras ins-
critas sobre o corpo deste condenado - e o oficial apontou o
indivíduo - serão: HONRA TEUS SUPERIORES.

. . .

A forma do Ancinho corresponde à forma do corpo humano; aqui
está a parte do torso, aqui estão os rastilhos para as per-
nas. Para a cabeça, apenas existe esta agulhinha. Parece-lhe
claro?

. . .

O senhor já viu que não é fácil decifrar a inscrição com os
olhos; mas nosso homem decifra-a com suas feridas".

Na Colônia Penal - Franz Kafka

*
* *

CAPÍTULO II

O MÉTODO PEDAGÓGICO E A ORDEM DISCIPLINAR DA COMPANHIA DE JESUS: a genealogia de um poder

Um feixe de significações e valorações parece articular-se e, mesmo "colar-se", aos termos *Companhia de Jesus-jesuítas*: disciplina meticulosa, obediência rívida as regras da Ordem, código de comportamento com marcantes traços militares, talento retórico, casuísmo, farisaísmo, oportunismo, maquiavelismo.

Os opositores dos jesuítas, distribuídos pelas mais diferenciadas posições ideológicas e políticas, orientam via de regra suas críticas numa mesma direção, qual seja, a do estabelecimento de juízos morais pejados de ódio, desconfiança e nojo. Como se os religiosos da Companhia fossem os filhos do Demônio, que sorrateiramente insinuaram-se no próprio núcleo daquilo que é a expressão de Deus na terra, adentrando-se no ventre da Santa Madre Igreja, - corpo de Cristo - para aí fazerem germinar o joio, danificando por todos os cantos o trabalho do cultivo das almas.

Filhos traidores, cúmplices do Mal, falsos defensores do Reino de Deus, quando na verdade o que animaria suas endemoinhadas almas, seria a cobiça pelos bens e poderes temporais, terrenos.

Sublinhando a "maldade" dos jesuítas, seus opositores acabam por legitimar a própria moral religiosa cristã:

"(...) criticaram os jesuítas porque estes teriam sido cobiçosos e injustos. Cobiçosos porque queriam instalar um império temporal na América Latina, injustos porque não teriam tratado equanime-

mente os "selvagens". Tais críticos são prisioneiros inconscientes de uma moral religiosa: atacando os jesuítas por se afastarem de seus paradigmas, acabam por aceitar tais paradigmas. Movem-se num campo traçado por seus adversários; a vitória está comprometida. Seus poucos frutos nascem em terreno alheio".¹

Alguns dos valores mais caros, ou de maior peso-preço para a moral cristã são precisamente a castidade, a abnegação, a inocência e humildade. A cobiça implica em desmesurado apetite, forte desejo de possuir, afirmação de uma vontade sedenta de poder, avidez. Reclamam assim, alguns críticos dos jesuítas, que estes não tenham se portado "angelicamente", traíndo os valores por eles afirmados e mostrando uma face humana, demasiadamente humana...

Não pretendemos nos eximir de uma apreciação ética quando de nosso exame acerca do código disciplinar jesuítico, pois que no momento mesmo em que o elegemos como objeto de conhecimento, orientando o nosso olhar para uma espacialidade e temporalidade constituídas historicamente, fomos movidos pelo obscuro e no entanto sempre presente, desejo de avaliar, apreciar, valorar, aquilo que é tomado como "objeto" de conhecimento. Embora admitindo estarmos sujeitos a este obscuro objeto e objetivo do desejo de conhecer, (que consiste em querer valorar e estabelecer estimativas, em necessitar tecer apreciações, em precisar cunhar escalas e medidas),² almejamos indicar algumas possibilidades de rutura des

¹ NEVES, Luis Felipe Baeta. *O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios*. Rio de Janeiro, Forense, 1978, p.17.

² A noção de conhecimento como desejo de avaliar, medir, valorar provém de Nietzsche, podendo ser considerada a pedra de toque de toda a sua análise sobre a gênese dos valores morais. Explicitaremos no decorrer do trabalho os conceitos nietzscheanos que contribuíram para uma melhor compreensão da disciplina e código moral cristão, notadamente os que se encontram desenvolvidos em sua *Genealogia da Moral*.

ta sujeição a um desejo de valorar que satisfaz-se nos limites dos cânones fixos, para sempre estabelecidos, do Bem e do Mal. Nosso trabalho alimenta-se da esperança, de que a partir de uma dada "perspectiva", possamos efetuar uma compreensão do código disciplinar e moral jesuítico, que se realize como um primeiro e ainda pequeno passo, para além do Bem e do Mal.

Lembremos que o "ir além", implica em ter estado, ou ainda encontrar-se num determinado "ponto", *locus* central da verdade visualizado como para sempre válido; e sem negar a existência e necessidade dos valores de Bem e Mal, compreendê-los segundo um outro ponto de vista, não mais cristalizante e imobilizador, mas sim dinâmico, móvel, histórico. Entendemos este "ir além do Bem e do Mal" não como procedimento meramente destrutivo e negador de tais valores, como uma tentativa de abolí-los, mas sim - pois escutamos o contar afirmativo do poeta Zaratustra -, como *tendência de superação*. E podemos superar somente o que foi e ainda é em nós, através de nós e por nós, conhecido, vivido, produzido.

Luiz Felipe Baeta Neves mostra de forma incisiva como a pedagogia jesuítica, ancorada numa moral cristã, ainda persiste entre nós, e ao analisar os procedimentos da catequese e da missão desenvolvida pela Companhia com relação aos Índios, afirma: "os objetos que estudamos viveram no século XVI (e antes dele) e, beneficiando-se de forças vigorosas, vivem hoje entre nós, em nós. Para que não vivam amanhã, como negar a presença - autoritária e obscura - de um feixe de ideologias que permeia desde práticas institucionais a políticas públicas e que trata da distribuição dos espaços sociais; que trata das formas de exclusão e dominação, determinando suas regras?"³

Nosso estudo, deslocando-se para um "passado" menos remoto - décadas de 30-40 no Brasil, ou mais precisamente durante o período do Estado-Novo -, objetiva estabelecer quais

³ NEVES, Luiz Felipe Baeta. *op. cit.*, p.16.

os rearanjos do código disciplinar jesuítico em um novo tempo, num diferente "estado". Para entender os possíveis rearanjos e mesmo mudanças ocorridas no discurso pedagógico-disciplinar da Companhia num Brasil estadonovista, acreditamos que seria necessário procurar acompanhar o processo de gênese de tal discurso. Acompanhamento que não é linear, que não tem a pretensão de fazer uma "reconstituição histórica" totalizante da Ordem, mas que se processa pela escolha de alguns momentos, acontecimentos, discursos e práticas que tivemos jesuítas como autores ou atores, ora principais, ora coadjuvantes.

Os jesuítas encontram-se presentes nas obras de autores tão diferenciados como Pascal, Molière, Marx, Weber, Thomas Mann, sendo ocasião de comentários, análises ou apenas menção.

Blaise Pascal, fará severas críticas ao que considera de hipocrisia jesuítica, notadamente em sua obra *Cartas Provinciais*, onde reprova a excessiva indulgência jesuítica em matéria de costumes e de moral, indulgência esta que seria resultante da uso abusivo da casuística, que enquanto procedimento retórico e jurídico, permite julgar as ações levvando em conta as circunstâncias. Pascal acusa os jesuítas de "traição" frente aos princípios eternos da moral evangélica e dos verdadeiros objetivos da religião, acomodando-os através de "táticas" algo cínicas, as exigências e aos vícios do século. Fervoroso cristão jansenista, Pascal defende o primado da fé sobre a razão, desejoso de ver restaurado o verdadeiro cristianismo em sua pureza, contra o que considerava os "afrouxamentos" molinistas - tendo sido Molina um dos principais teólogos jesuítas, e como tal, ancorado no cristianismo racionalista de Thomas de Aquino, doutor da Ordem - propugnando em fidelidade aos ensinamentos de seu mestre Cornelius Jansen uma acentuação mais rigorosa da doutrina

de Santo Agostinho sobre a soberania de Deus e a Salvação pe la graça.⁴

A igreja católica condena como "heréticas" duas posições extremadas no que se refere ao problema da salvação: a doutrina de Pelagio (séc. V) que afirma ser o homem que forja o seu próprio destino, e a doutrina da predestinação de Calvino (séc. XVI), admitindo entretanto que se acentue um dos dois aspectos que concorrem para a salvação. Santo Agostinho, vivendo a mesma época que Pelagio formula contra este a doutrina ortodoxa segundo a qual, ninguém poder ser salvo sem a Graça que Deus concede ou recusa por um decreto de sua vontade soberana.

Molina, teólogo jesuíta do século XVI - portanto um contemporâneo de Calvino, da Reforma, do Renascimento - sublinhará por seu turno a esperança que pode ter toda e qual-quer criatura de se salvar. Santo Tomas de Aquino, (séc. XIII), representando uma posição "média" - pois como um estudioso de Aristóteles, aprendeu com este que a "virtude consiste no justo meio" - de certa forma concilia a proposição agostiniana da soberania de Deus com a proposição molinista da possibilidade de cada criatura se salvar.

Cornelius Jansen ou Jansenius, acusa Molina e, por tanto os jesuítas, de cair na heresia pelagiana, ou seja, de defender que seja o homem o forjador de seu próprio destino. Serão entretanto os jansenistas que, através da intervenção dos jesuítas, sofrerão em 1653 a condenação papal de "hereges".

Importa reter da visão pascalina sobre os jesuítas, as características de hipocrisia, traição aos verdadeiros

⁴ Ver: PASCAL, Blaise. *Pensamentos*. Coleção "Os Pensadores", vol. 194, São Paulo, Abril, 1973. SCIACCA, Michele Federico. *História da Filosofia*, vol. 2, São Paulo, Ed. Mestre Jou, 1968, pp.81-84. CASTEX, G. e SURER, P. *Manuel des études littéraires françaises: XVII^e siècle*. Paris, Hachette, 1966, pp.71-86.

princípios evangélicos, uso da casuística como engodo e tática de acomodação as exigências da vida mundana, com as quais marcou os representantes da Ordem. Pascal, tomado por um sagra da cólera, profere contra os jesuítas: "Eu acuso". O processo não cessou de repetir-se nos séculos subsequentes...

Molière, no decorrer da mesma época em que viveu Pascal - o conturbado séc. XVI -, usará o relato teatral para pôr em cena os debates e polêmicas que tinham os jesuítas como alvos e atores. Em sua famosa comédia *Tartuffe*, o autor faz do seu personagem central - um jesuíta cujo nome serve de título a peça - como que a encarnação da hipocrisia, cupidez, traição aos princípios evangélicos por ele próprio apregoados, falsa religiosidade que tem por fim obter, através dos favores de crentes ingenuos como o personagem Madame Pernelle, a posse de bens e prazeres temporais, terrenos.

Importante destacar a função pedagógica e disciplinar conferida por Molière a comédia, ao afirmar no prefácio de sua segunda versão do *Tartuffe* (*Tartuffe ou l'Imposteur* - 1669): "*Si l'emploi de la comédie est corriger les vices des hommes, je ne vois pas par quelle raison il y en aura de privilégiés. Celui-ci est, dans l'Etat, d'une conséquence bien plus dangereuse que tous les autres; et nous avons vu que le théâtre a une grande vertu pour la correction. Les plus beaux traits d'une sérieuse morale sont moins puissants, le plus souvent, que ceux de la satire; et rien ne reprend mieux la plupart des hommes que la peinture de leurs défauts. C'est une atteinte aux vices, que de les exposés à la risée de tout le monde. On souffre aisément des répréhensions; mais on ne souffre point la raillerie. On veut bien être méchant; mais on ne veut point être ridicule*".⁵

⁵ MOLIÈRE. *Théâtre Complet*. Tomo I, organizado, prefaciado e comentado por Robert Jouanny, Paris, Ed. Garnier Frères, 1962, pp.629-630.

Curioso lembrar que os jogos teatrais, principalmente as comédias, desempenham um relevante papel "corretivo" para a pedagogia jesuítica. Em um dos códigos disciplinares-pedagógicos da Companhia lê-se que enquanto a tragédia deve servir para *formar os costumes*, a comédia - frequentemente representada pelos alunos dos cursos inferiores, ou seja, os mais jovens -, *usada raramente e com prudência*, contribui para a *formação do espírito*.⁶

Retomemos o fio condutor de nossa discussão, ou seja, a frequente correspondência estabelecida entre os jesuítas e atitudes hipócritas, maquiavélicas.

Marx, ao examinar o estatuto conferido por Hegel a sociedade civil e ao papel dentro dela desempenhado pela burocracia, afirmada no pensamento hegeliano como sendo a "consciência do Estado", a "vontade do Estado", faz o seguinte comentário:

"O 'formalismo do Estado', a burocracia, é o 'Estado enquanto formalismo', e foi assim que Hegel o descreveu. Como este 'formalismo de Estado' se constitui em poder real e se transforma em seu próprio conteúdo material, é evidente que a 'burocracia' é um conjunto de ilusões práticas, ou seja, é a 'ilusão do Estado'. O espírito burocrático é um espírito totalmente jesuítico, teológico. Os burocratas são os jesuítas e os teólogos do Estado. A burocracia é uma republique prêtre".⁷

⁶ JOUVANCY. *Ratio discendi e docendi*. Parte II, c. II, § 5, 1685, IN: PEYRONNET, Pierre. *Le Théâtre d'Éducation des Jésuites. Dix-Huitième Siècle*, nº 8, "Les Jésuites", revista anual do Centre National de la Recherche Scientifique e da Société Française d'Étude du 18^e siècle, Paris, 1976, p.109.

⁷ MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Lisboa, Ed. Presença, s/d., p.72.

Veja-se as articulações estabelecidas entre formalismo-burocrático; forma-conteúdo; consciência-matéria; espírito-prática; burocracia-tecnologia; burocracia-jesuítas. O formalismo, que implica na afirmação da Forma como *substância* (aquilo que engendra a própria matéria, sendo esta compreendida como um sistema e que, portanto, já aparece organizada segundo determinadas formalizações, resultantes da combinação de certas Regras), quando característico de um sistema de governo e organização de Estado, faz com que a *forma* se constitua no próprio *conteúdo* do poder do Estado.

Tal Forma passa então a funcionar como ilusão e "imagem prática" do Estado, através de um aparelho burocrático cujos integrantes detêm o poder de transubstanciar a ilusão em prática; a consciência e o espírito em matéria; da mesma forma que para o apóstolo São João e Verbo fez-se Carne pelo Poder da Palavra do Senhor, que era o próprio Verbo e Verdade. A "imagem prática" do Estado, elaborada pelas prestigiadas burocráticas, aparece como uma imagem cuja carga, densidade e poder de "ilusionismo" são hipertrofiados; pois não se apresenta como simples "representação" de um "objeto", mas afirma-se como sendo o próprio Objeto, imagem-objeto que se espelha a si mesma infinitamente.

Uma luta entre posições filosóficas diferenciadas, e no entanto complementares, é expressa no trecho acima citado de Marx. Defende o fundador do materialismo dialético o primado da matéria sobre o espírito; do conteúdo sobre a forma; da prática sobre a consciência, fazendo resultar de tais postulados a identificação entre matéria-conteúdo-ação e verdade.

Utilizando-se de idênticos procedimentos, aqueles que se encontram em um outro "lugar" do espaço belicoso do saber, e cujo triunfo a ser conquistado é a posse da "verdade", defendem em contraposição a Marx - de Platão a Hegel - o primado do espírito sobre a matéria; da forma sobre o con-

teúdo; da consciência sobre a prática. E como todo ato de afirmação de uma verdade implica em uma espécie de denúncia do "falso", enquanto para Marx a "ilusão" residia no domínio do espírito-forma (meras "aparências" da matéria-conteúdo; enganadores véus e "câmaras invertidas" que projetam distorcidamente o fluir da "realidade") para os seus opositores, por ele chamados de "idealistas", a ilusão resultaria em tomar-se como verdade a "aparência" enganadora da "matéria", que conturba os nossos sentidos e cega a nossa "consciência".

Marx reescreve o "mito da caverna" platônico ao dizer que as correntes que aprisionam o homem do verdadeiro conhecimento da realidade são a religião e a ideologia. Embora marcando uma posição de confronto com os sistemas de pensamentos que têm Platão como eixo, o marxismo parece permanecer prisioneiro das antigas e arcaicas dicotomias: matéria-espírito; conteúdo-forma; verdade-ilusão.

Indiquemos apenas, uma outra oposição sempre presente no campo de saber filosófico, mesmo entre aqueles que quiseram superar a metafísica e instaurar aqui na terra o reino da liberdade. Trata-se da oposição conceito-imagem. Desempenha a imagem nos grandes sistemas metafísicos ocidentais o papel de "dublê" do demônio, aparência enganadora e capaz de seduzir nossos olhos e alma, como as sereias quiseram fazer com Ulisses. Amarremo-nos então nas doces cordas dos "conceitos", logos spermatikos, e não nos esqueçamos que cairemos em pecado, caso adoremos os "ídolos". Em alguns segmentos da tradição filosófica que nos alimenta, encontramos posições menos ásperas com relação a imagem, vendo-se então que esta "aparece" (melhor seria dizer, é "nomeada" e assim negada enquanto imagem) como uma modalidade rudimentar de pensamento, uma manifestação dos sentidos como que desterrada da zona da inteligência.⁸

⁸ Ver: TARDY, Michel. *O Professor e as Imagens*. S. Paulo, Cultrix/USP, 1976. O autor analisa de forma incisiva a precariedade dos procedimentos pedagógicos usuais e o preconceito dos intelectuais em geral, com

Seria apenas "metafórica" a designação, feita na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, aos jesuítas - destacados entre tantas outras ordens religiosas cristãs e católicas, fundadas portanto numa mesma concepção teológica "alienante" - como sendo aqueles pertencentes a uma Ordem, que pela sua especificidade em combinar e traduzir os elementos de uma tradição religiosa, mais se aproximaria do formalismo característico do espírito da burocracia?

Os comentários feitos por Marx sobre a definição hegeliana de burocracia e sua posterior identificação entre jesuítas e burocracia, nos remetem a uma reflexão sobre as possíveis proximidades existentes entre o formalismo burocrático e a forma de governo sobre a qual é constituído, fundado e exercido, o poder na Companhia de Jesus.

Definindo-se a burocracia em Hegel, como "corporação completa", "consciência e poder do Estado", ela funcionaria como uma "sociedade particular, fechada no Estado", sendo, portanto, "obrigada a proteger a generalidade imaginária do interesse particular a fim de proteger a particularidade imaginária do interesse geral, ou seja, o seu próprio espírito".⁹

Temos portanto que a "generalidade imaginária do interesse particular" (atentando-se para o fato do termo "imaginária" aparecer grifado), se constitui em um tipo de gene-

relação às expressões culturais centradas na imagem, como a televisão, fotografia e cinema, dizendo em certa passagem: "É preciso, sem dúvida, procurar as origens dessa resistência cultural a imagem técnica no lugar vergonhoso reservado a imagem nos grandes sistemas metafísicos. A existência da imagem mental foi, por muito tempo, considerada um escândalo ontológico, e a imaginação praticamente, nunca deixou de ser alvo das perseguições de antropologias departamentais. Não podendo-se eliminá-la de fato, eliminam-na de direito, encurralando-a numa espécie de 'reserva' suspeita". p.16. Destaque-se o proeminente papel conferido a imagem nos Exercícios Espirituais de Santo Inácio. A imagem ("composição de lugar") tem aí a função de levar o penitente a vivenciar os seus pecados e comungar dos eventos sagrados da cristandade, controlando todos os seus sentidos na remoração de cenas como a repartição dos pães entre os Apóstolos e a crucificação de Cristo. Analisaremos adiante, a estrutura dos Exercícios.

⁹ MARX, Karl. op. cit. p.71.

ralidade própria da corporação, que fabrica uma imagem generalizadora do interesse particular, integrando a particularidade desse interesse (utilizando-se Marx também do termo "desejo") em um *corpus* institucionalizado e assim preservando o seu interesse-desejo particular sob a aparência de uma generalidade imaginária. O espírito da burocracia, por outro lado, alicerça-se sobre a imposição e defesa da "particularidade imaginária do interesse geral", fazendo assim o interesse geral, que é "a vontade do Estado", reinar sob a máscara de uma particularidade imaginária. Esta tensão entre interesse (ou desejo de poder...) particular e geral, expressam conflitos entre sociedade civil e Estado, entre corporação e burocracia, enfim, entre diferentes modalidades de exercício de poder, diferentes "imagens" e distintos "imaginários" ...

Admitindo-se que a Companhia de Jesus possa ser considerada como uma corporação,¹⁰ e que como tal, "deseja uma burocracia que lute contra outra corporação, contra outro interesse particular", podemos indicar algumas conclusões preliminares acerca das articulações entre a forma de governo da Companhia e o tipo de poder engendrado respectivamente pela corporação e burocracia, tomando-se ainda como referência Marx, nas seguintes passagens: "A corporação é uma tentativa da sociedade civil para chegar a ser Estado". (...) "A burocracia constitui o Estado imaginário, paralelo ao Estado real, é o espiritualismo do Estado".¹¹

Em vários autores, jesuítas ou não, simpatizantes ou antagonistas da Ordem, vimos frequentemente a Companhia ser comparada a um Estado, funcionando os seus estabelecimentos

¹⁰ Através da definição weberiana de disciplina e dos elementos que fundamentam a autoridade carismática e disciplinar - tópico que será desenvolvido logo adiante, articulando-se as definições de disciplina em Weber, Gramsci e Nitszche - podemos estabelecer como uma conclusão preliminar, encontrarem-se nos códigos de comportamento jesuítcos, elementos corporativistas e burocráticos, ou antes, mecanismos de autoridade (poder) de tipo carismático e disciplinar.

¹¹ MARX, K. *op. cit.*, p.71.

escolares e religiosos, como "pequenos estados" dentro de um Estado.

Mesnard, referindo-se ao código disciplinar jesuítico e a "generalização" das regras de comportamento em todos os seus estabelecimentos de ensino, diz: "*Le collège, en revanche, est un petit État scolaire qui tend à l'autonomie*".¹²

A disciplina prescrita por códigos e técnicas pormenorizados - que estabelecem e prevêem os tipos de sanções e prêmios para os diferentes tipos de comportamento - impõe assim uma regularização, uniformização e homogeneização, fazendo com que aqueles que se acham submetidos ao regime disciplinar, experimentem o sentimento de que o "interesse geral" que regula determinado espaço de poder, é como que a "imagem verdadeira" do "interesse particular" de cada um de seus integrantes. Cria-se assim um *esprit du corps* que muito se assemelha aos sentimentos de "patriotismo" e "nacionalismo", incutidos pelo Estado em seus cidadãos.

Vários aspectos da Companhia de Jesus, como o militarismo, senso político e pedagógico, cosmopolitismo e autoritarismo, figuram como elementos da narrativa de Thomas Mann, em seu romance *A Montanha Mágica*. Mann põe na boca do personagem Nafta, homem de formação jesuítica, ilustrativos comentários sobre a Companhia de Jesus - tomada como o "arquetipo" de uma Ordem fundada sob o signo da religiosidade disciplinada e autoritária -, contrapondo Nafta a Settembrini, personagem que representa a *nova ordem* da "ciência" e do "progresso", e cuja concepção filosófico-política pode ser resumida na defesa do humanismo agnóstico e de um Estado socialista e democrático.

Hans Castorp, personagem central de *A Montanha Mágica*, descobre entre o seu primo Joaquim, um militar, e o je-

¹² Idem, pp.72;73.

suíta Nafta, a existência de um estreito "parentesco", assim definindo Mann as impressões de Castorp: "O paisano Hans Castorp, amigo da paz, sempre que escutava o antigo ou futuro jesuíta, sentia, contudo, consolidada a sua opinião de cada um dos dois devia olhar com simpatia a profissão do outro e perceber o parentesco que existia entre ela e a própria. Eram castas militares, tanto uma como a outra, e isso sob muitos aspectos, o do ascetismo e da hierarquia, o da obediência e do pundonor espanhol. Esse último desempenhava um papel importantíssimo na Ordem de Nafta, que tinha origem na Espanha, e cuja regra de exercícios espirituais, espécie de precursora do regulamento que Frederico da Prússia deu à sua infantaria, era na sua forma original, escrita em espanhol".¹³

Destaque-se que a passagem acima citada, integra parte do capítulo VI, intitulada *Operationes Spirituales*: os exercícios espirituais da Companhia de Jesus, constituem-se assim, como "técnicas" de uma "tropa" especial, composta pelos "soldados de Cristo".

As articulações entre relações de poder de tipo político e pedagógico e o catolicismo em sua forma "jesuítica", são definidos da seguinte maneira por um professor da Companhia, em conversa com o noviço Nafta: "No jesuitismo - acrescentou - tornava-se evidente a natureza política e pedagógica do catolicismo. Essa Ordem sempre considera seu domínio a estatística e a educação".¹⁴

O paralelismo existente entre os "exercícios" jesuíticos (espirituais e didáticos) e as "operações" táticas e ginásticas previstas por regulamentos militares - como o que criou Frederico da Prússia - é também destacado em outros autores como Alain Guillerrou e Michel Foucault.

¹³ MANN, Thomas. *A Montanha Mágica*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1953, p.460.

¹⁴ Idem. p.455.

Comentando os *Exercícios Espirituais* de Santo Inácio - que serviu como oficial na tropa do vice-rei de Navarra, participando da batalha de Pamplona em 1521 -, Alain Guilhaume aponta como característico dessa obra, o fato de se constituir como método da técnica de *disciplina espiritual* que tenta adequar de forma detalhada e sistemática as práticas espirituais de orações e meditação, com as operações corporais de respiração, funcionamento dos músculos e forma de pronunciar as palavras, controlando assim o exercitante o seu próprio organismo, para que a prática da oração seja uma espécie de disciplinada *ginástica da alma*.¹⁵

Foucault por sua vez sublinha, que a preocupação obsessiva de Frederico II com a racionalidade minuciosa dos treinamentos e exercícios da tropa, aparece também como uma característica de ordens religiosas da época. Os detalhados preceitos pedagógico-disciplinares do *Tratado sobre as Obrigações dos Irmãos das Escolas Cristãs*, de La Salle, a complexa organização dos exercícios escolares, que têm origem entre os Irmãos da Vida Comum - cujo código disciplinar em muito influenciou a concepção educacional de Santo Inácio -, inscrevem-se como acontecimentos da *História Política do Detalhe*, efetivada no século XVIII: trata-se de tomar o corpo em seus mínimos detalhes e operações, controlar as mais ínfimas parcelas da vida (na escola, no quartel, no hospital, na oficina), de forma a permitir um controle racional das atividades. Tais procedimentos disciplinares, irão pouco a pouco, atravessar a pedagogia, a tática militar, e a economia, a medicina e o direito.¹⁶

Feitas as observações introdutórias sobre a importância e caráter polêmico da concepção pedagógica da Companhia, passemos a analisar o conceito de *disciplina*, categoria central de nosso trabalho.

¹⁵ GUILHERMOU, Alain. *Saint Ignace de Loyola et la Compagnie de Jésus*. Paris, Ed. du Seuil, 1960, pp.62-64.

¹⁶ Cf. FOUCAULT, Michel. *op. cit.*, (Vigiar), original francês, pp.138-142; edição brasileira, pp.126-129.

2.1 *Uma análise do conceito de disciplina: Foucault, Gramsci, Weber e Nietzsche.*

Iniciaremos agora o nosso exame acerca da especificidade do código disciplinar jesuítico, procurando sublinhar quais os mecanismos reguladores utilizados na prática pedagógica da Companhia e exercidos no espaço de seus colégios. Tendo-se visto anteriormente no primeiro capítulo, que a prática pedagógica estende-se a variadas atividades que ultrapassam o espaço da escola, queremos, entretanto, destacar que iremos nos ater em nossa análise da Companhia de Jesus aos mecanismos disciplinadores básicos por ela desenvolvidos no interior de seus espaços pedagógicos.

A disciplina meticulosa parece de tal forma articular-se com a Ordem, que os que a ela se referem, seja de maneira elogiosa, irônica ou claramente combativa, indicam como sendo esta a característica mesma da Companhia de Jesus.

Gramsci analisando as relações estabelecidas pela Igreja Católica entre a "massa" religiosa dos "simples" e as camadas intelectualmente "superiores", no sentido da criação de uma unidade doutrinal, destaca a capacidade organizativa do clero no domínio da cultura (do estabelecimento de uma hegemonia) e sua luta para evitar o fraccionamento da religião católica pela formação de duas religiões: a das "almas simples" e uma outra dos "intelectuais".

Quando no século XIII a Igreja vê colocada em perigo a sua unidade, pela emergência de toda uma cadeia de movimentos heréticos (os cathares, os patarins, os albigeois) a fórmula encontrada para evitar rupturas na "comunidade dos fiéis" consistiu no estabelecimento de novas ordens religiosas fundadas em fortes "movimentos de massa", e que se agrupavam em torno de fortes personalidades como São Domingos

e São Francisco, fundadores das ordens dos dominicanos e franciscanos.¹⁷

Com a Contra-Reforma, que irá consistir em uma luta da Igreja contra os movimentos heréticos protestantes (calvinistas, luteranos, etc) e as correntes de pensamento humanista e renascentista, teremos uma modificação de sua estratégia na manutenção de sua unidade de poder fundado numa unidade doutrinal, ou seja, num conjunto de regras e normas: o suporte ou antes, o dispositivo tático utilizado para manter-se a homogeneidade do *corpus* doutrinal da Igreja, não mais serão as ordens religiosas resultantes dos movimentos de massa fundados em torno da autoridade de um único homem, dotado de personalidade carismática, como o foram São Domingos e São Francisco.

Encontramo-nos em meados do século XVI - datando a aprovação da Companhia de Jesus em bula papal de 1540 e o Concílio de Trento dos anos de 1545-1563 -, e as disciplinas, enquanto fórmulas gerais de dominação e docilização, conjunto de técnicas e dispositivos de adestramento, já começam a delinear os seus contornos.

Para Gramsci, a Contra-Reforma esteriliza a germinação das forças populares que nos séculos anteriores animaram e serviram de elemento para a própria manutenção da unidade da Igreja, aparecendo a Companhia de Jesus como:

"le dernier grand ordre religieux, d'origine réactionnaire et autoritaire, possédant un caractère répressif et 'diplomatique', qui a marqué par sa naissance le durcissement de l'organisme catholique. Les nouveaux ordres qui ont surgi après ont une très faible signification 'religieuse' et une grande signification 'disciplinaire' sur la masse des

¹⁷ GRAMSCI, Antonio. *op. cit.*, (Materialisme Historique. IN: Gramsci dans le Texte), p.144.

fidèles, ce sont des ramifications et des tentacules de la Compagnie de Jésus, ou ils le sont devenus, instruments de 'résistance' pour conserver les positions politiques acquises, et non forces régénératrices de développement. Le catholicisme est devenu 'jésuitisme'".¹⁸

Atentemos primeiramente para um dos traços indicados por Gramsci como sendo o que irá definir mais fundamentalmente a fundação da Companhia e de outras ordens que virão depois, no quadro de luta de catolicismo: estas ordens terão uma fraca *significação religiosa* e uma forte *significação disciplinar*. Lembremos que a definição de Gramsci da noção de disciplina mantém profunda articulação com a pedagogia, a ética e os dispositivos técnicos e militares, como vimos no capítulo anterior.

Enquanto em Marx, o espírito burocrático é um espírito jesuítico, em Gramsci, o catolicismo, torna-se "jesuitismo", com a Contra-Reforma. A Companhia de Jesus é definida pelo marxista italiano, como autoritária, repressiva e diplomática, destacando-lhe a função "disciplinar" e tática: ordem religiosa implantada como avant-garde da Igreja Católica na luta pela conservação das posições políticas; organismo centralizador de poder, que expande os tentáculos de seu domínio por todas as demais ordens religiosas católicas. Gramsci parece concordar com o provérbio latino, que diz: *Si cum Jesu itis, non cum Jesuitis* ("Se quizerdes andar com Jesus, não andeis com os Jesuítas").

¹⁸ Idem. p.145.

Ao contrapor a fundação de ordens monásticas,¹⁹ como os franciscanos e dominicanos - baseadas na força carismática de personalidades como São Francisco e São Domingos -, com a fundação da Companhia de Jesus (cujo traço característico é a disciplina), Gramsci delinea, a nível do funcionamento interno do organismo religioso católico, dois tipos de exercício de poder ou autoridade: um fundado no carisma, e o outro na disciplina.

Analisando de uma perspectiva sociológica e histórica, as diferentes modalidades de exercício e composição do poder e autoridade, Weber explicita detalhadamente as oposições e especificidades existentes, entre instituições reguladas pela *autoridade* de tipo carismático ou pela *autoridade* de tipo disciplinar.

A autoridade carismática supõe a existência de "líderes naturais", portadores de dons específicos do corpo e espírito, dons estes considerados sobrenaturais e, portanto, não acessíveis a todos. Além dessas características, a autoridade carismática ignora qualquer tipo de economia ordenada, não sendo o carisma, por sua natureza mesma, de ordem institucional, mas antes, configurando-se como aquilo que é oposto ao institucionalmente permanente. Ao falar de carisma ele se refere também a *missão* daqueles que são os portadores do carisma, afirmando que estes devem manter-se distantes dos laços deste mundo, das ocupações rotineiras, chegando a lem

¹⁹ Pode-se dizer não ser rigorosamente correto o emprego do termo "monástico" para designar os religiosos franciscanos e dominicanos, visto implicar a vida monástica num afastamento do mundo profano, o que não é a característica das referidas ordens. A contraposição estabelecida por Gramsci entre franciscanos e dominicanos de um lado, e jesuítas do outro, serve entretanto para atentar sobre diferentes modalidades de inserção das ordens religiosas no mundo profano, lembrando-se que os franciscanos integram uma ordem mendicante, enquanto a Companhia constitui-se como uma espécie de "Estado religioso".

brar que o estatuto da ordem dos jesuítas impedem a aceitação de cargos da Igreja.²⁰

Além disso, a autoridade carismática é instável, pois que repousando sobre o dom sobrenatural de um indivíduo, pode ser extinguida pela perda do carisma daquele é o seu portador, sendo então o líder carismático abandonado por seus seguidores. No tocante a legitimidade da autoridade carismática vemos que esta ancora-se na força pessoal, estando o herói ou líder sendo constantemente submetido a provas.²¹

A emergência de uma autoridade disciplinar, de um poder fundado na disciplina, implica para Weber na decrescente importância da ação individual, o que se constituía precisamente no substrato da autoridade carismática. A legitimidade da autoridade disciplinar será pois de outra ordem e o dever de obediência as normas da autoridade receberá fundamentos diferentes.

Eis como ele define a disciplina:

"O conteúdo da disciplina é apenas a execução da ordem recebida, correntemente racionalizada, metodicamente treinada e exata, na qual toda a crítica pessoal é incondicionalmente eliminada e o agente se torna um mecanismo preparado exclusivamente para a realização da ordem. Além disso tal comportamento em relação as ordens é uniforme. (...) Os que obedecem não são necessariamente uma massa que obedece simultaneamente, nem estão unidos numa localidade específica. Para a disciplina, é decisivo que a obediência de uma pluralidade de homens seja racionalmente uniforme".²²

²⁰ Cf. WEBER, Max. *Wirtschaft und Gesellschaft*, parte III, capítulo 9, pp.753-7, IN: *Ensaio de Sociologia* (coletânea), organização e introdução GERTH, H. e MILLS, Wright. Revisão Técnica CARDOSO, Fernando Henrique, Rio de Janeiro, Zahar, 1974, pp.283-86.

²¹ Cf. Idem. p.287.

²² Idem. p.292.

Veja-se que a ordem é coerentemente racionalizada, ou seja, ordenada sobre pautas racionais garantidoras de sua eficácia, devendo o seu correto cumprimento implicar num treinamento metódico e exato. O que mais importa é que o cumprimento das ordens seja uniforme com relação a massa regida por um determinado código disciplinar. *Uniformidade do efeito* da ordem sobre uma pluralidade de homens, muito mais que uniformização ou simultaneidade temporal e espacial, ou seja, o cumprimento (ou resposta) homogênea diante da ordem executada ao mesmo tempo e num mesmo espaço.

O poder disciplinar não se restringe a uma localidade específica, mas insere-se em diferentes espaços, unificando tais espaços pela *norma*. Ao mesmo tempo, o cumprimento da ordem não implica necessariamente numa simultaneidade temporal, construindo um tempo onde cada operação pode ser realizada em momentos distintos, dependendo do lugar que cada indivíduo ocupa no interior da hierarquia fundada na autoridade disciplinar.

Dois outros aspectos são destacados por Weber em sua análise do conceito de disciplina: a sua relação com o carisma ou a autoridade fundada neste e a utilização de elementos emocionais segundo um cálculo racional.

Nos dois pontos Weber faz referência aos jesuítas, daí nosso interesse em nos determos um pouco sobre tais pontos.

Como já havíamos afirmado anteriormente, a autoridade disciplinar não é hostil ao carisma e para exemplificar sua afirmação o sociólogo alemão diz o seguinte: "*A disciplina como tal não é hostil ao carisma ou a honra estamental. Pelo contrário, os estamentos que procuram governar grandes territórios ou grandes organizações - os conselheiros aristocrãticos venezianos, os espartanos, os jesuítas no Paraguai, ou um moderno quadro de oficiais com um príncipe a sua frente -*

*são podem manter a sua vigilância e superioridade sobre os seus súditos por meio de uma disciplina muito rigorosa. Esta disciplina é imposta dentro do próprio grupo, pois a obediência cega dos súditos só pode ser garantida pelo seu treinamento exclusivamente para a submissão, sob um código disciplinar. Somente mediante a disciplina se converte a conservação do prestígio estamental e a estereotipação de seu modo peculiar de viver em algo que foi consciente em grande parte e racionalmente desejado".*²³

Deixemos de lado a discussão acerca da conceituação dada a estamento, e retenhamos a relação feita entre carisma-disciplina com referência aos jesuítas em suas reduções do Paraguai: o que nos parece mais importante é que a vigilância seja afirmada como algo que reclama para a sua manutenção uma disciplina rigorosa. Disciplinar é vigiar, e para que a vigilância seja exercida eficazmente se faz necessário uma disciplina rigorosa.

Outro dado importante nesta passagem de Weber é que a disciplina imposta dentro do próprio grupo funda-se em um treinamento voltado exclusivamente para a submissão e regulado por um código disciplinar. O efeito que este treinamento para a submissão opera, consiste no fato de que a própria submissão é convertida em algo que foi "consciente" e "racionalmente" desejado, sendo o último termo grifado pelo autor. O desejo, elemento da vontade, força emocional e habitando o terreno do inconsciente, é submetido ao império da razão e da consciência. Nada deve ficar de fora da regra. A submissão imposta deve aparecer aos submetidos como o seu desejo mesmo, como um estado vivido interiormente, como a própria voz de sua "consciência".

O jesuíta Madureira, explicitando o que toma por "disciplina interior baseada na obediência", da forma que é

²³ Idem. p.293.

prescrita pelo Ratio Studiorum, cita a seguinte passagem de Douarche, na qual este estabelece a diferenciação entre a Universidade e o ensino jesuítico nos colégios: "*Os jesuítas não se distinguem da Universidade nem pelos programas, nem pelo método de ensino, mas pelo espírito geral (a obediência) que preside a direção dos estudos. A arte suprema dos jesuítas nos colégios foi a de fazer amar aos presos a casa de detenção*".²⁴

Embora em outros trechos de sua obra o jesuíta se empenhe em combater aqueles que afirmam ser a pedagogia da Companhia de caráter despótico e rigidamente disciplinado - sendo tais críticos partidários da escola neutra ou leiga, concepção educacional com a qual se confronta Madureira -, ao fazer a referida citação procura de certa forma sublinhar a eficácia da utilização dos elementos ou forças emocionais na elaboração de uma disciplina interior. Os mecanismos de do mesticação chegam a aparecer como um apelo do próprio submetido, cujo resultado final é fazê-lo amar as grades que o aprisionam.

Veja-se também a similitude estabelecida entre escola e casa de detenção (prisão), entre aluno e detento (presidiário): transversalidade das instituições corretivas-educacionais que encontram seu respaldo no controle.

Para Madureira haveriam três graus de obediência relativos a disciplina interior: a) a *obediência regulamentar* que apela para os "sentimentos religiosos" e fundando-se nos "princípios da fé", tem no professor o seu eixo de autoridade, autoridade esta que provém de Deus. b) a *obediência da estima* que se expressa pelo "reconhecimento" por parte do aluno do "saber" do professor. O aluno "reconhece" no professor "o saber" (conhecimento) na medida que o conhece e vê demonstrada a sua habilidade e empenho no exercício do cargo pro-

²⁴ Cf. MADUREIRA, J.M. *A Liberdade dos Índios e a Companhia de Jesus: sua pedagogia e seus resultados*. Tomo I, R.J., Ed. Revista do Instituto Histórico/Imprensa Nacional, 1927, p.499.

fessoral. c) a *obediência da afeição*, resultante do respeito e consideração votados pelo professor a todos os discípulos, sejam "inteligentes" ou "tardios". O respeito do professor a seus alunos apresenta-se como uma *virtude que produz a estima e afeição dos educandos a seu mestre*.²⁵

Na obediência regulamentar, a disciplina interior tem a sua ancoragem em regras referentes ao domínio da fé e da religião: a religião apresenta-se pois como a fonte reguladora da disciplina. A autoridade do professor - padre, o "novo pai" do aluno - é legitimada por Deus, pois que Dele provém, sendo inspiradora de respeito pelos sinais exteriores ou materiais com que tal autoridade se apresenta, sinais estes que se inscrevem no tipo de vestimenta utilizada pelo portador da autoridade, vestes "sagradas", e pelo aspecto solene e nobre do seu corpo e gestos, no exercício de suas atividades espirituais e pedagógicas.

Referindo-se a obediência fundada nos princípios da Fé e ao acatamento da autoridade pelos alunos Madureira fala *"do respeito instintivo que lhe inspira o hábito religioso de seu 'novo Pai', a dignidade de seu porte, o recolhimento nas orações"*.²⁶

Veja-se aí a afirmação de que o respeito ou reverência à autoridade dependem também de elementos exteriores e materiais, materialidade esta que se expressa pelo uso de certas vestimentas pelos religiosos, por seu "porte" que deve ser digno, e pela atitude mantida durante as orações, gestualizada por um recolhimento.

Mas, pela boca de Weber dizíamos que a disciplina garantida por um treinamento "exclusivamente" para a submissão - devendo-se lembrar que a disciplina produz e não ape

²⁵ Idem. pp.499-500. (grifos nossos)

²⁶ Idem.

nas exclui-submete - acabava por converter a *submissão* em um *desejo*, desejado em grande parte de forma racional e consciente.

O desejo de ser submetido, expresso de forma consciente e racional, seria assim uma espécie de "servidão voluntária".

Madureira faz da disciplina exterior (repressiva) um efeito da disciplina interior: a primeira visaria a ordem pública e a segunda incluiria o ensino moral e a formação do caráter na educação direta da vontade. Opondo-se aqueles que segundo ele, têm uma noção muito estrita da disciplina, concebendo-a meramente no seu aspecto material e puramente exterior, como a do "soldado na caserna" ou o "forçado" e "criminal" no caso de detenção, Madureira diz que esta noção restrita da disciplina acaba por colocar a sua origem externa na força e no terror.²⁷

Veremos mais detalhadamente logo adiante, ao tratarmos das regras disciplinares prescritas pelo *Ratio Studiorum* e as *Constituições*, os diversos mecanismos "materiais" utilizados para a elaboração de uma "disciplina interior", que tem por objetivo precisamente a "formação do caráter na educação direta da vontade". A vontade, as volições, os desejos, podem pois ser educados, domesticados, através da "formação" ou fabricação do "caráter" do educando, implicando o caráter em elementos (característicos) de sua personalidade, temperamento, comportamento ou atitudes.

Adiantemos também que o estudo do caráter, ou dos caracteres do aluno, daquilo que o identifica, individualiza, merecerá grande destaque na pedagogia jesuítica. Uma das técnicas do controle e vigilância disciplinares será precisamente a da "individualização", que pelo conhecimento dos traços

²⁷ Cf. Idem. p.494-5.

particulares de cada elemento submetido a uma dada ordem disciplinar, permitirá que melhor se atue, corrija, e produza certas condutas.

É bastante esclarecedora para o entendimento da elaboração da *submissão como algo desejado*, a correção feita por Madureira à *noção de disciplina*, compreendida não apenas em seu aspecto material, exterior, fundada na força, mas também como instrumento pedagógico que elabora crenças e condutas no "interior" do submetido, bem como a afirmação do autor sobre a eficácia da *obediência da afeição* no que concerne a produção de certos atos ou estados emocionais.

A disciplina definida de forma mais alargada, seria um "meio educativo" compreendendo diferentes níveis: a disciplina interior, racional e religiosa. Assim estendida, a disciplina *"infunde na alma princípios nobres e sentimentos elevados que produzem os atos interiores, dando as ações exteriores a espontaneidade e liberdade deles provenientes, aumentando-lhes o valor e o merecimento"*.²⁸

A alma, noção ao mesmo tempo religiosa e filosófica (consciência), aparece como o primeiro alvo da disciplina, como uma espécie de "recipiente" dentro do qual se infunde ou introduz, "princípios" (regras, modelos de pensar-agir) e "sentimentos" (emoções, formas de sentir) que devem ser "nobre" e "elevados". Importante também ressaltar a articulação entre os "atos" e a "interioridade" de um lado, e "ações" e "exterioridade" do outro: o ato teria assim uma tessitura consciente, racional, espiritual, enquanto as ações estariam referidas a operações exteriores, materiais, corpóreas.

Importa-se aqui o aspecto produtor de atos-ações da disciplina entendida como um "meio educativo": o que se objetiva produzir através da elaboração de "atos interiores" são exatamente as "ações exteriores", que preparadas pela via da

28 Idem.

interioridade (alma, consciência), apresentam-se como que do tadas de "liberdade" e "espontaneidade", já que a alma e a consciência são tidas como atributos inatos do homem e, portanto, qualidade naturais.

Outro dado relevante da passagem que transcrevemos de Madureira é que a ação exterior executada com liberdade e espontaneidade, ou pelo menos assim apresentando-se, possuem maior "valor" e "merecimento" quando resultam de um trabalho prévio do disciplinamento interior, pois que não se originam apenas de mecanismos exteriores de "força" e "terror", mas de maneira mais fundamental, têm o seu suporte em operações de persuasão-inculcação de nobres e elevados princípios e sentimentos.

A disciplina deve assim criar a ilusão, ou o *efeito de verdade*, de que sô existe como um "meio", ou seja, um instrumento capaz de revelar o que já habita o submetido ou domesticado de seu interior mesmo, da sua consciência.

De tal forma foi fabricada a ação exterior, pela introdução de princípios e sentimentos na consciência-alma do submetido, por toda uma série de mecanismos reguladores de sua conduta e forma de classificar e perceber o real, que tal ação exterior, enquanto *execução de uma dada norma*, chega a aparecer como algo *natural*.

Nietzsche, em sua demolidora obra *Genealogia da Moral*, indica-nos como se processou a *construção do ideal* na religião e na moral, a fabricação das belas e elevadas noções de *alma*, *consciência*, *sujeito livre*, *mã-consciência*".²⁹

E a *construção do ideal* traz as nossas narinas e aos nossos olhos o cheiro e a marca de sangue derramado em em nome da justiça e dos bons costumes. E se não nos deixamos enganar pelo silêncio e paz que reinam no sublime edifício da moralidade, terrífica construção humana, seremos capazes de

²⁹ NIETZSCHE, Friedrich. *A Genealogia da Moral*. Lisboa, Ed. Guimarães, 1976. (Edição brasileira: Coleção "Os Pensadores", vol. XXXII, S. Paulo, Abril, 1974, pp. 305-33. Versão abreviada).

escutar os uivos dos supliciados. Tal silêncio é um efeito de superfície, resultando de um artesanal trabalho de fazer calar as forças que ameaçam a ordem moral, e fazer falar as forças úteis e boas para tal ordem.

Mas como se originou esta noção-objeto tão cara à Moral e que denominamos por alma?

*"Os instintos sob a enorme força repressiva, voltam para dentro, a isto se chama interiorização do homem, assim se desenvolve o que mais tarde se há de chamar 'alma'".*³⁰

A interiorização do homem resulta, portanto, da ação de uma *força repressiva*, que sob a forma da moral e da educação, serviria de alicerce para a implantação do Estado - definido por Nietzsche como *"uma máquina sangrenta e desapiada da"** -, fazendo assim *voltar para dentro do homem* todos os seus *instintos* considerados nocivos ou perturbadores para o funcionamento regular e metódico do "maquinismo vivo" que é o Estado: terrífica encarnação de um *ideal de ordem*.

E fazendo voltar para dentro (de sua alma) os *instintos* nocivos, fazendo com que estes instintos do "homem *livre*", como a crueldade, a ira, a necessidade de perseguir, se voltassem contra ele, pôde-se enfim originar ou antes fabricar a noção e o sentimento da "mã-consciência". Pela fabricação da noção de mã-consciência, teremos a justificativa e o suporte não apenas dos castigos, (pois que estes já existiam, embora sob outra forma, antes do surgimento da "mã-consciência"), mas principalmente da Moral, da força domesticadora da disciplina e da educação.³¹

³⁰ Idem, ed. port. p.79; ed. bras. p.138.

* Idem, ed. port. pp.82-83; (passagem suprimida na edição brasileira).

³¹ Cf. Idem, ed. port. pp.51-80.

Mas a passagem do "homem selvagem, livre e vagabundo" para o homem "apreciável", o homem "interior", dotado de alma e "consciência", não ocorreu de forma pacífica ou como a realização de um *desejo* seu, de um desejo de ser submetido. Não foi pelo próprio desejo ou vontade, por um ato voluntário, que o homem se fez um animal moral.

(...) *"Esta modificação não foi insensível ou voluntária, nem adaptação orgânica a um novo estado de coisas, senão foi um rompimento, um salto, uma obrigação"* (...) *"a submissão a uma norma fixa, de uma população até então carente de norma e freio, tendo começado como um ato de violência, não podia ser levada a cabo senão por outros atos de violência"*.³²

O grande mérito do filósofo-poeta alemão é mostrar que o estabelecimento da Norma, a elaboração na crença de uma interioridade, a criação de um sentimento moral, deu-se como um ato de violência e violentação da natureza mesma do homem, constituindo-se como um rompimento, uma ruptura e não como uma evolução natural de seu estado e relação com as coisas e a ordem do mundo. A moral não tem pois uma "origem" no sentido de fundar-se em disposições ou sentimentos inatos ao homem, provenham tais disposições-sentimentos de um ato de criação de Deus ou do próprio mecanismo da natureza.

Necessário entretanto saber-se qual o mecanismo utilizado para que este homem "moralizado" fosse capaz de "cumprir promessas", ou seja, de executar as prescrições da norma de maneira a parecer ter sido ele mesmo a estabelecer para si tal compromisso.

Foi pela criação da *faculdade da memória*, pela constituição de uma verdadeira *memória da vontade* que se pode es

³² Idem, ed. port. p.81. (passagem suprimida na edição brasileira).

tabelecer uma continuidade do querer, de maneira que entre o primitivo "farei" (a promessa de cumprir um compromisso, o respeito a norma) e a execução do ato, não houvesse desvio.

E a constituição da memória, de uma técnica de gravar na consciência do homem certas lembranças e impressões, de uma "mnemotécnica", apresenta-se para Nietzsche como uma terrível construção. Todos os compromissos, as mutilações, os rituais mais repugnantes e cruéis, bem como todos os cultos religiosos - já que para ele as religiões seriam, em última análise, sistemas de crueldade -, enfim todos estes elementos de "moralização" tiveram origem na descoberta da dor como o auxílio mais poderoso da memória: *"talvez na pré-história do homem não haja nada mais terrível que a sua mnemotécnica. 'A letra com sangue entra', é um dos axiomas da velha pedagogia, e, por desgraça, a que mais durou"*.³³

Longe de ser uma qualidade inata ao homem, a memória apresenta-se como algo "fabricado" através de técnicas baseadas em experiências de dor. O processo de memorização teria, assim, uma tessitura pedagógica, um valor educativo - pois que a letra da Lei entraria na memória do suplicado pelo seu próprio sangue -, e um valor psicológico, por atuar sobre a "psiquê", a alma do castigado.

Duas observações devem ser feitas com respeito à opinião de Nietzsche sobre a constituição da memória e seu valor moral e pedagógico.

³³ Idem, ed. port. pp.53-4; ed. bras. p.312. Na edição brasileira, a passagem citada tem a seguinte versão: *"Talvez mesmo não haja nada mais terrível e monstruoso em toda a pré-história do homem do que a sua mnemotécnica. 'Imprime-se algo a fogo, para que permaneça na memória: somente o que não cessa de fazer mal permanece na memória' - eis uma proposição-mestra da mais antiga (infelizmente também a mais prolongada) de todas as psicologias sobre a terra"*.

A experiência da dor, o sentimento de suplício, são exercidos sobre o corpo do condenado, sobre a carne do submetido ou daquele que deve ser *educado*: assim como um filôsofo afirmou que "o caminho da interioridade passa pelo outro", poderíamos dizer que o caminho da memória, da interiorização da norma, da internalização dos valores morais, passa pela exterioridade do homem, por seu corpo mesmo. Como já vimos em Foucault, o corpo é o objeto e o alvo do poder.

Será portanto pela lembrança da dor causada pelo suplício, pelo castigo exercido sobre o corpo possuído e tomado de terror, que o homem não deverá repetir a sua falta.

Nietzsche, entretanto, refere-se a uma função ou forma específica da elaboração da memória pela via do sofrimento. Bom que se lembre a existência de outras técnicas de memorização, de diferentes formas de constituição de uma memória. Queremos chamar atenção para a manipulação da memória com fins também pedagógicos, mas inscrita numa nova concepção do próprio ato de educar, por vias mais sutis e utilitárias que as do suplício e dor, pela via da disciplina, que objetiva basicamente não o *fazer sofrer* o submetido, mas o *fazer crescer* intelectualmente, o *fazer progredir* nos estudos, o *fazer executar certas ações*, o *fazer útil* o corpo-mente do domesticado.

Os jesuítas darão especial importância a memória como fator ou mecanismo de aprendizagem, de aquisição de conhecimentos, como um primeiro nível de constituição de um certo saber. De tal forma os membros da Companhia desenvolverão técnicas de memorização, através da repetição exaustiva de exercícios escolares, que alguns dos seus adversários ou comentaristas chegam a acusá-los de não deixarem espaço em sua pedagogia para a verdadeira reflexão e a criatividade do pensar.

A constituição da memória sofre assim uma nova inflexão, e embora sem deixar de respaldar-se em mecanismos de controle, encontra não propriamente na dor mas no saber, a sua justificativa maior.

Acreditamos ter deixado suficientemente explicitado os mecanismos utilizados pela disciplina para fazer com que a execução do ato (prescrito pela norma) chegue a aparecer àquele que o executa como a realização de seu próprio *desejo*, como nos afirma Weber.

No que se refere ao caráter metódico, racional e uniformizante da disciplina, sublinhados por Weber como sendo o próprio conteúdo desta, encontramos em Nietzsche afirmações semelhantes.

Para que o homem se transformasse num animal que pode "fazer promessas", comprometer-se a cumprir os ditames da lei e acreditar numa "redenção" futura, numa "salvação", ele teve que fazer-se - ou ser feito - *metódico e regular*. "Esta tarefa de educar e disciplinar um animal que possa fazer promessas, pressupõe outra tarefa: a de fazer o determinado, o uniforme, o regular, e, por conseguinte, apreciável. O prodigioso trabalho daquilo que eu chamei moralização dos costumes (...), o verdadeiro trabalho do homem sobre si mesmo durante o mais longo período da espécie humana, todo o seu trabalho pré-histórico, toma aqui a sua significação e a sua justificação (...), unicamente pela moralização dos costumes e pela camisa de forças social, chegou o homem a ser realmente apreciável".³⁴

Apreciável não propriamente no sentido de merecedor de mérito e de admiração, mas principalmente no sentido de ser valorado, passível de avaliação, conhecido com exatidão, domesticado ou disciplinado numa determinada direção, tendo suas ações e emoções calculadas racionalmente, reguladas.

³⁴ Idem, ed. port. p.51 (passagem suprimida na ed. bras.)

Weber explicita de uma outra perspectiva os mecanismos que tornaram o homem um *animal apreciável*, ao caracterizar a disciplina pelo uso de processos de cálculo racional dos fatores emocionais.

Na concepção weberiana, embora a disciplina não seja hostil ao carisma - visto a dedicação e entusiasmo nela terem um lugar -, observa-se uma reversão dos preceitos morais e dos fatores emocionais que fundamentam o poder carismático: o culto da "honra", o "êxtase heróico" e a dedicação a um "líder", enquanto motivos éticos e psíquicos típicos do carisma, são substituídos na disciplina pelo "senso de dever", "consciência" e habilidade rotineira. Eis como Weber define a manipulação dos fatores emocionais pela disciplina:

*"A liderança militar usa, habitualmente, todos os tipos de meios emocionais - assim como as técnicas mais requintadas de disciplina religiosa, os exercitia spiritualia de Santo Inácio o fazem a seu modo. No combate, a liderança militar busca influenciar os seguidores através da 'inspiração' e ainda treiná-los para a 'compreensão enfática' da vontade do chefe". (...) "os fatores emocionais 'inponderáveis' e irracionais são racionalmente calculados - em princípio pelo menos, da mesma forma que calculamos a produção das jazidas de ferro e carvão".*³⁵

A menção feita aos Exercícios Espirituais como uma técnica religiosa que tem por objetivo disciplinar o uso dos elementos emocionais - visando especificamente a racionalização metódica da oração e das formas de comunhão com Deus -, aponta-nos as compatibilidades existentes entre as instituições militares e religiosas, no que se refere ao treinamento e cálculo dos *fatores inponderáveis* como a vontade, os sentimentos. A disciplina perpassa os combates militares e a meditação religiosa, a preparação das tropas armadas e dos pastores do rebanho de Deus, visto se utilizarem sistematicamente da "inspiração" como veículo de magnetização e direcionamento dos que lhe são submetidos.

³⁵ WEBER, Max. *op. cit.*, (Ensaio), pp.293-94. (grifos do autor)

A ordem disciplinar racional caracteriza-se, portanto, pela sua capacidade de tornar calculável e passível de treinamento mesmo os fatores tidos como "imponderáveis", "irracionais": as emoções deixam de habitar o reino do *possível* para transformarem-se em forças cuja utilização é *determinada* de acordo com os critérios racionais de mensuração, avaliação e previsibilidade.

O cálculo racional dos fatores emocionais efetuado pelas organizações disciplinares de tipo militar e religioso, é tomado por Weber como o indicador de uma "ordem"(racional) onde os elementos imponderáveis da emoção recebem um tratamento semelhante ao que é dado aos meios de produção material.

O poder disciplinar tem, portanto, a função de integrar todas as forças (emocionais, materiais e econômicas) em um sistema eficaz de cálculo e contabilização. Neste reino não deve restar espaço para o 'imponderável' e o 'irracional': tudo deve ser contabilizado visando uma produtividade 'ótima'.

Contabilização não apenas dos bens e produtos materiais, mas contabilização dos bens de salvação; contabilização moral das faltas e pecados; contabilização das forças emocionais (espirituais), para que se faça um uso mais adequado e eficaz destas; racionalidade econômica, moral, disciplinar; racionalização do próprio caminho da salvação.

Nietzsche indica a profunda inflexão entre a esfera da moral e a da economia, quando afirma que o sentimento de culpa e de *dever*, teve origem nas mais antigas e primitivas relações entre os indivíduos: na relação credor e devedor. O infrator, o culpado, é antes de tudo um violador do compromisso, um devedor que não pagou sua dívida ao credor, que não cumpriu com a sua promessa, sendo o *castigo*, em sua forma primeira, o pagamento de uma dívida.³⁶

³⁶ Cf. NIETZSCHE, Friedrich. *op. cit.*, (Genealogia), ed. port. pp.63-5, ed. bras. pp.313-5. Lembremos o fato de a Igreja Católica, ao admitir uma postura ecumênica, ter mudado o texto do Padre-Nosso, de "perdoai as nossas dívidas" para "perdoai as nossas ofensas". Deus Pai, permanece sendo Aquele a quem se deve respeitar e honrar, deixando entretanto de ser apresentado como o implacável credor de nossas "dívidas" ou pecados.

O filósofo grego Protágoras afirmara, já no século V a.C.: "o homem é a medida de todas as coisas". Nietzsche retoma tal proposição ao indicar que a análise etimológica de certas palavras serve para demonstrar o estreito imbricamento entre os preceitos éticos e os processos de mensuração e avaliação econômica e material: o termo alemão *Schuld*, por exemplo, designa ao mesmo tempo as noções de "culpa" e "dívida", enquanto o termo *Mensch* (manas) pode ser traduzido por "homem" e também por "animal medidor", estimador, que valora.³⁷

Eis porque a humana invenção da faculdade de intelecto fez com que o homem tomasse a si próprio como o centro da Criação, o astro soberano em torno do qual gravitam todos os outros seres da Natureza: pela razão o homem colocou-se na posição de eixo ordenador e medidor de tudo que existe:

"Fazer preços, medir valores, inventar equivalentes, trocar - tudo isto preocupou o primeiríssimo pensar do homem, em uma medida tal que, em certo sentido, é o pensar" (...) "Talvez exprima ainda a nossa palavra 'Mensch' (manas) algo, precisamente, desse sentimento de si: o homem se designou como o ser que mede valores, que valora e mede, como o 'animal estimador em si'".³⁸

O pensar, o ato de reflexão, afigura-se assim, como resultante de um conjunto de operações de medição, de cálculo, de estimativa, de estabelecimento de equivalências ou níveis de similitude ou identidade entre dados valores. Pensar é em suma, um ato de valoração, de classificação das coisas e indivíduos a partir de um feixe de regras, a partir de uma Norma. Lembre-se que o próprio termo "valor" referencia-se simultaneamente aos terrenos da ética e da economia, aos aspectos qualitativos e quantitativos de um comportamento, princípio ou postulado moral, mercadoria.

Moralizar, educar, disciplinar irão se constituir em formas de regulação e classificação das ações, indivíduos e

³⁷ Idem, nota 7 da pág. 313 da edição brasileira.

³⁸ Idem, ed. port. p.64; ed. bras. p.313.

condutas; em procedimentos de avaliação e julgamento de comportamentos, aprendizagem ou desempenho escolar, através de rituais jurídicos e pedagógicos como os inqueritos, os exames ou provas escolares.

Moral, pedagogia e direito: imbricamento de "símbolos", como a balança (pois que a justiça mede, pesa e avalia os crimes, as faltas, as infrações), a pena de escrever e a espada.

Já que falamos em espada, lembremos a estrita relação apontada por Weber entre exêrcito - organização cuja função básica é a defesa de um determinado território, e quando necessário a conquista de outros, tendo na guerra a sua principal operação ou exêrcito - e a disciplina.

Partindo da afirmação de que a disciplina no exêrcito deu origem a toda a disciplina, Weber faz algumas colocações fundamentais, que assim sumariamos:

1) o elemento comum que liga as oficinas e o trabalho de construção faraônicas, as plantações romano-cartaginesa, as minas de fins da Idade Média, as plantações escravistas das economias coloniais até a fábrica moderna, é a disciplina.

2) a disciplina passou por diversas modificações no eixo da história, até chegar-se a disciplina "orgânica" da fábrica moderna, estruturada em bases completamente "racionais", e onde observa-se o condicionamento e treinamento racional do comportamento no trabalho, sendo o indivíduo destituído do seu "ritmo natural" e, levado a adaptar-se a um novo ritmo através da especialização metódica e funcionamento separado de seus músculos. Todos estes procedimentos visam o estabelecimento de uma "economia ótima" das forças de trabalho, significando o crescente avanço da disciplina um processo cada vez mais abrangente da racionalização das necessidades econômicas e políticas.

3) a arma e instrumentos como a pólvora, foram resultados e não causa da disciplina. A especialização metódica dos músculos dos ope

rários (que funcionam separadamente com vistas a obter uma economia ótima das forças de trabalho) e a profissionalização das Forças Armadas (com a introdução de métodos racionais de recrutamento e treinamento), expressam a importância crescente da disciplina como fator de organização da produção capitalista.

4) a disciplina, operando uma organização mecanizada que coloca o hábito e habilidade rotineira pelo treinamento rotinizado dos indivíduos, faz com que cada um se coloque em um lugar (fileiras p.ex.) e se integre forçosamente ao todo. A integração conseguida pela rotinização e mecanização das operações constitui-se num forte elemento de toda a disciplina, capaz de mover as ações, mesmo quando os elementos "espirituais" e as qualidades éticas do dever e consciência, falharam.³⁹

A disciplina tem pois sua origem, o momento de sua fabricação, numa operação de poder, de violência e de conquista que é a guerra, levada a efeito por uma organização ou aparelho específico: o exército.

Embora Weber estabeleça no texto analisado, diferenças entre a autoridade carismática e disciplinar, e indique que a disciplina sofreu diversas modificações no eixo da história, não concebe o surgimento de uma disciplina racional, metódica e fundada no treinamento mecanizado, como um ponto de ruptura, da forma que o faz Foucault, ao referir-se a formação de uma sociedade disciplinar. Para Weber é como se houvesse ocorrido apenas um "avanço da disciplina", que teria assumido novas formas segundo um padrão racional de organização.

O estudioso dos sistemas de poder (como a burocracia) e sistemas de crenças (como as religiões), embora não conceda a categoria disciplina um estatuto teórico tão fecundo e preciso quanto nos parece ser aquele construído por Foucault, chega, entretanto, a mostrar a profunda articulação entre o avanço crescente da disciplina e a cada vez maior ra-

³⁹ Cf. WEBER, Max. *op. cit.*, (Ensaio), pp.295-96; 301-2.

cionalização das necessidades econômicas e políticas, racionalização esta que se opera sob a égide do capitalismo e tende, cada vez mais, a tornar-se um fenômeno universal.

Foucault demonstra-nos como a normatização disciplinar institui uma sociedade que é toda ela atravessada por um "olhar" vigilante que vê e não é visto, que coordena todos os mínimos movimentos e operações dos indivíduos. Vigilância que tem por objetivo não tanto apreender o culpado ou transgressor, mas evitar a execução de atos criminosos ou nocivos à ordem social. Tal prevenção é efetuada através de variados mecanismos de controle, constituindo-se os mecanismos de controle e vigilância num conjunto multifacetado de técnicas que têm a finalidade de ordenar e repartir o espaço social em determinadas localizações funcionais (salas de aula, celas de prisão, enfermarias e leitos de hospital, etc), perpassadas cada uma delas por um ritmo temporal específico, ou seja, por um horário que estabelece um determinado esquema cronológico para cada uma das tarefas a serem executadas.

A disciplina não tem, portanto, no castigo o seu alvo fundamental, mas sim na correção das faltas. Ela visa reverter as *forças e habilidades* em dispositivos rentáveis e utilitários para a economia interna dos aparelhos disciplinares e o eficaz funcionamento de toda a sociedade.

A disciplina é pois uma técnica ou um conjunto de técnicas, de indicações sobre a forma correta de operar certos procedimentos com o fim de produzir um determinado efeito.

Esse aspecto "técnico" da disciplina, sublinhado de perspectivas diferentes, em Weber, Nietzsche e Foucault, não passou despercebido a Gramsci, notadamente quando analisa as diferentes *relações de força* estabelecidas no interior de uma dada formação social, e entre o conjunto de sociedades ou Estados, no plano das relações das forças internacionais.

Mostrando o marxista italiano, como a *política* deve ser entendida em sua dimensão "tática" (mais estreitamente ligada a política imediata, a agitação, referenciando-se aos aspectos transitórios de uma dada situação econômica, a conjuntura de uma formação social), e em sua dimensão "estratégica" ou *plano estratégico* (referenciado aos aspectos mais permanentes e fundamentais da situação econômica, e mais ligado a atividades como a propaganda, fundando-se o plano estratégico numa organização e administração da política sob pautas mais racionais), fornece-nos importantes indicações sobre o *caráter integrador das técnicas*, notadamente daquelas utilizadas por organismos militares como o exército.⁴⁰

Para finalizar nossa apreciação sobre a definição do conceito de *disciplina* em Gramsci, Weber e Nietzsche, sintetizemos os pontos de confluência dos referidos autores entre si, e com relação a conceituação foucaultiana do poder disciplinar.

Em Weber a disciplina caracteriza-se como um *mecanismo* fundado no *treinamento metódico* dos indivíduos, tendo por finalidade estabelecer uma *economia ótima* das forças de trabalho e impor a obediência de uma pluralidade de homens com relação a uma ordem *racionalmente uniforme*. Esta ordem uniformizada sobre pautas racionais coloca o hábito em correspondência com a *habilidade rotineira*, fazendo com que as habilidades desenvolvidas por intermédio de técnicas e de um treinamento, apresentem-se como algo "natural", como uma *disposição* inata do aparato psico-físico do indivíduo.

Para Foucault a disciplina configura-se também como um "mecanismo", ou área "mecânica" do poder, que torna os

⁴⁰ Cf. GRAMSCI, Antonio. *op. cit.*, (Machiavel), pp.489-92.

corpos e indivíduos, tanto mais "obedientes" quanto mais "úteis", aumentando-lhes a "sujeição", "habilidade" e "eficácia" dos movimentos e gestos, através de "técnicas de treinamento" (horário-exercícios-manobras-etc.) caracterizadas precisamente pela racionalidade, sistematização e repetição, cuja finalidade é operar a "rotinização" dos comportamentos, e a execução eficaz das ordens.⁴¹

Uma outra característica destacada, respectivamente por Weber e Gramsci, diz respeito a "origem militar" da disciplina, e ao aspecto "tático-estratégico" das relações de poder político, tomadas enquanto "forças planificadas" e organizadas sobre "pautas racionais", através das quais se impõe a "hegemonia" de uma Nação, partido ou classe social. Os autores em questão, indicam-nos de diferentes perspectivas, as sutis articulações entre a esfera econômica, política e técnica, ao destacarem a eficácia específica e o caráter inovador das manobras e instrumentos militares, ou seja, das técnicas guerreiras.

Gramsci, faz a seguinte observação, referindo-se ao grau de desenvolvimento das forças produtivas e as relações de forças políticas no interior de um Estado ou partido, ambos constituídos como "sistemas hegemônicos (devendo-se mais um vez lembrar que o conceito de hegemonia deriva de *Eghemonia*, que no grego antigo, servia para designar o comando supremo das Forças Armadas, tratando-se, portanto, de um termo militar): *"Toda inovação orgânica da estrutura, modifica organicamente as relações absolutas e relativas dentro do domínio internacional, por intermédio de suas expressões técnico-militares"*.⁴²

⁴¹ Cf. FOUCAULT, M. *op. cit.*, (Vigiar e Punir), original francês. pp.139-40; ed. bras. p.127.

⁴² GRAMSCI, A. *op. cit.*, (Machiavel. IN: Gramsci dans le Texte), p.490.

Weber, como indicamos anteriormente, afirma que o "modelo ideal" da moderna fábrica capitalista, tem origem na disciplina militar, significando o crescente avanço da disciplina um processo abrangente de racionalização do atendimento das necessidades econômicas e políticas. Assim como após a guerra e todas as técnicas de guerra a ela associadas, só se tornaram significativas com a existência da disciplina - e só tiveram proporções plenas como o uso de máquinas de guerra, que pressupõem um treinamento disciplinar⁴³ -, a eficácia econômica dos processos de produção capitalista, utilizados nas fábricas modernas, baseia-se na mecanização e disciplina do comportamento no trabalho. Calcula-se a "lucratividade ótima" do trabalhador individual, com a ajuda de métodos de mensuração adequados - como o sistema americano de "administração científica" -, e a base desses cálculos, obtém-se o condicionamento e treinamento racional do trabalhador. Como consequência da utilização de métodos de mensuração e técnicas de condicionamento e treinamento racional, o "aparato psicofísico" do homem ajusta-se completamente às exigências das ferramentas e máquinas; verificando-se a "especialização metódica de músculos" que funcionam separadamente, e estabelecendo-se assim, uma "economia ótima" de forças correspondente às condições de trabalho.⁴⁴

As complexas inflexões apontadas de diferentes perspectivas, por Gramsci e Weber, entre as esferas econômica, política e técnico-militar, perpassam a concepção foucaultiana do poder fundado em mecanismos disciplinares.

Referindo-se às mudanças operadas nas técnicas e instrumentos de guerra desenvolvidos a partir do séc. XVIII - com a implantação da sociedade disciplinar -, Foucault chama atenção para o "jogo de articulações minuciosas" estabelecido entre as esferas econômica e política. Segundo ele, as mudanças

⁴³ Cf. WEBER, Max. *op. cit.*, (Ensaio), p.296.

⁴⁴ Idem, pp.301-2.

verificadas na "composição de forças" das tropas militares, no decorrer da "época clássica", (transformando-se as unidades de combate - regimento, batalhão, divisão -, numa espécie de "máquina de peças múltiplas" cuja disposição tem por finalidade obter um resultado específico), seriam devidos a razões de ordem econômica e técnico-militar. Embora admitindo serem de ordem econômica algumas das razões dessas mudanças - tornar útil cada indivíduo e rentável a manutenção do armamento das tropas, transformar cada soldado numa unidade eficiente -, afirma que essas razões econômicas só puderam se tornar determinantes a partir de uma transformação técnica: a invenção do fuzil.⁴⁵

De que forma inovações técnicas aparentemente minúsculas, como a invenção do fuzil, a modificação da composição de forças das tropas militares, a descoberta da pólvora e a utilização de máquinas de guerra, podem tornar determinantes as razões econômicas que informam tais acontecimento ou mudanças?

Sabendo-se que a disciplina racional tem como finalidade operar uma *codificação instrumental dos corpos*, para extrair deles o *máximo de rendimento* (transformando cada corpo numa peça multissegmentar, cuja composição de forças permite obter um *aparelho eficiente*), a invenção do fuzil valorizava a *habilidade* do soldado, em virtude de ser mais preciso e rápido que o mosquete, e mais capaz de atingir um alvo determinado. Ao mesmo tempo, o uso do fuzil fazia de cada soldado um alvo possível, exigindo-lhe portanto maior *mobilidade*, ou seja, *rapidez e eficácia de movimentos*.⁴⁶

Ora, a rentabilidade ou lucratividade; o aumento das habilidades; a rapidez e eficácia dos movimentos; a racional

⁴⁵ Cf. FOUCAULT, M. *op. cit.*, (Vigiar e Punir), orig. franc. pp.165; ed. bras. p.147. (grifos nossos)

⁴⁶ Idem.

lizada articulação e adequação estabelecida entre o complexo corpo-arma, corpo-instrumento e corpo-máquina; a especialização de cada elemento do corpo (mão, olho, joelho, cotovelo, etc) com vistas à execução de gestos eficientes, constituem-se precisamente como as qualidades e regulações básicas requeridas pelos métodos de produção capitalista. Lucratividade, habilidade, rapidez e eficácia de movimentos e execução eficiente de gestos, que devem ser extraídas do soldado, do operário, do escolar.

Tendo-se visto que, tanto em Weber como em Foucault, a disciplina é implantada através de técnicas pormenorizadas, que regulam o tempo e os gestos dos indivíduos, classificando-os conforme o desempenho e, impondo a obediência de uma pluralidade de homens a uma certa "ordem racionalmente uniforme", lembremos finalmente, que para Nietzsche o educar e disciplinar implicam precisamente em transformar o homem em algo determinado, uniforme, regular e apreciável, ou seja, "classificável" segundo certos padrões de mensuração dos desempenhos e condutas.

Feitas as apreciações sobre o conceito de disciplina, e em sendo os jesuítas tidos como artífices meticolosos da arte de disciplinar, verdadeiros tecnólogos da Ordem, passemos agora a analisar a posição ocupada pela Companhia de Jesus no espaço do saber e poder do séc. XVI, data de sua fundação.

2.2 Fundação da Ordem: sua posição no campo das lutas políticas e religiosas do século XVI.

Corria o mês de agosto do ano de 1534 quando Inácio de Loyola juntamente com seis companheiros - Pedro Fabro, Francisco Xavier, Diogo Lainez, Afonso Salmeron, Simão Rodrigues e Nicolau Bobadila -, resolvido a ir em peregrinação à Jerusalém, para converter os turcos e "ocupar a vida e forças

na salvação do próximo, administração dos sacramentos da confissão e comunhão, pregação e celebração da missa, tudo sem estipêndio", faz voto desta sua resolução na capela de Nossa Senhora em Montmartre, na França. Em 1539 Inácio e seus companheiros decidem fundar a Companhia de Jesus, que será definitivamente aprovada pelo Papa Paulo III, na bula *Regimini Militantis Ecclesiae*, de 27 de setembro de 1540.⁴⁷

A fundação e aprovação da Ordem pelo Sumo Pontífice, ocorre pois no início do século XVI, período marcado pelo florescimento de movimentos de cunho político, intelectual e religioso - Humanismo, Renascimento e Reforma - que irão configurar o que se denomina de "modernidade". Estes movimentos expressam e constituem confrontos de força em diferentes níveis de poder, chegando a operar fraturas profundas no interior da Cristandade.

A Cristandade, "espírito" e "forma" de uma certa Ordem, será então submetida a novas divisões e fraccionamentos no seu campo de luta, de poder e de representação do mundo, com o estabelecimento de ordens religiosas que embora se afirmem como "cristãs", propõem outras formas de *interpretar* e *representar* a Palavra Divina contida nas Escrituras.

Luteranismo e calvinismo, apesar de reivindicarem o seu pertencimento ao "corpus" da cristandade, marcam a especificidade do seu "lugar" no espaço de luta, de poder e representação do mundo elaborado pela religiosidade cristã, opondo-se a alguns dogmas fundamentais da catolicidade: recusam o dogma da infalibilidade papal e o dever de obediência absoluta a ser observado por todo cristão - enquanto "membro" do corpo da cristandade -, à autoridade do Sumo Pontífice.

⁴⁷ LEITE, Serafim S.J. *A História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa, Livraria Portuguesa - Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1938, tomo I, livro I, cap. I, § 2, p.5.

Mais perigoso para a Igreja, esse inimigo que se utiliza do próprio nome de Cristo, para semear a discórdia na alma dos homens, para minar a unidade e autoridade de uma instituição (*corpus*) que representa a *verdadeira, eterna e universal* mensagem do Cristo.

Não encontra-se agora o inimigo (ou inimigos, embora a pluralidade de correntes, as diferentes nuances entre os discursos das ordens religiosas filhas da Reforma, seja enfeixada em uma unicidade, no que toca aos seus confrontos e *alvos* básicos de conquista com relação a Igreja) do "outro lado" do universo, no Oriente, visto como espaço da superstição, do paganismo, do desconhecimento ou negação da existência de um único Deus, mas no espaço mesmo da Cristandade: o Ocidente.

Uma nova frente de combate terá que ser aberta pela Igreja, não restringindo-se sua "guerra santa" a luta contra os turcos, os mulçulmanos, e os incréus, pela conversão-subjugação destes, mas tendo agora que dirigir-se também contra aqueles que, usando e maculando o Nome de Deus Pai e de Seu Filho Jesus Cristo, investem contra a autoridade máxima da Igreja, seu Imperador, comandante da legião católica na luta contra o pecado, autoridade esta representada e exercida pelo Papa.

É a própria hierarquia de poder da Igreja, sua forma e concepção de autoridade, dever e obediência, que entram em questão quando da recusa pelos partidários de Lutero, Calvino e Zwinglio da legitimidade da autoridade papal.

O "*corpus*" cristão encontra-se assim ameaçado "de dentro", em suas próprias fronteiras, e é justamente a autoridade que representa a nível terreno a "cabeça" deste corpo (o Papa) - pois que a verdadeira "cabeça" que guia a alma de todo o rebanho, é o Cristo - que é visada no ataque movido pelos luteranos, calvinistas, etc.

Em vários trechos da *Fórmula do Instituto*, incluída na bula de sua aprovação, podemos ver a afirmação do acatamento e obediência a autoridade papal por parte da Companhia de Jesus:

"Qualquer que na nossa Companhia, que desejamos seja assinalada com o nome de Jesus, quizer militar como soldado de Deus, debaixo da bandeira da cruz, e servir ao único Senhor e ao Romano Pontífice, Vigário seu na terra depois de fazer voto solene de castidade perpétua, assente comigo que é membro de uma Companhia" (...) "toda esta Companhia e cada um de seus membros militam por Deus, sob a fiel obediência do Santíssimo Papa, nosso senhor, e de outros Romanos Pontífices seus sucessores. E ainda que o Evangelho nos ensine e pela fé ortodoxa saibamos e firmemente confessemos, que todos os fiéis cristãos estão sujeitos ao Romano Pontífice, como a cabeça e Vigário de Jesus Cristo, não obstante para maior humildade de nossa Companhia e perfeita mortificação de cada um e abnegação de nossas vontades, julgamos importar sobremaneira que, além daquele vínculo de todos comum, se ligue cada um de nós com voto especial, de modo que nenhuma tergiversação nem desculpa, nos tenhamos por obrigados a cumprir sem delongas, e na medida de nossas forças, quanto nos ordenar o actual Romano Pontífice e os que pelo tempo adiante lhe sucederem, para proveito das almas e propagação da fé, sejam quais forem as províncias a que nos enviar, quer nos mande para os turcos, quer para as terras de outros infiéis, ainda para as partes que chamam Índia, como também para os países de hereges ou cismáticos ou quaisquer nações de fiéis".⁴⁸

O Papa é designado na fórmula de fundação da Companhia de Jesus, como o Romano Pontífice, ministro e autoridade máxima da Igreja Católica Apostólica Romana, sendo a cidade ou lugar que ocupa e mesmo qualifica tal autoridade, marcada pelo sinal de "eternidade", pois que eterna é a religião e

⁴⁸ Idem. pp.6-7.

o espaço no qual ela inscreveu primeiramente a sua vitória contra o espírito pagão, indicando os dois termos "romano pontífice" a origem e território central do poder da Igreja. *Santíssimo* é também o Papa, superlativo absoluto sintético do ajeetivo "santo", possuidor portanto do máximo grau de santidade, depositário absoluto da própria substância de tudo quanto deve ser santo e sagrado na esfera terrena, síntese da santidade. *Vigário de Deus* na terra e senhor de todos os cristãos, ou seja, aquele que faz as vezes de Cristo, que o representa.

A fiel obediência afirmada pelos membros da Companhia na fórmula de sua fundação a figura do Papa, expressa-se como uma obediência e aceitação da própria hierarquia de poder da Igreja e do caráter absoluto, incontestável e eterno de tal organização e de sua autoridade suprema: o que *deve ser* obedecido não é a "pessoa" do Papa, mas o seu "lugar de poder", estendendo-se o voto de obediência dos jesuítas, não apenas ao "atual Romano Pontífice" (na época da aprovação da Companhia, o papa Paulo III), mas aos "outros Romanos Pontífices seus sucessores", a todos "os que pelo tempo adiante lhe sucederem". Afirma-se desta forma a continuidade da Igreja, a sua permanência no tempo, ou antes, a *eternidade* desta instituição e o valor constante e incontestável daquele que a representa.

A própria noção de eternidade não significa o que deve durar por todos os tempos, mas o que é e será sempre, independente do próprio tempo, independente da pessoa que representa um certo lugar de autoridade.

A relação de poder e autoridade estabelecida entre o Papa e os membros da Companhia de Jesus não será direta, observando-se a existência de canais de mediação, constituindo-se tais canais de mediação em mecanismos específicos de poder. Na observância das regras ditadas pelo Papa atuarão como elementos (canais) mediadores da Ordem, o seu Prepósito e

e o Conselho ou Congregação da Companhia. Sendo a autoridade do Papa de caráter supremo (pois que é o Sumo Pontífice), o cumprimento de suas ordens reclama uma figura (Prepósito) e órgão de poder (Conselho da Companhia) que, embora, lhes sendo subordinadas hierarquicamente, representem a nível da organização interna da Companhia de Jesus, o cume de sua hierarquia, para que o Poder seja afirmado pelo poder.

O "lugar" central do poder de toda a cristandade, o olhar ordenador, vigilante e disciplinador do espaço total da cristandade (melhor seria dizer a catolicidade, pois que a Igreja Católica afirma-se como a verdadeira e única depositária da tradição e normas cristãs), é ocupado, representado e mesmo materializado, pelo exercício da autoridade papal, enquanto o lugar central de poder da Companhia de Jesus é marcado pela autoridade de seu Prepósito.

Quando o Romano Pontífice ordenar o envio de membros da Ordem de Jesus às terras dos turcos, de outros infiéis, da Índia, de hereges e cismáticos ou quaisquer nações de fiéis, "para proveito das almas e propagação da fé", para que se evite a ambição ou recusa de tais missões, cada membro da Companhia deverá prometer, *"que nunca, direta nem indiretamente, tratará delas com o Romano Pontífice, mas deixará todo este cuidado a Deus, ao mesmo Pontífice, como a seu Vigário, e ao Prepósito da Companhia; e o Prepósito por sua vez prometa, como os demais que não negociarão com o dito Pontífice para ser enviado a esta ou aquela missão, a não ser com o Conselho da Companhia"*.⁴⁹

Lembre-se que em trecho anterior da Fórmula de Fundação da Companhia, afirma-se que, como todos os fiéis cristãos, os membros da Ordem estão "sujeitos ao Romano Pontífice", sendo entretanto a obediência dos jesuítas à autoridade papal, marcada por "voto especial" que os obriga a cumprir

⁴⁹ Idem.

sem "tergiversação", "desculpa" ou "delonga" tudo quanto ordenar a autoridade pontifícia suprema. O voto especial de obediência (sujeição) as ordens papais firma a "maior humildade" da Companhia, a "perfeita mortificação" de cada um dos seus membros, e a "abnegação" de suas vontades.

Ora, os votos de *obediência, maior humildade e perfeita mortificação e abnegação da vontade*, pareceriam não deixar margens a quaisquer atitudes de recusa ou ambição, visto tais votos implicarem: no acatamento total e inequívoco das ordens do Papa, não admitindo-se tergiversação, delonga ou desculpa no seu cumprimento; no exercício da mais profunda modéstia e submissão, e da mais perfeita mortificação e abnegação da vontade, virtudes estas que implicam num espírito de sacrifício e renúncia.

A recusa no cumprimento de uma ordem emanada de uma autoridade superior, indica, precisamente, a "negação" do poder desta própria autoridade, bem como, a *afirmação da vontade* daquele que deve submeter-se a tal autoridade (o Papa, o Sumo Pontífice), constituindo-se a afirmação da vontade do "submetido" numa recusa de seu estado de sujeição, em contraposição ao espírito de renúncia que deveria caracterizar os Soldados de Cristo. O germe da ambição parece, portanto, habitar o coração de todos os homens, mesmo daqueles que se propõem a uma maior humildade e perfeita mortificação, *Para Maior Glória de Deus...*

Pelo que se depreende do próprio texto, não é suficiente a afirmação de tais votos, sendo necessário o estabelecimento do compromisso de que os membros da Ordem não tratarão direta ou indiretamente com o Pontífice Romano, acerca de suas designações para missões, criando-se mecanismos de controle - o Conselho da Companhia - ôrgão de poder que atuarã como canal "disciplinador" das atitudes de desobediência e ambição. A própria autoridade superior da Companhia, o Prepósito, está interdita a negociação com o Papa, devendo

submeter-se ou antes "negociar" o seu envio a determinada missão com o Conselho ou Congregação da Companhia.

O texto que marca a fundação da Ordem jesuítica traça uma linha de combate a todos quantos investem contra a autoridade papal, pela reiterada afirmação de obediência aquele que é o Vigário de Jesus.

Embora falando de um "lugar" diferente, os jesuítas movem-se no mesmo *campo discursivo* de seus adversários calvinistas, luteranos, etc. A idéia de campo discursivo, longe de indicar uma topografia imóvel onde cada combatente (soldado de Cristo ou arauto de Reforma) ocupa um lugar fechado e fixo, implica em toda uma cadeia de intercâmbios conflituais, de produção e troca de *mensagens*; em toda uma série de deslocamentos táticos e mudanças estratégicas no *espaço de luta* em que se constitui o discurso.

A despeito dos vários confrontos e oposições entre os jesuítas e seus adversários no campo discursivo (do poder-saber) religioso - representados pelos luteranos, calvinistas e outros "hereges" - há uma concordância básica entre eles no que se refere as noções e "alvos" fundamentais de discussão e luta. Embora de posições e lugares diferentes (ou dos distintos mecanismos tático-estratégicos de luta, e do ponto ou *locus* que cada um ocupa dentro de um mesmo quadro de classificação e ordenação do mundo), verifica-se entre jesuítas, luteranos, calvinistas, etc, um centramento em torno de questões como: obediência, autoridade, poder da Igreja, sentido do cristianismo e da cristandade, caminhos da salvação, liberdade e lugar do indivíduo na criação e na comunidade humana.

Bourdieu, partindo da conceituação de *cultura e sistemas simbólicos* (como a arte, o mito, a linguagem, a reli-

gião) como *instrumentos de comunicação*, conhecimento e classificação do mundo natural e social e como *instrumentos de poder* (no sentido de legitimação da ordem vigente), afirma que o campo cultural de cada época é definido a partir de um conjunto de questões obrigatórias, de um lote de temas comuns, de uma constelação particular de esquemas dominantes de pensamento. Dessa forma, "*o desacordo supõe um acordo no terreno do desacordo, e os conflitos manifestados entre tendências e doutrinas dissimulam aos olhos dos que dele participam, a complicitade em que implicam e que choca o observador estranho ao sistema*".⁵⁰

Assim, o desacordo entre os jesuítas e seus adversários, mesmo aqueles não pertencentes a um discurso especificamente religioso - como os ateus, anticlericais, liberais, racionalistas, todos eles filhos do sistema de pensamento humanista e renascentista - se dará a partir da concordância quanto a obrigatoriedade da designação e discussão de certos conceitos, noções. Há como que uma marcação do(s) terreno(s) de disputa fundada na aceitação daquilo que merece e deve ser discutido, combatido, nomeado. Zonas de silêncio se interporão também nesse combate, mas este silêncio não pode ser reduzido a uma mera manobra de dissimulação, é também forma de luta: fazer calar certos objetos, para depois retirá-los do limbo do esquecimento, é uma tática de poder e uma técnica do saber.

Que se atente para o próprio termo - Reforma - que designa todo um feixe de correntes doutrinárias que irão se opor a Ordem da Igreja.

⁵⁰ BOURDIEU, Pierre. *op. cit.*, (Trocas Simbólicas), p.207.

Um exame do conteúdo ideológico do termo, indica que a Reforma configura uma luta pela reconstrução e reorganização da Igreja; pela recuperação do sentido primeiro (a origem) da mensagem cristã contida na Escritura. Não se pense tratar simplesmente de um trabalho e luta de "restauração" (fundado nos valores "redescobertos" no início do século XVI) da civilização cristã: inscrevendo-se num amplo movimento em que se constituirá a Renascença e o Humanismo, a Reforma marca no terreno da religiosidade os contornos de uma *nova ordem* constituinte de uma *nova forma* de inflexão entre o pensamento (aí compreendida a religião como forma específica de conhecimento e regulação do mundo e dos homens) e o poder.

Lutero, é filho da Renascença e como Erasmo, Giordano Bruno, Rabelais e outros humanistas e, a despeito de vários níveis de oposição entre eles, participa do combate contra a escolástica e a Igreja.

A noção de *Renascimento*, traz em seu bojo a idéia de um re-nascimento, do nascimento de alguma coisa que tinha sido por algum tempo esquecida, obscurecida, sombreada. Tratando-se a Renascença de um segundo nascimento, este nascimento não significa uma novidade e "criação" absolutas, pois que tem sua fonte na Antiguidade grega e romana, e, portanto, no passado.

Engenhoso jogo entre o antigo e o novo, o primitivo e o moderno, o Renascimento aparece como a recuperação de uma certa *memória*, a descoberta-redescoberta de uma *origem* que, embora sufocada e obscurecida pela tenebrosa e longa noite medieval, reaparece e toma uma nova forma pela diurna luminosidade de espírito e pensamento dos "tempos modernos".

Será no quadro do pensamento renascentista e humanista que se operará a fabricação da idéia mesma de *homem* que ainda persiste em nossa época e nos atravessa: homem como *autor* e *criador* e não mais ou apenas criatura e servo do Senhor

Deus, único e verdadeiro Criador, resultando daí a elaboração de um novo estatuto para a noção de criatura, uma concepção nova das relações que ela mantém com o seu Criador; *sujeito livre*, que afirma a sua autonomia ou possibilidade de escolha com relação a seu destino de criatura pecadora, e proclama o seu poder de ação-razão diante do mundo; *ser histórico* capaz de elaborar uma síntese do tempo, apreendendo o seu passado, constituindo o seu presente e apontando ou prevendo os caminhos de um futuro "possível", pelo exercício do pensamento e da ação.

Pela relação estabelecida entre passado-presente com vistas ao futuro, a Renascença, enquanto ideologia, define uma concepção da *História* afirmada como *continuidade*. E toda continuidade pressupõe uma origem, uma fonte primeira que *desdobrar-se-á* através do tempo, tomando novas formas, assumindo diferentes faces ou máscaras de uma farsa, gerando organizações distintas de linguagem e pensamento. O mito da continuidade não exclui a novidade, a originalidade, a modernidade: o "novo" é afirmado pela sua distinção frente ao paradigma do antigo e da origem.

Maquiavel, considerado por Gramsci como aquele que lançou as bases da ciência política, afirma em seu *Discorsi*, o estreito liame que une passado-presente e a importância da compreensão e análise desta relação no terreno da ciência e prática política:

"Qualquer um que compare o passado e o presente compreenderá que todas as Cidades, todos os povos, foram e ainda são animados pelos mesmos desejos, pelas mesmas paixões. Desta forma é fácil por um estudo exato e bem refletido do passado, de prever em uma república o que deve acontecer, e então é necessário ou se servir dos meios colocados em uso pelos antigos, ou, não encontrando nestes utilização, ima

giná-los de novo, segundo a semelhança dos acontecimentos".⁵¹

Maquiavel pode ser visto como o "típico" homem do pensamento humanista e renascentista.

Gerard Mairet, em notável ensaio sobre o conteúdo ideológico das noções e do próprio acontecimento da Renascença e Humanismo, faz algumas observações no que tange ao estatuto dado a História neste período.

Mairet afirma que conhecer a Renascença é em primeiro lugar apreender em que nos importam obras tão diferentes como aquelas de Rabelais, Lutero, Michelangelo, Cardan ou Bruno, perguntando-se sobre o que são estes personagens para nos, e em que lugar recôndito de nossa memória eles se inscrevem para que nos empenhemos em conhecê-los. Colocando a questão do renascimento para a nossa época, ele diz:

"La question à laquelle notre époque devrait répondre, en supposant qu'elle désire la poser, est celle de savoir pourquoi elle a besoin d'une origine. Nous disions, en invoquant Machiavel, que l'idée de nouveauté (le souci e la conscience de nouveauté) était, bien que nuancée, ce qui caractérise la Re-naissance".⁵²

O que caracteriza a ideologia da Renascença, ou antes, a Renascença como ideologia, será precisamente a ênfase do "novo" e o forte laço que unifica este novo ao antigo:

"Si ce qui est nouveau ne peut être perçu que par rapport à ce qui est ancien, alors la Renaissance est pour nous ce qu'elle était déjà pour les protagonistas d'alors: la réévaluation théorique e affective

⁵¹ Cf. MAIRET, Gérard. Moyen Age, Humanisme et Renaissance: naissance d' une idéologie. IN: Histoire des Idéologies: de l'Eglise à l'Etat du IX^e au XVII^e siècle. p.234.

⁵² Idem, pp.236-7.

*du rapport qu'entretient un présent, quel qu'il soit, avec son passé. Pour les hommes de la Renaissance, le passé, et donc l'origine de leur propre histoire est dans l'Antiquité païenne, par-dessus le Moyen-Age. Ce qu'invente la Renaissance, c'est donc un lien, le lien qui rattache toujours un présent à une origine. Or, ce lien porte un nom qui nous est familier, c'est l'Histoire".*⁵³

Note-se bem, que a reavaliação do liame entre passado e presente é de dimensão *teórica* (referente ao domínio da razão, do conhecimento) e *afetiva* (referente ao domínio das emoções, das paixões), o que parece significar:

1) o exame e criação de conceitos e formas de pensar do presente a luz de conceitos e formas de pensar do passado.

2) o exame das paixões e sentimentos que constituem o próprio sentimento que temos do presente e a permanência ou semelhanças das paixões humanas no passado-presente (lembrar citação anterior de Maquiavel em que afirma que todas as cidades e povos, no passado e presente foram e são ainda animados pelas mesmas paixões e desejos). Procura-se, enfim, avaliar e reavaliar, ou seja, conceder um valor, aos sentimentos que nos unem ao passado, ao sentimento da relação entre passado e presente.

Uma tríade se configura: saber-poder-vontade.

Vontade de saber, de conhecer, de explicar. Vontade de poder, de ação, de domínio.

O fato de os homens da Renascença e do Humanismo procurarem a origem de sua própria história na antiguidade, não

⁵³ Idem.

significava um simples retorno ao passado, uma nostalgia:

"L'humanisme est précisément ce qui donne lieu à une autre conscience du passé; le rapport aux oeuvres de l'Antiquité est entièrement ou service de l'élaboration des oeuvres du présent".⁵⁴

Mas por quẽ esta necessidade de reavaliar o passado? Por quẽ não partir para a elaboração e invenção de obras para o presente sem ter os olhos sempre voltados para traz?

É que o exame dos fatos do passado têm para os renascentistas a função pedagógica do "exemplo": através dele pode-se retirar lições para o presente, tentando evitar a repetição dos erros do passado e sabendo bem utilizar as suas experiências.

Sendo a *invenção* a palavra chave do Renascimento, era necessário, entretanto, lançar uma certa suspeição pela inovação "selvagem", e para que esta fosse "disciplinada", isto é, ordenada segundo certas regras, se fazia necessário o conhecimento de nossa trajetória no eixo da história que nos antecedeu, para que soubessemos - e embora falando dos homens da Renascença utilizo o pronome *nós* e não *eles* para marcar pertencimento e proximidade de nossa época a representação dada à história e a relação passado-presente pelos séculos XV e XVI - fazer bom uso de suas lições no presente e não inventar o que já havia sido inventado.

O culto do passado pelo passado em si mesmo, o sentimento de nostalgia, a volta ao já acontecido significariam a própria negação das potencialidades do "hoje", impedindo a ação e a criação, coisas que os renascentistas entendiam não poder faltar: *"Au contraire, il s'agit de se donner les moyens d'un avenir possible: le rapport du présent ou passé,*

⁵⁴ Idem.

rapport dominé par l'invention et d'où toute servilité - comme toute contemplation - est absente, est générateur d'un avenir. Nous disons que c'est là idée d'une histoire qui prend corps, autrement dit l'idée d'un devenir humaine profane"(...) ⁵⁵

A afirma  o de um devenir humano e profano d  -se pela recusa da Idade Média, o que implica na própria recusa de uma "história sagrada", na qual o homem embora participe, n  o   o agente.

Ora, a afirma  o do caráter histórico do homem, de cedido a tomar em suas mãos seu presente e seu futuro e o novo estatuto concedido ao próprio ser humano, marcam algo de fundamentalmente novo na história do conhecimento e da prática política e, revelam a inadequação do termo "Renascimento" bem como dos componentes essenciais desta época que são o Humanismo e Reforma.

Talvez pudessem nos contradizer em nossa afirmação acerca da estreita relação entre Humanismo e Reforma pelo fato do espírito renascentista e humanista propor um "retorno"   antiguidade pag   greco-romana, estando o paganismo em oposição radical ao ideal de f   cristã. Que se lembre o que foi dito anteriormente: um dos traços que mais aproximar   humanistas e reformadores será a visão "negativa" da Idade Média, afirmada como período no qual ocorreu uma distorção e corrupção da mensagem do Cristo.

Lutas e alianças táticas serão estabelecidas entre os humanistas (quer ateus, anticlericais, liberais) e os membros da Reforma, assim como entre os primeiros e os jesuítas, o que indica a insuficiência de uma concepção monolítica da luta política e do exercício do poder e saber.

Os jesuítas, objeto de nosso estudo, operarão enge-nhosas apropriações do discurso humanista e renascentista,

⁵⁵ Idem, p.238.

notadamente no que diz respeito à prática pedagógica, conferindo uma especificidade tática-estratégica aos enunciados de tal discurso. Como homens de seu próprio tempo, os membros da Companhia estão inscritos no espírito de "modernidade" que se inaugura a partir do século XVI.

Logo após a aprovação em bula papal da Companhia de Jesus, a Igreja moverá toda uma luta contra a Reforma que se firma pelas posições estabelecidas no Concílio de Trento (1547-1563) quais sejam: pela defesa da tradição eclesiástica e dos dogmas fixados pelos Concílios anteriores, sem que tal defesa da tradição signifique um mero retorno ao Evangelho; pela afirmação de magistério universal da Igreja, tida como a única intérprete autêntica da revelação, numa manobra de oposição ao livre-exame das Escrituras defendido pelos protestantes; pela necessidade da "função mediadora" da Igreja (entre Deus e o seu rebanho) e de sua estrutura hierárquica; pela validade dos sacramentos e ritos questionados pelos protestantes, como a confissão, a concessão de indulgências, etc; e mais especificamente, pela autonomia do poder religioso frente ao poder político (temporal), autonomia esta que será recolocada sobre novas bases pela doutrina protestante.

A Contra-Reforma constituindo-se em um movimento ao mesmo tempo de luta pela manutenção da "tradição católica" e de sábia adaptação de todo o corpus ético-religioso do catolicismo à nova situação histórica, expressará a mundanização e secularização do espírito religioso (católico) reclamadas pelo Renascimento e Reforma. O termo "adaptação" não tem aqui um sentido de adequação passiva (mero procedimento de "reação" as investidas do inimigo), mas antes de engenhosa manobra tática (portanto uma "ação", uma luta) que visa marcar uma posição no espaço belicoso do discurso ético-político-religioso constituído pelas concepções renascentistas e reformistas.

Luta pela manutenção do poder da Igreja e ao mesmo tempo esforço de "renovação" e "modernização", consoante as exigências históricas de uma nova era, a Contra-Reforma terá na Companhia de Jesus um de seus mais fortes suportes no combate às heresias protestantes e aos "venenosos" ataques dos intelectuais renascentistas e humanistas.

Embora com inflexões diferentes, os jesuítas desempenharão a partir do século XVI o papel antes exercido no sêculo XIII pelas ordens monásticas dos franciscanos e dominicanos, no sentido de evitar rupturas no mundo da catolicidade pelo surgimento de heresias e de empreender ao mesmo tempo uma defesa e renovação da Igreja.

Algumas diferenças devem entretanto ser ressaltadas entre as ordens religiosas monásticas e o missionarismo jesuítico. Enquanto as ordens monacais agrupavam-se em torno de "*fortes personalidades*" como São Domingos e São Francisco, as ordens missionárias terão na *disciplina* o seu elemento de unificação, sem que por isso deixe de exercer uma forte influência figuras individuais como Santo Inácio, o fundador da Companhia de Jesus.

Lembremos a diferenciação feita por Weber entre a autoridade e o poder fundados no *carisma* (cujo eixo é o "líder" natural dotado de dons sobrenaturais, ocorrendo um forte acento nas ações individuais) e na *disciplina racional e metōdica*, onde o que importa é a obediência de uma pluralidade de homens a um código disciplinar capaz de impor um comportamento racionalmente uniforme. Embora a autoridade disciplinar não exclua de todo um certo heroísmo pessoal, uma dedicação e entusiasmo sem reservas no cumprimento das regras, o seu traço predominante será a criação de mecanismos e têcnicas metōdicas garantidores do cumprimento uniforme de certas regras de conduta, por parte daqueles que estão submetidos a uma certa Ordem.⁵⁶

⁵⁶ Cf. WEBER, Max. *op. cit.*, (Ensaio), pp.283-305.

Os jesuítas expressam um tipo de estrutura de poder e autoridade que embora mantendo traços carismáticos (pois que a "missão" é em si mesma uma forma de heroísmo) caracteriza-se basicamente pela ênfase nos mecanismos disciplinares prescritos em regras: técnicas variadas de treinamento, "exercícios", etc.

Outra diferença deve ser sublinhada entre as ordens monásticas e as missionárias, e mais particularmente o missionarismo jesuítico: as relações estabelecidas entre o mundo sacro e profano, entre a esfera religiosa e mundana.

Baeta Neves explicita as diferenciações entre os monges e os jesuítas, referindo-se da seguinte forma aos primeiros:

"O monge - e é claro que falo dos contemplativos - pretende a salvação do mundo não por uma inserção sua nele, mas por um reforçamento da mediação que o monge representa entre o mundo secular e o mundo superior" (...) "seu conhecimento, seu Saber, não tem por que se difundir alhures. Sua fala é consigo mesmo e é, também, um monólogo com Deus" (...) "Não pretende transmitir seu Saber senão àqueles que - cumpridos ritos e provas - chegaram até perto de si como Irmãos mais novos. A Palavra de Deus tem que atingir, falar, no monge e não por meio dele". (...) "Seu mundo é isolado dos demais, a partir da pessoa do religioso - sua primeira e principal meta. As relações com o 'exterior' são precisas, determinadas, restritivas, previamente estabelecidas".⁵⁷

⁵⁷ NEVES, Luis Felipe Baeta. op. cit., (O Combate dos Soldados de Cristo), pp.26-7.

O missionarismo jesuítico, ao contrário, pretende a salvação pela inserção de seus membros na vida profana, pela difusão de seu saber no mundo, através da implantação de aldeamentos ou reduções indígenas e dos colégios. A salvação pela via do saber, do conhecimento, do exercício de uma prática pedagógica sistemática. A conquista de territórios pelo ensinamento da palavra divina. Poder-saber-salvação.

"O pressuposto básico da missão é o de que a cristandade tem uma dimensão social que deve ser cumprida. A missão é um tipo de abertura significativa que representa a reafirmação de uma vontade de inserção da Igreja em laços diferentes, maiores, profanos, sociais". (...) "A missão não quer 'pessoalmente' conquistar territórios militarmente - ela geralmente utilizou de forças militares paralelas leigas. Ou se transformou, ela mesma, em força militar (reduções indígenas) autônoma ou antagônica a objetivos profanos. Ela quer a compreensão de um Código que é, ele próprio, a Verdade e o caminho para a Verdade. Tal compreensão é, de início, oferecida - se não é aceita pode ser imposta - sem contradições".⁵⁸

A evangelização de outros povos e outras almas, implicará em ações de conquista e combate, em empreendimentos guerreiros, tanto no sentido de tomada de "lugares" ou posições em um certo "território", como pela formulação, difusão e imposição de um discurso doutrinário universalista, que se apresenta como o Código ao qual todos os homens devem ter acesso e a ele ser submetidos.

Hoornaert utiliza-se do termo *catolicismo guerreiro* para indicar as condições que determinaram a formação do catolicismo em terras dos brasis, e que terá no missionarismo

58 Idem.

jesuítico a sua avant-garde no sentido militar do termo: tropa de frente. Referindo-se ao caráter guerreiro do discurso evangelizador na época da colonização de nosso país, diz o autor:

"A Igreja que evangelizou o Brasil foi uma Igreja 'em pē de guerra'. Ora, a guerra 'mobiliza' as pessoas, para conquistar, dilatar, expandir, propagar. Na guerra, o que importa ē a disciplina: daī o carāter imposto e disciplinário de toda a catequese dulante o antigo sistema colonial, daī também o lugar central ocupado pela doutrinação".⁵⁹

Para que se entenda o fato de o discurso evangelizador constituir-se como um projeto *universalista* - o que implica no desconhecimento de 'fronteiras' e na idēia de integração e unificação de todos os povos sob o signo da Cruz -, e *guerreiro* - o que implica na luta pela conquista e conservação de territórios, assinalados como pontos estratēgicos no combate contra as 'forças do Mal' -, necessário faz-se indicar a forma de relação estabelecida entre a Igreja e a Coroa Portuguesa na época da colonização do Brasil.

O compromisso entre a Igreja Romana e o governo de Portugal, funda-se então no direito de padroado, pelo qual ē concedido aos monarcas lusitanos - ungidos com títulos de grão-mestre de ordens religiosas - o poder de exercer ao mesmo tempo o governo civil e religioso, notadamente nas colōnias e domínios de Portugal: o rei de Portugal tem assim o papel de chefe ou 'patrono' religioso do Brasil.

Patrono: pai, patrão, patrocinator, protetor, 'parte' a qual compete decidir e julgar sobre os litígios e contendas.

⁵⁹ HOORNAERT, Eduardo. A Evangelização do Brasil durante a Primeira Época Colonial. IN: *História da Igreja no Brasil: primeira época*. Coleção História Geral da Igreja na América Latina, tomo II, Petrópolis, RJ., Vozes, 1977, p.27.

O comprometimento da missão jesuítica no Brasil com os ideais de expansão da coroa portuguesa, pode ser demonstrado através: 1) do discurso de padres da Companhia, como Vieira - que em seus *Sermões* pregava "O reino de Deus por Portugal", sendo o povo português o "escolhido" por Deus para realizar o Seu plano e propagar a fé católica no mundo - e Nóbrega, que em seu *Diálogo sobre a Conversão do Gentio* defendia a famosa tese: conversão sô após a sujeição, ou seja, dominar para depois converter. 2) da fundação de conventos, aldeamentos ou reduções indígenas, que notadamente na região da Amazônia, inscreviam-se no esquema das "fronteiras", funcionando como pontos de segurança e avanço dos empreendimentos portugueses frente ao perigo de concorrência comercial por parte de espanhóis, franceses e holandeses.⁶⁰

Sabendo-se que no Brasil a ação missionária - desenvolvida pelos jesuítas, como também pelos agostianos, dominicanos e franciscanos - vê acirrada a sua função de posto de defesa das fronteiras portuguesas, entre os séculos XVII e primeira metade do século XVIII, vejamos um outro tipo de "guerra" movida pelos jesuítas em terras da Europa na mesma época.

Trata-se de um empreendimento belicoso onde as armas são as "letras"; os inimigos são os intelectuais ateus e liberais, e cuja luta tem por objetivo, não a conquista de territórios geográficos, mas de um "lugar" de poder - para a Companhia de Jesus -, no campo discursivo.

Ilustrativo é o fato de que os jesuítas tenham sido a única ordem religiosa a ter o seu jornal sob o Ancien Régime, datando a primeira edição de 1701. A invenção da imprensa serve como um dos marcos fundamentais da época moderna e es-

⁶⁰ Cf. Idem, pp.23-4; 37; 130. Ver: do mesmo autor, *Formação do Catolicismo Brasileiro: 1500-1800*. Petrópolis, R.J., Vozes, 1974, pp. 32-6; 46-7.

tabelecerá uma nova forma de transmissão de conhecimento, constituindo-se em um novo lugar e mecanismo de luta política. Pelo próprio título do jornal impresso pelos jesuítas, podemos tentar explicitar a posição destes no campo do saber do século XVIII: o jornal denominava-se *Mémoires pour l'histoire des Sciences et des Beaux Arts*.⁶¹

Como vimos, a Renascença, em sua procura de uma "origem", constitui-se na tentativa de elaboração de uma "memória" capaz de legitimar e tornar inteligível o seu presente pelo conhecimento das relações entre passado-presente. E tal memória tem um nome específico: História.

Importa sobretudo frizar o que é tomado como objeto de conhecimento (interesse) a ser registrado pela memória-história inscrita nesse jornal: as ciências e as belas artes. Pluralização do saber racional (ciências) e da emoção estética (a arte, o belo). O jornal dos jesuítas, mais conhecido pelo nome de "Mémoires de Trévoux", confiado aos padres do colégio de Clermont, não traz em seu título o termo "religião", nem tampouco designa os seus autores ou os responsáveis por sua edição: os padres da Companhia de Jesus.

No duplo combate movido pelos jesuítas no século XVIII - contra os protestantes e o Iluminismo - eles lançam mão de armas utilizadas e afiadas com esmero pelos seus adversários, os filósofos das Luzes: o jornal, a imprensa.

Pierre Rétat, chamando atenção para o significado o título do jornal (pois que todo título sempre traz em sua substância lêmica, uma espessura histórica e uma "atualidade perdida" que é preciso recuperar), começa por indicar o lugar tático de tal empreendimento jornalístico no espaço belicoso

⁶¹ Ver: RÉTAT, Pierre. *Mémoires pour l'Histoire des Sciences et des Beaux-Arts: signification d'un titre et d'une entreprise journalistique*. IN: *op. cit.*, (Revue Dix-Huitième Siècle n° 8), pp.167-87.

do saber do século XVIII: tratava-se para os jesuítas parisienses de se colocarem sobre a cena literária e ocupar uma rede de informações que não cessava de expandir-se desde uns trinta anos, ao lado de periódicos franceses como o "journal des Savants", "Nouvelles de la République des Lettres", "L' Histoire des Ouvrages des Savants" e dos jornais da Holanda.⁶²

O uso da imprensa como arma de combate pelos padres da Companhia, já no início do século XVIII, atesta a profunda consciência destes, sobre a importância "pedagógica" desse meio de comunicação. Formar opiniões; divulgar certos acontecimentos a partir de uma dada posição interpretativa, silenciar outros acontecimentos, enfim, servir de instrumento para a constituição de uma hegemonia cultural, ou seja, de uma direção moral e intelectual.

A fundação do "Mémoires de Trévoux" resulta pois de uma política deliberada de intervenção no campo do poder-saber da "República das Letras" em conformidade com a política de luta no mundo e de realismo que sempre caracterizaram a Companhia. Através da impressão de um jornal - como também e mais fundamentalmente pela implantação de colégios, nos quais se levará em conta uma série de questões levantadas pelos humanistas e iluministas referentes as "novas formas" de pedagogia - os jesuítas afirmam o seu combate pela "modernidade" e lutam por inserir-se no contexto político e cultural de sua época, marcando a posição específica que almejam ocupar no interior deste contexto.

Analisando as definições contidas nos dicionários de Richelet e Furetière - editados no séc. XVII - , Pierre Rétat ressalta que em ambas as definições as memórias se caracterizariam pela imediatez da informação, pela simplicidade e despojamento da forma, tendo a função subordinada de material de

⁶² Idem, pp.167-8.

um gênero mais complexo, mais sintético e mais nobre: a História. O destino ou finalidade das memórias situa-se pois fora delas: elas estão lá "para servir à", ou seja, para servir a história.⁶³

Caracterizando-se pela imediatidade da informação, pelo sentido de novidade e atualidade desta informação, e por um estilo fundado na simplicidade e despojamento da forma - sabendo-se que o estilo expressa uma dada organização de pensamento, não constituindo-se assim, em mero ornamento -, são as memórias humildes instrumentos, minúsculo e minucioso detalhamento de acontecimento a serem devidamente tratados por um gênero, ou seja, outra forma de linguagem, mais nobre, sintética e complexa que é a história.

O que se quer constituir é pois uma memória, que sirva ela mesma como um dos elementos constitutivos de uma história do conhecimento, uma história das ciências e das belas artes.

Os conceitos, ou antes, 'preceitos' de universalidade, atualidade e neutralidade, que ainda hoje permeiam toda uma ideologia do discurso jornalístico, são afirmados pelos jesuítas quando do prefácio da primeira edição das 'Mémoires de Trévoux' (janeiro de 1701).

O caráter de atualidade e universalidade do jornal Trévoux é exposto da seguinte forma:

"Nul sujet ne sera en dehors des efforts des Journalistes qui ont établi une correspondance avec tous les pays", (podendo ser encontrado na referida publicação) "toutes les nouvelles qui peuvent avoir un intérêt littéraire" (...) "tout ce qui peut contribuer à satisfaire la curiosité des gens des lettres, soit

⁶³ Cf. Idem, p.170.

*sous la forme d'études historiques, soit sous la forme des controverses doctrinales, soit dans l'annonce des études e publications projetées".*⁶⁴

O ideal enciclopédico do saber da época é expresso pela afirmação de que *nenhum assunto* estará fora dos esforços dos jornalistas, firmando-se o caráter cosmpolita e universalista pelo fato do jornal manter correspondência com *todos os países*. A linguagem depositária da universalidade do saber é a literatura, tudo o que tenha interesse literário.

O interlocutor - ou interlocutores - desta escrita são os eruditos, as "pessoas de letras": a linguagem do saber é a literária, podendo a mesma assumir a forma de 'estu dos históricos', 'controvérsias doutriniais', etc.

O interesse, a *curiosidade* (grifada no próprio texto do prefácio da primeira edição do Trévoux), caracterizam-se como eminentemente literários, próprias das "pessoas de letras", ou seja, o típico intelectual do século XVII, o erudito.

O objetivo pedagógico do jornal encontra-se assim explicitado no prefácio da primeira edição do Trévoux: "*On donnera des résumés et des critiques, c'est-à-dire des extraits de tous les livres du siècle; exclusion faite, bien entendu, pour les livres qui n'auront pas d'intérêt pour les gens des lettres ou plutôt pour les savants; en conséquence pas de romans, ni pièces de théâtre, etc*" (...) "*Les Journalistes s'efforceront de garder la stricte neutralité dans tous les écrits, excepté quand il s'agira de la Religion, des bonnes moeurs ou de l'Etat; en quoi il n'est jamais permis d'être neutre*".⁶⁵

⁶⁴ MESNARD, Pierre. La Pedagogie des Jésuites. IN: Les Grands Pédagogues, Presses Universitaires de France, 1956, p.92.

⁶⁵ Idem, p.93 (grifo do autor)

O jornal fornecerá extratos e resumos, portanto, fragmentos de obras segundo certos padrões acerca do que deve ser ressaltado, e críticas de *todos os livros do século*, frizando-se assim mais uma vez o traço enciclopédico e universalista de tal empreendimento. Mas, dentro da totalidade da produção livresca, deve-se fazer exceções: aos livros que não possuem interesse para o público ao qual é destinado o jornal (os sábios, pessoas de letras), destacando-se dentre as exceções os romances e peças de teatro.

Interessante a exceção feita as peças de teatro, visto este ocupar importante lugar no processo de pedagogização das crianças, índios, etc, pelos jesuítas, notadamente as comédias, por funcionarem como instrumentos de ridicularização dos comportamentos negativos, desviantes, contrários à boa moral.

A neutralidade é afirmada pela promessa do esforço a ser desprendido pelos jornalistas (no texto em maiúscula), tratando-se de uma "estrita neutralidade", mas que comportará também exceções: diante da Religião, dos bons costumes e do Estado, *não é permitido ser neutro*, observando-se, assim, que o jornal resguarda a sua posição nitidamente doutrinária e "educativa" em tudo aquilo que se refere a religiosidade, a moral e a política.

Ao mesmo tempo que se afirma e defende a objetividade, neutralidade, sublinha-se os terrenos onde deve reinar a Norma, a normatividade, a Lei, seja ela divina ou temporal, emanada da Igreja ou do Estado.

Os jesuítas debatiam-se agora com os pensadores da corrente Iluminista surgida no século XVIII - denominado século das "Luzes" em oposição a um pretenso obscurantismo milenar que teria reinado na Idade Média, tida como a época das trevas, assim como o Renascimento se firmara como o renascer de todo um fulgurante espírito soterrado ou amortecido pela escuridão medieval. O Iluminismo aprofundará as questões levantadas já no século XVI pelo Renascimento, tais como: gênese e legitimidade de instituições como Estado e Igreja; cons

tituição do homem como sujeito do conhecimento e centro da Criação; instituição de um *corpus* ético e jurídico fundado em preceitos racionais.

Um outro aspecto ressaltado pelo Iluminismo diz respeito ao problema do método, voltando-se a ciência para o exame dos seus próprios pressupostos e fundamentos, tendo em vista avaliar o *critério de verdade* que ordena e estrutura os saberes da época.

Costuma-se definir o Iluminismo como sendo simultaneamente "filho" da nova ciência experimental - que teve em Galileu, Bacon, Copérnico e Newton, os seus primeiros artífices - e do racionalismo cartesiano. As análises dos campos de saber em termos de "filiação" têm por ancoragem a idéia de *origem*, fonte primeira, *logos spermatikos* cuja energia institui laços de paternidade entre os diversos sistemas de pensamento produzidos no eixo da história.

Empirismo e racionalismo encontram-se aliados, desde o momento de sua gênese, na luta contra a *autoridade* e a *tradição*. Reivindicam ambos a necessidade da *experiência* e o direito ao *livre exame* dos pressupostos científicos, éticos e filosóficos: o método experimental e a dúvida sistemática cartesiana serão, respectivamente, a pedra de toque desses dois campos discursivos.

A transparência da natureza articula-se estreitamente com a transparência da razão, pouco a pouco afirmada como a fonte legisladora da verdade: a categoria "sujeito" começa a firmar-se e em breve assistiremos o seu vôo soberano sobre as coisas, o mundo, e sobre si mesmo.

Toda e qualquer autoridade deve a partir de então submeter-se ao crivo da razão, ao tribunal da ciência.*

* As questões levantadas pelo Iluminismo, referentes ao método e critérios de verdade da ciência, serão recolocadas por Kant no século posterior. A noção de *crítica* tem no sistema Kantiano, o significado de *livre e público* exame da ciência ou do saber pela razão. Afirmando-se tal crítica como um "pôr em prova e uma justificação", ela institui, assim, uma aliança da *ciência* e do *tribunal*.

O homem deve ser regido pelas mesmas leis que regem a natureza (da qual faz parte) e a razão, centelha da qual é possuidor.

Postula-se também a autonomia da moral frente a religião e aos pressupostos teológicos; leva-se até as últimas consequências o jusnaturalismo do século anterior, em sua afirmação da autonomia da *lex naturae* frente a *lex Dei*, e ali cerçando-se nos princípios de liberdade de religião e pensamento, constitui-se um *direito positivo*, cujas leis emanam e são impostas pelo Estado (instância representativa da Razão), devendo tais leis serem passíveis de modificações, conforme as circunstâncias e necessidades históricas. Resguarda-se, entretanto, no próprio edifício jurídico do direito positivo, elementos do direito natural que permitem a justificação da soberania do Estado, pois que no direito natural, as leis são imutáveis e eternas: embora, por vezes, aparecendo como um mal, o Estado afirma-se como uma *necessidade*.

No terreno da religião configura-se toda uma luta contra os preceitos da revelação, da autoridade e tradição eclesiásticas, constituindo-se, ou antes, firmando-se o conceito de *religião natural*, fundada na racionalidade e dotada de universalidade, pois que suas "verdades" são verdades "naturais", ancoradas na própria natureza humana. A única autoridade legítima é a da Razão, a do Saber.

Naquilo que nos interessa mais especificamente - a educação - propugna-se uma pedagogia que leve em conta o fundamento natural do indivíduo, a 'espontaneidade' e 'particularidade' da infância.

Teremos em Rousseau o veemente defensor de uma prática educacional capaz de adequar-se as especificidades físicas e psicológicas da criança, de forma a investir o corpo infantil de funções e mecanismos utilitários que, embora se afirmem como procedimentos liberatórios, têm como alvo fundamental a *domesticação* e o *exercício*:

"Eu não cessarei de provar constantemente a utilidade dos trabalhos manuais e dos exercícios corporais para fortalecer o temperamento e a saúde" (...) "nada de toucas, nada de panos de enrolar, nada de malhas, camisas frouxas e largas, que deixem todos os seus membros em liberdade ... deixai-o desenvolver-se, esticar seus pequenos membros, vós os vereis fortalecer dia a dia".⁶⁶

Não passará despercebido aos jornalistas do "Mémoires de Trévoux" a importância do discurso de Rousseau, a necessidade de posicionar-se frente a este crítico da educação tradicional, da religião e da autoridade.

Jean Garagnon analisa com acuidade a relação estabelecida pelo jornal jesuíta *Mémoires de Trévoux* com o "acontecimento" que indica o novo, o diferente, tomando para exemplificar tal relação os artigos escritos no referido jornal sobre Jean-Jacques Rousseau, ou seja, a posição tática assumida pela Companhia com respeito ao filósofo do 'contrato social'.⁶⁷

Quatro das principais obras de Rousseau merecerão "respostas" no *Mémoires*: o seu *Discours sur les Sciences et les Arts*, *Émile*, *Contrat Social* e *Vicaire Savogard*. A primeira obra é publicada em 1750, merecendo entre os anos 1751-1755 uma série de resumos e refutações por parte dos jornalistas do *Mémoires*. O *Emílio*, cujo objeto é a prática educativa, tem 1762 como data de sua publicação, seguindo-se no mesmo ano e nos dois subsequentes (1762-1764) uma nova série de resumos e refutações. No que tange ao terreno

⁶⁶ Cf. ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Émile ou De L'Education*. Paris, Ed. Garnier, 1951, p.61.

⁶⁷ Ver: GARAGNON, Jean. *Les Mémoires de Trévoux et L'Événement*, ou Jean-Jacques Rousseau vu par les Jésuites. IN: *op.cit.*, (Revue Dix-Huitième Siècle), pp.215-35.

político e religioso as obras *Contrato Social* e o *Vigário Sa voyard*, publicadas no mesmo ano que o *Emílio* (1762), merecem também um destaque nas páginas do jornal jesuíta, registrando-se entre os anos de 1763-1765 refutações ao deísmo de Rousseau.⁶⁸

Veja-se em tal acontecimento a exemplificação de tudo o que dissemos no capítulo anterior acerca do discurso em quanto mecanismo e tática do saber-poder. Enfim, o discurso ou os fatos discursivos afirmam-se como 'jogos estratégicos' de ação e reação, de pergunta e resposta, de dominação e esqui va, bem como e mais fundamentalmente de *luta*.

Apropriando-se do discurso de Rousseau, os Jesuítas estabelecem linhas de confronto; áreas de harmonização (como que numa trégua durante a guerra); emitem respostas, ou se quisermos, refutações ao que o seu interlocutor (inimigo) afirma.

E para aqueles que de forma tão cansativamente repetitiva afirmam ser o discurso e a ideologia um mecanismo de "ocultação", seria bom "lerem" de forma mais atenta aquilo mesmo que tomam como representativo do "pensamento da classe dominante" em dada época: certos discursos, falas, etc, produzidos por segmentos do complexo aparelho denominado de "ideológico" e do qual fazem parte integrante meios de comunicação, como a imprensa.

Sem negar a existência de áreas de "ocultação", de silêncio, sabendo-se que tais áreas marcam elas mesmas um certo proceder tático, muito mais que moral, é possível detectar *pelo dito* (deixando um pouco de lado a daninha e excessiva preocupação com o *não dito*) os mecanismos mesmos do funcionamento do poder, de sua forma de exercício, de sua constituição pela via do saber, do discurso.

⁶⁸ Idem, p.216.

O nosso próprio método de expor qual a posição da Companhia de Jesus no campo das lutas políticas e religiosas dos séculos XVI e XVIII, tenta de certa forma seguir um dos procedimentos ou técnicas do poder disciplinar: um detalhamento que apresenta-se como que excessivo sobre certos aspectos tidos como "minúsculos" por aqueles mais interessados em extensos "quadros" explicativos do movimento da história; um debruçar-se algo obsessivo sobre "partes" ou "membros" do corpus em que se constitui a doutrina cristã, em sua versão jesuítica; uma repetição, expressa até a exaustão, de certos temas e feixes de "idéias" que permeiam o referido período.

Tentativa sem garantias de em conhecendo as técnicas e mecanismos do poder, ser capaz de poder expô-lo em suas variadas vestes e sua nudez, e expondo-o, despojar-nos lentamente de tudo o que nos foi por tal poder investido, necessitando-se para isto a manipulação das próprias técnicas que nos manipulam.

Forçoso explicitar algumas razões do deter-se sobre este acontecimento quase fragmentário da história do saber do início do século XVIII, saber esse desenvolvido e produzido por um canal específico - a Companhia de Jesus - acontecimento-fragmento materializado por um discurso jornalístico: aquele registrado e construído pelo "Mémoires pour l'histoire des Sciences et des Beaux Arts".

Nos primórdios do liberalismo, que será a concepção política do Estado e do poder modernos, as pessoas designadas como *homens públicos*, no sentido de *formarem opinião* (padrões de pensamento e comportamento) serão primeiramente o professor e o jornalista, e só mais tarde o político, no sentido estrito do termo, ou seja, o homem de partido ou de governo.

Sendo a imprensa um órgão de transmissão de conhecimento surgido precisamente na era dita moderna, a sua utilização por parte dos jesuítas marca a inserção destes no campo de saber de sua época.

Centralizando-se os periódicos literários do século XVII, em dois polos de significação - *jornal** e *novidades* - que de signam uma análise da atualidade e uma periodicidade curta, o fato de o título do jornal jesuíta *Trévoux* ser encabeçado pelo termo *memórias*, indica-nos que a referida publicação propunha-se também a construir os fundamentos de uma "história" futura - cujas peças e documentos seriam os comentários e dissertações -, "apagando-se", por assim dizer, a atualidade em proveito da acumulação ordenada e progressiva de um saber que seleciona cuidadosamente as "peças" de seus registros.

Esse apagamento ou diminuição do impacto provocado pelo "novo", ou seja, daquilo que diferia do padrão de pensar da época, era efetuado pelo *jornal de Trévoux* através do seguinte procedimento: diante de obras capazes de operar um fraturamento no *corpus* do saber e na ordem do poder, os jornalistas jesuítas tendiam, em seus resumos, extratos ou refutações, a sublinhar o *caráter do autor*, seu *temperamento*, sua *personalidade*.

Reduzindo-se a obra ao autor, ou quase como que identificando-se a vida pessoal deste com a trajetória de sua obra, destrói-se a idéia de história como um processo permeado de ruturas e pode-se assim fazer *reinar a mesmice*, já que o que aparece como "novo" - o que se confronta com a norma - traz a marca da *individualidade*, conceito tão caro à ideologia burguesa. A individualidade, comportando elementos como a paixão e a vontade, é responsável por tudo o que surge de "aparentemente" novo no reino do saber.

O *Emílio* de Rousseau, mereceu do jornal *Trévoux* mais de cento e quarenta páginas de resumos e comentários, entre os anos de 1762-1764 - nos quais se reduzia o que sua obra tinha de inovador aos "desconcertantes" traços individuais do autor.⁶⁹

* O termo francês "journal" deriva ou articula-se com os termos "jour", "journée", "journalier", que designam respectivamente dia, jornada, cotidiano. O jornal é assim uma espécie de relato dos acontecimentos diários.

⁶⁹ GARAGNON, Jean. *op. cit.*, p.216.

A visão construída pelos jesuítas sobre a obra e a pessoa de Rousseau no jornal 'Trévoux', mostra como toda a novidade radical de seu pensamento é reduzida a uma questão de *humor*, ou seja, devido ao efêmero de uma situação pessoal "Rousseau juge par humeur" (na edição de dezembro de 1762); de *temperamento* polêmico, sendo assim um "perturbateur du genre humain" (setembro de 1764); ou de *loucura* - o que implica em perda ou distúrbio da racionalidade -, seja no sentido medieval de "boufonneries", "plaisanteries", seja no sentido moderno de alienado, acometido de "folie".⁷⁰

Por último, queremos sublinhar dois aspectos indicados por Garagnon no que se refere ao tratamento dado pelo jornal Trévoux a obra de Rousseau: a utilização das noções de "plágio" ou "cópia" como forma de negar qualquer originalidade ao seu pensamento, e a manipulação de imagens guerreiras e militares na luta discursiva empreendida pelos jesuítas contra o autor do *Contrato Social*.

O que se deseja mostrar é que as questões levantadas por Rousseau com respeito a educação, a ciência, a religião, não são novas ou originais, pois que foram afirmadas muito antes dele por autores como Sexto Empírico, Montaigne, Platão, Plutarco, Seneca, La Boétie, etc, constituindo-se portanto em "repetições", "imitação servil", etc.⁷¹

Na relação com a Verdade e no combate contra ela movido no eixo da história, temos dois lugares, duas diferentes posições: a dos "crentes", que ocupam o espaço mesmo da verdade enquanto eterna e imutável, e a dos "incrédulos", repetidores incansáveis das mesmas questões. Do lado da Religião, que coincide com o lugar desta verdade eterna, não temos plágios ou cópias, embora ocorra uma repetição das respostas como forma tática de rebatimento a repetitividade do

⁷⁰ Idem, pp.217-18.

⁷¹ Idem, p.226.

discurso dos incrédulos. Temos sim, a imutabilidade da verdade, a sua eternidade: *"C'est ne sont pas des hommes qui se plagient entre eux c'est une verité éternelle qui parle tour à tour à travers ses défenseurs sucessifs"*.⁷²

Não são "homens" falando, mas "verdades" que falam através destes, *ab aeterno*.

Do lado dos "incrédulos", espaço no qual é colocado Rousseau, não temos nem originalidade nem verdade, mas homens que se plagiam entre si: *"du côté des incrédules, il n'y a que des hommes, c'est-à-dire qu'ils ont entre eux un rapport linéaire et immédiat de succession"*.⁷³

Não são "verdades" que falam através dos homens, mas apenas "homens" numa relação "linear" e "imediata" de sucessão, ou seja, dentro de uma temporalidade profana, efêmera.

No que toca as imagens ou "metáforas" militares e guerreiras utilizadas pelo 'Trévoux', acumulam-se numa mesma página termos como 'vitória', 'defensiva', 'tomar o tinteiro como lança', 'combater', 'triumfar', como na edição de setembro de 1764; ou outros, como 'guerras', 'armadilhas', 'estratagemas', 'mudança de armaduras', 'espiões', 'trânfugas', 'campanhas', 'falanges', 'tropas', na edição de janeiro de 1753.⁷⁴

Discordamos de Garagnon quanto ao caráter "metafórico" ou "retórico" dessas imagens guerreiras. O estilo não é inocente, não se constitui em uma mera prestidigitação linguística, mas pretende, através de técnicas de persuasão, como figuras de retórica, indicar uma luta real que se processa dentro ou entre espaços institucionais, como empresas jornalísticas, colégios, ordens religiosas, etc, em nome do poder e de uma Verdade.

⁷² Idem, p.227.

⁷³ Idem.

⁷⁴ Idem, p.229.

Os jesuítas apresentam-se, portanto, como soldados e apóstolos de uma "guerra santa", que lutando e pregando em várias frentes de batalha contra o Mal, o pecado e a ignorância, efetivam uma prática missionária, ao mesmo tempo evangelizadora, pedagógica e guerreira: conjugando fé e razão, entusiasmo e método, fervor e meticulosa organização.

A importância conferida pelos jesuítas à veiculação de suas idéias através da imprensa, é confirmada pelas próprias palavras de um membro da Companhia, o padre Madureira. Este, ao analisar os efeitos da pedagogia jesuítica, dedica um capítulo ao exame de algumas publicações da Ordem - como o jornal 'Mémoires de Trévoux' (1702-1762), a revista *Civiltã Católica* (surgida em 1850), o periódico 'Études religieuses, philosophiques, historiques e littéraires', surgido em 1856 e cujo título é modificado em 1910 para 'Recherches de Science Religieuse' etc -, sendo ilustrativo o título concedido por Madureira, ao referido assunto: *Resultados extraordinários da pedagogia e do apostolado da Companhia de Jesus por meio da Imprensa periódica, litterária, científica, moral e religiosa*. Segundo o autor, só no ano de 1914 eram editados cerca de 550 periódicos sob a direção da Companhia de Jesus, em várias partes do mundo, sendo tais dados por ele dispostos em tabelas estatísticas.⁷⁵

O fervor apostólico, o caráter tático-pedagógico das publicações jesuíticas, não que ser traduzidos em quantificações ordenadas; confirmado o 'valor' dos ensinamentos da Companhia - que se utiliza para a circulação de "bens" espirituais e intelectuais, de órgãos de imprensa - por cifras e contabilizações que possibilitam a 'leitura' da extensão da

⁷⁵ Cf. MADUREIRA, J.M. *op. cit.*, (A Companhia de Jesus: sua pedagogia), vol. 2, pp.296-305. Lembre-se ainda, a publicação da revista "A Ordem", fundada em 1921, e que congregava intelectuais católicos como Jackson de Figueiredo, tendo a revista dado origem em 1922 ao Centro D. Vital, no qual é figura de destaque o jesuíta Pe. Leonel França. Ver: MOURA, Odilão D. *As Idéias Católicas no Brasil: direções do pensamento católico do Brasil no século XX*. São Paulo, Ed. Convívio, 1978, pp.119-25; 137-40.

ãrea desse poder. Polimorfo, e de certa forma, "tentacular", como vimos em Gramsci.

Vejamos agora, como funcionam os processos de contabilização e ordenação metódica das quantidades-qualidades, em uma das importantes obras de Santo Inácio, o fundador da Ordem: *os Exercícios Espirituais*.

2.3 *Os Exercícios Espirituais: ginástica da alma e contabilização dos pecados*

O detalhismo e a meticulosidade que marcam os *Exercícios Espirituais*, em seus procedimentos de contabilidade dos pecados e "elaboração em imagem", atravessam outros códigos disciplinares da Companhia, com finalidades mais marcada mente temporais, como as *Constituições* e o *Ratio Studiorum*, bem como vários outros documentos contendo prescrições de caráter moral e disciplinar para a Ordem.

Serafim Leite comentando as *Constituições* e o próprio comportamento de seu principal autor diz:

*"Santo Inácio com sua clarividência meticulosa, não deixa nada ao acaso. O cuidado da saúde; as relações com as pessoas da família e de fora; a abertura de consciência com os Superiores: tudo se regula na vida interna e externa, dum filho da Companhia, que, sendo fiel, diligente e generoso, fica apto para realizar o duplo fim da sua vocação: santificar-se a si próprio e aos outros".*⁷⁶

A meticulosidade tem por fim nada deixar "ao acaso", pois que nele, naquilo que é ocasional, mora o incerto, o im

⁷⁶ LEITE, Serafim. *op. cit.*, (História da Companhia de Jesus no Brasil, tomo I, livro I, cap. I, § 6), p.14.

preciso, o desordenado: nada deve deixar de ser regulado, su jeito a Regra, pautado na Ordem que recobre e constitui as mínimas parcelas da vida. E para que tudo na vida de um filho da Companhia seja regulado, é necessário a previsão e o controle de todas as suas atividades, tipos de relações, gestos. Será a partir das regulações que os membros da Companhia estabelecerão relações entre si e com outras pessoas compreendidas em espaços diferenciados, regidos por outras normas, externos à Ordem.

Níveis de compatibilidade podem ser indicados entre o texto dos *Exercícios* e os das *Constituições* e do *Ratio*: a preocupação com o "detalhe", o método e caráter prático de sua utilização.

Enquanto as *Constituições* e o *Ratio* indicam um método pedagógico-disciplinar que tem por objetivo regular os diferentes graus de poder da Companhia e as atividades escolares, os *Exercícios* constituem-se como um método de oração, uma técnica para encontrar o caminho da salvação e estabelecer um diálogo com Deus.

Segundo Guillermou, os *Exercícios Espirituais* não podem ser comparados com a "Introdução à Vida Devota" nem com a "Imitação de Jesus Cristo", pois que não é uma coletânea de altos pensamentos que coloca-se sobre a mesa de cabeceira, que se lê, medita e fecha. É um livro que se utiliza, sendo a imagem "simbólica" mais frequente aquela de um *trata*do de *ginástica*. Mas como não se pode fazer uma boa *ginástica* armado apenas de um tratado, por mais "detalhado" que ele seja, faz-se necessário um *professor de educação física*. Aquele que representará junto ao exercitante o papel de professor de ginástica será o *diretor de consciência*, que o acompanhará em todos os momentos, devendo ser dotado de *esprit de finesse* e capaz de *adaptar o método* ao temperamento e as possibilidades do sujeito. Tãmanha parece ser a força metódica (ginástica) dos *Exercícios*, que em 1800 aparece em Veneza

uma tradução em grego da obra inaciana, sem o nome do autor e com o título *Gymnasmata pneumatika*.⁷⁷

Ginástica da alma (pneuma), livro que se utiliza e não apenas se lê e medita; ginástica que para ser corretamente cumprida requer não só um bom e detalhado tratado, mas principalmente a presença constante e vigilante do "diretor de consciência" que orientará o exercitante, o aluno, em seu caminho para a perfeição, em sua luta contra as tentações; mé todo que não deixa de levar em conta as propensões e temperamento do "sujeito" (daquele que de a ser sujeitado, submetido ao exercício, tornado hábil-sábio), adaptando o método ao indivíduo, e não impondo cegamente uma Regra para todos indistintamente, pois, embora haja um único caminho para a salvação, muitas são as formas de levar os indivíduos a este caminho. Para que a disciplina do espírito seja eficaz é preciso levar em conta a 'individualidade' de cada 'alma'.

Para Foucault, a 'individualidade' seria ao mesmo tempo, efeito e objeto da disciplina: *individualidade-gênese*, no sentido de tomar os ancestrais do indivíduo como o seu ponto de referência, a sua genealogia, implicando mais particularmente as noções de "evolução" e "progresso" do indivíduo, segundo a sua forma de adequar-se a realizar tarefas em um ritmo de tempo estabelecido por procedimentos disciplinares; *individualidade-celular* ou *individualidade-organismo*, substituindo-se o corpo mecânico pelo "corpo natural", susceptível de operações especificadas, que tem sua ordem, tempo, condições internas e elementos constituintes próprios, devendo este corpo ser docilizado e tornado útil pela correta articulação entre gesto e objeto. Dentre os vários procedimentos de individualização fabricados pela disciplina destaca-se o "exercício": técnica pela qual se impõe aos corpos tarefas

⁷⁷ Cf. GUILLERMOU, Alain. *op. cit.*, (St. Ignace et la Compagnie), pp.61-66. Todos os grifos são nossos, a exceção do título da tradução grega dos Exercícios Espirituais: *Gymnasmata Pneumatika*.

ao mesmo tempo repetitivas e diferentes, mas sempre graduadas; que permite uma perpétua caracterização do indivíduo se ja em relação a um estado terminal a ser atingido de acordo com as prescrições, seja em relação aos outros indivíduos ou a um tipo de percurso.⁷⁸

Inácio de Loyola, utilizando-se de tratados de oração metódica da *devotio moderna* dos místicos flamengos ou de alguns de seus procedimentos, faz recomendações nos seus *Exercícios Espirituais* referentes a atitudes ou operações do corpo durante as preces: orar, estabelecer uma comunicação íntima com Deus, constitui-se pois numa técnica, num método, num caminho pautado por regras específicas; regras para a docilização dos corpos.

(...) "Ignace recommande de prier par rythme en attachant un mot du Pater à chaque souffle de la respiration".⁷⁹

Fazer uma prece exige pois um certo "ritmo", uma da forma de emissão da voz, da palavra, uma articulação do corpo-gesto (uma operação de respiração a cada vez que se emite a palavra Pai): ritmo como modalidade de adequar e executar o gesto segundo um tempo estipulado. Tempo do corpo-exercício.

Outro elemento ordenador de aparelhos disciplinares como a escola, a fábrica, etc, aparece de forma explícita nos Exercícios, embora com uma inflexão diferenciada: a contabilização, o cálculo.

⁷⁸ Cf. FOUCAULT, Michel. *op. cit.*, (Vigiar e Punir), orig. franc. pp.154-55; 162-3; edição bras. pp.139-40; 145-46.

⁷⁹ BARTHES, Roland. *Sade, Fourier e Loyola*. Paris, Ed. Seuil, 1971, p.50. Para uma melhor compreensão das técnicas de oração metódica da *devotio moderna* consultar Alain Guillermou, *op. cit.*, pp.63-73.

Os procedimentos de cálculo e contabilização das atividades escolares (o "rendimento" escolar expresso nos resultados das provas e exames), do comportamento moral e disciplinar (contabilização das faltas e pecados), permitirá o rígido controle do tempo, escandido em horários e principalmente a "avaliação" minuciosa de cada indivíduo no que se refere a utilização e aproveitamento desse tempo, ao "progresso" obtido no eixo do tempo disciplinar que rege os exercícios.

Os *Exercícios Espirituais* utilizarão de uma modalidade de contabilização das faltas e pecados cometidos no decorrer de suas quatro semanas de duração, contabilização esta que permitirá a colocação de cada indivíduo (exercitante) em uma "posição" ou "lugar" no interior de um *quadro de classificação*.

Os indivíduos são assim classificados não apenas por seus atributos "positivos" (habilidades, virtudes, bom rendimento escolar, sanidade física e mental), mas também por seus atributos "negativos" (defeitos, doenças, faltas, pecados, ou crimes), e será precisamente pela classificação desses atributos negativos que se poderá empreender a *correção*, objetivo de toda a disciplina. Nos *Exercícios inacianos* os indivíduos serão classificados pelo somatório de seus pecados e ao mesmo tempo pelo "progresso" (aperfeiçoamento espiritual, superação do pecado) alcançado através dos exercícios.

Toda a primeira semana dos Exercícios é consagrada a uma *meditação* prolongada sobre o pecado, descobrindo então o "penitente" a que ponto a vida que levava até então era "desordenada": e para que a *ordem* passe a regular a sua vida, o penitente deve contar com um *sistema de medição*, que possa indicar-lhe em que ponto se encontra com relação ao pecado e a perfeição.

Guillermou, comentando a ordenação e contabilização dos pecados daqueles que praticam os Exercícios, diz que para

colocar a ordem em sua conduta (do penitente ou recluso - "retraitent"), é necessário que ele se 'corrija' das suas 'faltas', principalmente daquelas nas quais costuma incorrer. Para bem conduzir esta luta, Santo Inácio sugere a utilização de um curioso procedimento, sob a forma de um 'quadro' composto de sete 'filas' duplas. Cada fila corresponde a um 'dia da semana', a 'linha' superior ao primeiro 'exame da jornada', a linha inferior ao segundo. O "penitente" marcará sobre as linhas um pequeno ponto indicando se ele recaiu no pecado do qual deseja corrigir-se. De um exame a outro, de um dia a outro, de uma semana a outra, ele observará se teve ou não 'progresso'.⁸⁰

A meditação prolongada do "pecado", feita em toda a primeira semana dos Exercícios, constituindo-se em dois "exames de consciência", deve fundar-se numa determinada Ordem, num sistema de contabilização de tal forma minucioso e sistemático, que permita ao exercitante ou penitente a "leitura" de seus pecados pela disposição-distribuição destes em um "quadro" composto de "filas" ou fileiras duplas. Os pecados distribuídos por filas de um quadro, são indicadores de uma "individualidade", estabelecem o "lugar" que cada exercitante ocupa no interior desse grande quadro classificatório, cujo estado terminal é a perfeição, o aperfeiçoamento progressivo da alma, elaborado por uma série de exames e exercícios pautados no eixo de um tempo "evolutivo": o tempo disciplinar.

Os *Exercícios Espirituais* constituem-se assim, não tanto como uma forma de punição e sacrifício, mas antes como uma modalidade de correção das faltas e aperfeiçoamento espiritual. Os objetivos do referido texto podem ser demonstrados pelo fato de utilizar-se dos seguintes procedimentos: a) elaborar uma forma de contabilização dos pecados, através de

⁸⁰ Cf. GUILLERMOU, Alain. *op. cit.*, p.79. Os Apóstrofos são nossos e explicam-se como forma de enfatizar os termos referentes aos procedimentos de classificação e contabilização utilizados pelos aparelhos disciplinares.

sua distribuição por 'filas' que irão compor um 'quadro', possibilitando assim, a visibilidade da conduta do penitente; b) fazer corresponder a cada fila um dia da semana e um exame específico, articulando-se, portanto, a posição em fila ocupada pelo exercitante com uma unidade temporal (dia ou jornada) de ordem sucessiva e com um tipo de prática (o exame); c) dividir as filas em linhas sobre as quais o exercitante marcará um ponto, indicando se recaiu no pecado do qual deseja corrigir-se, o que expressa uma divisão e classificação cada vez maior de sua conduta e pecados; d) efetuar uma vigilância detalhada da conduta do penitente, através de exames diários e semanais, efetivados tais exames sob o signo da progressão, o que implica num controle e regulação esmiuçantes dos horários e atividades.

A própria "desordem" de uma vida em pecado é passível de ordenação, o próprio "mal" deve ser registrado, contado, contabilizado, classificado, conhecido, para que se possa controlá-lo, equilibrá-lo, transformá-lo num "bem", investindo-se maior força de vontade e disciplina na prática dos Exercícios: como no quadro de contabilidade de uma empresa, não se deve registrar apenas os lucros e aumentos de produção, mas também as perdas, os danos, os déficits.

A balança, a régua, o compasso; instrumentos de peso e medição utilizados não apenas para o cálculo econômico, como também para o cálculo moral e espiritual.

Foucault, analisando as diversas técnicas de distribuição dos indivíduos no espaço utilizados pela disciplina diz que nesta, a unidade não é "nem o território (unidade de dominação), nem o local (unidade de residência), mas a posição na fila: o lugar que alguém ocupa numa classificação, o ponto em que se cruzam uma linha e uma coluna, o intervalo numa série de intervalos que se pode percorrer sucessivamente. A disciplina é a arte de dispor em fila e a técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os cor-

pos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações".⁸¹

Ressalte-se que o procedimento disciplinar de disposição em fila terá uma visibilidade imediata, mais estritamente material, arquitetural, quando utilizada para dividir e localizar os alunos em salas de aula, os presos em celas, os doentes em leitos de hospitais, etc. Nos Exercícios Espirituais, a disposição em fila dos pecados do penitente expressa um espaço de tipo hierárquico e estimativo, pois indica um 'valor', uma dada posição ocupada no interior de um "quadro" (registro).

Constituindo-se os Exercícios Espirituais de uma série de "exames", podem de certa forma ser vistos como um arquivo inteiro, detalhado, minucioso da conduta moral e espiritual do penitente; como uma rede de anotações escritas que documentam, quantificam e captam o tipo, a forma, o número de pecados, e sua frequência ou reincidência; que possibilitam um acompanhamento do indivíduo (penitente), de sua conduta, de sua trajetória de aperfeiçoamento da "alma", a nível dos dias, das semanas. A individualidade da "alma" entra assim num campo documentário, pelo registro dos pecados e seu 'exame'.

Embora se possa pecar por pensamentos ou palavras, os mais horrendos pecados são aqueles por "obras", que objetivam a intenção ou pensamento, que realizam o verbo, tornando-o carne. Faz-se portanto, necessário um controle do corpo, que não só executa a criminosa intenção, como desperta e conturba a alma com danosas e pecaminosas sensações. O corpo controlado por técnicas de oração, os gestos e até a respiração, articulados com a Palavra, signo e caminho da salvação, eis a perfeição (disciplinar) do "espírito" na obra de Inácio.

⁸¹ FOUCAULT, Michel. *op. cit.*, (Vigiar e Punir), orig. franc. p.147; ed. bras. p.133.

Barthes faz algumas incisivas observações sobre o processo de contabilidade elaborado pelos Exercícios Espirituais de Santo Inácio.

"A contabilidade é obsessiva, não somente por que é infinita, mas, sobretudo porque ela engendra as suas próprias faltas: tratando-se de contar seus pecados (e Inácio previu a este respeito uma técnica de contabilidade gráfica), o fato de contá-los mal transforma-se por seu turno em uma falta que deverá ser ajuntada a lista original; esta lista é também recortada de infinidade, a contagem redentora das faltas apelando em contrapartida as próprias faltas da contagem: o exame particular da primeira Semana é sobretudo destinado a contabilizar os erros cometidos com respeito as orações".⁸²

Não basta pois a sincera vontade de aperfeiçoar-se, de não mais cair em pecado ou tentação; não basta efetuar a contabilização das faltas ou pecados no quadro que os distribui em listas, em filas, especificando as recaídas em pontos: é preciso que a própria contagem seja exata, sistemática, perfeita. A salvação e o aperfeiçoamento espirituais passam também pela correta técnica de contabilização, por formas matemáticas de quantificação, pelo manejo adestrado de operações de soma. Saber contar os pecados, contabilizá-los e quantificá-los, constitui-se, assim, numa qualidade, numa virtude que qualifica e individualiza o penitente praticante dos Exercícios.

O erro na contagem, por outro lado, expressa-se como uma falta, como uma certa forma de pecado: a religiosidade cristã e jesuítica não é portanto estranha a procedimentos mecânicos e racionais. Contar com exatidão é uma técnica, um exercício que deve ser executado com eficiência e cor

⁸² BARTHES, Roland. *op. cit.*, (Loyola), p.75.

reção; todos os pecados devem ser registrados, não devendo restar um sequer fora da lista. Sendo previsto um tempo de terminado para a execução dos Exercícios, fica interdito todo e qualquer desperdício deste tempo, que é regulado e contado por Deus e pago e utilizado pelos homens.

Os Exercícios se constituem pois numa modalidade ao mesmo tempo de contabilização das faltas/pecados e contabilização e uso correto do tempo (sete semanas).

Barthes sublinha também o caráter "individualizador" dos Exercícios, individualização esta que mantém vínculos de solidariedade com a racionalidade capitalista. Lembremos-nos do que foi dito adiante sobre o exame e exercício em Foucault, como procedimentos individualizantes.

A contabilização inaciana comportaria "uma vantagem mecânica", e portanto, da ordem da técnica: pois que "sendo a linguagem de uma linguagem, é passível de suportar uma circularidade infinita das faltas e de sua contagem; e um outro tipo de proveito ou lucro, pois estando referida aos pecados, esta contabilização contribui para criar, entre o pecador e a soma contabilizada (dénombrable) de suas faltas, um elo narcísico de propriedade. A falta ou erro é um meio de acesso ao indivíduo, e a ordem toda contável do pecado, tal como Inácio estabeleceu em seu manual e que sem dúvida era pouco conhecida na Idade Média, não pode ser completamente estranha à nova ideologia capitalista, articulada sobre o sentimento individualista da pessoa e ao mesmo tempo sobre a contabilização dos bens que lhe pertencendo com exclusividade, a constituem".⁸³

Veja-se aí que a própria noção de "pessoa" (do pecador-possuidor) está implicada com a noção de "bens", no sentido da posse de objetos, sentimentos, virtudes. A própria falta, o erro, o pecado, é um "bem" no sentido de pertence-

⁸³ Idem. (grifos nossos).

rem a um indivíduo determinado (o pecador). Os bens materiais não são para a ideologia capitalista e pragmatista, algo que é externo ao possuidor: os bens materiais, assim como os pecados, constituem mesmo, fazem parte integrante da pesoa, do proprietário e do pecador. O homem é muito menos o seu sentimento, a sua interioridade, o seu "Ser", que o seu "fazer" eficaz e o seu "ter" materializado.

Mesmo o pecado que habita e turva a alma, é uma propriedade, passível de ser conhecida, contada, de ser exteriorizada e materializada em quadros de classificação.

Importante destacar finalmente, que o corpo constitui-se nos *Exercícios Espirituais*, simultaneamente como alvo a ser disciplinado e purificado, e instrumento a ser exercitado para a conquista de uma alma sem pecados.

Barthes sublinha que nessa obra, o corpo do qual trata Inácio, não é jamais "conceitual", é sempre *este* corpo. As imagens colocadas em jogo ao longo das três últimas semanas - dedicadas a meditação da vida de Cristo -, têm por função "engajar" o exercitante na história de Cristo; fazer-lhe viajar por todos os lugares onde passou o Redentor; ocupar-lhe de tal forma o corpo, que este atinja, através da "imagem" e "imitação", o sentimento mesmo físico do sofrimento e glória da Paixão. A força de materialidade que transpassa os *Exercícios*, tem por objetivo tomar como cifra imediata do desejo e da vontade, o corpo humano: corpo mobilizado sem cessar na imagem, pelo jogo de imitação que estabelece uma analogia literal entre a corporeidade do exercitante e aquela de Cristo, de quem se trata de retomar a existência, quase fisiológica, por meio de uma anamnese pessoal.⁸⁴

A meticulosidade e detalhismo que perpassam os *Exer*cícios, a preocupação obsessiva com o detalhe, a "mística do detalhe", serão ainda mais explícitos - no que se refere a

⁸⁴ Cf. Idem, pp.67-8.

constituição de uma individualidade pelo arquivo detalhado, a nível dos dias, dos corpos e das atividades - nas prescrições disciplinares contidas *Constituições* e no *Ratio Studiorum*, que analisaremos a seguir.

2.4 *Estrutura hierárquica e regulação dos poderes nos colégios da Companhia de Jesus.*

As *Constituições* representam o primeiro documento on de são traçadas as linhas básicas da organização didático-disciplinar e do método pedagógico da Ordem, estabelecendo em sua IV parte as regras referentes aos estudos; ao comportamento moral e virtudes exigidas dos escolares; aos cuidados com o corpo e a higiene.

Sendo Santo Inácio eleito "gên^{eral}" (ou Prepósito Geral) da Companhia de Jesus em 1541, começa em 1547 a redigir as *Constituições*, que serão promulgadas, ainda sob forma provisória, em inícios de 1551. O texto passará por várias correções e aperfeiçoamento, e embora entre em vigor no ano de 1552, até a morte do fundador da Ordem (1556), não tinha sido objeto de uma promulgação oficial.⁸⁵

Como o próprio termo "constituição" indica, trata-se de um conjunto de preceitos reguladores de uma instituição; de uma lei fundamental que prescreve as normas relativas as forças dos poderes, a forma de governar e gerir a instituição, a distribuição das competências, direitos e deveres da queles que se encontram submetidos a norma constitucional. O termo serve para designar, de forma mais estrita, a "lei fundamental e suprema de um Estado" sendo a Lei o instrumento que irá constituir, estabelecer e organizar esse Estado.

⁸⁵ Ver: GUILLERMOU, Alain. *op.cit.*, (St. Ignace de Loyola), p.113; LEITE, Serafim. *op.cit.* (História da Companhia de Jesus - tomo I, livro I, cap. I, § 5), p.10.

Sabendo-se que os colégios da Companhia na época se constituíam como "instituições totais", onde eram realizadas todas as atividades básicas de um indivíduo (trabalhar, estudar, comer, dormir, divertir-se, etc), pode-se concluir da necessidade de uma "norma" que enfeixasse todas estas atividades, disciplinando-as, regulando-as, constituindo-as.

Mesnard, referindo-se ao traço fundamental dos institutos ou colégios para internos da Companhia - a disciplina -, faz o seguinte comentário:

"Le trait le plus apparent de leurs instituts et peut-être le plus original à l'époque, c'est en effet la discipline. Un collège, est essentiellement une maison qui marche, et qui marche bien, conformément aux règles que nous allons exposer. La généralisation des collèges d'internes a été d'ailleurs imposée par les exigences de cette discipline, difficile à observer dans les pensions plus ou moins borgnes appelées 'pedagogies' e qui servaient alors de repaire aux jeunes gens de l'intérieur. Le collège, en revanche, est un petit État scolaire qui tend à autonomie. Les citoyens s'en recrutent avec la plus grande prudence: il s'agit de ne pas introduire de brebis galeuses ni de perdre un bon sujet pour une simple question de gros sous".⁸⁶

Encontramos estabelecido no *Ratio Studiorum* (Regra 9, Prefeito de Estudos Inferiores), que ninguém deverá ser excluído dos colégios da Ordem, por ser pobre ou de condição modesta.⁸⁷ O que importa fundamente, são as virtudes morais e a capacidade intelectual dos candidatos ao ingresso nos colégios da Companhia.

⁸⁶ MESNARD, Pierre. *op. cit.*, (La Pédagogie des Jésuites), p.60.

⁸⁷ Ver: FRANCA, Leonel. *O Método Pedagógico dos Jesuítas, o 'Ratio Studiorum'*, R.J., Agir, 1952, p.169.

Constituindo-se assim o colégio num "pequeno Estado", que tem por finalidade básica "educar" através de um método pedagógico e de um código disciplinar cuidadosamente elaborado, são de grande importância os critérios de recrutamento de seus "cidadãos": padres da Ordem, professores e alunos.

A preocupação com os critérios de recrutamento, com os mecanismos e táticas de vigilância e inspeção, no que se refere aqueles que pretendem ingressar como religiosos na Ordem, encontra-se expressa em um texto que antecede as Constituições e que tem um título bastante indicativo: Exame.

Serafim Leite, assim define as finalidades do Exame: *"Antes das Constituições propriamente ditas há um Exame, destinado a conhecer o que entra; e, também, a dar-se a conhecer o que é a Companhia".*⁸⁸

Veja-se que antes de se constituir uma dada Ordem, é preciso *conhecer* ou *saber* acerca daqueles que nela pretendem ingressar, bem como fazer conhecida aos pretendentes o que é a Ordem, sendo o instrumento utilizado para operar este duplo conhecimento, o "exame": a constituição de um regime disciplinar é assim um procedimento de conhecer-tornar conhecido.

No Exame são indicados alguns critérios para a exclusão dos pretendentes ao ingresso na Ordem, pois que a preocupação com o correto "recrutamento" implica no estabelecimento de regras de exclusão:

*"O pretendente à Companhia, é excluído nalguns casos: se for herege ou cismático, homicida ou infame; se vestiu hábito religioso de outra Ordem, se está ligado por vínculo matrimonial ou de escravidão".*⁸⁹

⁸⁸ LEITE, Serafim. *op. cit.*, p.10.

⁸⁹ *Examen, Institutum, S.I.*, cap.II, *Sumário das Constituições*, IN:LEITE, Serafin, *idem*.

Os excluídos encontram-se assim, basicamente entre aqueles: filiados à crenças ou convicções religiosas contrarias ou opostas ao catolicismo (hereges e cismáticos), pois não se poderia imaginar o ingresso de elementos que se constituem em um perigo para a unidade da Igreja Católica e da qual faz parte a Companhia; que praticaram crime de morte ou alguma "infâmia", sendo extensa a lista das infâmias para o catolicismo; que pertenceram a outra ordem religiosa, o que implica que o ingresso na vida religiosa tem traços específicos para a Ordem, e que seus pretendentes ao ingresso não devem nunca ter "vestido o hábito de outra Ordem", conhecido outros hábitos e outras modalidades da Ordem; e por fim, aqueles que estejam ligados à outrem por vínculo de matrimônio ou escravidão, o que supõe que o pretendente deva ser "li-vre" de qualquer vínculo jurídico de proteção ou subjugação; solteiro e cidadão. Livre para que possa melhor servir a Companhia, livre para que possa submeter-se inteiramente aos ditames da Ordem.

Encontra-se ainda estabelecido no texto do Exame outros procedimentos de inspeção ou inquêrito da vida e da pessoa daquele que aspira ingressar na Companhia, sendo a famí-lia deste utilizada como canal de informação-conhecimento de suas aptidões, desejos, talentos. O controle e a vigilância dos indivíduos terá na família um dos seus veículos privilegiados.

"Verificando-se que está livre, inquire-se da família, se tem obrigações graves, que aptidões e talento possui, e como sentiu desejos de ser religioso; e, enfim, se mantém vontade deliberada de viver e morrer na Companhia de Jesus Nosso Criador e Senhor".⁹⁰

⁹⁰ Examen, cap. III, idem, p.11.

O relato obtido dos familiares do candidato, através de técnicas como o inquérito, permite assim a *reconstituição* de uma 'história de vida' e dessa forma a *constituição* de uma 'individualidade' no quadro de um dado saber: as informações prestadas pela família entram assim como 'peças' que corporam os registros e documentos de um processo jurídico de avaliação e julgamento.

A gradativa higienização, normatização e disciplinamento do "corpus" social, implantada a partir do séc. XVIII pelos aparelhos de poder-saber como Estado, escola, hospital, etc, tomará a família como um de seus suportes básicos: *célula mater* da sociedade; principal canal de produção e reprodução dos corpos, hábitos e valores; instituição-matriz, organização-gênese cuja análise permite conhecer e controlar a evolução e ocorrência de certos sintomas, tendências, periculosidades, moléstias ou desvios de conduta.

As *Constituições*, ancorando-se na moral e teologia cristãs, não poderão deixar de conferir um papel de destaque à "família".

Lenta e meticulosa foi a elaboração do texto definitivo das *Constituições*, meticulosidade e detalhismo que configura-se como o "espírito" mesmo da Companhia e de seu fundador.

Inácio toma em 1547 o padre espanhol Polanco (que terá papel de destaque na história da Societas Jesus) como seu secretário, encarregando-o de tarefas como a de estudar as Regras das antigas Ordens religiosas e elaborar o resumo de suas disposições essenciais.⁹¹

Veja-se aí o sábio cuidado de, antes de formular a Regra para a Companhia, conhecer pormenorizadamente as regras

⁹¹ Cf. GUILLERMOU, Alain. *op. cit.*, p.115.

e dispositivos disciplinares das antigas ordens religiosas, resumindo as suas disposições essenciais, para delas extrair o que merece permanecer e o que deverá ser incluído. Constituição de uma história e a de uma memória específica: a da disciplina das ordens religiosas.

Dentre as ordens religiosas que serviram de fonte para a gênese do código disciplinar jesuítico, transcrito nas *Constituições* e no *Ratio Studiorum*, parece ressaltar-se aos Irmãos da Vida Comum.

Leonel Franca, referindo-se as possíveis fontes do *Ratio* e da pedagogia jesuítica, como um todo, diz: "*A dependência direta dos jesuítas em relação aos Irmãos da Vida Comum, se não se apresenta com tanta evidência, tem muitos visos de probabilidade. Em Paris, nos primeiros tempos de sua estadia, Inácio viveu no Colégio de Montaigu, outrora pertencente aos irmãos e onde deviam ainda sobreviver as suas tradições*".⁹²

Quais seriam estas "tradições" e, em que sentido os Irmãos da Vida Comum contribuíram para a formação da pedagogia da Companhia?

Nessa ordem religiosa ascética é que parece ter surgido da idéia de um 'programa' escolar, que acompanhando a criança até o término de sua educação, seria desenvolvido a partir de uma série de "exercícios" - realizados dia após dia, mês após mês, ano após ano, num processo que identifica-se com aquilo que Weber denomina de "treinamento rotinizado" - exercícios estes, efetuados segundo uma ordem de complexidade e progressão crescentes. O "mestre exemplar", (lembrando-se o caráter ético e pedagógico do "exemplo", bastante recorrente na pedagogia jesuítica), conduziria os seus alunos em direção à "perfeição", sendo tal aperfeiçoamento efe

⁹² FRANCA, Leonel. *op. cit.*, p.38.

tivado de forma autoritária e rigorosa. Os métodos pedag gi-
co-disciplinares, tendo inscrita a gênese de uma de suas mo-
dalidades - o exercício - nas ordens religiosas, e mais espe-
cificamente entre os Irmãos da Vida Comum, destinam-se a pro-
duzir aptidões individualmente caracterizadas, mas coletiva-
mente úteis.⁹³

E já que falamos do "exercício" e da articulação
por ele operada entre aptidões individuais e rendimento euti-
litarismo coletivo, bom seria lembrar que para alguns estu-
diosos da Companhia, as *Constitui es* representariam a "tra-
dução" de uma experiência e espiritual efetuada através dos
Exercícios Espirituais de Santo In cio, para um código de vi-
da coletiva que serviria para *constituir* uma certa forma de
vida em comum, regulada e hierarquizada por poderes. Os *Exer-
c cios* seriam um método de retiro, de recolhimento e refle-
x o, enquanto as *Constitui es* expressariam um estatuto para
reger a vida coletiva de um determinado grupo. Código que
regula as atividades e obriga es temporais, ao passo que os
Exercícios regulamentam as atividades e obriga es espiri-
tuais, para com Deus, em direção a salvação.

"(...) Les Constitutions dérivent des Exerci-
ces Spirituels, et ne sont que le code temporel
proposé à des hommes qui, à la fin de la deuxième
semaine de retraite, ont fait élection. Le fondateur
n'eut qu'à transposer dans une règle de vie collecti-
ve le principe fondamental sur lequel il avait établi
sa vie personnelle. Les Constitutions furent la
traduction, ou sens étymologique du mot, la transla-
tion d'une expérience intime. Ayant placé lui-même
l'obéissance à Dieu au coeur de sa vie mystique,
Saint Ignace voulut faire accéder les membres de sa
Compagnie sinon aux mêmes expériences extraordinai-
res, du moins à la même richesse spirituelle".⁹⁴

⁹³ Ver: MEIR, Codina G. *Aux Sources de la Pédagogie des Jésuites*, 1968,
p.160s, IN: FOUCAULT, M. *op. cit.*, (Vigiar e Punir), orig. franc. pp.
163-4; edi  o bras. p.146.

⁹⁴ GUILLERMOU, Alain. *op. cit.*, p.116. (grifos do autor)

A obediência, afirmada como uma das virtudes fundamentais para todos os integrantes da Companhia, bem como para todos os alunos de seus colégios, já havia sido colocada nos Exercícios como o próprio centro da vida mística: a obediência devida a Deus estende-se e expressa-se nos códigos disciplinares escolares - como as Constituições e o Ratio - como obediência aos superiores, aos professores. Obediência não passiva, mas 'escolhida', não imposta, mas 'eleita'.

A propagação dos colégios da Companhia de Jesus por toda a Europa, contando já em 1556, data da morte de Santo Inácio, com 33 colégios espalhados pela Itália, Espanha, Áustria, Boêmia, França e Portugal, chegando a atingir no início do século XVII (1615) a cifra de 337 colégios, distribuídos em terras européias e de ultra-mar; a crescente multiplicação do número de seus alunos - tomando-se como exemplo o Colégio das Artes de Coimbra, que em 1558 tinha 1.000 alunos, passando a 2.000 em 1594 -, irão exigir dos membros dirigentes da Companhia a elaboração e estabelecimento de um código disciplinar capaz de detalhadamente ordenar essa multiplicidade e diversidade.⁹⁵

Tinha-se no plano de estudos elaborado em Messina e desenvolvido no Colégio Romano - espécie de modelo das instituições escolares da Companhia na época -, uma primeira norma orientadora das novas fundações de colégios. Modificações terão que ser feitas no plano originário, em virtude da diversidade de costumes entre as várias regiões onde se implantavam os colégios.

Durante algum tempo adotou-se a prática de visitas e inspeções, como forma de ordenar e disciplinar o funcionamento das escolas da Companhia, sendo tais visitas e inspeções feitas por Comissários Gerais, "*incumbidos de manter quanto possível, a uniformidade de estrutura e desenvolver a eficiência da obra educativa da Ordem*".⁹⁶

⁹⁵ Cf. FRANCA, Leonel. *op. cit.*, p.14.

⁹⁶ Idem, p.15.

A Companhia, pelo seu próprio caráter missionário, embora procurasse adequar-se aos costumes e aos usos de cada localidade onde estabelecia os seus colégios, devia manter uma certa *unifor^midade estrutural*, fundamento de toda ordem, bem como desenvolver de maneira eficiente a sua obra educativa. Ordem pautada nas leis da estática e da dinâmica, da conservação e do progresso.

Segundo Franca, a elaboração do *Ratio Studiorum* decorre da necessidade de implantar-se um código de ensino capaz de impor a uniformização das instituições pedagógicas da Ordem.

"A multiplicidade dos visitantes e o intervalo das visitas deixavam largo campo à ação dispersiva das forças centrífugas do sistema. Acentuava-se, de dia para dia, imperiosa e inadiável, a necessidade de um código de ensino que se impusesse com a autoridade de uma lei e assegurasse a semelhança e uniformidade de orientação da crescente atividade educativa da Ordem".⁹⁷

Para que se imponha uma ordem há que se evitar, e mesmo interditar - já que toda ordem deve impor-se com a autoridade de uma lei, sendo o mecanismo básico da lei a interdição - a multiplicidade confusa dos canais disciplinadores (os visitantes), bem como os intervalos, compreendidos entre os procedimentos da disciplina (visitas e inspeções). Deve-se organizar o múltiplo, estabelecer um quadro que indique o lugar e forma de funcionamento dos canais disciplinadores; regularizar os procedimentos e mecanismos da disciplina de forma a torná-los frequentes, ininterruptos, regulares, exercidos de maneira contínua e exaustiva no eixo do tempo, repetitivos.

⁹⁷ Idem, p.16.

A uniformização do aparelho escolar, como de resto de todo e qualquer aparelho disciplinador, sô pode ser alcançada pelo estabelecimento de uma 'ordem' que funcione como o 'centro' de todo um sistema, interditando ou prevenindo a "ação dispersiva das forças centrífugas", ou seja, das forças que se afastam ou procuram desviar-se desse centro: padrão, norma, eixo regulador.

Leonel Franca, embora admita a importância das *Constituições* - particularmente em sua IV parte - no delineamento das linhas mestras da organização didática que deveriam orientar a atividade pedagógica da Ordem, diz que pela própria vontade expressa por Inácio "as diretivas traçadas nas *Constituições* não eram e nem deviam substituir, um plano pormenorizado de estudos e um código prático de leis que lhes facilitasse e uniformizasse a organização viva. É o próprio Inácio que nas *Constituições* determina que se elabore um *Estatuto* em que se trace, por miúdo, tudo quanto se refere à ordem e ao método dos estudos nos colégios e faculdades".⁹⁸

As *Constituições*, estabelecendo os dispositivos disciplinares mais gerais, reclamava como complemento um texto que afirmando-se num tom imperativo e autorizado - visto todo o mecanismo jurídico ou legal, referente a moral ou a um certo padrão de comportamento desejado, pautar-se sempre no *dever ser*, daí o seu caráter imperativo; e expressar e mesmo constituir uma certa autoridade ou poder -, tratasse de uma forma pormenorizada e esmiuçante aquilo que diz respeito a "ordem" e "método" de estudos, consistindo o texto em questão num "código prático de leis", que teria por função "facilitar" o próprio funcionamento do organismo (organização viva) a ser regulado, uniformizando-o precisamente pela Regra.

Esse texto, imperativo e que se impunha com a autoridade da lei, que como as *Constituições* foi elaborado lenta

⁹⁸ Idem, pp.16-7.

mente, sofrendo diversas modificações até atingir a sua forma definitiva, recebendo então a denominação de *Ratio Studiorum*: a razão dos estudos, o fundamento racional da prática pedagógica.

O primeiro esboço do Ratio foi elaborado pelo padre Nadal a pedido de Inácio, consistindo na descrição completa do currículo e métodos seguidos no Colégio siciliano, frequentemente citado como *mos et ratio Collegi Romani* (1551). Nadal, delegado ainda por Inácio, percorre de 1552 a 1557, toda a Europa, para explicar e promulgar as Constituições da Ordem, ultimadas em 1552. Enriquecido pelas experiências acumuladas nas viagens e pelo exercício dos cargos de Prefeito dos Estudos (1557-59) e Reitor do Colégio Romano (1564-66), Nadal redige durante o seu Reitorado o novo *Ordo Studiorum*. Ledesma dá continuidade ao trabalho de Nadal, e como professor e diretor de estudos do Colégio Romano transcreve, anota e corrige 59 dos 132 documentos publicados no *Monumenta Paedagogica*, resultando deste trabalho o seu *De ratione et ordine Studiorum Collegii Romani*, considerado a maior contribuição individual na elaboração do Ratio definitivo de 1599.⁹⁹

A preocupação com o detalhe, o pormenor, de tudo quanto pudesse interessar a um bem elaborado plano de estudos; o cuidado em não omitir ou negligenciar aspectos importantes para a eficaz condução do aprendizado e da disciplina, deviam ser acompanhados por uma especial atenção em evitar a prolixidade, apresentando-se as regras de forma concisa. Razão analítica e sintética.

A primeira edição do Ratio foi impressa e enviada a todos os Provinciais em 1586, resultando das experiências de Nadal, Ledesma e outros professores do Colégio Romano, consistindo em uma coletânea de diretivas e ordenações que, embora não tivesse um caráter definitivo e uma força obrigatória,

⁹⁹ Idem, p.11-13.

apresentava-se como um primeiro ensaio de sistematização geral dos materiais recolhidos nos primeiros documentos referentes ao método pedagógico da Companhia quais sejam: o *mos et ratio Collegii Romani*, *De Studiis Societatis*, *De ratione et ordine Studiorum Collegii Romani*, *Ordo Studiorum* e por fim o *Monumenta Paedagogica*. A maioria das apreciações críticas feitas a esse primeiro Ratio, pelas "autoridades competentes" da Companhia de Jesus, confluíam sobre a imprecisão e prolixidade da fórmula examinada. Na edição definitiva de 1599 do Ratio *atque Institutio Studiorum Societatis Jesu* reduziram-se as regras de 837 para 467; evitaram-se as repetições destas para ofícios semelhantes (professores de humanidades, de gramática superior, etc), num esforço de concisão, já que a *brevitas imperatoria* sempre fora uma das qualidades do estilo de comando e uma das garantias de sua eficiência.¹⁰⁰

Um documento que se constitui num código de leis, cuja finalidade prática é orientar o método pedagógico e dispor certas diretivas disciplinares referentes aos comportamentos desejados, deve apresentar-se pois como um texto conciso, que não permita dúvidas e confusões, e cujo tom ou estilo deve ser imperativo: estilo de comando; minucioso e enxuto; diretivo e conciso; preciso e sintético.

A disciplina escolar deve pautar-se assim num "estilo de comando" como aquele que anima os tratados e regimentos militares.

Mesnard diz: "o Ratio desconcerta um pouco os leitores modernos habituados a obras pedagógicas visivelmente inspiradas em princípios filosóficos; trata-se aqui, ao contrario, de um documento de emprego, de um código simplificado para o uso dos executantes, e que assemelha-se menos ao *Traité de Pédagogie* do reitor Hubert que ao *Manuel du gradé d'artillerie*. O Ratio se propõe, antes de tudo, a instruir rapidamente todo educador jesuíta sobre a natureza, extensão e obrigi

¹⁰⁰ Cf. Idem, pp.19-22.

gações do seu cargo, resumindo em regras as normas que pareceram convir ao ensino das belas-letras no meio cristão".¹⁰¹

Documento de emprego para o uso prático dos executantes, código simplificado que prescreve as regras a serem seguidas, regras práticas que orientam o sentido da "ação" pedagógica, consubstanciadas em um texto que se aproxima mais de perto a um *manual de artilharia* que a um *tratado pedagógico* para a "reflexão". Similitude não apenas de estilo ou forma, mas basicamente de objetivos: estabelecer normas de instrução quanto as operações requeridas no disciplinamento, tanto da "turma" de escolares, como da "tropa" de soldados. Disciplinação dos estudos, do comportamento moral, dos membros do corpo.

O aluno da Companhia é também um soldado, que embora pertencente a uma armada especial - a armada de Cristo Para Maior Glória de Deus -, deve ser educado e instruído por "oficiais" competentes, treinado no manejo da inteligência e no adestramento do corpo.

Encontramos no Ratio um quadro ordenado de distribuição dos poderes, que estabelece os encargos, atribuições e competências para os vários graus ou canais de poder: o Provincial, o Reitor, o Prefeito de estudos, o Prefeito de disciplina, os professores das várias matérias, etc.

A Companhia de Jesus, instituição pertencente ao "corpus" da Igreja Católica, constitui-se num *espaço de poder*, espaço ordenado e dividido.

Administrativamente, a Ordem é dividida em Províncias ou Circunscrições territoriais que compreendem as suas diversas casas e colégios da Ordem, achando-se à frente de cada Província - que coincide com o território de uma Nação -, o

¹⁰¹ Cf. MESNARD, Pierre. *op. cit.*, p.59.

Provincial, cujas funções referentes aos estudos são as seguintes: nomear o Prefeito de estudos e de disciplina; zelar pela formação de bons professores; promover os estudos na sua Província; exercer uma alta vigilância sobre a observância exata das normas traçadas pelo *Ratio* e propor ao Geral as modificações de acordo com as circunstâncias de tempo e lugar, peculiares a sua província.¹⁰²

A norma, expressa pelo *Ratio* é passível de modificação, observando-se as diferentes "circunstâncias" de tempo e de lugar, ou seja, a norma deve ser articulada e aplicada à especificidade de cada temporalidade-espacialidade, no interior das quais há que se estabelecer a Ordem.

Já na IV parte das *Constituições*, que trata precisamente dos estudos, temos a preocupação com a adequação das regras à "circunstâncias" não apenas de tempo e de lugar, como também de pessoas:

Sendo o objetivo da doutrina aprendida na Companhia, ajudar com o divino favor as almas suas e de seus próximos; determinando-se as faculdades pelas quais devem passar os seus membros - letras e línguas, lógica e filosofia natural e moral, metafísica e teologia escolástica e positiva. e Escritura sacra -, estabelecendo-se que estudarão em tais faculdades os que foram enviados aos colégios; deve-se insistir com maior diligência na parte que para a finalidade indicada mais convém, atentando-se "las circunstancias de tiempos y lugares y personas, etc., según en el Señor Nuestro parezca convenir, a quien el cargo principal tuviere".¹⁰³

¹⁰² Cf. FRANCA, Leonel. *op. cit.*, p.46.

¹⁰³ Ver: *Constituições*, IV parte., cap. 5., n.1. IN: AICARDO, Manuel. *Comentário a las Constituciones de la Compañia de Jesus*. Madri, Blass Tipográfica, 1922, III tomo, p.264.

Veja-se que os estudos desenvolvidos nas faculdades devem ser adaptados ou antes, ministrados de acordo com as circunstâncias de tempo e de lugar, atentando-se também para as "pessoas" - no caso, alunos e professores - que segundo a vontade do Senhor, embora feitas a Sua imagem e semelhança, diferem entre si quanto as virtudes, o temperamento, a inteligência, etc. As pessoas, juntamente com duas outras categorias - tempo e lugar -, categorias estas pluralizadas, se constituem em "circunstâncias", ou seja, fatores ou condições do aprendizado. A uniformização objetivada pela disciplina escolar, como de resto por todo e qualquer regime disciplinar, requer o conhecimento e controle das diferenças existentes entre os elementos que a compõem.

Ainda no que diz respeito a escala hierárquica da Companhia, temos depois do Prepósito Geral e do Provincial, a figura do Reitor, eixo central de poder do Colégio, encarregado de distribuir os ofícios, convocar reuniões de professores, presidir as grandes solenidades escolares.

O Reitor, embora represente em seu colégio a autoridade mais alta, encontra-se subordinado dentro de sua província à autoridade do Provincial, e fora dela, à do Geral, por quem é nomeado.

Veja-se que cada figura de autoridade ou posição de poder, na medida em que se constitui num mecanismo do regime disciplinar, encontra-se submetida a uma Ordem estabelecida por um conjunto de regras ou normas de conduta, criando-se dispositivos de vigilância para e entre as próprias pessoas-carregos encarregadas de zelar pela disciplina. Cada figura de poder de uma determinada Ordem, funciona para as outras figuras ou canais de poder como um elemento de controle: a disciplina tece uma teia onde cada fio condutor e mantenedor de autoridade, encontra-se imbricado a outros inumeráveis fios; filamentos minúsculos de poder, cujo correto funcionamento faz depender o desenvolvimento e atividade da maquinaria do poder.

Sabendo-se que a disciplina, notadamente aquela exercida por aparelhos religiosos, a despeito do caráter 'técnico' de seus procedimentos, repousa num determinado código 'ético' que tem no *dever* um de seus mais importantes valores, indicaremos sumariamente os 'deveres' específicos das variadas instâncias de poder da Companhia de Jesus, segundo o próprio texto do *Ratio Studiorum*.

O Provincial, afora as atribuições que lhe competem (como nomear o prefeito de estudos e o de disciplina, promover os estudos em sua província, etc), tem como seu dever maior para com Cristo e a Companhia, "*zelar com todo empenho para que os nossos esforços tão multiiformes no campo escolar corresponda plenamente o fruto que exige a graça de nossa vocação*".¹⁰⁴

Vocação apostólica e pedagógica de uma Companhia, que sob a bandeira de Cristo há que semear os frutos de um saber e de uma religiosidade capazes de promover uma maior glória de Deus.

Na Regra 1 do Reitor, sob o título de 'zelo pelos estudos', lê-se:

"A Companhia dedica-se à obra dos colégios e universidades, afim de que nestes estabelecimentos melhor se formem nos studantes no saber e em tudo quanto pode contribuir para o auxílio das almas e por sua vez comuniquem ao próximo o que aprenderam. Abaixo, portanto, do zelo pela formação das sólidas virtudes religiosas, que é o principal, procure o Reitor, como ponto de máxima importância, que, com a graça de Deus, se alcance o fim que teve em mira a Companhia ao aceitar colégios".¹⁰⁵

¹⁰⁴ *Ratio Studiorum* (Prov. R. 1), IN: FRANCA, Leonel. op. cit., p.119.

¹⁰⁵ Idem, (Reitor, R. 1), p.133.

Sendo o Reitor a figura central do Colégio, a quem compete, em primeira instância, zelar pelo aprimoramento intelectual e moral dos alunos e professores da Companhia, cabe-lhe estimular e observar o andamento das atividades escolares, interditando práticas e ocupações contrárias a virtude e piedade cristãs.

No uso de suas atribuições, deve o Reitor estar presente, sempre que possível, aos exercícios escolares (como as disputas públicas e privadas), regulando e distribuindo as ocupações de forma a estimular e desenvolver os exercícios literários, e efetivando para tanto, visitas as aulas, (mesmo dos cursos inferiores), de forma a observar as possíveis razões desses exercícios não estarem dando os resultados desejados.¹⁰⁶

Regular e distribuir (as ocupações); estimular e desenvolver (os exercícios literários); visitar e observar (as aulas e a eficácia do método empregado): verbos e objetos conjugados e indicados insistentemente no texto do Ratio, forma de ação específica de um poder pautado no controle e na vigilância.

Dentre as interdições ou proibições a serem assinadas pelo Reitor, destacamos aquela referente ao tema e a mis-en-scène de peças teatrais, que constituem, como vimos anteriormente, um dos instrumentos de pedagogização e moralização dos costumes utilizado pelos jesuítas.

O assunto das tragédias e comédias deve ser "sagrado e piedoso"; a língua utilizada - tanto na peça, como nos entreatos - hã que ser o latim; estando proibidos "personagens e hãbitos femininos".¹⁰⁷

¹⁰⁶ Idem, (Reitor, R. 2).

¹⁰⁷ Idem, (Reitor, R. 13).

A diversão, a arte teatral, deve falar a "língua culta", conveniente às pessoas de bons costumes. Os personagens e hábitos femininos são interditados, já que sendo os alunos do sexo masculino, a representação de tais personagens pode 'enfraquecer-lhes' a virilidade - fato inconcebível para alguém que integra a tropa dos soldados de Cristo -, ou incutir-lhes hábitos tidos como 'perniciosos' para a saúde e a moral, de acordo com um padrão de normalidade e sanidade que tem na sexualidade o seu principal alvo de regulações e correções.

Passemos agora a tratar das regras atinentes ao Prefeito de estudos, tido como auxiliar direto ou o braço direito do Reitor na orientação pedagógica.

Para explicitar as várias atribuições e deveres específicos do Prefeito de estudos, destacamos algumas regras básicas que ele deve seguir, como: a) organizar os estudos, orientar e dirigir as aulas, de tal arte que os que as frequentam, façam o maior progresso na virtude, nas boas letras e na ciência, para maior glória de Deus. b) evitar a introdução de mudanças na organização dos estudos, mas, onde for mister, consulte o Superior. c) conhecer de modo familiar o texto do *Ratio* e zelar pela observância de suas regras por parte de todos os alunos e professores. d) presidir todas as disputas a que comparecem professores de teologia e filosofia, distribuindo o tempo de modo a que todos toque a sua vez de falar e dando aos que disputam o sinal de terminar. e) designar os alunos que defenderão teses de toda a teologia ou de uma parte desta, bem como participar juntamente com os professores por ordem do Reitor, dos exames dos alunos de metafísica e filosofia. f) ouvir e observar os professores, assistindo pelo menos uma vez por mês as suas aulas, e lendo, por vezes, os apontamentos dos alunos; em caso de averiguar alguma coisa que mereça advertência, chame atenção do professor com delicadeza e afabilidade, e, se for mister, leve ao conhecimento do Reitor. g) prescrever por meio de seus pro-

fessores a todos os escolares, internos e externos, o método de estudar, repetir e disputar, distribuindo o tempo de modo que aproveitem bem as horas reservadas ao estudo privado.¹⁰⁸

Analisemos o sentido e o objetivo disciplinar das referidas atribuições do Prefeito de estudos.

Note-se primeiramente, que na organização dos estudos, direção e orientação das aulas, não deve o Prefeito Geral introduzir mudanças nem dispensas, só o fazendo caso estas sejam estritamente necessárias, consultando para tal o Superior. As mudanças na orientação dos estudos implicam numa modificação da "ordem" da forma que se encontra estabelecida no texto do *Ratio*, tomado como um código de comportamento que prescreve através de suas regras um padrão de conduta a ser alcançado: a organização e a ordem, pautando-se num eixo de regularidade, repetição e rotinização das atividades, gestos e operações, têm assim nas "mudanças" um fator de "desordem", caso estas não se processem de forma racional e segundo uma certa hierarquia de poder. Daí ser admitida a introdução de mudanças na organização dos estudos, apenas com a legitimação do Superior.

Em segundo lugar, para que seja bem conduzida a disciplina nos estudos, há que ser 'familiar' ao Prefeito dos estudos o "livro da Organização dos estudos", ou seja, o *Ratio Studiorum*. Na medida em que lhe compete zelar pela observância das regras, efetuando cuidadosa vigilância sobre seus professores e alunos, essa vigilância, para que seja corretamente efetuada, requer precisamente o conhecimento íntimo do texto que estabelece as normas e procedimentos para observar, controlar, corrigir, vigiar e punir todas as condutas daqueles pertencentes ao aparelho disciplinar escolar da Ordem.

¹⁰⁸ Cf. *Ratio*. (Pref. G. de Est. R. 1., 3-4., 6-7., 17., 27), IN: FRANCA, Leonel, *op. cit.*, pp.138-43.

Assim, como na propagação da Palavra de Deus, torna-se indispensável o conhecimento da Escritura, texto que consubstancia tal Palavra, bem como, o perfeito manejo das línguas (dom de Deus e do Espírito Santo, terceira pessoa da Santíssima Trindade), para uma eficiente condução da disciplina escolar, nos colégios e universidades da Companhia, exige-se dos responsáveis pela orientação e direção dessa disciplina, uma "familiaridade" com o texto que estabelece as normas de conduta para os escolares, professores, etc.

A Norma é expressa pelo Texto; o caminho da perfeição passa pelo conhecimento; a disciplina é imposta pela força do discurso.

Presidindo todas as disputas - expressões de saber e luta largamente utilizadas pela pedagogia jesuítica - tanto dos professores como dos alunos, cabe ao Prefeito geral de estudos, a distribuição do tempo destas, de modo que a todos toque sua vez de falar. Como vimos, ao analisar a categoria "disciplina", notadamente em Foucault, o controle do tempo, a sua ordenação e distribuição racionais, constituem-se em um dos procedimentos básicos de todo e qualquer regime disciplinar, tendo o mesmo se originado precisamente entre as ordens religiosas.

O ato de 'designar' os alunos que defenderão teses de teologia é também efetuado pelo Prefeito geral: tal ato, tem como significado o indicar, apontar, dar a conhecer, marcar com o sinal e o símbolo, aqueles que merecem e devem ser submetidos a um dos "rituais de passagem" da escola. É o poder, através de um de seus canais ou dispositivos, que "marca com um sinal" os escolhidos a participar de uma das modalidades de expressão e avaliação do saber, modalidade essa que se apresenta como um procedimento jurídico: a defesa de tese.

Como na bíblia, muitos são os chamados e poucos os eleitos: os chamados ou escolhidos para defender teses, terão

que "provar" o seu saber, demonstrar sua capacidade de responder as questões formuladas por seus arguentes, e sô depois de julgados ou avaliados em suas defesas, serão ungidos, em caso de aprovação, com o sinal indicador do lugar que ocuparao no quadro de saber da Ordem.

A "virtude" apresenta-se como o elemento primeiro e supremo da Companhia, sendo entretanto a finalidade desta o "saber", que deve ser comunicado ao prôximo e aprendido em seus colêgios e universidades. O saber encontra-se submetido a "formação de sólidas virtudes", constituindo-se ele mesmo numa virtude.

No que toca ainda aos "deveres" do *Prefeito dos estudos*, encontramos logo no início do texto do *Ratio*, (Provincial, R. 2), alguns dispositivos indicadores das qualidades e funções do Prefeito Geral, bem como dos cuidados a serem tomados em seu "recrutamento" ou nomeação.

Afirmando-se inicialmente como "vocação" da Companhia, *"ensinar ao prôximo todas as disciplinas convenientes ao nosso Instituto, de modo a levã-lo ao conhecimento e amor do Cristo e Redentor nosso"*, deve o Provincial tomar algumas medidas para que esta vocação seja realizada, destacando-se, dentre tais medidas, as exigências para a nomeação do *Prefeito geral de estudos*:

"Para este fim, ao Reitor não sô o recomende insistentemente no Senhor, mas lhe dê como Prefeito de estudos ou Cancelário, um homem bem versado nas letras e nas ciências, qualificado pelo seu zelo e descrição para o desempenho das incumbências que lhe forem confiadas e cuja função será a de instrumento geral do Reitor na boa ordenação dos estudos. A ele, com a devida humildade, deverão obedecer os professores e todos os escolásticos, tanto os que se acham no mesmo Colégio quanto os que porventura vivem em

internatos ou seminários de alunos, e ainda os prefeitos de estudos dos seminários, em tudo quanto aos estudos se refere".¹⁰⁹

Sendo o Reitor aquele a quem compete *reger* toda a organização e funcionamento do Colégio; cabendo-lhe, portanto, a *regência* de todos os elementos ou "instrumentos" que compõem a complexa orquestração de um segmento da Ordem - dirigindo, regulando, estabelecendo o ritmo específico de atividades para cada um dos membros de um determinado colégio da Companhia -, e sendo-lhe conferido pelo Provincial o supremo poder no exercício desse *governo*, necessita pois o Reitor de um auxiliar competente, no caso, o Prefeito dos Estudos, para cumprir com retidão e eficácia os múltiplos incumbências que lhe cabem como governante de uma instituição escolar.

Ilustrativo o fato do Prefeito Geral de Estudos ser também chamado de "Cancelário", termo utilizado para designar o antigo Chanceler das Universidades, espécie de magistrado encarregado de chancelar, ou seja, aprovar os documentos e diplomas expedidos pela instituição, com a aposição de sua assinatura ou de rubricas e selos.

Lembre-se também, que o termo Universidade origina-se da palavra latina *universitas*, que desde a Idade Média serve para designar uma unidade de ensino superior. Tomada em seu sentido mais geral, a *universitas* define uma comunidade política e civil, com personalidade jurídica própria, governada e estruturada por um princípio de unidade. Instituição que expressa uma concepção de poder e uma estrutura de autoridade que remonta o pensamento jurídico e religioso dos séculos XII e XIII. Centro de saber, *locus* que integra as instituições educacionais de nível superior. Superioridade resultante do fato da Universidade, como que encarnar, a suprema luz de um Saber provindo de Deus.

¹⁰⁹ Idem, (Prov. R. 2), p.119.

Mairet, ao analisar a espessura ideológica, teológica e política do termo *universitas*, ressalta que este, na época medieval, referia-se não apenas aos estudos superiores, mas antes, a organização jurídica que regia as diversas comunidades medievais:

"Nous tenons ici un thème fondamental de la pensée sociale et politique telle qu'elle se développe en Occident: toute multiplicité n'est viable que si elle est gouvernée et structurée par un principe d'unité. Le gouvernement de l'Un pour ainsi dire est constitutif de la théorie politique" (...) "Tel est bien, en effet, le sens de l'idéologie de l'Universitas: constituer une doctrine sociale, morale, juridique et politique qui, bien que totalement inspirée par la Révélation, donne cependant lieu à une représentation adéquate de la vie sociale civile. Pour ce faire, il s'agit de penser l'unité de corps qui forme une universitas." (...) "C'est par la métaphore du corps que la conception de l'unité de l'universitas s'affirme: s'associer en 'corps', c'est former une universitas." (...) "Pour saisir la signification de cette métaphore, il faut recourir à une double tradition: stoïcienne et chrétienne". (...) "Dans le 'corps du Christ' qui est l'Eglise, l'ensemble de chrétiens forme un corps uni sous un même chef, qui est, précisément, la tête. On perçoit mieux, alors, l'effet dans l'histoire de la pensée politique de la séquence idéologique constituée par la théorie de l'universitas: genre humain, Eglise, Nation-peuple".¹¹⁰

Dessa forma, cada colégio da Companhia enquanto integrante do *corpus* da cristandade, constitui-se como um único corpo, cujas partes integrantes encontram-se unidas pela autoridade e soberania daqueles que representam a 'cabeça' desse corpo: o Provincial e o Reitor, ungidos pelo universal signo de Cristo.

¹¹⁰ MAIRET, Gérard. *L'Universitas: l'idéal communautaire, modernité et archaïsme d'une idéologie*. IN: op. cit., (Histoire des Idéologies: de l'Eglise à l'Etat du IX^e au XVII^e siècle), pp.189-90. (grifos do autor)

O Prefeito dos Estudos é o ministro de um Estado escolar - que tem como governante o Reitor -, devendo, portanto ser depositário de qualidades e poderes intelectuais - "bem versado nas letras e nas ciências"; morais - caracterizando-se pelo "zelo" e "discricção" no desempenho das incumbências que lhe são confiadas -; e político - disciplinares, pois a ele devem 'obedecer', "com a devida humildade" todos os professores, escolásticos, alunos e prefeitos de estudos dos seminários, em tudo o que se refere aos estudos.

Colégio como microcosmo da sagrada *universitas*.

Encontramos estabelecido de maneira explícita a função de controle e vigilância do Prefeito de estudos em sua regra 17, que tem o indicativo título de "Ouvir e observar os professores". Compete ao Prefeito assistir ao menos uma vez por mês às aulas dos professores, como também ler os apontamentos dos alunos. A vigilância é assim exercida sobre aqueles a quem cabe a tarefa de educar e disciplinar os alunos de forma mais direta - os professores -, devendo o Prefeito ouví-los e observá-los no exercício da prática pedagógica (aulas), utilizando-se em sua operação de vigilância, também da leitura dos "apontamentos" dos alunos.

Os apontamentos dos escolares indicam, registram e resumem o conteúdo da matéria ensinada; a modalidade de seu encaminhamento; a disposição dos assuntos ou temas expostos: registram ao mesmo tempo a ordenação do saber transmitido pelo professor, e a atenção e compreensão dos alunos sobre o que foi veiculado pelo mestre. Enquanto na sala de aula o professor é o eixo de poder, a nível do espaço disciplinar do colégio e da Companhia como um todo, não passa de um elo da complexa cadeia de poderes da Ordem, também submetido ao controle e a vigilância.

Mestre na sala de aula, o professor, ao mesmo tempo que exerce um poder sobre os seus alunos (domesticando os

seus corpos, dirigindo e ordenando-lhes o pensamento, impondo-lhes um determinado saber), encontra-se ele próprio subjugado pela força da Regra: vigilante e vigiado, dominador e dominado, controlador e controlado, observador e observado, sujeito-objeto do regime disciplinar.

Passível também de sofrer "advertências" e ser "chamado a atenção", caso seja averiguada alguma falta no exercício de seu cargo magisterial, embora o professor deva ser tratado, quando chamado atenção, com "delicadeza e afabilidade" da mesma forma como se procede, em primeira instância, com os alunos faltosos ou que infringiram as regras. E se for mister, que o Prefeito de estudos "leve tudo ao conhecimento do Reitor", grau máximo do poder nos colégios e universidades da Companhia.

Conhecer é não apenas amar, no sentido generoso e "cristão" da palavra, mas "possuir" um domínio sobre certo objeto, sujeitar este objeto (sujeito), ter informações sobre o procedimento desses sujeitos, para corrigi-los, levá-los de volta ao caminho da disciplina, ou em último recurso, puni-los.

Aquele que vigia e controla mais diretamente o comportamento dos alunos e que avalia o seu desempenho escolar, deve também ser vigiado e controlado, para que a máquina do poder disciplinar funcione eficientemente através de mecanismos "preventivos" e auto-corretores.

Por último, dentre as regras por nós destacadas para especificação dos deveres do Prefeito Geral dos estudos, temos aquela que o incumbe de prescrever o método de estudos para os escolares (tanto externos como internos) da Companhia, prescrição referente não apenas ao próprio método de estudar, de repetir (lembrando-se do valor concedido pelos jesuítas a repetição como fator de "memorização" dos conhecimentos transmitidos, e como mecanismo disciplinador e puni-

tivo), e disputar, como também relativa a forma de "distribuição do tempo", de modo que os escolares "aproveitem bem as horas reservadas ao estudo privado".

A distribuição do tempo responde a exigências de "lucratividade" (aproveitamento), ao "rendimento" a ser obtido nas "horas reservadas" para o estudo de cada aluno, no seu "estudo privado". Privacidade, intimidade e reflexão solitária que são reguladas de fora; estudo desenvolvido por cada aluno em particular que segue as prescrições das normas disciplinares; temporalidade dividida em horas, dentro das quais se "reservam" algumas para o estudo privado.

Na mitologia grega, as Horas designavam primitivamente, não as divisões do dia, mas do ano, em três estações: primavera, verão e inverno. Segundo o poeta Hesíodo, eram três as Horas: Eunomia (a Boa Ordem), Dicéia (a Justiça) e Irene (a Paz), sendo estas divindades que se encarregaram da educação de Hera. Quando os gregos dividiram o dia em doze partes iguais, os poetas multiplicaram o número das Horas até doze, consagrando-as à serviço de Zeus: rei dos deuses e dos homens, senhor do Olimpo, que ao simples movimento de sua cabeça agita e move todo o universo. Na Grécia antiga as Horas presidiam a educação das crianças e regulavam toda a vida dos homens.

No mito encontramos pois a gênese do sentido e função das Horas: símbolos da Boa Ordem, da perfeita harmonia; da Justiça, representada sob a figura de Temis ou Astréia, virgem de olhar severo e feroz; e da Paz, filha da Justiça e de Zeus, deusa de fisionomia doce e benigna. Multiplicadas pelos poetas e postas a serviço do deus do Olimpo, o deus dos deuses.

Horas: ordem, severidade e paz; servas de Zeus, fabricadas pelos homens e multiplicadas pelos poetas (conhecedores do ritmo), encarregadas de presidir a educação das crianças; reguladoras de toda a vida dos homens.

O sentido poético das horas, encontrado no mito grego, será substituído pelo sentido "técnico" na sociedade disciplinar, embora a própria técnica permaneça alimentada pelo mito que lhe conferiu o significado primeiro.

As horas regularão as atividades dos homens, os estudos das crianças, e na mítica cristã deverão ser utilizadas para a maior glória do único Deus: onipotente, onisciente e onipresente. O Grande Olho que tudo vê e tudo observa.

Seguindo ainda a hierarquização de poder e gradação das atribuições relativas aqueles a quem compete zelar pela ordenação e vigilância dos estudos, o Ratio estabelece na regra 3 do Provincial, que leva o título de *Prefeito dos estudos e da disciplina*: "No caso em que, pela extensão e variedade do trabalho escolar, não bastar um Prefeito para a direção de todas as aulas, poderão o Provincial nomear outro, que sob as ordens do Prefeito Geral cuidará dos estudos inferiores; e ainda se o exigirem as circunstâncias, um terceiro incumbido da disciplina".¹¹¹

Sendo três os currículos da Companhia organizados pelo Ratio - o currículo Teológico, o Filosófico e o Humanista -, por estudos inferiores entendia-se os cursos ministrados segundo o currículo humanista, correspondente ao moderno secundário. Esses cursos inferiores ou "ginasiais" constavam de cinco séries assim distribuídas: uma de retórica, uma de humanidade e três de gramática, compreendendo uma gramática inferior, uma média e uma superior.

Destaquemos algumas regras do Prefeito de estudos inferiores, atinentes aos deveres básicos de sua função:

Encontrando-se subordinado ao *Prefeito Geral*, no que se refere à disciplina, consulte só ao Reitor; no que concerne aos estudos, também ao Prefeito Geral; não se afaste das

¹¹¹ Idem, p.119.

suas prescrições; não suprima nenhum costume estabelecido, nem introduza novos, (R. 2). Submeta à revisão tudo o que, em casa ou fora, houverem de declamar em público os estudantes de retórica e das classes inferiores. (R. 3). Empenhe-se para que os novos professores conservem cuidadosamente o método de ensino de seus predecessores a fim de que os externos não se queixem da mudança frequente de professores. (R.5). Ao menos quinzenalmente visite as aulas, entretendo-se com cada um dos professores; observe se ao ensino da doutrina cristã dão o tempo e o cuidado devido; se progridem, como convém, na preparação e repetição das aulas. (R.6). Evite que as cinco séries de que constam os cursos inferiores, a saber, Retórica, Humanidade e as três de Gramática, de modo algum semisturem. (R.8. § 1.). Presida a prova escrita, ou designe para tal um substituto. No dia para ela marcado, dado o sinal, indique a matéria que deve ser antes breve que longa. (R. 16). Cabe ainda ao Prefeito de estudos inferiores a orientação na admissão de novos alunos; a distribuição do tempo de estudo privado para cada aluno; a determinação no princípio de cada ano, seja pessoalmente ou por meio dos professores, do lugar de aula e dos confesores para cada aluno ou pensionista.¹¹²

Temos primeiramente, seguindo a ordenação das regras do Prefeito de estudos inferiores, por nós destacadas, a sua subordinação a autoridade do Reitor e do Prefeito Geral, bem como o cuidado por ele devido na manutenção da "ordem", que se expressa na passagem onde se estabelece que o Prefeito de estudos inferiores "não suprima nenhum costume estabelecido, nem introduza novos".

O costume, estabelecido por um código de comportamento e postó em funcionamento pelos mecanismos disciplinares; confirmada a sua validade pela eficácia de sua utilização, tem a força de Regra que fundamenta a ordem disciplinar.

¹¹² Idem, (Pref. Est. Inf.), pp.165-73.

O "novo" no que se refere aos costumes, deve ser evitado, pois que significa a introdução do "diferente", da quilo que não foi ainda estabelecido pelo uso e tradição. Lem bremos que o *Prefeito Geral* poderia introduzir modificações, no tocante a organização dos estudos, desde que, antes consultasse o Superior, enquanto para o Prefeito de estudos inferiores dispõe-se apenas que siga as prescrições do Prefei to Geral.

Exige-se que o Prefeito de estudos inferiores - em sua regra 3 - submeta à revisão, tudo o que, houverem de de clamar em público os estudantes de retórica e das classes in feriores, seja em casa ou fora: o discurso, a retórica, a fa la "em público" dos alunos da Companhia, deviam encontrar-se regulados segundo os preceitos da Ordem, no que toca não só a perfeição no manejo do discurso, como a sua adequação as regras da moral e boa conduta defendidas pelos jesuítas. Pela boca dos alunos deveria falar a própria voz da Companhia de Jesus; através deles se efetuaria a sua comunicação com o "público", cabendo portanto a existência de um canal disciplinador incumbido de regular as "declamações", enquanto ex pressão de uma dada modalidade discursiva.

Na regra 5, encontramos reafirmada a exigência de manutenção dos dispositivos da ordem, tendo o Prefeito de es tudos inferiores que empenhar-se para que os "novos" professores conservem cuidadosamente o método de ensino de seus 'predecessores', evitando-se assim que os alunos 'externos' se ressintam de "mudanças" frequentes. O reino da disciplina é a morada da regularidade; o espaço da repetitividade e rotinização dos comportamentos.

O método de ensino, constituindo-se numa regulação da transmissão pedagógica, deve ser executado por aqueles mais diretamente encarregados da sua prática - no caso, os professores -, segundo uma linha de *continuidade*, tendo por tanto os que se "iniciam" no magistério ou ingressam em um

estabelecimento da Ordem, - os "novos" -, que *conservar* os procedimentos didáticos e disciplinares seguidos pelos mes tres que os precederam. Uniformidade do ensino, que não pode deixar de reverenciar a tradição.

Uma outra modalidade de vigilância exercida pelo Pre feito dos estudos inferiores sobre o corpo docente da Companhia, refere-se a sua obrigatoriedade de visitar as aulas - con forme as disposições da R. 6 -, tendo essas visitas a função de fazê-lo *observar* o tempo e cuidado dedicado pelos professores ao ensino da "doutrina cristã", bem como verificar o "progresso" dos mestres na preparação e repetição das aulas.

Configurando-se o colégio como uma unidade espacial pautada num ritmo temporal evolutivo e gradativo, todas as atividades a^í desenvolvidas devem, portanto, ser enfeixadas nessa cronologia evolutiva. Ensino e aprendizagem hão que es tar articulados como mecanismos de um mesmo processo que tem por finalidade viabilizar o "progresso". Esse método pedagógico toma assim os dois polos da ação educativa - professor e aluno - como objetos de operações gradativas, sequenciadas, seriadas. E para que a aprendizagem siga um ritmo progressivo, necessário se faz integrar o ato de transmissão de conhecimentos numa mesma temporalidade, elaborando para tal ins trumentos de controle e vigilância. Da^í as atividades docentes, como preparo e repetição das aulas, serem alvo de obser vação por parte de canais disciplinadores como o Prefeito dos estudos inferiores. O colégio, enquanto aparelho disciplinar, apresenta-se como um dispositivo de ininterrupta *avaliação*.

A racionalidade pedagógica interdita as *misturas* de séries, classes ou grupos, e aconselha medidas preventivas quanto as *mudanças frequentes* e a *desordenada utilização do tempo*, conforme encontra-se estabelecido na Regra 8, § 1, do Prefeito dos estudos inferiores, onde admite-se o desdobramento de uma classe em duas ou mais - quando for excessivo o número de alunos -, conservando-lhes, entretanto, o mesmo grau.

A preocupação em interditar *mudanças e misturas*, ex pressa-se pela própria elaboração de uma espacialidade cujas

divisões devem indicar formas reguladas de repartição e distribuição dos indivíduos, visto serem os indivíduos classificados a partir da posição ou lugar que ocupam no interior dessa espacialidade recortada em unidades como classe, sêrie e grau, unidades estas que agrupam os seus integrantes a partir de certas "características" que os assemelham.

A "mistura" é a marca da desordem; o sinal do pecado, pois que implica na existência de agrupamentos promi-scuos; a expressão da ausência de disciplina, visto significar ajuntamentos confusos e indiferenciados.

Para que não ocorram "misturas" entre classes e sê-ries de cada colégio, é necessário o estabelecimento do "lugar" a ser ocupado por cada aluno no interior do espaço escolar como um todo e dentro de cada classe, sêrie ou sala de aula.

Na Regra 29 do Prefeito dos estudos inferiores, que leva o título *determinação de lugares*, temos: que este, no princípio de cada ano, *determine para cada estudante, pessoalmente ou por meio dos professores, e para cada aluno ou pensionista, por meio dos seus superiores, o seu lugar de aula e os confessores. Onde houver costume, aos nobres se assinem os lugares mais distintos, obedecendo assim a ordem dos lugares à ordem de promoção. Que os internos e religiosos da Ordem, bem como outros religiosos, ocupem bancos separados dos externos.*¹¹³

A determinação dos lugares tem primeiramente um caráter temporal, pois que é repetida, enquanto procedimento de divisão e distribuição espacial dos indivíduos, a cada princípio de ano, remanejando-se a composição aluno-lugar de acordo com o "progresso" obtido pelo escolar no eixo de uma cronologia evolutiva.

Também um caráter hierárquico marca a determinação de lugares, já que a ordem dos lugares obedece a ordem de

¹¹³ Idem, p.173. (grifos nossos)

promoção: os alunos alçados à categoria de "nobres", seja pelo aproveitamento escolar ou conduta exemplar, merecem ter assinalados os lugares mais "distintos", diferenciando-se assim dos demais.

Por último, constituindo-se a determinação de lugares numa forma de divisão e ordenação do espaço, observa-se que duas noções básicas informam a própria concepção do espaço e a articulação entre indivíduo-lugar: as noções de "interno" e "externo". Cuidados devem ser tomados no que se refere aos contatos entre aqueles alunos que vão ao colégio apenas assistir aulas e cumprir as obrigações escolares e os internos, que passam a maior parte do ano dentro dos muros do colégio.

Seguindo-se a ordem hierárquica da Companhia, após termos indicado algumas regras básicas para o Provincial, o Reitor, o Prefeito Geral dos estudos e o Prefeito dos estudos inferiores e da disciplina, vejamos agora as diretivas estabelecidas para os seus professores. No Ratio, as regras prescritas para os professores, podem, grosso modo, ser divididas primeiramente em dois tipos: as regras "comuns" a todos os professores, subdividindo-se essas regras em dois grupos, quais sejam, os dos professores das Faculdades (que compreendia os estudos teológicos e filosóficos), e aquelas dos professores das classes inferiores; e as "regras particulares" para o professor de cada disciplina, constante de um dos três currículos ou cursos da Ordem: o teológico, o filosófico e o de estudos inferiores.

O currículo teológico abrangia a Teologia escolástica, Teologia Moral, Sagrada Escritura e o Hebreu; o currículo filosófico a Lógica, Cosmologia, Psicologia, Física, Matemática e a Filosofia Moral; o currículo humanista a Retórica, Humanidades - onde eram dadas noções gerais de literatura e história clássica - e Gramática, sendo a mesma dividida em uma gramática superior, média e inferior.

No que toca a seleção dos professores, a grande preocupação da Ordem, encontramos logo no início do texto do Ratio, na parte que dispõe as regras do Provincial, que este "com grande antecedência proveja os professores de cada faculdade, observando os que em cada disciplina parecem mais competentes, os mais eruditos, aplicados, assíduos, os mais zelosos pelo progresso dos alunos não sō nas aulas, senão tambem nos outros exercícios literários".¹¹⁴

Na seleção de professores para os estabelecimentos escolares da Companhia, os critérios adotados seguem pois uma *ordem técnico-ética*. Indicam e mesmo constituem tais critérios as "qualidades" requeridas no exercício do cargo de professor, a serem comprovadas pela "observação" do Provincial.

Denominamos os critérios utilizados para qualificar o professor - segundo o Ratio (R.4.Prov.) - de técnico-éticos para marcar simultaneamente: 1) o profundo imbricamento entre *thechnē* e *ethos*, na medida em que as próprias regras morais, enquanto conjunto de dispositivos que visam implantar e produzir um determinado padrão de conduta, constituem-se elas mesmas em "técnicas", em mecanismos de fabricação de corpos-mentes. 2) a especificidade do terreno da *ética*, notadamente a religiosa, que além do caráter normativo e imperativo de suas regras, e da manipulação de elementos emocionais, faz figurar tais elementos e forças emocionais dentro de um sistema de pensamento que tem como paradigma uma Norma, cuja origem se pretende divina. 3) a espessura *ética* ou moral da própria *técnica*, que embora reclame para si direitos de neutralidade frente aos valores morais e as lutas políticas, desenvolve - precisamente a "técnica" disciplinar escolar - uma série de mecanismos, que tendo por objetivo a regulação da aprendizagem, acabam por ter a sua ancoragem em noções como "Bem" e "Mal", embora por vezes tais valores não usem dizer seus nomes.

¹¹⁴ Idem, (Prov. R.4), p.120.

Tomamos como "técnicas" certas qualidades apontadas na Regra 4 do Provincial, no sentido de tais qualidades se referirem de forma mais imediata a esfera da capacitação in telectual, ao manejo de certos conhecimentos; enquanto as qua lidades "éticas" estariam mais relacionadas as "virtudes" ou comportamentos merecedores de estima, louvor e aprovação.

Dentre as qualidades técnicas temos a "competência", que se constitui na aptidão, capacidade e idoneidade de que deve ser dotado o professor para o desempenho e exercício de seu cargo e funções; e a "erudição" ou posse e manejo de um vasto conhecimento literário e humanístico, segundo o que era tomado então como o padrão de "cultura".

As qualidades de ordem ética seriam: a "aplicação" ou especial atenção, afinho e concentração nas tarefas de que é responsável o professor, o que implica numa dedicação aos estudos, aos trabalhos de preparação das aulas, correção das provas, etc; a "assiduidade" ou frequência regular e sistemática a todas as atividades que lhe compete dirigir e orientar na qualidade de professor, assiduidade que expressa a obser vação dos horários fixados pelo tempo disciplinar; e finalmente no "zelo" que deve ter o professor, em tudo o que diz respeito ao "progresso" de seus alunos, pois fundando-se a pedagogia jesuítica numa concepção progressiva e evolutiva da aprendizagem - devendo-se começar pelo ensinamento das no ções mais simples e elementares até atingir as mais comple xas -, competia ao mestre um grande cuidado na efetivação do "progresso" de seus discípulos, cuidado e zelo que implicam num acompanhamento constante da caminhada dos escolares pe los ordenados labirintos dos programas estipulados de acordo com cada grau, série, classe, etc. O mestre é o guia cuidadoso e vigilante dos "passos" de seus alunos, cabendo-lhe me dir o alcance, firmeza e progresso de cada passo rumo ao sa ber.

A aplicação, assiduidade e zelo pelo progresso dos alunos, embora possuam uma dimensão moral, apresentando-se

como uma sorte de cânones que regulam a ação educativa dos professores - notadamente para os da Companhia de Jesus -, constituem-se também, tais 'qualidades' em comportamentos fabricados e obtidos através de 'técnicas' de utilização, aproveitamento e distribuição racionais do tempo.

Lembremos as definições de Weber e Foucault sobre o caráter simultaneamente técnico e ético dos procedimentos disciplinares. Para Weber, os motivos de ordem ética - como o "senso de dever" e o "senso de consciência" - não estão ausentes da disciplina; afirmando Foucault, por outro lado, que a exatidão, a aplicação e a regularidade, são precisamente as "virtudes" do tempo disciplinar.

Tendo-se explicitado as regras do *Ratio Studiorum* que dispõem sobre as funções, atribuições e deveres das várias instâncias de poder-saber constitutivas da hierarquia de comando dos colégios da Companhia, passemos agora a tratar das regras disciplinares específicas para os seus escolares.

Seja dito, entretanto, que ao examinarmos as regras disciplinares para os cargos de Provincial, Reitor, Prefeito dos Estudos, etc, acabamos inevitavelmente por indicar várias normas que regulam o comportamento e as atividades dos alunos de colégios jesuítas: o "lugar" designado para cada aluno nas diferentes classes; o rendimento a ser obtido no horário reservado ao estudo privado; a "revisão", pelo Prefeito de estudos inferiores, de tudo o que houverem que declamar em público os alunos; as interdições referentes as "misturas" de séries, classes ou grupos, bem como, a representação de "personagens e hábitos femininos" nas peças teatrais encenadas pelos escolares; a designação, pelo Prefeito Geral, daqueles que defenderão teses, etc.

Pautando-se a ordem escolar no eixo de uma normatividade, as regras que estabelecem as formas de exercício do

poder ou autoridade, implicam em regras outras, de sujeição e obediência: todo código disciplinar, ao apontar as funções de direção e mando, circunscreve "sujeitos" e "lugares" sobre os quais devem ser implantados os mecanismos de domesticação e dominação.

Indicaremos sumariamente no próximo item, algumas modalidades de disciplina intelectual, moral e corporal, prescritas para os escolares da Companhia de Jesus.

2.5 *A Disciplina intelectual: o colégio como espaço da ordem e do enquadramento*

A implantação de métodos pedagógicos específicos para as crianças e os adolescentes articula-se com a elaboração de todo um aparato conceitual acerca da "particularidade" infantil, ao mesmo tempo que expressa as exigências de uma nova ordem econômica e política.

A partir do séc. XV, vão sendo lentamente traçadas rígidamente e pormenorizadas zonas de diferenciação entre o adulto e a criança, passando esta a ser vista como uma espécie de "esboço" do que é ou, mais precisamente, *deve ser*, o homem.

Segundo Ariès, a passagem do ensino medieval ao ensino moderno pode ser assinalada durante o século XIV, com a instituição do colégio hierarquizado, no qual, a juventude - a despeito de persistirem as misturas das idades, sexos e condições sociais, numa "promiscuidade" que caracterizara o ensino medieval, inscrito em um sistema onde estavam ausentes as noções relativas às diferenças das idades - foi separada do resto da sociedade e submetida a um *modo de vida particu*lar, através do qual se pretendia proteger a moralidade dos estudantes. Duas grandes mutações do regime de ensino ocorrem ao longo do séc. XV: primeiramente, com a repartição da população escolar em "grupos da mesma capacidade" e, coloca

dos os diversos grupos sob a direção de um mesmo mestre em um único local ou sala comum; posteriormente, com a designação de um professor especial para cada um desses grupos, que continuaram a ser mantidos, porém, num local comum. A especialização do local das aulas para os diferentes grupamentos de alunos tem início no século XVI, com o estabelecimento das "classes" (*lectio*) que determinam subdivisões no interior desta população escolar, terminando-se por isolar as classes e seus respectivos professores em salas especiais. Tal iniciativa de origem flamenga e parisiense gerou a estrutura moderna de classe escolar.¹¹⁵

A divisão da população escolar por grupos segundo o grau de capacidade ou conhecimento, bem como a designação de um professor especial ou "particular" para cada um desses grupos, indicam-nos a gênese de procedimentos didáticos bastante distintos daqueles utilizados pelo ensino medieval, configurando assim o emergir de uma nova ordem pedagógica, ao mesmo tempo *homogeneizadora, diferenciadora e individualizadora*. A noção mesma de "grau", implica numa concepção progressiva e evolutiva da aprendizagem, numa hierarquização do saber a ser transmitido segundo uma ordenação sucessiva.

Ariès destaca como características do ensino medieval: 1) a *ausência de gradação* dos programas, em virtude das matérias de ensino não se distribuírem segundo a sua dificuldade, começando-se assim pelas mais acessíveis ou elementares. A gramática, por exemplo, considerada atualmente uma matéria elementar, constituía-se na Idade Média numa ciência, não sendo o seu estudo repudiado mesmo pelos alunos mais avançados. 2) a *simultaneidade*, resultante justamente da ausência de uma gradação sucessiva, e que implicava no fato de que cursos "ordinários" e "especiais", embora integrando dois ciclos, fossem ministrados de forma simultânea, podendo o aluno cursar ao mesmo tempo matérias dos dois diferentes cursos.

¹¹⁵ Cf. PHILIPPE, Ariès. *op. cit.*, (*L'Enfant et la Vie Familiale*), orig. franc. pp.186; 201; edição bras. pp.170-72.

3) a *heterogeneidade demográfica* da população escolar, misturando-se no mesmo curso, alunos de diferentes idades.¹¹⁶

A repartição da população escolar segundo o critério de "mesma capacidade", implantada no século XV, constitui-se como um procedimento simultaneamente *homogeneizador* (sendo os grupos formados a partir de certas características comuns atinentes ao nível de capacitação intelectual dos seus integrantes) e *diferenciador* (já que a relativa *homogeneidade* de cada grupo afirma-se pela sua diferenciação com os demais grupos, ou seja, pelos distintos níveis de capacitação e conhecimento). Tal diferenciação será regida por uma nova figura e mecanismo de saber-poder: o professor "especial", encarregado de cada grupo em particular.

Este acontecimento, ou seja, o surgimento da figura do professor especial ou particular, expressa o esboçar dos contornos de um sistema de ensino, que passando a levar em conta *certas diferenças* referentes a população escolar, hierarquizando e homogeneizando relativamente tais diferenças a partir do estabelecimento de grupamentos, implanta *diferenciações* no próprio corpo docente encarregado da transmissão de conhecimentos.

Lembremos que nas universidades medievais, um mesmo professor ensinava todas as "artes", de forma semelhante ao que se verifica atualmente como professor primário.

A mutação da modalidade do canal receptor, verificada pela sua divisão e repartição em grupos de mesma capacidade, é assim acompanhada no decorrer do século XV por uma outra mutação, referente ao canal transmissor: o professor. Mutações ainda tímidas, mas que fazendo emergir uma *diferenciação-particularização-especialização* relativas do professorado

¹¹⁶ Cf. Idem., orig. franc. pp.153-63. (passagem suprimida na edição brasileira).

e alunato, integram tais particularidades e diferenças em um *corpus* institucional que irá cada vez mais fortemente operar diferenciações e hierarquizações de seus membros, a fim de evitar grupamentos confusos e fazer reinar a ordem: persegue-se portanto uma certa homogeneização pela via da diferenciação e hierarquização.

A constituição da Escola como um espaço de ordem, normatização e enquadramento da população infanto-juvenil, efetiva-se de forma precisa com o estabelecimento definitivo das "classes" escolares, no começo do século XVII.

Contemporaneamente, a "classe" apresenta-se como a célula constitutiva e a unidade essencial da estrutura escolar, dotada de caracteres precisos e rigorosos, perfeitamente usuais: corresponde a uma etapa na aquisição progressiva de conhecimentos (de acordo com um programa e uma duração temporal anual); a uma estreita relação com a idade média dos alunos; a uma especialização espacial (cada grupo de idade que segue um determinado programa possui um local específico), designando assim o termo "classe", ao mesmo tempo os seus elementos constituintes (alunos), conteúdos e duração.¹¹⁷

Qual seria a relevância da questão da implantação das classes escolares para a nossa análise do regime disciplinar jesuítico?

Representando o estabelecimento das classes escolares um acontecimento que marca uma ruptura com os padrões de ensino e a concepção pedagógica medieval - que não fazia distinções precisas entre a criança e o adulto, e entre a instrução escolar (uma preparação para a vida) a cultura (uma aquisição da vida) -, a Companhia de Jesus apresenta-se como precursora desse tipo de organização escolar pautada na divisão por classes.

¹¹⁷ Idem., orig. franc. p.189; (passagem suprimida na edição brasileira)

E é Ariës quem nos diz, que os colégios da Companhia de Jesus e a Universidade de Paris, já no século XVI haviam implantado a separação por classes, prescrevendo-se no *Ratio Studiorum* dos jesuítas e nas *Leges et Statuta* da Universidade de Paris o ciclo das classes, com a perioricidade que possui atualmente, embora o colégio, enquanto estrutura alicerçada na divisão em classes, não adquira sua precisão definitiva e usual, senão no início do século XVII.¹¹⁸

O estabelecimento das classes escolares assinala a fundação de um sistema de ensino que se norteará crescentemente, pelos princípios de graduação dos conhecimentos; diferenciação das modalidades de aptidão e capacidade dos integrantes dos grupamentos escolares (classes, séries, níveis e graus), utilizando-se para tal, de técnicas de avaliação como o exame, os exercícios.

Para Foucault, as formas de verdade características dos campos de saber de nossa sociedade e utilizadas pelos filósofos e cientistas do século XV ao século XVIII, têm sua origem nos procedimentos e práticas judiciárias e penais como o exame e o inquérito.¹¹⁹

Tendo-se explicitado no capítulo I, que a sociedade disciplinar é pautada na Norma, vejamos como são efetivados os procedimentos de normatização dos escolares da Companhia, através de mecanismos de avaliação das "capacidades" e controle das atividades.

2.5.1 As normas de ingresso, promoção e adestramento intelectual da República Escolar Jesuítica.

Umas das noções prescritas pelo *Ratio Studiorum* para apreciar e julgar a capacitação dos educandos, é a noção de *mediania*.

¹¹⁸ Cf. Idem. orig. franc. pp.190; 201.

¹¹⁹ Cf. FOUCAULT, Michel. *op.cit.*, (A Verdade e as Formas Jurídicas).p.8.

No capítulo que estabelece as atribuições do Provincial, encontramos em sua Regra 19., § 11, que a noção de mediania deve ser entendida no sentido vulgarmente utilizado "quando se diz que alguém é de talento mediano, a saber, quando percebe e compreende o que ouve e estuda e é capaz de dar razão suficiente a quem lha pede, ainda que em filosofia e teologia, não atinja o grau de doutrina que as Constituições designam com a expressão 'haver feito nela bastante progresso'".¹²⁰

A noção de mediania funciona, portanto, como uma espécie de eixo modal, parâmetro normatizador que permite avaliar o nível de "progresso" atingido pelo aluno, de acordo com as exigências do curso a que se destina.

Tendo-se visto que já no século XV o ciclo das classes havia adquirido nos colégios jesuítas a sua atual periodicidade, examinemos sumariamente quais as razões apresentadas para a referida repartição da população escolar, nos documentos e comentários jesuítas.

No *Ratio Studiorum* (Regra 21. § 1-4. Provincial), encontramos certas prescrições relativas aos cursos inferiores (correspondente ao moderno curso secundário), que em muito esclarecem a concepção de ensino da Companhia e o fato de seus cursos serem divididos em classes e séries:

"21. § 1. Número dos cursos inferiores. - As classes de estudos inferiores" (...) "não devem ser mais de cinco: uma de Retórica, outra de Humanidades e três de Gramática"

§ 2. Porque não se deve fundir nem multiplicar. - Estas classes são de tal modo graduadas e concatenadas entre si que não se pode fundir nem aumentar em quantidade, não só

¹²⁰

Ratio, 1N: op. cit., (O Método Pedagógico dos Jesuítas, o *Ratio Studiorum*), p.125.

para não multiplicar inutilmente os professores ordinários senão para que o número de cursos e classes não reclame tempo maior do que o necessário para percorrer os estudos inferiores.

§ 3. Duas categorias numa classe. - Se forem menos de cinco as classes, nem assim deverão confundir os cinco graus, mas em cada classe poder-se-ão estabelecer duas categorias de modo que cada uma corresponda a um dos cinco graus".

§ 4. Conservem-se de preferência dos cursos mais elevados. - Quando forem as classes, procure quanto possível conservar as mais elevadas, suprimindo os inferiores".¹²¹

A estreita articulação estabelecida entre quantidade (número de cursos e classes) e qualidade (graus, níveis) é indicadora de um determinado padrão de normatividade pedagógica. A interdição imposta pelo *Ratio* ao "fundir" e "multiplicar" as classes, explica-se, pelo fato de que, em sendo as referidas classes de tal modo "graduadas e concatenadas entre si", qualquer aumento ou fusão representaria uma quebra da Ordem: ordem que constitui-se precisamente sob o princípio de gradação sucessiva e progressiva da aprendizagem; pela utilização e distribuição racional e eficaz do tempo, colocado em correspondência com determinadas funções e tarefas: professor/aluno; ensino/estudo.

O dispositivo que estabelece para os casos de existir poucas classes, que se conserve aquelas mais "elevadas", implica que a manutenção da ordem pedagógica seja efetivada pela conservação de estágios ou "graus" de saber superiores e que funcionam como a expressão paradigmática de uma concepção de ensino ancorada na noção de "progresso".

A interdição contida no *Ratio* sobre a fusão e multiplicação das classes, pode, ainda, ser vista como uma "opera

¹²¹ Idem, pp.126-27.

ção" ou técnica disciplinar, tendo por função transformar as multidões confusas, perigosas ou inúteis, em multiplicidades ordenadas, anulando assim o efeito das repartições indecisas e possibilitando o controle e vigilância eficazes da população escolar.

Vejamos agora quais os critérios estipulados pelo *Ratio* para a admissão de novos alunos para os *cursum inferiorum*, (Regras 9. 10. 11. Prefeito de Estudos Inferiores).

Uma das exigências básicas a ser cumprida pelo Prefeito de Estudos Inferiores, na admissão de novos alunos, consiste, em sempre que possível, não receber entre os alunos "quem não seja acompanhado pelos pais ou responsáveis, ou quem não conheça pessoalmente ou sobre o qual não possa com facilidade colher informações de pessoas conhecidas".¹²²

Trata-se portanto de evitar que ingressem no colégio elementos sobre os quais não se tenha nenhuma "informação", sabendo-se ser a informação correta um dos meios pelos quais funciona um aparelho disciplinar, possibilitando a classificação e localização do ingressante.

Deve ainda o Prefeito de Estudos Inferiores submeter os novos alunos a exames de admissão, procedendo do seguinte modo:

"pergunte que estudos fizeram e até que ponto; passe em seguida, para cada um separadamente, um trabalho escrito sobre um assunto dado. Interrogue algumas regras das classes que estudaram; proponha algumas frases ou para se verterem em latim, ou, se for mister, para se traduzirem de algum autor clássico".¹²³

¹²² Idem, p.169.

¹²³ Idem.

O exame de admissão constitui-se, portanto, num procedimento pedagógico que em muito se assemelha a práticas judiciárias: pergunta-se, interroga-se o ingressante, tendo por finalidade saber, através do mesmo, se este conhece as normas, e se em verdade merece ser admitido, consistindo assim tal exame numa espécie de julgamento.

Os alunos aprovados no exame, demonstrando que "estão bem instruídos e são de bons costumes e boa índole", serão admitidos, cabendo ao Prefeito de Estudos Inferiores, as seguintes atribuições: dar a conhecer para os novos alunos as regras dos estudantes da Companhia, para que saibam como deverão se comportar; apontar em livro especial o nome, cognome, pátria, idade, pais ou responsáveis, ou se algum dos condiscípulos lhe conhece; anotar o dia e ano em que o aluno foi admitido; determinar-lhe a classe e o professor que lhe convém.¹²⁴

A aprovação no exame aparece como um acontecimento não apenas da ordem do conhecimento e capacidade intelectual do aluno, visto permitir verificar-se a "índole" e "costumes" dos examinados, ou seja, suas virtudes morais e comportamento. Destaque-se ainda os *procedimentos de classificação e identificação* dos educandos, expressos pelo registro em "livro especial" dos dados que os individualizam e ao mesmo tempo os *localizam* num "quadro" de ordenação.

Indiquemos segundo a opinião dos próprios autores jesuítas e seus comentaristas, o caráter "terapêutico" e "pre-ventivo" de que se revestem as modalidades de classifica-ção - individualização dos escolares das Companhia, tendo por fim a vigilância e correção dos mesmos.

Referindo-se a função disciplinar do professor, afir-
ma o padre Madureira, que este, sendo por "vocação e par

¹²⁴ Cf. Idem, p.169.

designio da Divina Providência", constituído, para cada um dos alunos, como o "Anjo tutelar e protetor da sua Educação", deve no exercício de seu cargo, tomar as seguintes medidas: "possuir a relação completa dos seus alumnos, com as indicações e informações individuais que possam servir de guia à instrução proveitosa; como educador, deve conhecer bem os seus discípulos, para formar-lhes o espírito. Segundo o critério da Companhia, o professor deve estudar intimamente o caracter, a índole, o genio, a paixão dominante de cada um dos alumnos, afim de educal-os e instruil-os convenientemente".¹²⁵

O professor deve portanto agir como um "educador" no sentido de operar a formação de "consciências", e não apenas ministrar conhecimentos, utilizando-se, para tanto, de técnicas que lhe permitam conhecer individualmente o discípulo, de forma a efetivar a vigilância, docilização e domesticação das "paixões" e maus hábitos das crianças e adolescentes.

Sabendo-se ser uma preocupação da Companhia adequar os seus métodos de ensino ao temperamento e capacidade de cada educando, ao mesmo tempo que promover uma homogeneização da população escolar pela imposição de código de comportamento, um dos meios utilizados para a consecução do referido objetivo consiste na prática frequente e sistemática dos exercícios.

Madureira, referindo-se aos aspectos morais, intelectuais e disciplinares do método de ensino prescrito pelo *Ratio*, aponta-nos a papel fundamental dos exercícios na pedagogia jesuítica, ao afirmar que o *Ratio Studiorum*, como método, não teria dado os resultados que deu, se lhe faltasse a propriedade característica da frequência e variedade inigualável dos exercícios da atividade formal no aperfeiçoamento do cultivo intelectual:

¹²⁵ MADUREIRA, J.M. op. cit., (A Companhia de Jesus: sua pedagogia), Vol. I, p.511.

"Com effeito, é notável como a cada passo encontramos no Ratio, a palavra - exercitar - "exercere", no ativo e no passivo, de vários modos, em díversos tempo, números e derivados. Encontramos no Ratio mais de quarenta vezes o emprego desse verbo e seus derivados, sem contar outras expressões equivalentes, que servem tanto ao professor como aos alumnos para a prática e o exercício do que ensinam uns e a aprendem outros".¹²⁶

Tratando-se o nosso trabalho de uma tentativa de análise de discurso, é de caráter substantivo o fato do termo "exercício" figurar com tamanha frequência em um documento que consubstancia o método pedagógico jesuítico. E como para nós, o discurso não se constitui como uma mera forma de linguagem, mas efetiva-se como uma prática regulada, indiquemos alguns dos exercícios desenvolvidos nos colégios da Companhia de Jesus.

Dentre os principais exercícios escolares efetuados nos colégios jesuítas, destacam-se: os desafios e as disputas; as preleções; as composições diárias e semanais; os ditados e as repetições da lição da véspera; as exibições ou declarações públicas; os exames e as provas escritas.

A função desses variados exercícios é a de evitar a monotonia e o ócio, ativando, desenvolvendo e aperfeiçoando as faculdades intelectuais, físicas e emocionais.

Explicitando os objetivos e resultados verificados pela prática dos exercícios, Madureira afirma: "A memória se exercita e se enriquece, decorando preceitos (bem explicados, bem entendidos e bem applicados) e os trechos escolhidos de auctores (comentados historicamente, analysados grammatical e litterariamente, repetidos e bem digeridos); o entendimento, acompanhando a explicação dos mestres e meditando sobre

¹²⁶ Idem, p.465. (grifos do autor)

as regras expostas, dirigindo de accordo com ellas a pena do escriptor principiante; a vontade e o sentimento se *inflammam* nas discussões, desafios e disputas, graças ao estímulo da emulação; a imaginação prende-se com os *attractivos* da variedade aprazível das composições; a mão se *adextra* no escrever *calligraphicamente*, a língua se desembaraça ao recitar as lições e ao declamar trechos escolhidos. Na realidade, a escola torna-se segundo o Ratio, quando dirigida por um habil e diligente professor, uma série continuada de exercícios e movimentos intellectuaes".¹²⁷

A escola é uma "oficina" onde são "moldadas" faculdades como a memória, a vontade e sentimentos, e a imaginação. Confirmando antigo preceito que reza, *mens sana corpore sano*, ao exercitar-se as referidas faculdades, "*adestra-se*" órgãos e músculos do corpo, capacitando-os para realizar certas habilidades, como o escrever e o falar. A caligrafia e a recitação pressupõem uma "ginástica" de partes do corpo, como a mão e língua. Ginástica que não se pretende esgotar na execução de movimentos simplesmente físicos, mas que é desenvolvida em articulação com o exercício e controle de faculdades mentais, produzindo-se, assim, "movimentos intellectuais". O aluno - comparado a um "escritor principiante" -, ao efetuar as suas composições, deve "dirigir" as idéias e a pena de acordo com as regras gramaticais e literárias ensinadas pelos seus mestres. Regras que devem inscrever-se, primeiramente na memória, pelo ato de "decorar" e "repetir" trechos de obras de autores escolhidos, e depois, serem objeto de "meditação", visto a aprendizagem implicar, não apenas na memorização das regras, mas, principalmente, no seu correto entendimento. A imaginação, tão facilmente seduzida por divagações estêreis, há que ser "presa" na aprazível teia de práticas que enriquecem o intellecto; imaginação que bem dirigida toma uma forma produtiva, pela realização de composições. A vontade e o sentimento, tidos como elementos da esfera "irracional", encontram-se submetidos à execução de nobres objetos

¹²⁷ Idem, p.466.

tivos, racionalizando-se a força cega das paixões através de exercícios regulares como as disputas e desafios.

A importância conferida pela pedagogia jesuítica as sanções positivas de glória e honra, explica o fato de a emulação constituir-se como um dos principais instrumentos propulsores das atividades escolares. Estimular; incitar os motivos de glória e honra pela concessão de "prêmios" aos alunos que se "distinguem" em pugnas literárias - como os desafios e disputas -, funcionam como meios disciplinares bem mais eficazes que os castigos e as punições, segundo a concepção educativa da Companhia de Jesus.

Durante as *disputas*, a própria distribuição dos alunos nas salas de aula, apresenta-se como a materialização de um "ideal" pedagógico pautado na emulação, no incentivo ao combate e aos desejos de vitória e premiações. Cada classe é dividida em *duas facções* ou tropas guerreiras - Romanos e Cartagineses -, sendo cada tropa composta por *decúrias* - divisões de combate do antigo exército romano -, onde os melhores alunos são investidos em cargos de *magistratura* de acordo com a seguinte hierarquiação: senadores, tribunos, consules e imperator. Uma outra hierarquização, inspirada em *modelos militares*, estabelece para cada um dos alunos das duas facções, certos cargos (oficiais, soldados e decuriões), constituindo cada uma das facções ou tropas, o Estado Maior de um exército encarregado de zelar pela disciplina em classe.¹²⁸

A frente da República Escolar temos o *imperator*; a frente do Estado-Maior do Exército dos soldados de Cristo, temos o *decurião-mor*: hierarquias políticas e militares.

¹²⁸ Ver: MESNARD, Pierre. *op. cit.*, (La Pédagogie des Jésuites), p. 67; FRANCA, Leonel. *op. cit.*, (O Método Pedagógico dos Jesuítas), pp. 60; 64.

Foucault, ao analisar a função pedagógico-disciplinar das disputas ou "torneios" efetivados nos colégios jesuítas, vê em tais exercícios a conjugação ambígua de um ideal jurídico de cidadania e um modelo de exército disciplinado: "Nos colégios dos jesuítas, encontrava-se ainda uma organização binária e maciça: as classes, que podiam ter até duzentos ou trezentos alunos, eram divididas em grupos de dez; cada um desses grupos, com seu decurião, era colocado em um campo, o romano ou o cartaginês; a cada decúria correspondia uma decúria adversa. A forma geral era a da guerra e da rivalidade; o traba"ho, o aprendizado, a classificação eram feitos sob a forma de torneios, pela defrontação de dois exércitos; a participação de cada aluno entrava nesse duelo geral; ele assegurava por seu lado, a vitória ou as derrotas de um campo; e os alunos determinavam um lugar que correspondia à função de cada um e a seu valor de combatente no grupo unitário de sua decúria. Podemos notar aliás que essa comédia romana permitia associar aos exercícios binários da rivalidade, uma disposição espacial inspirada na legião, com suas fileiras, hierarquia e vigilância piramidal. Não esquecer que de um modo geral o modelo romano, na época das Luzes, desempenhou um duplo papel: em seu aspecto republicano, era apropriada instituição da liberdade; em seu aspecto militar, era o esquema ideal da disciplina".¹²⁹

Tamanho a importância concedida pela pedagogia jesuítica às disputas e desafios que estas figuram explicitamente como objeto de cerca de 26 regras do *Ratio Studiorum*, a saber: Reg. Reitor. 31; Reg. Prefeito Geral dos Estudos. 14-18; Reg. Comuns dos Professores de Faculdades Superiores. 14; Reg. Professor de Teologia. 6; Reg. Professor dos Casos de Consciência. 33; Reg. Prefeito de Estudos Inferiores. 31; Reg. Comuns dos Professores das Classes Inferiores. 10; Reg. Professor da Classe Superior de Gramática. 10; Reg. Professor Classes Médias de Gramática. 5-6; Reg. Escolásticos da Companhia. 6; Reg. Academia dos Teólogos e Filósofos. 6.

¹²⁹ FOUCAULT, Michel. *op.cit.*, (Vigiar e Punir), orig. fran. pp. 147-48; edição bras. pp. 133-34.

Vejamos agora como eram desenvolvidas as disputas e os desafios. Constituíam-se os mesmos, em exercícios escolares realizados sob a forma de discussão, procedendo-se da seguinte forma.

O professor pergunta a um aluno sobre determinado tema ou questão, e em caso de erro ou inexatidão da resposta, o aluno é corrigido pelo seu "êmulos", aluno que ocupa na "coluna" da facção rival, uma posição homóloga a de seu competidor ou adversário; pode ainda ocorrer, da discussão ser mantida diretamente entre ambos os competidores; ou então, um só aluno desafiar vários colegas para as discussões. Em caso de um aluno desafiar e vencer um outro que ocupa um posto na "hierarquia da magistratura escolar" (senador, tribuno, consul, imperador), recebe como recompensa a dignidade correspondente ao posto do "vencido", ou outro prêmio equivalente a vitória, segundo a dignidade da classe e o costume da região. Os títulos de magistratura ou dignidades escolares, foram posteriormente denominados de "postos de honra".¹³⁰

As classes escolares são assim tribunas, onde metódica e regularmente desafiavam-se entre si os alunos alçados a categoria de magistrados; campos de luta onde digladiavam-se em batalhas retóricas e literárias, os soldados e oficiais das legiões adversárias; república onde todos os seus cidadãos têm a oportunidade de ocupar cargos de magistratura ou postos de honra - estabelecendo o *Ratio Studiorum*, em sua Regra 35 (Prof. Cl. Inf.), que se realizem a cada mês ou de dois em dois meses, eleições para os referidos cargos -,¹³¹ desde que comprovem sua capacitação intelectual, pela aprovação com dignidade, em exercícios escolares como provas escritas e desafios.

¹³⁰ Cf. MADUREIRA, J.M. *op. cit.*, pp.467-68. MESNARD, Pierre. *op. cit.* p.67.

¹³¹ Cf. *Ratio Studiorum*. IN: FRANCA, Leonel. *op. cit.*, pp.188-89. MADUREIRA, J.M. *op. cit.*, p.468.

O fato de os títulos honoríficos serem tirados da república ou exército grego ou romano, explica-se segundo Ma du rei ra, como uma forma de revestir todas as atividades es co la res de um caráter de erudição.¹³²

Franca, afirmando que os títulos de honra compõem uma magistratura bem hierarquizada, indica como essas hi er ar qui za õ es, obtidas pelo mérito apurado em trabalhos es co la res rigorosamente examinados, notadamente em disputas e desafios, incutem nos alunos certas qualidades f í s i c as, m o r a i s e c í v i c as:

"Toda a aula divide-se em dois campos com suas organizações político-militares." (...) "Dentro de cada campo, os desafios frequentes permitem a prom o ção gradual dos mais valentes. Desenvolvia-se as sim nesta magistratura juvenil o senso de responsabilidade, a solidariedade do corpo, a consciência da autoridade e a disciplina da obediência, o respeito da legalidade, e ao mesmo tempo plasma-se a aula nos moldes de um organismo social bem estrutur ado".¹³³

Promove-se nos alunos qualidades como a coragem, pois há que ser valente o aluno investido nos cargos de soldado, oficial e decurião; o senso de dever, visto depender da apli ca ção intelectual e responsabilidade de cada um, a vitória de uma tropa ou facção; a solidariedade do corpo, em virtude da ação de cada integrante de uma tropa, ser desenvolvida e estimulada pela ação correspondente de seu ê m u lo, cuja principal função é pressionar de forma produtiva a combatividade de seu ad vers á ri o; o respeito e a obediência a autoridade, não apenas do mestre ou Prefeito que dirigem e presidem as dispu tas, mas de seus colegas superiores (decurião e censor), encarregados respectivamente de corrigir-lhes os deveres ou li

¹³² MADUREIRA, J.M. *idem*.

¹³³ FRANCA, Leonel. *op. cit.*, p.60.

ções e manter a ordem e a disciplina nas aulas. Submetidos a uma magistratura hierarquizada segundo os moldes de mui dignas Repúblicas - grega e romana -, aprendem os alunos o respeito da legalidade e a obediência às autoridades constituídas, pois aos cargos magisteriais são delegados os poderes de governar e distribuir justiça.

Na Epístola de São Paulo aos Romanos (Cap.13,v.1-3), encontramos a afirmação do dever de submissão às autoridades constituídas:

"Todo homem seja sujeito às autoridades superiores, porque não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem, foram instituídas por Deus. Assim, aquele que se insurge contra a autoridade, opõe-se à ordem estabelecida por Deus; e os que a ela se opõem atraem para si a condenação".

Cristo, Filho de Deus, insurgiu-se precisamente contra as autoridades constituídas da República Romana, e investido de sagrada colêra, bramiu contra as suas iniquidades, injustiças e hipocrisias, sendo por isso condenado a padecer na Cruz...

Examinemos agora uma outra modalidade de exercício escolar largamente utilizado nos colégios jesuítas: a preleção.

Assim define Franca o processo e a função da preleção:

"A preleção, prelectio, é o centro de gravidade de do sistema didático do Ratio. Como o nome está indicando, é uma lição antecípada, uma explicação do que o aluno deverá estudar. Seus métodos e aplicações variam com o nível intelectual dos estudantes. Nas classes elementares de gramática, após a

leitura e o resumo do texto, o professor explica, resolve as dificuldades relativas ao vocabulário, à propriedade dos termos, ao sentido das metáforas, à gramática, a ordem e conexão das palavras. Mais tarde, à medida que as classes se aproximam da retórica, às questões da gramática elementar sucedem as relativas à sintaxe, ao estilo, à arte de composição. Mais do que com palavras, ocupa-se o mestre com as idéias e sua expressão." (...) "A preleção, na sua finalidade, é menos informativa do que formativa; não visa comunicar fatos mas desenvolver e ativar o espírito. Com uma cooperação viva, o aluno vai exercitando, não tanto a memória, mas também e principalmente a imaginação, o juízo e a razão. Observa; analisa palavras, períodos, parágrafos; resume passagens; compara; critica; adquire hábitos corretos de estudo; desenvolve o desejo de ulteriores investigações para a formação do critério de uma apreciação pessoal". (...) "O fim da preleção não é teórico, mas artístico; mira desenvolver a arte da expressão".¹³⁴

Sendo os colégios jesuítas "uma série continuada de exercícios", conforme vimos em Madureira, a arte da escrita pressupõe certos conhecimentos anteriores. Para bem escrever é necessário aprender a ler corretamente os escritores consagrados; entender o significado do vocabulário por eles empregado; comparar o texto estudado com outros trechos do mesmo autor ou de autores diferentes; conhecer as regras de gramática relativas à sintaxe, ao léxico e ao estilo, para compreender o sentido da disposição das palavras, a relação lógica das frases entre si e as idéias subjacentes a uma determinada construção gramatical. A preleção implica na realização de operações mentais de tipo analítico e sintético: resume-se o texto, decompõe-se os seus elementos constituintes em palavras, períodos e parágrafos; compara-se e criti

¹³⁴ Idem, p.57.

ca-se tais elementos, o estilo e forma de compô-los e expressá-los. Enquanto atividade informativa e formativa a preleção incita o aluno a exercitar a memória, a imaginação, o juízo ou capacidade de avaliar e discernir, e a razão, ao mesmo tempo que o torna conhecedor de obras célebres que integram uma tradição cultural. Os textos escolhidos funcionam como um "modelo" que deve ser entendido, dissecado, decomposto em todos os seus elementos, para ser depois reproduzido correta e criativamente.

Vê-se confirmados os princípios de complexidade crescente - começando-se das noções mais simples -, e progressão sucessiva ou seriação evolutiva - prescrevendo-se de acordo com o nível, grau ou série, os exercícios convenientes: nas classes elementares o professor explica as dificuldades relativas ao vocabulário, ao sentido, ordem e conexão das palavras, e a função das metáforas, enquanto nas classes de retórica, atêm-se a questões lógicas e gramaticais mais avançadas, referentes a sintaxe, estilo e arte de composição.

Na ordem disciplinar todos os mecanismos exercitados encontram-se concatenados, compondo um tempo iniciático que prepara o indivíduo para um determinado estado e tempo terminais, qualificando-o para uma determinada posição: apreleção, enquanto "lição antecipada", fornece ao aluno o itinerário do que irá estudar, adestrando-o na "arte de expressão", tão necessária em posteriores exercícios como as composições escritas e as declamações ou exibições públicas.

Encontra-se no *Ratio Studiorum* as prescrições a serem seguidas durante as preleções para as classes inferiores. Em primeiro lugar, deve-se comentar os autores antigos, de modo algum os modernos, convindo ao professor preparar ordenadamente a matéria que irá expor, escrevendo refletidamente em casa os comentários a serem feitos em classe e, lendo todo o livro ou discurso que será objeto de estudo. Na efetivação da preleção, deve o professor obedecer as seguintes

etapas: 1) ler todo o trecho, a menos que seja demasiado longo. 2) expor sucintamente o argumento, e se necessário, relacioná-lo com o que precede. 3) ler cada período, e em caso de explicar em latim, esclarecer os mais obscuros; quando a explicação for em língua vernácula, conservar quanto possível a ordem e colocação das palavras para que se habituem os ouvidos ao ritmo. 4) retomar o trecho do princípio, fazendo as observações adaptadas para cada classe.¹³⁵

Sendo a preleção uma lição antecipada que esclarece os alunos sobre os estudos que irão seguir, deve o mestre, em respeito a tal ordem de sequência, preparar previamente e com cuidado todos os seus comentários e explicações. Pedagogia ativa e contínua, onde o educador há que ser educando, seguindo-se ao seu trabalho o dos alunos.

A disciplina intelectual e a ordem nos estudos compreendem repetidos e exaustivos exercitamentos do corpo: a mão é adestrada ao "escrever caligraficamente" as composições e provas escritas; a língua é "desembaraçada" na prática das disputas, desafios, exposições e declamações públicas; os ouvidos são "habituados" ao ritmo de certas estruturas gramaticais e a harmonia das formas estilísticas próprias da literatura.

A ordem de sequência permanece em pauta: findada a preleção, tem início a composição. Tendo o aluno assimilado as explicações feitas sobre os trechos de autores estudados na preleção, tentará então imitar e reproduzir os modelos.

"No silêncio de sua banca de estudos repetirá depois os processos vitais percorridos pelo autor e analisados na preleção. Focaliza e ordena idéias; escolhe e articula palavras, frases, períodos; dispõe os argumentos, numa tentativa fecunda de rivalizar com o modelo entrevisto. Imitação um tanto ser

¹³⁵ *Ratio Studiorum*, Reg. Prof. Cl. Inf. 27. IN: FRANCA, Leonel, idem, p.186.

*vil nos primeiros tempos, a composição ganharã em originalidade e cunho pessoal à medida que o aluno for enriquecendo o seu patrimônio de idéias e os seus recursos de expressão".*¹³⁶

E como somente Deus pode criar do Nada, o aluno, quando inicia-se na escrita das composições hã que se ater a imitação dos autores estudados. Ora, a imitação implica num exercício de repetição que visa reproduzir determinado "modelo" pela observância a certas normas e regulações. Imitar e repetir constituem-se pois, em instrumentos metódicos de aprendizagem e disciplina que estabelecem um "padrão", a partir do qual, normatiza-se e uniformiza-se as atividades. De tal forma são "memorizadas" as regras - constitutivas de um padrão de comportamento, linguagem e pensamento -, e tão habilmente inculcadas que chegam a ser cumpridas como se fossem uma disposição "natural" dos indivíduos por elas domesticados.

Daí a importância dos exercícios de "memorização" desenvolvidos pela pedagogia jesuítica; imitar e repetir exaustivamente - as lições, trechos de autores, regras gramaticais, etc. -, habituando-se assim o aluno a seguir corretamente os ditames da Norma e tornando-o instrumento de contínuos mecanismos de exercitamento.

Sendo o programa escolar um dispositivo pedagógico-disciplinar pautado numa ordenação gradual, não basta ministrar lições e ensinamentos. Para que seja alcançado o máximo de rendimento, deve o professor preparar o aluno para cada nova lição, expondo concisamente o assunto que será tratado na próxima aula e salientando as conexões entre o que foi ensinado e o que vai ser ensinado; quando da exposição do assunto que constitui-se especificamente objeto de estudo de uma aula, deve o professor explicar de forma clara e levar

¹³⁶ Idem. p.58.

os alunos a participarem, interrogando-lhes sobre o que está sendo ensinado, de forma a verificar se estão atentos, ou fazendo com que formulem questões. A cada nova lição ministrada segue-se uma outra, destinada a recapitulação e repetição do que foi ensinado.

Segundo o *Ratio* (Reg. Pref. Est. Inf. 8 § 4), no primeiro semestre de cada ano letivo deve o mestre explicar todo o livro de sua classe, e no segundo repetir todos os assuntos do livro desde o seu começo. Tal repetição teria duas vantagens: 1) fixar mais profundamente o que foi percorrido várias vezes. 2) permitir aos bem dotados, que terminem o curso mais rapidamente que os outros, possibilitando-lhes a promoção a cada semestre.¹³⁷

Ainda no *Ratio*, encontramos estabelecida a forma de proceder os exercícios de repetição para as classes inferiores (Reg. Com. Prof. Cl. Inf. 25): a repetição da lição do dia ou da véspera pode ser feita por um só aluno, ou então dividir-se a lição em várias partes cabendo a repetição de cada uma das partes a um aluno, para que todos se exercitem. Os alunos lançarão perguntas uns aos outros sobre os pontos mais importantes da lição, sendo os mais adiantados os primeiros a serem interrogados. Cada aluno responderá em recitação seguida ou intercalada pelas interrogações do professor, enquanto o êmulo do repetente o corrige, caso erre, ou antecipa a resposta, caso o repetente demore a responder.¹³⁸

As repetições, além de terem a função de fixar mais profundamente a matéria ensinada e permitir ao professor verificar o nível de aproveitamento e progresso de cada aluno - fazendo-os interrogarem-se entre si -, constituem-se como uma das modalidades do método pedagógico e corretivo adotado pelos jesuítas: o "sistema heurístico".

¹³⁷ Cf. Idem, p.167.

¹³⁸ Cf. Idem, p.185.

Consiste tal método pedagógico em levar o aluno a descobrir por si próprio a verdade que se lhe quer inculcar.

Nas disputas ou desafios; no exercício das composições; nas repetições das lições, os alunos corrigem-se mutuamente entre si, intervindo o mestre somente quando passa despercebido ao emulo e decurião, as faltas cometidas por seus colegas.

Assim como o professor é ao mesmo tempo um aluno - pois deve preparar e estudar com atenção a matéria que irá ministrar aos seus discípulos -, o aluno é treinado para corrigir, ensinar e incitar os seus colegas, ou seja, é preparado para a função de professor.

Vejamos como se processa a correção das composições:

"Ora, o alumno lê o borrador (sempre exigido) e o seu 'emulo', ou outro qualquer, é destinado a corrigir-lhe os erros; ao mesmo tempo cada um dos alumnos vai corrigindo a sua composição; ora são distribuídas as composições aos emulos, para que as corrijam mutuamente, em particular ou durante o trabalho em casa; ora o próprio professor lê algumas composições e, sem notar os erros, procede segundo o 'sistema heurístico', isto é, deixando aos alumnos interrogados a descoberta das faltas".¹³⁹

O tempo é aproveitado em todos os seus interstícios, mantendo-se os alunos em permanente atividade; evitando-se que tomem uma atitude passiva. O fato de deixar-se que o aluno descubra as suas próprias faltas, ou então as tenha corrigidas pelas observações de um colega - emulo ou decurião -, longe de constituir-se num procedimento liberatório

¹³⁹ MADUREIRA, J.M. *op. cit.*, p.467.

implica em fazer de cada aluno um instrumento de exercitamento, incitamento e, correção e vigilância.

Segundo Madureira, o *sistema de ensino mútuo* ou *mútuo auxílio* fundado por Lancaster (1773-1838), não é de todo alheio ao *Ratio*, efetivando-se pela instituição dos *êmulos* e mais ainda pela dos *decuriões*, sendo as funções corretivas desses últimos as seguintes:

"O professor deve designar os *decuriões* encarregados de tomar as *lições decoradas*, recolher as composições e, em seguida entregal-as ao Professor, assignalando com pontos, em um caderno, as faltas commettidas na *lição decorada*, o nome das que deixaram de fazer a composição, ou se esqueceram de lançal-a ao borrador e na folha de boa *calligraphia*; devendo observar outras tantas prescrições porventura dadas pelo professor. Os *decuriões* darão, por sua vez, suas *lições*, ao *decurião-mor* ou ao professor".¹⁴⁰

A Escola é portanto um espaço analítico, normativo e produtivo, onde se fabricam certas qualidades e habilidades, corrigindo-se os "desvios" e fazendo-se de cada indivíduo submetido a Norma um mecanismo encarregado de zelar pelo cumprimento da mesma.

Tendo-se analisado os principais dispositivos regulamentares da atividade intelectual dos colégios jesuítas, indicaremos agora algumas regras e procedimentos referentes à disciplina moral e corporal.

¹⁴⁰ *Ratio* (R. 36, Com. Prof. Cl. Inf.), IN: MADUREIRA, J.M., *idem*, p.469.

2.6 *A disciplina moral e corporal: o valor das virtudes e da saúde para o aprimoramento intelectual e a salvação da alma.*

Para formar-se bons alunos, não basta submetê-los a uma disciplina intelectual ordenada e sistemática; necessário se faz apelar para os motivos de ordem moral, que impõem de forma imperativa uma "consciência do dever" que tem por função "interiorizar" os preceitos que devem regular todas as atividades e comportamentos. E no caso de escolas católicas, a disciplina intelectual, moral e corporal há que ser implantada sob a égide dos sagrados princípios da Religião, em virtude da educação cristã a tomada em seu sentido integral, reclamar como fundamento de todos os valores, a crença na existência de Deus.

Madureira, referindo-se ao aspecto *pernicioso* do método de educação moral da "escola atêia", que propõe a abolição do ensino religioso; e ao aspecto *imperfeito* da "escola neutra ou leiga", que defende uma formação moral não doutrinária, visto admitir que a religião é um terreno onde nunca se chegará a um acordo, assim explica a razão da educação moral dever basear-se na religião:

*"Quaes os fundamentos dos preceitos moraes? Qual o princípio do amor aos paes, a patria, a lealdade, a veracidade, a justiça, etc? Todos estes sentimentos, sem a origem em um princípio, uma razão ultima, como poderão ser firmes e permanentes? Suprimindo o conceito de Deus e a convicção segura no triumpho definitivo do bem moral que deriva do conceito de Deus justo e remunerador, - onde está o fundamento da abnegação e retidão inflexível, próprias do carácter? Posto de lado o sentimento religioso, como achar argumentos acessiveis às creanças, para se vencerem a si mesmas e se conformarem com as privações".*¹⁴¹

¹⁴¹ Idem, p.485. (grifos do autor)

Hã que se incutir na alma das crianças o temor, res_ peito e adoração a um Deus que é "justo" e "remunerador": Su_ premo juiz; principal credor de todas as nossas faltas, dī_ vidas ou pecados; generoso patrocinador de nossos bons em_ preendimentos e ações justas, dando-nos em troca a salvação eterna.

O sacramento da confissão e a instituição dos "dire_ tores de consciência" destacam-se como os principais instru_ mentos, utilizados pelos jesuítas no disciplinamento moral e religiosos de seus alunos.

Mais do que um sacramento, a confissão constitui-se como um importante ritual de "produção da verdade"; técnica de controle e prevenção das faltas e pecados cometidos pelos membros da Ordem. No próprio *Ratio Studiorum* encontramos es_ tabelecidas as regras que dispõem sobre: a proporcionalidade entre o número de confessores e o número de alunos de cada colégio; a pontualidade a ser observada pelos confessores, que deverão comparecer nos dias e horas marcadas para a con_ fissão dos alunos; o controle e registro daqueles que compa_ receram as confissões.

Na Regra 31 do Provincial, sob o título "número de confessores", estabelece-se que este "*providencie para que nos colégios, sobretudo nos mais importantes, onde são mais numerosos os alunos externos, haja vários confessores afim de que não sejam obrigados todos a recorrer a um sō; por es_ te mesmo motivo designem-se, de quando em quando, confessores extraordinários para maior satisfação dos penitentes*".¹⁴²

Os colégios da Companhia devem contar com um corpo de sacerdotes encarregados especificamente de ministrar o sa_ cramento da confissão, não estando ausente dessa prática li_ túrgica a preocupação com a proporcionalidade e a devida cor_ respondência entre confessores e confessados; a ordem implica

¹⁴² FRANCA, Leonel. *op. cit.*, p. 129.

também num apurado senso numérico e quantitativo, numa justa proporção entre as partes que compõem o "corpo místico" de Cristo. Quanto mais numeroso o rebanho, mais há que prover-se de pastores zelosos a fim de que nenhuma ovelha seja tresmalhada.

Na Regra 46 do Prefeito de Estudos Inferiores, encontramos estabelecido que o mesmo, "*providencie para que, nos dias e horas marcadas para as confissões dos alunos, os confessores cheguem à hora; durante o tempo das confissões entre algumas vezes na igreja e se esforce para que os meninhos se comportem com modéstia e piedade*".¹⁴³

As confissões são, portanto, objeto de um cálculo racional, prevendo-se os dias e horas de serem ministradas; o Prefeito de Estudos deve cuidar para que os confessores sejam pontuais e os alunos se portem de forma correta, vigiando, para tanto, o comportamento dos mesmos na igreja, local que exige "modéstia" - por ser o sagrado templo de Deus Todo Poderoso -, e "piedade", ou seja, uma atitude de devota religiosidade.

Como vimos em Foucault, o horário representa uma das primeiras operações disciplinares, tendo origem nas ordens religiosas: mestras de disciplina; especialistas do tempo; tecnôlogas do ritmo das atividades, sendo a pontualidade uma das "virtudes" fundamentais do tempo disciplinar.

Ainda no *Ratio*, encontramos em sua Regra 9 (Comuns aos Professores das Classes Inferiores), um outro dispositivo disciplinar da confissão, pedindo-se de cada professor, que "*procure que ninguém omita a confissão mensal; prescreva que entreguem todos aos Confessores um cartão com o próprio nome, cognome e classe para que depois, pela verificação dos cartões, saiba os que faltaram*".¹⁴⁴

¹⁴³ Idem, p.176.

¹⁴⁴ Idem, p.182.

A confissão entra também no campo dos *registros* e *documentos* que têm por finalidade o controle e a vigilância das presenças e ausências; elementos de uma rede de anotações escritas que compõem um "arquivo" detalhado dos comportamentos: cada aluno tem o seu procedimento religioso vigiado pela entrega dos "cartões" ao confessor, possuindo cada cartão informações sobre o nome, cognome e classe do aluno, cabendo ao professor verificar pelos cartões que lhe são devolvidos pelo confessor, os alunos que não compareceram à confissão.

A eficácia da prática religiosa da confissão depende assim, não apenas da devoção, mas do cálculo racional do tempo; da contabilização das faltas; da verificação das informações contidas em registro. Toda ordenação racional do tempo comporta uma espécie de "cronograma", que permite "prever" e regular o ritmo das atividades e "calcular" o número de indivíduos a serem distribuídos em cada atividade ou função. Daí a necessidade de se prever o número de confessores; o horário (dia e hora) dedicado às confissões dos alunos, registrando-se em "déficit" os faltosos.

Foucault, ao analisar o funcionamento dos "discursos de verdade" produzidos pela sociedade ocidental, diz ser o antigo modelo jurídico-religioso da confissão que informa todos os demais "discursos de verdade", tendo a confissão difundido amplamente os seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares e amorosas, na esfera mais cotidiana e nos rituais mais solenes. Indica como fatos que contribuíram para dar à confissão um papel central na ordem dos poderes civis e religiosos, tornando-a um dos principais rituais de produção de verdade: a regulamentação do sacramento da penitência pelo Concílio de Latrão em 1215; o desenvolvimento das técnicas de confissão que vêm em seguda, e o desaparecimento das provações de culpa (juramentos, duelos, julgamentos de Deus); o desenvolvimento dos métodos

de interrogatório e inquêrito; a instauração dos tribunais da Inquisição.¹⁴⁵

O carater jurídico, terapêutico e preventivo do sacramento da confissão, é admitido, e mesmo defendido, pelos próprios membros da Companhia de Jesus.

Madureira, para quem a disciplina pode ser dividida em três aspectos, quais sejam, diretiva, preventiva e repressiva, transcreve e analisa vários comentários de outros autores sobre a função jurídica e médica do confessor:

"Um confessor sábio e zeloso, alliando a qualidade de médico a de juiz, procurando prevenir o penitente sobre o futuro e socegando o seu espírito deante de Deus quanto ao passado, fará com que expie suas intemperanças pela abstinência, suas dissipações pelo recolhimento, o olvido de seus deveres de religião pela oração, pelas leituras pias, pela assiduidade em ouvir a palavra de Deus e assistir aos ofícios divinos; seus arrebatamentos e suas coleras pela doçura e paciência em sofrer as contrariedades, as injúrias, as adversidades, as doenças". (...) "enfim, toda a effiminação, toda a libertinagem e todas as desordens vergonhosas de sua vida criminosa pelas austeridades convenientes".¹⁴⁶

Embora os meios utilizados para fazer o penitente "expiar" os seus pecados e crimes, sejam caracteristicamente religiosos (abstinência, recolhimento, conformação, etc), observa-se uma correspondência entre o crime e o castigo; a dívida e a forma de pagamento; o pecado e a penitência: a pena

¹⁴⁵ Cf. FOUCAULT, Michel. *op. cit.*, (História da Sexualidade I), pp. 58-64.

¹⁴⁶ PALLU. *Du Saint et fréquent usage du Sacrament de Pénitence et d' Eucharistie*. Paris, 1751, p.110. IN: MADUREIRA, J.M. *op.cit.*, p.503.

imposta pelo confessor para a remissão do pecado da intemperança é a abstinência; para a da dissipação, o recolhimento; para o da efeminação e libertinagem, a austeridade conveniente. O confessor deve aliar as qualidades de médico e juiz, de forma a "prevenir" o penitente sobre futuras faltas, ministrando-lhe o "tratamento" adequado, e estabelecendo a justa sentença para a correção dos vícios de uma vida "vida criminosa", desordenada, vergonhosa.

Interessante que os comportamentos e hábitos que implicam em certos excessos no alimentar-se e no mau aproveitamento ou desperdício do tempo, sejam respectivamente denominados como pecados específicos de "intemperança" e "dissipação", enquanto outros comportamentos que envolvem atitudes sexuais tidas como "desviantes" - a efeminação, a libertinagem, etc - recebem um julgamento eminentemente jurídico, constituindo-se como elementos de uma vida não somente pecadora, mas fundamentalmente "criminosa".

Referindo-se a fundação da *scientia sexualis* característica da nossa sociedade ocidental, Foucault afirma que os procedimentos de colocação do sexo em discurso têm na confissão a sua matriz geradora. Desde a penitência cristã até os nossos dias, o sexo tem sido a matéria privilegiada da confissão, que obriga a enunciação verídica da singularidade sexual. A partir do protestantismo, da Contra-Reforma, da pedagogia do século XVIII e da medicina do século XIX, a confissão perde o *estatuto* de ritual e canal exclusivo de produção do discurso verdadeiro sobre o sexo, difundindo-se em outras relações - crianças e pais, alunos e pedagogos, doentes e psiquiatras, delinquentes e peritos -, e tomando novas formas: interrogatórios, consultas, narrativas, autobiografias. A confissão é de tal forma incorporada em nosso cotidiano, que não a percebemos mais como efeito de um poder que nos coage a falar detalhadamente de nossas paixões e desejos. O homem ocidental tornou-se um "animal confitente".¹⁴⁷

¹⁴⁷ cf. FOUCAULT, M. *op. cit.*, pp.59-62

O relato feito ao confessor pelo penitente, sobre os pecados da "carne", permite a constituição de uma "singularidade sexual", já que cada confissão é a narrativa dos caminhos e descaminhos de um indivíduo pelas veredas da tentação.

Segundo uma certa concepção religiosa e psicológica, essas tentações são particularmente perigosas na idade juvenil, daí a necessidade do confessor, como um "freio" para forças desordenadas das paixões que dominam os adolescentes:

"Com effeito, sō o Padre Catōlico tem influên-cia sobrenatural junto às almas dos jovens, princi-palmente quanto chegam ā idade viril, idade das paixões ardentes, idade crítica entre todas e, muitas vezes fatal aos imprudentes que se aventuram na vi-da, sem o freio das forças moraes necessarias ā ju-ventude, especialmente em nossos dias, em que a li-berdade e a licenciosidade andam de braços dados. Ora, sō o Padre Catōlico possue a provisão destas forças moraes".¹⁴⁸

O padre católico é o portador privilegiado de "forças morais" capazes de "frear" as ardentes paixões juvenis, domesticando-as, docilizando-as e dirigindo-as para fins dignificantes - lembrando-se o quanto a paixão é estimulada pelos jesuítas nos desafios e disputas -, dotado de "influên-cia sobrenatural sobre as almas jovens", pois que é represen-tante de um supremo Poder.

Eis como Foucault define a relação confessor-peni-tente, fundada em mecanismos de poder e produtora de "verda-des" discursivas: "Ora, a confissão é um ritual de discurso onde o sujeito da fala coincide com o sujeito do enunciado; é também um ritual onde se desenrola uma relação de poder, pois

¹⁴⁸ MADUREIRA, J.M. *op. cit.*, p.480.

não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia-a e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar". (...) "enfim, um ritual onde a enunciação em si, independente de suas consequências externas, produz em quem a articula modificações intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe a salvação".¹⁴⁹

Maior ainda o poder dos confessores dos colégios jesuítas, designados como diretores de consciência ou pais espirituais dos alunos, cabendo-lhes o íntimo conhecimento da alma de seus "filhos" e a direção de suas consciências no sentido da perfeita retidão moral.

Assim descreve um ex-aluno da Companhia de Jesus, a figura do pai espiritual: "Os professores e os vigilantes ou prefeitos são paes, mas são também mestres: 'luvas de velludo - mãos de ferro'. O Padre Espiritual é tão somente pae; é somente velludo; todavia essas luvas de velludo têm transes pesados e diffíceis, e assim deve sel-o, se se quer ser leal para consigo mesmo. Tenho no meu Padre Espiritual absoluta confiança; elle me conhece intima e completamente. Combinamos entre nós, que eu não lhe occultaria nada, e elle não me revelaria também nada, porque quero ser um caracter e, sem o seu auxilio, nunca chegaria a sel-o".¹⁵⁰

O "diretor de consciência" é um pai persuasivo que extrai ininterruptamente de seu filho espiritual, detalhadas e exaustivas descrições confessionais sobre o seu comportamento individual; e se por um lado, a confissão é um ritual

¹⁴⁹ FOUCAULT, M. op. cit., p.61.

¹⁵⁰ KER, Paul. En pénitence chez les Jésuites. (Tradução espanhola intitulada 'Com os Jesuítas por Castigo'. Friburgo de Brisgovia, Ed. Herder), IN: MADUREIRA, J.M. op. cit., pp.479-80.

de revelação e desvelamento - nada devendo ocultar o penitente ao seu pai espiritual -, por outro, é a afirmação e sacramentação de um poder que nada deve falar sobre si mesmo, apenas exercer-se pelo fazer falar o "outro". A confissão individualiza o penitente, ao mesmo tempo que mantém anônima a intimidade do confessor, visto ser o mesmo uma função de poder, e não o interlocutor de uma fala; e enquanto instância produtora de discursos "íntimos", a própria fala do confessor faz-se ouvir somente para avaliar, punir ou perdoar as faltas reveladas pelo ato de enunciação do penitente.

Interessante a preocupação da Companhia de Jesus em manter o monopólio das almas de seus sacerdotes e alunos, preocupação que é expressa nas instruções para o colégio de Pádua (1545), posteriormente incorporadas ao texto final das *Constituições*.

Nas referidas instruções estabelece-se que cada confessor tenha um número de três ou quatro filhos espirituais, e que ninguém da casa - sacerdote ou aluno - se confesse fora dela, sem o expresse consentimento do Superior. E em caso de alguém do estabelecimento ter de se confessar fora, por motivos urgentes, seja obrigado depois, a confessar em casa tudo o que confessou fora dela, para que seu confessor ordinário possa ajudar sua alma. Mas, caso ocorra de alguém confessar-se fora de casa, sem urgente necessidade, seja notavelmente repreendido, castigado e penitenciado pelo Superior, de modo a servir de exemplo para todos os outros, a fim de não caírem em semelhante erro.¹⁵¹

As interdições e punições previstas para os membros da "casa" ou estabelecimento da Companhia, que se confessem fora dela, parecem ter a função de manter o monopólio da formação dos seus pecados sob a tutela dos diretores espirituais, de forma a evitar possíveis divergências de aconselha

¹⁵¹ AICARDO, Manuel. *op. cit.*, (Comentario a las Constituciones, tomo III), p.161.

mento, formas de ministrar a penitência, métodos de direção espiritual. Os colégios da Companhia estabelecem assim uma divisão rígida entre o mundo externo e o mundo interno ou particular, entre "fora" e "dentro", precavendo-se contra toda e qualquer influência externa, mesmo se esta provém de outra ordem religiosa católica.

Tendo-se indicado a função corretiva, produtiva e preventiva da confissão, instrumento fundamental da educação moral jesuítica, passemos a examinar outras modalidades de disciplinamento moral da Ordem.

Além da rígida separação entre o mundo externo e o mundo interno, observa-se dentro dos colégios jesuítas várias divisões e hierarquizações que têm por função a manutenção da ordem e disciplina.

Referindo-se a separação dos escolares da Companhia, segundo um critério de idade, Madureira afirma: *"Medida sapientíssima de disciplina moral preventiva também a separação (que sempre houve e ainda existe em nossos collegios) dos maiores, dos médios e dos pequenos, não só para evitar o abuso da força dos maiores contra os menores, como também para relacionar os exercícios e as diversões com o physico dos alumnos, mas, sobretudo, tendo em vista o lado moral, afim de observar a disciplina mais apropriada a cada idade e evitar que aprendam os menores o que os maiores, infelizmente, já aprenderam, a custa de sua innocencia"*.¹⁵²

Na separação da população escolar em grupos de maiores, médios e menores faz-se corresponder a cada faixa etária da infância e adolescência, um certo nível de desenvolvimento e capacitação intelectual e física, constituindo-se a referida separação numa tática pedagógica que tem por finalidade adequar os exercícios e atividades escolares com a idade

¹⁵² MADUREIRA, J.M. *op. cit.*, p.505-6. (grifos do autor)

dos alunos. Madureira destaca entretanto, o aspecto "preventivo" da separação dos alunos, como uma medida de disciplina moral, visando evitar que os menores tenham "contaminada" a sua inocência pelo contágio com os maiores, já iniciados na ingaia ciência obtida pela descoberta do corpo como fonte de prazeres pecaminosos. E lembrar que tudo começou quando o primeiro par provou o fruto da árvore do Paraíso...

Além da separação dos alunos em grupos de idade, destaque-se também, como uma medida de disciplina preventiva, os dispositivos de exclusão daqueles alunos que infringem as normas da Companhia: *"A primeira cautela da disciplina preventiva deve ser, pois, excluir dos collegios a convivência dos que, pelas mãos habitos inveterados, não hã esperança de corrigir e regenerar, constituindo-se a sua permanência um perigo e um obstaculo à educação dos outros. Dahi a difficuldade de em receber nos collegios da Companhia, alumnos sahidos de outros estabelecimentos, sem um attestado ou certificado do seu procedimento e do motivo de sua transferencia".*¹⁵³

O colégio é assim, não apenas um espaço de estudo, mas o lugar privilegiado para a correção e regeneração das crianças e jovens, devendo-se excluir os incorrigíveis e degenerados, separando-se o joio do trigo, para a colheita ser proveitosa e fecunda.

Uma outra fonte de "contágio" a ser evitada, diz respeito a leitura de livros inconvenientes pelos alunos: *"Muito peor e mais perigosa do que a mã companhia é a leitura de livros mãos e obscenos. 'Charta non enrubescit', o livro não tem pudor".*¹⁵⁴

Definindo-se a dolescência como a "idade crítica" na qual o corpo desperta para a voluptuosidade, todos os elementos que possam fortalecer tal efervecência dos sentidos, devem ser banidos do espaço normativo do colégio cristão. En

¹⁵³ Idem, p.506.

¹⁵⁴ Idem.

contramos algumas prescrições relativas ao uso de livros pe los escolares, em avisos e documentos do P. Lainez, que se-
rão incorporados ao texto da Constituição:

*"Los libros que tengan no sean lascivos, ni de
autores sospechosos de herejía, ni s̄n corregir; y
los que estān bajo el cuidado de sus padres, no ven
dan sus libros s̄n su permiso, ni los manchen o es-
tropen".*¹⁵⁵

Dentre os livros considerados por Lainez como ircon
venientes para a leitura dos alunos, encontram-se não somen
te os lascivos ou obscenos, mas aqueles de autores heréticos,
visto representar a heresia uma transgressão dos dogmas teo-
lógicos cristãos. Quando Lainez interdita os alunos de tra-
zerem livros que não sejam "corrigidos", indica-nos uma ou
tra modalidade de "censura" jesuítica: são bastante conheci
das e numerosas as edições de clássicos latinos pelos padres
da Companhia, nas quais, autores como Terêncio, Plauto ou Lu-
cílio tinham algumas de suas frases escolhidas para figurar
em diálogos sobre assuntos cristãos.

Madureira elogia o paciente trabalho empreendido en
nos os séculos XVI e XVII, pelos literatos da Companhia que
escreveram diálogos cristãos utilizando-se de frases dos au
tores latinos, "afim de que os alumnos pudessem apreciar as
bellezas litterarias desses auctores, pouco moralizados, sem
prejuizo dos proprios principios moraes e sentimentos do pu
dor, pela leitura das obras originaes dos mesmos auctores".¹⁵⁶

Trata-se de uma tática de apropriação e reorganiza-
ção do discurso de autores não-cristãos, cujas obras merecem
ser conhecidas pelas suas belezas literárias, desde que, "ex
purgados" os trechos que comprometem a moral e a fé cristãs.

¹⁵⁵ AICARDO, Manuel. *op. cit.*, p.206.

¹⁵⁶ MADUREIRA, J.M. *op. cit.*, p.507.

Mas, para disciplinar eficazmente os escolares da Ordem, não bastam as prescrições relativas aos estudos, aos exercícios escolares e ao comportamento moral. O alvo principal de toda e qualquer disciplina é o corpo, daí a necessidade de certas punições e castigos, de certas normas de higiene e salubridade. Corpo supliciado, em cujas feridas o infrator decifra e 'memoriza' cruelmente a sua própria culpa e a sua sentença. Corpo higienizado; investido pelas regras de "boas maneiras"; exercitado pelo esporte e ginástica; bem nutrido; desenvolvido de forma harmoniosa e produtiva, em espaços que ofereçam um nível ótimo de salubridade.

Desde a fundação de seus primeiros colégios, a Companhia de Jesus caracterizou-se pela moderação no uso dos castigos físicos, utilizando como principais mecanismos disciplinares, as sanções positivas (prêmios, honras, dignidades) e a vigilância rigorosa de seus escolares. Esta atitude pedagógica em pleno século XVI - época em que a palmatória e os açoites eram considerados os principais instrumentos de educação -, indica-nos a modernidade do sistema educacional jesuítico.

Vigiar de forma incessante os alunos; fazer do colégio uma série continuada de exercícios de forma a evitar a monotonia e o ócio, e ativar as faculdades físicas e intelectuais; dirigir a consciência dos alunos pela ação do "padre espiritual"; prevenir a ocorrência de abusos ou comportamentos nocivos pela vigilância dos professores, dos Prefeitos, etc; reprimir esses comportamentos por meios não físicos - como diminuir um ponto do aluno, dar-lhe uma nota baixa, inscrever seu nome na lista dos "negligentes", privá-lo de recreio ou mudá-lo de lugar na aula -, são algumas das medidas disciplinares tomadas pelos jesuítas antes de aplicarem o castigo corporal ou expulsarem o aluno do colégio.

Para demonstrar o aspecto inovador da pedagogia da Companhia, Madureira faz referências à severidade da pedago

gia calvinista e luterana. Em 1563, uma menina é condenada pelos calvinistas a três dias de prisão e ao jejum a pão e água por insultos feitos à sua mãe. Quatro anos após a morte de Calvino, um menino foi decapitado por ter batido em seus pais. Lutero, por sua vez, denominava os mestre-escola de "tiranos", sendo entregue oficialmente ao professor no dia da posse, uma vara, como símbolo da disciplina.¹⁵⁷

Destaque-se como uma outra inovação introduzida pela disciplina jesuítica, a expressa proibição de os castigos físicos serem ministrados pelos professores ou padres da Companhia, designando-se para tal função, alguém de fora, que recebia a denominação de Corretor.

As prescrições relativas a função do Corretor encontram-se estabelecidas no texto das *Constituições* - que começam a ser redigidas por Santo Inácio em 1547, passando por várias correções e aperfeiçoamentos, até serem promulgadas oficialmente em 1606, cinquenta anos após a morte do fundador da Companhia -, e em outros documentos que integram as mesmas, como as regras de fundação dos colégios de Roma e Nápoles e da Universidade de Santiago.

Inácio de Loyola especifica nas *Constituições* algumas regras para os castigos e a função do Corretor, como as seguintes:

*"Solamente se encomendará aquí que no falte la corrección conveniente a los que han menestren de los de fuera, y no sea por mano de ninguno de la Compañia" (...) "Para esto, donde se podrá tener corrector, se tenga". (P. 4^a, c.7, n.2, litt. D).*¹⁵⁸

¹⁵⁷ Cf. Idem, p.570.

¹⁵⁸ ALCARDO, Manuel. *op. cit.*, p.177.

Vê-se assim afirmada no primeiro código disciplinar jesuítico, a prescrição para que os castigos dados aos alunos, tanto interno como externos, não sejam ministrados "pe la mão de ninguém da Companhia": as ações violentas devem vir "de fora", para que não sujem as suas mãos os valorosos soldados de Cristo.

Nas regras de fundação do colégio de Nápoles especificam-se mais alguns pontos sobre os castigos e o castigador:

*"Que en todo caso haya un castigador en el Colégio, el cual debe de estar fuera de las puertas del Colegio, y no tomar presentes de los estudiantes".*¹⁵⁹

Mais uma vez é reiterado o dispositivo disciplinar que estabelece dever ser o Corretor ou castigador alguém que "está fora das portas do colégio", ou seja, alguém que não é membro da Ordem: a repressão é exercida, portanto, através de canais "externos". O corretor está proibido de aceitar presentes dos alunos, pois nenhum laço de intimidade, gratidão ou amizade, deve ligar castigado e castigador.

No documento de fundação do colégio de Roma encontramos certas normas que dispõem sobre o comportamento a ser seguido pelos alunos, explicitando-se o tipo de vínculo contratual que une o Corretor à Companhia.

Os alunos devem ser quietos e guardar modéstia no falar e em tudo o mais, e caso não façam seu dever e sejam crianças às quais não bastam palavras, *"tiēnese um corrector de fuera salariado para efecto de castigárlas y tenerlos en temor, sín que ninguno de los Nuestros ponga las manos en ninguno"*.¹⁶⁰

¹⁵⁹ Idem, p.183.

¹⁶⁰ Idem, p.190.

Aplicam-se os castigos físicos somente em casos do aluno não atender aos mecanismos de persuasão, sendo o corretor pago para castigar, infundindo temor nos alunos: Verifica-se mais uma vez a interdição imposta aos membros da Ordem de "porem as mãos" em algum dos escolares, para efetivarem punições. O Corretor, além de ser alguém "de fora" do colégio, é pago para realizar o seu trabalho, enquanto os membros da Companhia realizam seus deveres como missionários.

Padre Nadal, destacado colaborador de Santo Inácio, explica alguns dos motivos das repetidas priobições feitas aos professores e demais integrantes dos colégios jesuítas, sobre o "pegar" ou "tocar" nos alunos. Nas regras dadas por Nadal em uma de suas visitas ao colégio de Viena, temos a seguinte:

"15. La dificultad, pues la pone San Ignacio en quiēn ha de pegar, y a quiēn se ha de pegar. Y primero no debe pegar ninguno de los Nuestros, ni sacerdote, ni escolar, ni lego, por que no es eso digno de la enseñanza religiosa, y porque no se ha de tocar ningún niño por amor a la castidad".¹⁶¹

O tema do "pegar" ou "tocar" dos alunos era, portanto, objeto de preocupação do fundador, explicando Nadal a razão desta preocupação e o fato de ser interditado a qualquer membro da Ordem (sacerdote, aluno ou leigo) o exercício de castigos físicos, por não ser isso "digno" do ensino religioso. Sendo o "amor à castidade", ou seja, a pureza, uma das virtudes cristãs básicas, o "tocar" o corpo representa um perigo de quebra dessa castidade, em virtude de implicar numa intimidade - embora dolorosa para o castigado -, entre aquele que castiga e aquele que é castigado. Sendo o aprimoramento da alma e o cultivo do espírito a principal finalidade do ensino religioso, não se deve permitir aqueles que o ministram de "sujarem" a sua alma e as próprias mãos "tocando"

¹⁶¹ Idem, p.197.

em corpos indisciplinados. Além disso, a interdição estabelecida de "não tocar nenhuma criança por amor a castidade", sugere que de tal toque, mesmo que violento e doloroso, pode advir alguma espécie de prazer maligno.

Indiquemos as regras básicas das *Constituições*, a serem observadas na aplicação dos castigos físicos.

Os menores podiam ser açoitados, os médios receberiam apenas golpes de palmatória, e os grandes seriam apenas repreendidos, primeiro em particular, depois em público. Em caso de não atenderem as repreensões, seriam expulsos do colégio. Os golpes e pancadas não deviam exceder de seis, recomendando-se que fossem dadas com moderação e sem causar ferimento, e sendo expressamente proibido puxar as orelhas e bater no rosto ou na cabeça do aluno. Tampouco se devia aplicar o castigo em lugar solitário, mas sempre na presença de, pelo menos, duas testemunhas.¹⁶²

Observa-se uma relação entre os graus ou tipos de castigo e a idade dos alunos, estabelecendo-se penas mais violentas para os menores, o que parece indicar ser o castigo físico eficaz apenas em crianças, vistas como seres menos "influenciáveis" e "sugestionáveis" aos apelos da razão e aos meios disciplinares persuasivos, como as repreensões. Destaque-se ainda o cuidado em evitar os excessos, e a necessidade dos castigos serem efetuados em presença de "testemu-nhas": ritual jurídico-penal, em que o castigo constitui-se como uma cerimônia e um exercício a ser assistido e "testemu-nhado" para que se verifique a vigilância e avaliação da apli-cação da pena.

¹⁶² Ver: FRANCA, Leonel. *op. cit.*, (A Pedagogia dos Jesuítas), p.63; MADUREIRA, J.M. *op. cit.*, (A Companhia de Jesus e sua pedagogia. vol. I), p.579; LEITE, Serafim. *op. cit.*, (História da Companhia. tomo I, livro I, cap. V, § 8), p.90.

A instituição do Corretor aparece ainda, como uma medida de ordem técnica, disciplinar e psicológica, que tem a função de evitar o ressentimento, o ódio ou sentimento de perseguição por parte dos alunos, caso fossem os professores ou demais membros do colégio que os castigassem. Especialização das funções e divisão das tarefas: ao professor cabe apenas educar e instruir, ficando os castigos a cargo de alguém especializado para a função. A mão que toca brutalmente os alunos, infringindo-lhe castigos físicos, é a mão de alguém "de fora" da Companhia, pago para tal, embora a pena seja imposta por figuras que integram a hierarquia de poder da Ordem. Dessa forma, todo o ódio ou mágoa que porventura sintam os alunos ao serem castigados, projeta-se no Corretor, permanecendo os mestres "dignos de respeito", por não terem sujado as mãos.

O aspecto ativo da pedagogia jesuítica não se restringe a participação dos alunos nas práticas de correção dos exercícios escolares. O aluno, tanto é treinado e incentivado a desempenhar algumas das funções do professor - lembrando-se, dentre as várias atribuições dos "êmulos" e "decuriões", a de auxiliarem os mestres na correção das respostas aos desafios, e dos erros de gramática ou ortografia observados nas composições escritas -, como é também investido de poderes especificamente disciplinares e corretivos.

Queremos nos referir as figuras do "censor" e do "síndico", que têm suas funções explicitadas no *Ratio* e nas *Constituições*. Podemos dizer que, enquanto os êmulos e decuriões são auxiliares diretos do professor, o censor e o síndico representam, de certa forma, o "braço escolar" do Corretor.

Na Regra 37, do Prefeito de estudos inferiores, contida no Ratio, encontramos estabelecidas as seguintes prescrições relativas a função do censor:

"Segundo o costume de diferentes regiões, no meie em cada classe um censor público, ou se não soar bem o nome de censor, um decurião chefe ou pretor, e para que seja mais respeitado pelos condiscípulos deverá ser distinguido com algum privilégio e terá o direito de impor, com a aprovação do mestre, algumas penas menores aos companheiros. Será ainda seu ofício observar se algum discípulo passeia pelo pátio antes do sinal, se entra em outra aula, ou deixa a própria aula ou lugar. Leve também ao conhecimento do Prefiito, os que faltam cada dia; se alguêm, que não é estudante, entrou na aula, enfim qualquer falta cometida em aula, na ausência ou presença do professor".¹⁶³

Enquanto figura reconhecida publicamente como tendo por encargo auxiliar na conservação da ordem e da disciplina, o Censor, nomeado pelo Prefeito de estudos, expressa a capilaridade de um poder em contínua expansão e exercício. Poder que reprime, ao mesmo tempo que produz técnicas e funções destinadas a prevenir as infrações, tornando mais sutis, poderosas e abrangentes as modalidades de repressão. Repressão constituída e exercida através de uma ininterrupta vigilância.

As atribuições do "sĩndico" encontram-se assim definidas nas *Constituições para a Universidade de Messina*: "En cada classe haya un sĩndico que se entere de las conversasiones y lo diga ao professor. El sĩndico sea secreto, y delate secretamente".¹⁶⁴

Ao contrário do censor ou pretor, o sĩndico é uma figura de poder não reconhecida publicamente por aqueles sobre os quais exerce a sua vigilância. Poder que se oculta, para melhor "ouvir".

¹⁶³ FRANCA, Leonel. *op. cit.*, p.174.

¹⁶⁴ AICARDO, Manuel. *op. cit.*, p.193.

Comparando-se as regras do *Ratio* e das *Constituições*, respectivamente para as funções de censor e de síndico, verifica-se precisamente que a vigilância exercida pelo censor diz respeito ao "olhar" o comportamento de seus colegas, ao passo que a do síndico resume-se ao "ouvir" suas conversas. Os olhos e os ouvidos do rei? Ora, o Olhar constitui-se como o Verbo primeiro e o órgão-mecanismo fundamental da sociedade disciplinar. Olhar que significa conhecer, criar, vigiar e dominar. Antes surdos do que cegos, parece ser a lei que rege o panoptismo.

Sobressaindo-se os jesuítas pelo caráter "realista" de sua pedagogia, muito mais do que objeto de punição e castigo, o corpo é um instrumento útil, que deve ser fortalecido e exercitado.

Na IV parte das *Constituições* são expostas várias normas sobre os cuidados com o corpo e a saúde dos escolares.

Para que pudessem dedicar-se ao serviço divino e ao próximo, deviam os alunos observar certas regras para a conservação do corpo e de suas forças, e tendo em vista o trabalho mental requisitado pelos estudos, concedessem o tempo suficiente para o sono, e a exata medida para os alimentos.¹⁶⁵

Afora essa regra geral firmada pelas *Constituições*, encontramos nas normas de 1545 e 1565, para o colégio de Pádua, instruções detalhadas sobre a forma de proceder à disciplina corporal.

No primeiro documento (1545), dispõe-se sobre os seguintes itens: a) durante o inverno os alunos devem acordar antes do dia, e no verão ao amanhecer, estabelecendo-se entre seis a sete horas de sono; b) durante as refeições seja lido algum livro de "boa doutrina" e se faça alguma exorta-

¹⁶⁵ Idem, p.159.

ção; c) cada aluno deve dormir em leito separado, nunca junto com outro; nenhum aluno deve entrar no quarto de um outro sem a sua licença, e quando o fizer, a porta deve ser mantida aberta; d) cada aluno deve ter suas camisas marcadas, e nenhum deve usar a vestimenta do outro; e) caso algum aluno adoça, não deve tomar nenhum remédio sem ouvir o conselho do médico, que é escolhido pelo Superior; f) todos os alunos devem dormir e acordar segundo o horário assinalado, não sendo permitido a nenhum de ficar mais tempo no leito, sem a permissão do Superior.¹⁶⁶

Façamos algumas apreciações sobre tais regras.

No primeiro item das referidas instruções, expressa-se a preocupação com a correta distribuição do tempo e a necessidade de um horário exato para o repouso cotidiano, a fim de restabelecerem-se as forças corporais dispendidas durante o dia nas atividades escolares. Sendo o alimento uma dádiva que nos é concedida por Deus, as horas dedicadas às refeições devem levar o aluno a uma comunhão com Ele, daí o conselho para que sejam lidos trechos de obras edificantes ou de "boa doutrina", ou então proferidas exortações: o alimento para o corpo há que ser ministrado juntamente com o alimento espiritual.

No que tange as determinações sobre a separação dos leitos dos escolares e as proibições de um entrar no quarto do outro sem o seu consentimento, ou fecharem a porta do quarto, temos expressos certos cuidados com a higiene corporal e espiritual. Evita-se a promiscuidade, a mistura despudorada e nociva dos corpos, o perigo do contágio de doenças, tanto da mente, como da alma. Exigência de salubridade e castidade. Também as vestimentas hão que ser "marcadas" com o nome de cada aluno, sendo de uso exclusivo do dono: as vestes são uma extensão do corpo, e pelos ditames da higiene e da castidade não podem ser "misturadas". Os alunos enfermos são interditados de tomarem qualquer remédio sem conselho de um

¹⁶⁶ Idem, pp.160-62.

médico, sendo o mesmo designado pelo superior, e não pelo doente, que é assim submetido a autoridade e ao saber de dois diferentes canais de poder: o da ciência e o da religião. Consituindo-se a doença em um desequilíbrio das funções orgânicas, a correção ou restabelecimento de um padrão ótimo de saúde deve estar a cargo de alguém que tenha o seu saber regido pela normatividade médica. Finalmente, no último item das citadas instruções jesuítas, são reiterados os dispositivos regulamentares relativos a fixação de um horário para os alunos dormirem e acordarem.

O segundo documento para o colégio de Pádua, datado de 1565, é ainda mais completo no que se refere às instruções para a conservação da saúde e das forças corporais. Segundo Aicardo, na elaboração desse documento, intervieram os padres Polanco e Nadal, respeitando os dispositivos disciplinares deixados pelo fundador da Companhia, Inácio de Loyola. As instruções de 1565, tinham por título: *Constitutiones que en los Collegios de la Compañia de Jesús se deben observar para el bien proceder dellos a Honor y Gloria Divina*. Na Regra 18, do primeiro capítulo, interdita-se os alunos de praticarem mortificações, penitências ou abstinências, sem o expresso consentimento do Reitor e do confessor.¹⁶⁷

Tendo em vista o digno propósito da Companhia, de tudo fazer pela honra e glória divinam e para ajudar o próximo, os excessivos sacrifícios que debilitassem o corpo seriam mesmo um obstáculo à realização de referidos objetivos. Os soldados da armada de Cristo devem ter a alma pura e o corpo fortalecido.

O fato de as interdições impostas às mortificações ou abstinências excessivas resultarem do cuidado observado pelos jesuítas com a conservação da saúde, pode ser atestado pelo seguinte comentário de Madureira:

¹⁶⁷ Idem, p.165.

"O próprio Santo Inácio, embora pessoalmente cultivasse rigoroso ascetismo, não permitia penitências nocivas à saúde, tendo tido o ensejo até de obrigar um jovem religioso, que observara jejum além dos dias marcados, a levantar-se da cama e, deante d'elle, tomar uma refeição por castigo".¹⁶⁸

Curioso procedimento disciplinar, em que aquele que pratica voluntariamente sacrifícios corporais, como a abstinência, recebe como castigo a pena de alimentar-se convenientemente. Objetiva-se, portanto, não o suplício e a mortificação, mas a disciplina correta do corpo, capaz de estimular as "faculdades" físicas e mentais, e produzir habilidades. Nas oficinas da sociedade disciplinar, como a escola, o exército, a fábrica, a família,¹⁶⁹ etc, devem ser "produzidos" indivíduos aptos e sãos, instrumentos úteis para o eficaz desempenho de funções sociais. O suplício e as mortificações, resultam de uma concepção jurídica e penal baseada em mecanismos de interdição e punição que tem como eixo central a Lei. A disciplina, ao contrário, funda-se na Norma, sendo a sua prática mais característica o "exercício": aqui, interdita-se para melhor produzir.

O capítulo 3, do segundo documento para o colégio de Pádua, trata precisamente de "como conservar a saúde as forças corporais necessárias ao divino serviço e do próximo, em nosso Instituto". Indiquemos primeiramente o título de algumas das regras, respeitando-se em nossa enumeração das mesmas, a ordem de sequência do documento:

¹⁶⁸ MADUREIRA, J.M. *op. cit.*, p.619.

¹⁶⁹ Referimo-nos especificamente a família nuclear moderna, devidamente higienizada e normatizada. Ver: COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

*Regra 1: Cuidado moderado de la salud.; 2) Moderación en devociones y estudios.; 3) Dormir competente.; 4) De la hora del comer.; 5) Cualidad e cantidad de la comida conveniente.; 6) Después de comer, no fatigar la mente.; 11) Evitar otras ocasiones de enfermar.; 12) Cuando uno se siente enfermo.; 13) Un enfermero.; 14) Hacer ejercicio.; 15) Alguna recreación honesta corporal.; 16) Un visitador.*¹⁷⁰

Analisemos o sentido geral das regras mencionadas.

Pelo próprio título das instruções para o colégio jesuíta de Pádua, podemos verificar o quanto o corpo é tomado como alvo das normas disciplinares. Indica-se "moderação" nos cuidados com a saúde, os estudos e a devoção, devendo-se respeitar medidas de horário, qualidade e quantidade, tanto para o repouso, como para a alimentação. Tendo em vista a atenção moderada requisitada no cuidado com o corpo, deve o aluno poupar-se de certos esforços mentais, depois de comer, bem como, evitar ocasiões para adoecer. Uma figura de higienização e medicalização - enfermeiro - serve de título à uma das regras, prescrevendo-se ainda exercícios e recreações corporais "honestas", e designando-se, por último, uma figura de vigilância: o visitador.

Como vimos no primeiro capítulo de nosso trabalho, o conceito de "normal" em medicina, significa o que é conforme a regra, regular, sendo em seu sentido filosófico, aquilo que não se inclina nem para a direita, nem para a esquerda, conservando o justo meio termo.

A moderação é, portanto, uma virtude moral e um padrão de saúde.

¹⁷⁰ AICARDO, Manuel. *op. cit.*, pp.168-70.

Frisando-se que o segundo regulamento de Pádua, en contra-se redigido em espanhol arcaico, ao expormos algumas de suas regras referentes ao corpo, tentaremos respeitar-lhes o sentido e a forma da linguagem, procurando-se, o mais pos sível, adequá-la à estrutura de nosso idioma.

Os dispositivos básicos contidos nas regras do colé gio de Pádua, são os seguintes:

Regra 1: Evite-se ter demasiada preocupação com a saúde ou temor com a doença, procurando, entretanto, conser var o cuidado conveniente com a saúde e as forças corporais, já que os enfermos - por necessitarem ser atendidos -, repre sentam um impedimento, em nada ajudando a Companhia. 3) con ceda-se regularmente cerca de sete horas para o sono, a fim de que o dormir seja suficiente aos fins naturais; seja esta belecido um horário certo para todos se recolherem e acorda rem. 4) realizem-se as refeições em horário conveniente, no qual todos devem estar presentes; bençam-se todos antes de comer; durante o tempo em que se está a mesa, leia alguém um livro apropriado para o momento, seguindo-se ao fim de cada refeição, os agradecimentos a Deus. 5) aprovisionem-se os alimentos convenientes à saúde, em quantidade suficiente que baste para manter as forças do corpo, e de qualidade tal, que não sobrecarregam o estômago e dificultem a digestão. 12) sen tindo-se alguém indisposto, comunique o fato ao enfermeiro, que informará sobre sua doença ao médico, sendo este escolhi do pelo Reitor. Conforme parecer do médico, o doente tomará os remédios necessários, feitos pelo boticário, proibindo-se outros tipos de medicamento. 13) tenha-se no colégio um en-fermeiro, que cuidará para que a doença de um, não seja oca sião de muitos caírem enfermos. Evita-se assim, que os sa- dios adoeçam e percam aulas. 14) conceda-se diariamente e antes das refeições, meia hora à exercícios corporais como var rer, fazer camas, carregar ou acender a lenha, lavar e esten der a roupa, ou uma outra tarefa que seja útil ao colégio, ou ainda um bom exercício. No último caso, se outra utilidade não tem, tenha esta de ser um exercício. 15) conceda-se al gum horário para a honesta recreação corporal, que deve rea

*lizar-se após as refeições; entre as horas do estudo faça-se algum relaxamento, o que é útil tanto para o corpo, como para o próprio estudo, voltando-se ao mesmo com maior disposição de se aproveitar. 16) tenha-se um visitador ou superintendente para as coisas do corpo, que observará o que cada estudante precisa, avisando ao Reitor para tomar providências; o visitador deve, também, verificar se os estudantes estão vestidos apropriadamente, de acordo com a estação do ano.*¹⁷¹

Temos, primeiramente, a afirmação do valor da saúde e das forças corporais, constituindo-se a doença num fator que "impede" o bom funcionamento dos estabelecimentos da Companhia de Jesus, visto reclamar o seu portador (o doente) de certos cuidados, que devem ser dispendidos exclusivamente no serviço a Deus e ao próximo.

Em virtude da necessidade de "conservar" uma boa disposição física, prescrevem-se regras para todas as necessidades básicas do corpo, como o sono, a alimentação, a forma de tratar e evitar as moléstias - sendo a saúde a condição básica para se ter um corpo produtivo e harmonioso -, bem como, os exercícios, recreação e as vestimentas apropriadas para cada estação, de forma a ajustar o organismo as condições climáticas. São reiterados os dispositivos contidos na instrução anterior para o colégio de Pádua, relativos ao horário de comer e dormir, a duração do sono, e a forma de proceder as refeições (leitura de um livro apropriado, bênçãos e graças a serem feitas antes e ao término de cada refeição).

As normas de 1565, para o colégio de Pádua, em comparação com as anteriores (1545), além de exporem com maior detalhe as prescrições para a alimentação, o tratamento das doenças, e os exercícios, introduzem novos dispositivos regulamentares e especificam outros mecanismos disciplinares.

¹⁷¹ Idem.

Dentre os novos dispositivos regulamentares destaca-se primeiramente o que estabelece a necessidade de manter-se uma provisão de gêneros alimentícios, em quantidade e de qualidade convenientes para a manutenção das forças corporais. Os alimentos aprovisionados devem ser de um tipo que favoreça a digestão. O cuidado na escolha e no balanceamento dos alimentos, expressa uma normatização dos elementos nutricionais segundo critérios simultaneamente sanitários e morais: os alimentos constituem-se como um dos principais veículos para a conservação da saúde e a formação de hábitos de comportamento corretos e equilibrados. Dessa forma, a alimentação é um fator de adestramento moral e corporal. Como obter corpos sãos, ágeis e produtivos se os alimentos ingeridos sobrecarregam o estômago, dificultam a digestão e não ajudam na manutenção das forças físicas?

Jurandir Costa, ao analisar teses de higienistas brasileiros do séc. XIX, inclui as suas prescrições alimentares como componentes do disciplinamento do corpo. A apreciação do valor moral dos alimentos encontra-se expressa nas definições dadas ao regime vegetal e animal: para alguns higienistas, a alimentação baseada exclusivamente em produtos animais - como a carne -, produziria qualidades como "força física", "coragem", "dureza de caráter", "crueldade", "paixão desenfreada", "ambição pelo ouro", "tendência à pilhagem e ao assassinato", enquanto para outros, a alimentação constituída basicamente de elementos vegetais, tornaria os homens "tímidos", "dóceis", "crédulos", provocando o embotamento da sensibilidade e da inteligência. Preconizam ainda os higienistas, que a formação de bons hábitos na criança deve começar com a renovação dos costumes alimentares. Com o alimento, ingere-se não somente as "boas e más idéias": sua composição físico-química, gera, por si mesma, características morais úteis ou perniciosas ao indivíduo.¹⁷²

¹⁷² Cf. COSTA, Jurandir Freire. *op. cit.*, pp. 175-79. Dentre as obras de higienistas brasileiros do século XIX, citadas por Jurandir Freire destacamos: ROSÁRIO, Alexandre José do. *Dissertação sobre a influência dos alimentos e bebidas sobre o moral do homem*. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1839.

Continuando nossa análise das instruções disciplinares de 1565 para o colégio de Pádua, temos em sua Regra 6, a prescrição que estabelece que logo após as refeições, devem ser evitados os estudos ou qualquer atividade que reclame concentração ou fatigue a mente; enquanto na Regra 7, ordena-se aos estudantes que se vistam de forma conveniente à saúde e à decência, sendo aconselhável aos mesmos, trajarem-se de forma semelhante aos eclesiásticos.

Reabastecidas as forças físicas com as refeições, a mente deve ser "poupada" de esforços mentais: tudo deve ser "medido"; cada atividade posta em correspondência com outras que lhe antecedem ou lhe dão seguimento; os movimentos corporais realizados de acordo com um ciclo temporal e com o estado geral do organismo. O ócio é tão danoso à disciplina, quanto os esforços excessivos, que geram fadiga e impedem um bom rendimento, daí a necessidade de todas as atividades de desenvolverem-se de acordo com uma série cronológica - um "programa" -, e cada operação dever ajustar-se ao ritmo e condições internas do organismo.

Assim como os alimentos, as vestimentas recebem uma valoração simultaneamente moral e sanitária: hão que ser "convenientes" para a "saúde" e a "decência". Aconselha-se uma homogeneização dos trajes dos escolares e eclesiásticos, sendo preferível os primeiros andarem como membros da Igreja. O hábito faz o monge, a roupa investe (e reveste) o corpo de certos sinais.

As Regras 8, 9 e 10, repetem os dispositivos do documento anterior, de 1545, para o colégio de Pádua, relativos a separação dos leitos e roupas dos estudantes, reiterando-se a proibição de os alunos dormirem juntos ou usarem os trajes de um outro: a disciplina impõe uma ordem onde são interditas as "misturas" confusas que dificultam a vigilância e possibilitam "contágios" e "promiscuidade"; na ordem disciplinar tudo deve receber um sinal individualizador (camisas mar

cadadas com o nome do aluno; cartão entregue ao padre na hora da confissão, com o nome e classe do aluno, etc), de forma a permitir o controle e a localização de cada indivíduo, de acordo com certos procedimentos de classificação.

Um novo mecanismo disciplinar é introduzido nas Regras 12 e 13, que dispõem sobre as atribuições do enfermeiro. Este passa a figurar como um canal de mediação entre o doente e o médico: em caso de alguém sentir-se indisposto, deve falar ao enfermeiro, que comunicará o fato ao médico. Como no documento anterior (1545), a designação do médico é de competência do Reitor. O doente tomará os remédios indicados pelo médico, sendo os mesmos feitos pelo boticário ou farmacêutico, proibindo-se ao aluno de ministrar a si mesmo qualquer outro tipo de medicamento, ou seguir as instruções de uma outra pessoa que não o médico.

O enfermeiro, o médico e o farmacêutico são os "sacerdotes" de três ramos da medicina: a profilaxia, a terapêutica e a farmacologia. Artes de prevenir, curar e preparar os medicamentos para o tratamento das doenças.

O caráter profilático da função do enfermeiro fica explicitado na Regra 13, do documento ora analisado, na qual estabelece-se como sendo sua atribuição, "cuidar para que a doença de um, não seja ocasião de muitos caírem enfermos", de forma a "evitar que os sadios adoeçam e percam aulas": O enfermeiro é o guardião zeloso de um dos portais do templo da saúde, incumbido de "prevenir" as doenças e "evitar os contágios". Prevenção que tem também a finalidade de impedir o desperdício do tempo e a quebra do ritmo das atividades escolares: deve evitar-se de os alunos "perderem" aula, por motivo de doença.

Sendo o colégio um aparelho onde processa-se uma série ininterrupta de exercícios regulados pelos critérios de utilidade, habilitação e qualificação - donde, corpo útil,

hábil e qualificado para o desempenho de certas funções -, prescreve-se nas Regras 14 e 15 do segundo documento de Pádua, que seja reservado um horário, respectivamente, para os exercícios corporais úteis (como varrer, fazer as camas, lavar roupa, etc) e para a honesta recreação corporal. Em caso de não haver necessidade de se realizarem exercícios úteis ao colégio, ofereça-se um bom exercício "que mesmo não tendo outra utilidade, tenha de ser um exercício". Embora a utilidade do exercício corporal seja articulada a operação que tem por finalidade realizar - como varrer, cortar lenha, etc -, o próprio exercício tem uma utilidade em si mesmo, evitando o ócio, fortalecendo os músculos, agilizando os membros, impondo ao corpo posturas corretas e disciplinadas. Os diversos jogos desportivos e a ginástica seriam tipos de "bons exercícios", que têm precisamente a utilidade de tornar o corpo exercitado, dócil, adestrado.

Antes das refeições: exercícios corporais; depois das refeições e entre as horas de estudo: honesta recreação corporal. Corpo exercitado, corpo útil; corpo relaxado, pausa para o descanso. As próprias atividades recreativas têm uma função utilitária: os momentos de relaxamento apresentam-se como algo "útil tanto para o corpo, como para os estudos", pois após a recreação volta-se "ao estudo com maior disposição de aproveitar". O relaxamento e a recreação têm a finalidade de permitir a recomposição das forças, e auxiliar os processos digestivos.

Esse corpo bem alimentado e repousado pelo sono regulado; higienizado e medicalizado; exercitado e relaxado, merece, ainda, a atenção de um *visitador*, também denominado na Regra 16 (no regulamento de 1565, do colégio de Pádua) de *superintendente para as coisas do corpo*, cabendo-lhe observar o que os estudantes precisam e verificar se estão vestidos de acordo com a estação do ano. A preocupação em inspecionar as vestimentas usadas pelo aluno em cada estação, traz implícita a finalidade sanitária de evitar as moléstias - cui

dando-se para não expor indevidamente o corpo ao calor, ao frio ou as correntes de ar - pelo ajustamento do organismo às condições climáticas.

Nos colégios jesuítas, as mais ínfimas operações do corpo - como o banho -, são submetidas a vigilância, controle e disciplina, por parte dos diferentes canais de poder da Companhia. A este respeito, diz Madureira:

*"É também um dever do Prefeito fiscalizar o banho dos alumnos, dando o signal para entrar nos banheiros, para abrirem e fecharem o chuveiro, para sahirem dos mesmos compartimentos e para fazerem os exercícios de reação physica necessarios após o banho, exigindo rigoroso silencio durante todas estas operações".*¹⁷³

A elaboração do ato de banhar-se também integra uma espécie de esquema anátomo-cronológico do comportamento, ou seja, é objeto de um "programa": o ato é decomposto em diversas "operações" (entrar no banheiro, abrir o chuveiro, fechar o chuveiro, fazer os exercícios de reação física), prescrevendo-se uma ordem de sucessão para cada movimento e um tipo de comportamento a ser observado durante todas as operações: os alunos devem manter um "rigoroso silêncio". O banho, como de resto todos os movimentos do corpo, constitui-se também como uma ocasião para os exercícios. Sob a fiscalização do Prefeito, os alunos realizam "exercícios de reação física necessários após o banho". Exercitar sem trêguas o corpo é uma necessidade imperativa do regime disciplinar.

Interessante que a referência de Madureira a forma de proceder os banhos nos colégios jesuítas, integre o capítulo sobre a educação moral: durante o banho o corpo é lavado e higienizado; no banho o corpo está nu, despido, o contato e a visão dessa superfície desnuda pode despertar pensa-

¹⁷³ MADUREIRA, J.M. *op. cit.*, p.588.

mento e atos pecaminosos. Necessário, portanto, moralizar o corpo ao mesmo tempo que ele é higienizado. A presença vigilante do Prefeito garante a consecução desse duplo objetivo.

As normas referentes as condições de salubridade e ao regime alimentar adotado nos colégios da Companhia de Jesus, são também objeto dos comentários de Madureira e Serafim Leite.

Sobre as condições de salubridade dos colégios jesuítas, afirma Madureira:

"O clima, o meio, o ambiente, o ar que se respira e em que estamos, por assim dizer, imersos, constituem a primeira condição para o bem estar e o bom desenvolvimento physico. Por isso, os Jesuítas estabeleciam os seus Internatos longe da atmosphera das cidades escolhendo para os seus Externatos os pontos mais salubres e elevados das grandes capitales. Procuravam, para os seus estabelecimentos, sitios em que o ar circulasse ampla e livremente, cercando-os de alegres e verdejantes arvoredos, isto é, empregando como auxiliares da educação physica, a luz, o sol, a amenidade, a alegria, condições que julgavam indispensaveis ao meio em que devia viver, crescer e formar-se o alumno".¹⁷⁴

Significando a salubridade o conjunto das condições favoráveis à saúde, e sendo esta uma qualidade fundamental a ser mantida nos colégios da Ordem, o clima, o ar, a luz, e ambiente, etc, constituem-se como fatores propícios - no caso de atenderem às condições de salubridade -, ao crescimento físico e moral. O discurso de Madureira - sendo sua obra editada no início do século - denota a influência do discurso médico e higienista dos séculos XVIII e XIX. A sua forma de definir as condições necessárias à saúde é bastante diferente

¹⁷⁴ Idem, p.614. (grifos do autor)

da linguagem utilizada nas *Constituições* e nos regulamentos do colégio de Pádua, resguardando-se as devidas distinções entre a linguagem utilizada em um documento e aquela (ou esta) de obras teóricas.

Sabendo-se que a disposição do espaço arquitetônico é também um elemento que deve ser submetido às normas de salubridade, Madureira descreve as dependências do colégios jesuítas, de forma a demonstrar as suas excelentes condições higiênicas e sanitárias: "*longos corredores, abundantemente arejados e iluminados, dependências que facilitam o movimento disciplinar das extensas filas de alunos*"; "*três grandes salões de estudo de numerosas salas confortáveis, com suficiente luz lateral - esquerda, abundante cubagem de ar, continuamente renovado, graças a numerosas janellas gregas e portas*"; "*grande capella dos alunos e outra capella destinada aos Congregados, o grande e alegre salão de refeitório, três vastíssimos dormitórios, com muitas janellas e venezianas, além dos respiradouros que purificam o ar no verão*"; "*três vastos pateos de recreios, com alpendres e telheiros, para o abrigo do mau tempo, numerosíssimos compartimentos com chuveiros uns e com aparelhos sanitarios outros, tudo cercado de bello arvoredo*".¹⁷⁵

A circulação do ar deve favorecer a respiração; o tipo de iluminação de cada compartimento deve ser adequado as atividades que aí são desenvolvidas, permitindo uma correta visibilidade; os cômodos devem facilitar os movimentos dos que neles circulam: tudo há que ser conforme as normas santárias estabelecidas pelo saber médico. O colégio é um espaço profilático e terapêutico, ou antes, um espaço higienizado.

¹⁷⁵ Idem, pp.616-17.

A observância às normas médicas pode ser atestada nos comentários feitos pelo padre Madureira, sobre o regime alimentar dos colégios jesuítas:

*"No que diz respeito à salubridade da alimentação, attribuem os médicos a origem da maior parte das doenças do aparelho digestivo, às águas contaminadas ou impuras, à falsificação do leite, de ordinário privado de seus melhores elementos nutritivos e, não raro, deteriorado, às gorduras mal fabricadas e à pouca higiene na cultura das hortaliças. De todos esses perigos está livre a alimentação dos alumnos em nossos Internatos, onde existe em abundância água potavel, proveniente dos mananciaes pertencentes ao Collegio, águas isentas, portanto, de infecções assás communs aos cursos d'água expostos à ignorancia e indiscreção da população. O leite, puro e substancioso, é extrahido de vaccas, entabuladas no proprio estabelecimento; as banhas, de excellente qualidade, são retiradas de porcos cevados convenientemente, sem a mistura de elementos estranhos; as hortaliças, cuidadosamente cultivadas sob a immediata e diaria fiscalização dos Padres, constituem um dos elementos da sadia alimentação fornecida aos alumnos dos Collegios dos Jesuitas. Quanto aos demais generos alimenticios, adquiridos nos estabelecimentos commerciaes, ha todo cuidado no fornecimentos, sendo comprados tão somente artigos de primeira qualidade".*¹⁷⁶

O colégio jesuíta é um pequeno Estado, que produz os gêneros alimentícios básicos para o seu próprio consumo, respeitando no cuidado e tratamento dos mesmos, as condições de salubridade alimentar requeridas pelo saber médico. Pode-se deduzir serem todos os cidadãos dessa pequena república

¹⁷⁶ Idem, pp.620-21. (grifos do autor)

(das letras, da moral, da religião e da saúde), indivíduos conhecedores das normas higiênicas e dotados de senso de "discreção", ou seja, de pudor, ao contrário da "população" - os elementos do povo e que vivem no mundo "externo" a esse reino da Ordem -, cuja "ignorância" e "indiscreção", ou seja, despudor, são responsáveis pela contaminação dos cursos d'água "expostos": sendo o colégio um mundo fechado e higienizado, seus membros estão protegidos de perigos como infecções, falsificações de alimentos, etc.

Façamos um retorno no tempo.

Vejamos como são apresentadas as regras que dispõem sobre o regime alimentar a ser seguido pelos colégios jesuítas da Província do Brasil, no século XVI.

Além das *Constituições*, que determinam as regras gerais a serem observadas por todos os estabelecimentos da Companhia, Serafim Leite faz referência a um certo número de práticas e usos condicionados pelas circunstâncias do lugar e do meio, práticas e usos que encontram-se regulados num certo número de documentos que constituem o direito consuetudinário legitimado pela Companhia de Jesus, denominando-se o código desses usos, de *Costumeiro*.

A primeira catalogação das ordenações do *Costumeiro* do Brasil foi elaborada pelo Visitador Inácio de Azevedo, constituindo-se entretanto, as ordenações das visitas do Padre Cristovão de Gouveia (1586-1589), a base legal do *Costumeiro* do Brasil.¹⁷⁷

Em documento intitulado *Informação para Nosso Padre*, citado nas *Cartas* de José de Anchieta, encontramos alguns dispositivos relativos ao regime alimentar das casas da Companhia no Brasil, no decorrer do século XVI:

¹⁷⁷ Cf. LEITE, Serafim. *op. cit.*, (História da Companhia de Jesus no Brasil, tomo II, livro IV, cap. I, § 7) p.418.

"A sustentação era naturalmente a que a terra proporcionava. Usava-se então um antepasto de frutas, indígenas ou aclimatadas. A farinha de mandioca servia de pão; alimento ordinário: carne de vaca, que é tenra e fina, ainda que não gorda, não falta pescado, frêsko e seco, ainda que o sêco não se ja tão bom nem de tanta substância como o sêco de Portugal; mas o frêsko é muito mais leve e se dá aos doentes de febre" (...) "Para os mesmos doentes havia galinhas e carne de porco, que nesta terra to do o ano é o melhor, mais sadia e gostosa do que a galinha" (...) "O uso do vinho estêve sujeito a de bates. A medida, que era de três dedos, foi depois suprimida. Todavia, a 20 de dezembro de 1592, o no vo Provincial, Pero Rodrigues, verificando que a alimentação no Brasil era fraca, por não haver tri go, diz que faz falta um pouco de vinho. Por isso, restabeleceu-se no refeitório, no ano seguinte, para necessitados, velhos e cansados".¹⁷⁸

O tom é quase coloquial, tendo por finalidade informar o Superior da Companhia das condições alimentares dos co légios do Brasil; não se menciona a forma de cultivo das fru tas - enquanto Madureira indica os cuidados de "higiene" to mados no cultivo das hortaliças -; as referências à indica ção conveniente dos alimentos fundam-se em duas categorias bá sicas, os doentes e os sãos, sendo o valor dos diferentes ti pos de alimentos definido com termos como "substância", "ten ra", "não gorda", "frêsko", "leve", "sadia", enquanto Madureira faz referência aos "elementos nutritivos" e a "salubride da alimentação". O documento do século XVI centra os cuidados alimentares nos indivíduos - os doentes, os sãos, os necessitados e cansados -, ao passo que em Madureira os alimentos são qualificados de acordo com a Norma estabelecida pelo saber médico, sendo os alimentos distinguidos de acor do com o nível de "salubridade" ou "insalubridade" que apre

¹⁷⁸ Idem, pp.420-21.

sentam. Ao invés de falar dos doentes e sãos, Madureira fala da doença e da saúde; dos elementos nutritivos e alimentos deteriorados, da higiene, das infecções e dos focos de contaminação.

As diferenças verificadas entre dois discursos jesuítas - o da *Informação para Nosso Padre* e o de Madureira -, expressam o caráter histórico da linguagem, enquanto prática específica que articula-se a toda uma rede de práticas referenciadas a aparelhos institucionais como a escola, o hospital, a fábrica, a família, etc.

A valoração simultaneamente moral e higiênica da alimentação, encontrada nos regulamentos jesuítas do século XVI e tornada "científica" nas teses dos higienistas e médicos sanitaristas do século XIX - comentadas por Jurandor Freire -, tem o acatamento do padre Madureira:

*"A alimentação é, pois, um elemento digno do apreço, reclamando da parte do educador toda a sua atenção e conscienciosidade quanto as qualidades de salubridade, variedade, abundancia e regularidade dos alimentos dados aos alumnos. Mais do que geralmente se pensa, do bom regimen alimentar dependem, não só a futura constituição physica dos alumnos e o seu bem estar presente, como também o seu aproveitamento intellectual, e até certo ponto, a própria educação disciplinar interior, moral e religiosa".*¹⁷⁹

Com os alimentos ingere-se proteínas, vitaminas, sais minerais, lipídios e glicídios, ou seja, gorduras e açúcares, gases, etc: a correta composição desses elementos na dieta alimentar é fator propiciador de temperamentos fortes ou pusilâmines; cruéis ou piedosos. Sendo o educar um ato de dirigir e domesticar, é pelo estômago que se deve começar a desenvolver as qualidades disciplinares requeridas pela Ordem.

O corpo adestrado pelos exercícios físicos, medicalizado e higienizado pelos cuidados preventivos, terapêuticos e alimentares; vigiado e controlado em suas mínimas opera-

¹⁷⁹ MADUREIRA, J.M. *op. cit.*, p.618.

ções, deve ser também um corpo capaz de realizar atividades lúdicas, participar de espetáculos desportivos, enfim, divertir-se.

O *homo ludens* não é esquecido pela disciplina. Mas, onde a graça e a gratuidade da gaia ciência de ter e ser prazer, sem mancha de culpa, se os dispositivos disciplinares perpassam com o seu olhar vigilante e seu código utilitário, o canto, as brincadeiras vãs?

Divertir-se é uma *necessidade* - para repousar e recuperar as forças, de forma a retornar as atividades úteis mais disposto e ativo -, a brincadeira deve ser ordenada.

Sobre os jogos desportivos e os exercícios físicos, diz Madureira:

*"São obrigatórios os exercícios corporaes e os jogos de movimento que sirvam para revigorar, vitalizar e aguerrir o corpo, favorecendo também o espirito e combatendo os habitos de molleza na educação" (...) "São proibidos os jogos perigosos, mas os Padres não se oppõem aos jogos de certa violencia e que exigem demonstrações de coragem, desde que se realizem os exercícios sob a immediata vigilancia do Prefeito".*¹⁸⁰

Os jogos desportivos são também moralizadores - por exigirem a exibição de qualidades como a coragem -, fundando-se em normas saneadoras: combatem a moleza, enquanto revitalizam, revigoram e tornam o corpo aguerrido. Corpo capacitado para defender a Nação, em casos de guerras, corpo útil, ativo, produtivo.

Ao analisarmos a Companhia de Jesus sob a perspectiva de suas modalidades de hierarquização e disciplinamento, concluímos da existência de múltiplas e sutis articulações entre a Ordem jesuítica e o espírito do capitalismo. Espírito este, que embora fundado em preceitos técnicos e numa concepção laicizante do poder, institui toda uma mística racional da Ordem. Note-se que falamos em articulações e não em identidade e similitude, colocando-nos, portanto, em atitude de confronto

frente as simplificações mecanicistas e as generalizações abusivas e precavendo-nos contra a danosa tendência em tomar o passado como algo morto, concluído, encerrado em si mesmo.

Sabendo-se que as conclusões teóricas dependem da amplitude do campo de visão do investigador, do ângulo em que este se coloca frente ao seu "objeto" e do ponto que busca atingir com o auxílio de determinado instrumental metodológico, admitimos, portanto, que o código disciplinar jesuítico presta-se a todo um leque de leituras possíveis. Poder-se-ia, por exemplo, localizar a origem da disciplina jesuítica no código de honra dos cavaleiros medievais, enfatizando-se as "influências" do espírito cavaleiresco sobre o "capitão" Inácio de Loyola, Santo fundador da Ordem.

Ao invés de desvendar a origem do corpus doutrinário jesuítico, preocupou-nos indicar a gênese dos mecanismos de poder e saber da Companhia de Jesus, atentando-se para as variadas formas de fabricação do corpo e suas condutas, utilizadas por esta instituição.

Corpo padronizado por uma sociedade fundada em ideais de conquista e dominação da natureza e de outras culturas; corpo de uma classe que se quer expandir, até cobrir com os seus sinais - dolorosos sinais - a superfície da Terra e de todos os planetas do Universo.

O Caráter universalista da doutrina jesuítica, exprime, portanto, uma vocação de domínio. E esta vocação inscreve-se na própria gênese do capitalismo, que em sua ânsia utilitária e produtiva, deixa rastros de sangue, espalha o horrendo cheiro do napalm, e faz espelhar nos corpos disciplinados a trágica escritura de uma história - que bom seria se fosse apenas uma "estória" - da obediência transmutada em desejo.

Tendo-se esboçado a genealogia dos mecanismos de poder e saber da Companhia de Jesus, examinaremos no capítulo final, as regras de comportamento de uma das suas instituições - o Colégio Santo Inácio do Rio de Janeiro -, procuran

do-se articular as referidas regras com os dispositivos disciplinares implantados pelo Estado-Novo (1937-1945).

Quais as formas de intercâmbio entre o discurso do Leviatã e aquele da pedagogia cristã? Permanece o pedagogo na condição de escravo incumbido de cuidar dos filhos dos poderosos?

Contentemo-nos em indicar alguns acontecimentos discursivos referidos ao aparelho governamental estadonovista e ao Colégio Santo Inácio - frisando-se que o regulamento, regimento e anuários do Colégio Santo Inácio que tomamos como objeto de análise, datam precisamente da época do Estado-Novo -, que constituem-se como instrumentos de pedagogização e docilização da infância e juventude brasileiras.

*
* *
*

*"No nosso tempo as pátrias estão em perigo...
A hora não é apenas a do trabalhador, mas também,
e principalmente, a hora do soldado, a hora da or-
dem, de atenção e do silêncio, a hora da vigília,
em que a sentinela escuta, vigia e espera"*

Francisco Campos

CAPÍTULO III

OS DISPOSITIVOS NORMATIVOS DO ESTADO-NOVO (1937-1945)

Como foi visto no decorrer dos capítulos anteriores, O Estado constituiu-se não apenas como aparelho repressivo, mas, também, como instância ética e educativa, que visa implantar um certo padrão de conduta. Para tanto, utiliza-se de vários dispositivos disciplinares que têm a finalidade de produzir os comportamentos desejáveis, e interditar aqueles que transgridem a Norma e contrariam os ditames da ordem estabelecida.

Para procedermos a análise de alguns dispositivos disciplinares instituídos pelo Estado-Novo (1937-1945), dispositivos estes que encontram-se consubstanciados em discursos jurídicos, pedagógicos e ideológicos - como a Constituição de 1937, particularmente nos capítulos que dispõe sobre a Família, a Educação e a Cultura; a exposição de motivos do ministro Gustavo Capanema sobre a reforma do ensino secundário, e os artigos publicados pela revista "*Cultura Política*", espécie de "*porta-voz*" da ideologia estadonovista -, faz-se necessário esboçar algumas explicações sobre a situação econômico-política do Brasil antes do período ditatorial de Vargas.

3.1 *Notas para uma genealogia da revolução de 1930*

O golpe de novembro de 1937, foi possível graças as reformas e mudanças verificadas no final da década de 20 e início da década de 30, na composição dos quadros de poder

político, encontrado-se tais mudanças referenciadas a acontecimento econômicos de ordem conjuntural e estrutural.

O presidente Washington Luis, insistindo em apresentar um candidato paulista a sucessão, de forma a garantir a continuidade de sua política financeira e negando-se a abrir mão do nome de Júlio Prestes, mesmo em favor de outro candidato paulista, força a rutura da velha aliança do "café com leite" - que consistia na hegemonia política dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais -, provocando, com isso, vários atritos entre as lideranças políticas. A candidatura Vargas nasce precisamente dos entendimentos mantidos entre os estados de Minas e do Rio Grande do Sul, em virtude da inviabilidade de um candidato mineiro a sucessão presidencial. A campanha eleitoral para a escolha do presidente que deveria suceder Washington Luis, coincide com a crise mundial de 1929, que caracteriza um período de forte recessão econômica.¹

Sabendo-se da importância do café para a economia nacional - monopolizando o Brasil, entre 1920-1930, quase 70% do mercado mundial -, a política de incentivo dos países europeus ao plantio do produto em suas colônias, de forma a escapar à mecânica do mercado mundial, e a queda significativa do preço do café no mercado mundial, verificada a partir de 1929,² provocam a nível nacional, uma série de problemas econômico-sociais, que vêm agudizar os confrontos políticos.

¹ Cf. FAUSTO, Bôris. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. São Paulo, Brasiliense, 1976, p.97.

² Basta indicar os seguintes dados: os preços do café, em Santos, que eram em 1928 até outubro de 1929, da ordem de 33\$ 500 por 10 quilos, caem para 20\$ 750 em dezembro do mesmo ano, chegando a 15\$ 500 em finais de 1930. Em Nova York, os preços do café caem de 22,4 cents/libra peso, em setembro de 1929, para 15,2 em dezembro do mesmo ano, descendo, ainda mais, para 10,5, em dezembro de 1930. Ver: DELFIM, Antônio Netto. *O Problema do Café no Brasil*. São Paulo, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, 1959. p.131. IN: FAUSTO, Bôris, *op. cit.*, p.98.

Objetivando a manutenção da política financeira de estabilização cambial, o governo Washington Luis resolve baixar o preço do produto para ampliar suas vendas no exterior, e toma medidas contrárias à moratória - ou dilatação de prazo para o ressarcimento de dívidas -, e à emissão para compra de estoques, o que faz os bancos fecharem os saques sobre firmas cafeeiras da praça de Santos, o principal porto escoador do produto. Os fazendeiros reagem à tais medidas baixando o salário dos trabalhadores: reduzem de 35% a 40% a remuneração dos trabalhadores agrícolas, segundo dados oficiais, redução esta que em verdade chega a atingir cerca de 50% a 60%. Tal fato produz uma crise de desemprego da mão-de-obra rural, fazendo com que muitos abandonem o campo pela cidade.³

Mesmo recusando-nos a uma posição mecanicista, que toma todas as mudanças ocorridas na esfera do poder político como um "reflexo" dos "fatores" econômicos, são inegáveis as profundas inflexões existentes entre política e economia; entre as relações de poder e as relações de produção; entre a forma de composição dos quadros de um determinado aparelho de Estado e a situação econômica mundial, enfim, entre os aspectos conjunturais e estruturais expressos nos diferentes nĩ-veis das relações de força mantidas no interior de cada país e entre os diferentes países, no tocante a luta por uma determinada posição no mercado mundial, regido pela ordem capitalista.

Tendo em vista que os diferentes países integram um campo de correlações de forças, a competição verificada entre esses países, na esfera econômica - visando cada um deles a sua expansão no mercado mundial -, implica na luta por uma posição de hegemonia, por um papel de direção nas decisões políticas que envolvem interesses econômicos e sociais. Daí a competição econômica articular-se estreitamente a lutas pela manutenção do poder político da classe dominante de

¹ Cf. CARONE, Edgard. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo, Difel, 1974, pp.25-6. IN: FAUSTO, Bôris. *op. cit.*, p.98.

uma sociedade (Estado, Nação) e as lutas pelo expansionismo e monopólio econômico, entre os diversos Estados Nacionais.

Bôris Fausto afirma que a crise mundial de 1929, em bora não tenha produzido a revolução de 1930, "como uma espê cie de curto-circuito em um sistema em pleno funcionamento", sendo mesmo possível "especular sobre a eventualidade da que da da República Velha independentemente da crise", admite que as contradições da economia cafeeira e das instituições que consagravam o seu predomínio, ganham outra dimensão com os acontecimentos mundiais de 1929.⁴

O descontentamento dos setores cafeeiros com as medidas do governo federal, pode ser medido pelos pronunciamentos feitos durante o Congresso dos Lavradores, realizado em dezembro de 1929, e convocado por todas as associações rurais: Sociedade Rural Brasileira, Sociedade Paulista de Agricultura, Liga Agrícola Brasileira. O representante da Sociedade Paulista de Agricultura, Alfredo Pujol, lança a palavra de ordem que ficaria célebre na época: "O lema é a lavoura, hoje com o governo. E, se não formos atendidos, amanhã será a lavoura sem o governo. E, depois, a lavoura contra o go verno".⁵

Outros acontecimentos políticos de âmbito nacional e continental, de alguma forma relacionados com a crise mundial de 29, servem para indicar as principais áreas de confronto e os pontos de rutura que acabam por levar a derrubada do governo Washington Luis e a posterior ascensão de Vargas.

Primeiramente, as disputas entre setores nacionais da burguesia agrária e industrial, que expressam a luta pela hegemonia entre diferentes segmentos da classe dominante. Tomemos como exemplo dessas disputas, as posições tomadas por

⁴ FAUSTO, Bôris. *op. cit.*, p.97.

⁵ FAUSTO, Bôris. *op. cit.*, p.98.

ambos os setores frente a candidatura de Júlio Prestes, que tem o apoio do presidente Washington Luis. Enquanto as principais associações industriais paulistas fazem publicar a 30 de julho de 1929, na primeira página do *Correio Paulistano*, um manifesto de apoio a chapa governista Júlio Prestes-Vital Soares, os setores agrários, reunidos no Congresso dos Lavradores - em dezembro do mesmo ano -, expressam suas dissensões com o governo federal, ao vaiarem um dos congressistas que pronuncia-se a favor do candidato Júlio Prestes.⁶

Em segundo lugar, verifica-se um abalo no equilíbrio das relações de força e formas de composição do poder, entre as diferentes oligarquias regionais, sustentadas, até então, pela chamada "política dos Estados", construída fundamentalmente em função dos interesses da burguesia cafeeira paulista.

A subida de Vargas ao poder representa, portanto, a aglutinação política das oligarquias pertencentes a regiões cada vez menos vinculadas aos interesses cafeeiros (Minas Gerais), ou deles inteiramente desvinculados (Rio Grande do Sul).⁷

Seria errôneo, entretanto, afirmar-se a existência de um "antagonismo" entre setores agrários e industriais, ocorrendo, isto sim, áreas de confronto, imbricamento de interesses e mesmo alianças entre a burguesia agrária e industrial, assumindo os confrontos e alianças, características específicas em cada região do país, em virtude de uma organização política fundada na descentralização de poderes - gozando cada Estado de larga margem de autonomia frente ao poder central -, ou articulando-se os confrontos as profundas desigualdades econômicas e sociais existentes entre as diferentes regiões do país.

⁶ Cf. Idem, pp.29; 98.

⁷ Cf. Idem, p.102.

Ademais, os confrontos de interesses entre setores agrários e industriais, por não se constituírem numa cisão radical das camadas dominantes, de forma a resultarem na elaboração de campos ideológicos específicos e oponentes, não bastam para explicar o episódio revolucionário de 1930, sendo simplificador e mesmo falseador, estabelecer-se a equação "sociológica": burguesia agrária X burguesia industrial.

Outro equívoco que deve ser evitado é o de tomar-se as manifestações de apoio de alguns setores industriais paulistas à candidatura oficial de Júlio Prestes, e a oposição a mesma pelas associações agrícolas, como a simples expressão de ideologias "conservadoras" ou "modernizadoras".

Indiquemos alguns fatos que demonstram o caráter complexo das relações estabelecidas entre empresários agrícolas e industriais frente ao governo federal, ficando atestada a impropriedade em identificar-se os dois setores a posições, respectivamente, "conservadoras" e "modernizadoras". No que tange as apremiações políticas, o Partido Democrático, fundado em 1926, foi o ferrenho adversário do presidente Washington Luis, integrando-se na Aliança Liberal e não deixando de demonstrar simpatia pelos revolucionários. A afirmação feita por alguns analistas, de que o Partido Democrático representaria o pensamento político dos "setores novos" e "dinâmicos", compostos pelos industriais e grupos financeiros paulistas, pode ser desmentida com os seguintes fatos:

1) o jornal dos democráticos, em resposta à defesa feita por Roberto Simonsen às medidas de protecionismo alfandegário - na I Reunião do Centro das Indústrias de São Paulo, em junho de 1928 -, investe violentamente contra o "ideólogo da industrialização", lendo-se em artigo escrito por Mário Serva: *"É preciso repetir em milhão de vezes: o Brasil é um país essencialmente agrícola" (...)* *"É nada mais prejudicial à lavoura do que o protecionismo aduaneiro, que encarece formidavelmente tudo quanto a lavoura exige para seu consumo"*.

2) o Partido Democrático e o Partido Republicano Paulista - representante incontestável dos interesses cafeeiros -, aliam-se aos setores industriais no episódio das tarifas alfandegárias, constituindo-se tal fato, não em um acordo ocasional, mas expressando uma já antiga e permanente aliança: nos anos vinte, os Centros Industriais mobilizam fundos políticos para auxiliarem o PRP, chegando a contribuir em maior escala que a própria Sociedade Rural.⁸

Podemos afirmar, entretanto, que os confrontos e alianças entre os setores agrários e industriais, tendo como alvo principal algumas medidas governamentais, atuam como elementos de debilitação do poder de Washington Luis.

Admitindo-se a proposição de Gramsci referente a *hegemonia*, como constituindo-se numa "relação pedagógica" (direção-organização-persuasão), que manifesta-se não somente no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em escala internacional e mundial, entre os complexos de civilizações nacionais e continentais,⁹ podemos afirmar a existência de uma ampla "crise de hegemonia" no continente latino-americano, no início da década de 30, pela ocorrência de 11 movimentos revolucionários, predominantemente militares, em apenas dois anos.

São os seguintes, os países envolvidos em golpes ou sublevações militares: Argentina (setembro, 1930); Brasil (outubro, 1930); Chile (junho, 1932); Equador (agosto, 1931 e agosto, 1932); Peru (agosto, 1930 e fevereiro/março 1931); Bolívia (junho, 1930); República Dominicana (fevereiro, 1930); Guatemala (dezembro, 1930).¹⁰

⁸ Cf. Idem, pp.32-5.

⁹ Cf. GRAMSCI, Antônio. *op. cit.* (Materialisme Historique. IN: Gramsci dans le Texte), p.174.

¹⁰ Ver: NUN, José. *Amérique Latine: la crise hégémonique et le coup d'État militaire*. IN: *Sociologie du Travail* (número especial: Classes sociales et pouvoir politique en Amérique Latine), nº 3, 1967, pp.299-304.

Observa-se, portanto, que o golpe militar que leva Vargas ao poder, não se constitui em um fenômeno isolado, integrando uma vasta cadeia de movimentos insurreicionais armados. E mesmo evitando-se reduzir estes movimentos a uma "identidade" que acabaria por apagar as diferenças e especificidades econômicas e culturais de cada uma das formações sociais (estrutura e hierarquia de classe; composição das relações de forças políticas, etc), a base de todos os movimentos está o desequilíbrio provocado nos países dependentes, pela crise mundial que afeta os preços dos produtos de exportação e faz com que cada país imponha-se a si mesmo novos arranjos internos nos quadros de poder.

No caso do Brasil é bastante destacada a atuação de setores militares pertencentes aos baixos escalões do Exército - os "tenentes - na revolução de 1930, de tal forma que a literatura especializada consagrou o termo "tenentismo", como um fenômeno da sociologia política e da historiografia brasileiras.

A instituição da República no Brasil nasce sob o signo da antinomia entre Exército hierárquico e Exército político, atribuindo-se à alta oficialidade o direito de intervir nas gestões ou negociações políticas, e restringindo-se o papel dos escalões médios e inferiores à execução das ordens emanadas das cúpulas militares. Tal antinomia é contestada violentamente em 1915, quando oficiais e sargentos, organizados sob a chefia de políticos liberais e progressistas (Maurício de Lacerda, Agripino Nazareth e Azevedo Lima), preparam uma conspiração contra o governo do presidente Wenceslau Brás, sendo as principais reivindicações do movimento, a implantação de um regime parlamentarista - o que expressa uma oposição à "política dos governadores" -, a confiscação de Bens dos políticos corruptos e o aumento de salários.¹¹

¹¹ Ver: CARONE, Edgard. *op. cit.*, (A República Nova: 1930-1937), p. 383. PINHEIRO, Paulo Sérgio de M.S. *Política e Trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, p.59.

Os movimentos armados que se seguem, s^o vêm demonstrar a gradativa importância que assume o "tenentismo" no cenário político nacional:

- junho de 1922: Revolta do Forte de Copacabana. O pretexto para a deflagração do movimento é a prisão do ex-presidente Hermes da Fonseca - que dura apenas algumas horas -, por determinação do presidente Epitácio Pessoa, que resolve também fechar por seis meses o Clube Militar. A prisão de Hermes da Fonseca deveu-se ao telegrama por ele enviado ao comandante militar de Pernambuco, apelando para que não interviesse nas violentas disputas, então verificadas, pela sucessão do governo do Estado. Sendo a intervenção militar em Pernambuco uma decisão tomada por Epitácio Pessoa, ao criticá-la, Hermes da Fonseca desacatava a autoridade presidencial. Participaram, dentre outros, da revolta do Forte de Copacabana, o capitão Antônio de Siqueira Campos, o tenente-aviador Eduardo Gomes, o capitão Euclides da Fonseca, o tenente Newson Prado e o paisano Otávio Correia.

- julho de 1924: Levante Paulista. A capital do Estado é tomada pelos "tenentes" durante dezenove dias (de 9 a 27 de julho). Os rebeldes são comandados pelo General Isidoro Dias Lopes e as forças legalistas pelo General Eduardo Socrates. Os revolucionários contam com ampla simpatia popular, sendo recebidos com palmas ao entrarem em São Paulo. A passagem das tropas revoltosas pelo interior paulista possibilitou, em várias cidades, a efêmera tomada do poder pelas oposições municipais, mais vinculadas às classes médias. A grande maioria dos chefes políticos do Estado, hipotecando a sua solidariedade ao presidente Artur Bernardes e em defesa do "civilismo" paulista, formam os chamados "batalhões patrióticos" para auxiliar as tropas militares no combate aos rebeldes, alinhando profissionais liberais, magistrados e funcionários públicos. A 28 de julho as forças rebeldes são vencidas, embarcando para Bauru, de onde partirão em sua caminhada pelos sertões brasileiros. Temos aí o embrião da fa

mosa Coluna Prestes, que sai de São Paulo com 800 homens, em direção ao Rio Grande do Sul.

- outubro/novembro de 1924: Revolução gaúcha. As tropas rebeldes, compostas majoritariamente por civis, eram comandadas pelo General Horácio de Lemos e as forças legalistas pelo General Flores da Cunha. A coluna gaúcha inicia sua marcha com cerca de 1.000 civis, em um total de 2.000 homens. A revolta explode de Santo Ângelo a Alegrete, seguindo a linha do rio Uruguai. As forças insurretas vindas de São Paulo unem-se os rebeldes gaúchos em Uruguaiana, sendo vencidos pelas tropas de Flores da Cunha, na altura de Guaçu-Boi. Além de Horácio de Lemos, destaque-se entre os rebeldes gaúchos os caudilhos Leonel Rocha e Fidência de Melo, que contaram com o apoio de outros setores de oficialidade e de elementos do Partido Libertador.

- abril de 1925-1927: Coluna Prestes. Os revolucionários paulistas e gaúchos, compõem uma frente armada, prosseguindo na luta: partem de Ijuí (Rio Grande do Sul) em direção ao Norte do país, procurando "manter vivo o facho da revolução". Em avanços e recuos, atravessam Santa Catarina, Foz do Iguaçu, Goiás, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia e encontrando aí maiores resistências, entram em Minas e retrocedem para o Nordeste e o Norte. Atacados na altura do rio das Graças - território goiano - pelas tropas regulares do General Franklin, a Coluna divide-se em três destacamentos, acabando por dispersar-se, restando aos seus integrantes o exílio. Mais de mil quilômetros foram palmilhados nesses dois anos, pelos revoltosos da Coluna, dentre os quais se destacam: Luís Carlos Prestes (cognominado "Cavaleiro da Esperança"), Juarez Távora, Siqueira Campos, João Alberto, Cordeiro de Farias, Pinheiro Machado e Trifino Correia. A estratégia utilizada pelos revolucionários da Coluna - como de resto, a de todos os movimentos rebeldes "tenentistas" -, baseia-se numa posição política elitista: os setores militares rebeldes, tentam investir contra

o aparelho de Estado (governo) e lutar contra os quadros regulares comandados pelos altos escalões do Exército, sem antes empreenderem uma organização e arregimentação das camadas populares. Os tenentes tomam para si a missão de fazerem a revolução pelo povo e em nome do povo, constituindo-se assim como uma "vanguarda", o braço armado da dissidência civil.¹²

Por ultrapassar o objetivo de nosso trabalho - que tem como um dos temas do presente capítulo, o exame de alguns dispositivos disciplinares instituídos pelo Estado-Novo (1937-45) -, deixaremos de proceder a análise dos referidos movimentos insurrecionais. A explicitação teórica dessas rebeliões reclamaria uma análise que levasse em conta questões deveras complexas, como: a composição histórica e social dos quadros militares no Brasil; a organização do aparelho de Estado e as lutas internas entre os seus diversos segmentos; as relações de força e as formas de alianças específicas de cada região; o caráter de classe (e as ideologias) dos confrontos políticos travados pelos setores civis (partidos políticos, empresários agrícolas e industriais, intelectuais, etc) e militares (atentando-se para as cisões entre escalões superiores e inferiores e dentro dos próprios comandos do Exército).

Ora, o exame de tais questões constitui-se nele próprio, em tema para uma alentada dissertação.

¹² Sobre os aspectos sócio-políticos das rebeliões militares dos anos vinte, Ver: FAUSTO, Bôris. *op. cit.*, (Revolução de 1930), pp.57-69. A Crise dos anos vinte e a Revolução de 1930. IN: *História Geral da Civilização Brasileira*. vol.9 - *O Brasil Republicano: sociedade e instituições*. tomo III, 2º vol. direção de Bôris Fausto, São Paulo, Difel, 1977, pp.403-26. PINHEIRO, Paulo Sérgio de M.S. *op. cit.*, (A República Nova: 1930-1937), pp.381-84. CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. IN: *op.cit.*, (História Geral da Civilização Brasileira. tomo III), pp.183-234.

A simples menção dos conflitos armados ocorridos nos anos vinte, serve, entretanto, para indicar a emergência de novos grupamentos ideológicos - propondo reformas na estrutura econômica e rearranjos no sistema jurídico-político do aparelho de Estado de forma a adequar o país à situação de crise do mercado mundial -, que acabarão por se constituir em importantes elementos de sustentação política para defragação da revolução de 30, que coloca Vargas a frente do governo.

Alguns autores, baseados numa concepção dualista da história política-econômica do Brasil, que parte do pressuposto da existência de dois setores básicos - o pré-capitalista, sediado no campo, caracterizado por relações de produção predominantemente feudais ou semi-feudais e tendo como eixo o latifúndio; e o capitalista, cujo *locus* é a cidade, e que teria originado a formação de uma burguesia industrial e das classes médias urbanas -, vêem a revolução de 1930 como a expressão da ascensão ao poder da burguesia industrial em aliança com as classes médias, identificando os movimentos tenentistas aos interesses políticos das camadas médias. Os tenentes seriam os defensores de um modelo político e econômico que expressava as necessidades de uma "sociedade moderna" (urbana e industrial) em confronto a um modelo de "sociedade arcaica" (agrária e feudal) que tinha o seu respaldo nas oligarquias rurais.

Contentemo-nos em apontar a impropriedade de utilizar-se categorias marxistas clássicas (feudalismo precedendo o capitalismo; feudalismo coexistindo com formas de produção capitalista; feudalismo penetrado pelo capitalismo), na explicação da economia brasileira, cuja produção estava voltada, desde a época colonial, para um mercado mundial, fato este que é totalmente estranho à sociedade feudal, caracterizada por uma economia fechada e por uma produção de baixa escala.

Guerreiro Ramos, partindo dessa concepção dualista e identificando os tenentes como porta-vozes dos interesses das classes médias, diz:

"A revolução de 1930 não untrapassa o significado liberal das quarteladas de 1922 e 1924. É o último elo da revolução de classe média que se inicia mais ou menos por volta de 1910 com a Campanha Civilista de Rui Barbosa. Seu objetivo é eminentemente liberal e se diferencia das tentativas subversivas que a antecederam, por ter obtido êxito". (...) "A revolução de 1930, à semelhança do que ocorreu em 1889 com a Proclamação da República, dá a classe média um lugar na esfera de decisão do País. Não é fortuito o papel dos "tenentes" no movimento e sua presença em altos postos do Governo Federal e dos Governos estaduais".¹³

O autor em questão, não estabelece nenhuma distinção entre o "tenentismo romântico" dos movimentos rebeldes dos anos vinte, e a posterior integração de alguns de seus elementos ao aparelho de Estado instituído pela revolução de 1930, integração esta, que irá imprimir uma outra configuração política ao movimento, que acaba por cindir-se em duas alas: uma "direitista" ou "reformista" - na qual destaca-se a atuação do "tenente" Juarez Távora, o "Vice-Rei do Norte", que chefiou até inícios de 1932 a Delegacia do Norte, incumbida de nomear os interventores para a região norte-nordeste - e a ala "esquerdista" ou "revolucionária", que se consolida em torno da figura de Carlos Prestes, e cuja posição ultrapassa o ataque jurídico-político das oligarquias, para atingir uma crítica radical à estrutura sócio-econômica do país. Prestes rompe com o grupo tenentista em maio de 1930, aproximando-se pouco a pouco do Partido Comunista Brasileiro.

¹³ RAMOS, Guerreiro. A Crise do Poder no Brasil (Problemas da Revolução Nacional), Rio de Janeiro, Zahar, 1961, p.28.

Bôris Fausto, embora critique o fato de Guerreiro Ramos e outros autores como Octávio Ianni e Francisco Welffort, conceberem a revolução de 1930 sob o prisma da ascensão da burguesia industrial e das classes médias ao poder, e identificarem o movimento tenentista aos interesses das classes médias urbanas, admite, entretanto, que os "tenentes" desempenharam um papel organizatório significativo no episódio revolucionário. E, mesmo concordando que a gênese das classes médias brasileiras pode ser tomada como um importante elemento para a explicação das manifestações de revolta e inconformismo verificadas na Primeira República, Fausto enfatiza a dificuldade em estabelecer-se o grau de autonomia das classes médias frente ao setor agrário-exportador, ou seja, a impossibilidade de demarcar-se os limites e características específicas da ação política e do universo ideológico que então permeia as camadas médias da população.¹⁴

A complexidade do jogo político e a impropriedade em dicotomizar-se os confrontos entre os vários segmentos do poder, numa equação do tipo oligarquias rurais X burguesia industrial e classes médias, podem ser demonstradas pelos seguintes fatos.

A plataforma da candidatura de Júlio Prestes - que recebeu, como vimos, o apoio de alguns setores industriais paulistas -, faz expressas referências ao fazendeiro, como "*o tipo mais representativo da nacionalidade*" e à fazenda como "*o lar brasileiro por excelência, onde o trabalho se casa à doçura da vida e a honestidade dos costumes*"; e dentre os segmentos político-partidários que integram a Frente Única Gaúcha, reunida em torno da candidatura Vargas - cuja ascen

¹⁴ Cf. FAUSTO, Bôris. *op. cit.* p.52. O autor indica-nos o caráter reducionista conferido por Guerreiro Ramos à categoria "classe", identificando cada a nível de conhecimento e especialização, reducionismo que pode ser atestada pela própria definição de Guerreiro Ramos: "Entendemos aqui por classe média o conjunto dos pequenos negociantes e industriais, profissionais liberais, funcionários, militares e assalariados que por sua qualificação técnica e instrução, não podem ser confundidos com a massa obreira comum". (*op. cit.* p.24).

são do poder representa para muitos estudiosos a vitória política da burguesia industrial -, destaca-se a liderança de antigos oligarcas como Borges de Medeiros e Assis Brasil, es tancieiros ligados diretamente ao meio rural.¹⁵

Tendo-se visto nos capítulos anteriores, o caráter polimorfo do poder, necessário, portanto, libertarmo-nos de uma visão monoliticamente dicotômica, que insiste em analisar os acontecimentos políticos como expressões do choque de duas forças antagônicas, de dois polos (negativo/positivo) de pressão política, dicotomia que acaba tendo uma tradução moralista: o Bem contra o Mal, o antigo contra o moderno, o campo contra a cidade.

A maioria dos autores por nós estudados são unâni-
mes em afirmar a ambiguidade político-ideológica do movimen-
to tenentista, variando apenas a ênfase dada por cada um de
les a certos componentes ou feixes de idéias.

Johnson vê no tenentismo uma combinação de moderni-
zação e progressismo na área sócio-econômica com uma raciona-
lização pseudo-científica e autoritarismo na esfera políti-
ca. O programa dos "tenentes" refletiria simultaneamente o
pensamento dos setores médios e baixos dos quais eles eram
provenientes, seu treinamento técnico-militar, e a tradição
de regulamentação de sua profissão.¹⁶

Necessário distinguir, entretanto, dentre as propos-
tas que têm por objetivo operar a modernização e o progresso
do país, aquelas que são esboçadas no momento do "tenentismo
romântico" - que compreende o período das rebeliões armadas
dos anos vinte -, e as que pertencem ao momento de institu-

¹⁵ Cf. FAUSTO, Bôris. *op. cit.* pp.39; 44.

¹⁶ JOHNSON, John J. *The Military and society in Latin America*. Stanford, Stanford University Press, 1964, p.203. IN: PINHEIRO, Paulo Sérgio de M.S. *op. cit.* p.62.

cionalização do tenentismo, quando alguns de seus elementos passam a integrar certos segmentos do aparelho de Estado instituído com a revolução de 1930 e criam agremiações políticas - como o Clube 3 de Outubro - lideradas por figuras de destaque da vida civil e militar, e que têm a finalidade de traçar as linhas doutrinárias que dirigirão a sua ação política.

Durante o período "romântico" do tenentismo, encontramos em um comunicado dos revolucionários de 1924, a pregação da necessidade de uma reforma do ensino que venha acabar de vez *"com esse malfadado ensino livresco que tem gerado, entre nós, essa classe inútil e improdutiva pela sua verbiagem que o nosso povo denomina de bacharelesca"*.¹⁷

A crítica dos "tenentes" ao ensino livresco e a retórica "improdutiva" dos bacharéis, expressa em certo sentido, uma recusa da posição de marginalidade a que se vêem relegados os extratos baixos e médios das corporações militares, com relação a sociedade civil e a participação nas decisões políticas da vida nacional.

Quando Johnson articula as medidas de modernização econômica e de racionalização e autoritarismo político propostas pelos "tenentes", com o seu treinamento técnico-militar e a regulamentação de sua profissão, faz-se necessário indicar as importantes modificações verificadas em fins do império e a partir da Primeira República, nos critérios de recrutamento e treinamento das tropas militares.

As corporações militares, como todas as instituições sociais, têm uma história. Ainda na fase inicial de formação dos exércitos permanentes europeus, enquanto a profissionalização e a especialização eram ainda elementares, os critérios de recrutamento assumiam um papel de grande impor

¹⁷ FAUSTO, Bôris. *op. cit.* (A Revolução de 1930), p.65.

tância para o reforçamento das diferenciações sociais: o corpo de oficiais era recrutado entre a nobreza, e os praças entre as classes baixas, daí a identificação da oficialidade com as classes dominantes.¹⁸

Em virtude da especificidade dos padrões de estrutura e hierarquização de classes da sociedade brasileira, torna-se impossível obedecer aqui os rígidos critérios de nobreza exigidos no recrutamento das tropas de oficiais dos exêrcitos europeus.

No início do século XIX observa-se no Brasil um relaxamento dos critérios de nobreza, ampliando-se através de disposições de 1809 e 1820, as oportunidades de alistamento em academias militares, exigindo-se dos "cadetes" que sejam filhos de oficiais (das forças regulares ou milícias) ou de pessoas portadoras de títulos honoríficos. Além dos cadetes, os integrantes de uma outra instituição militar de origem nobre - os soldados particulares - são recrutados entre os filhos da "nobreza civil" ou togada (doutores em direito e medicina) ou entre famílias abastadas, principalmente comerciantes. A entrada no oficialato obedece pois a critérios de prestígio, riqueza e poder.¹⁹

¹⁸ Ver: CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. IN: *História Geral da Civilização Brasileira*. vol. 9 - O Brasil Republicano: sociedade e instituições. tomo III, 2º vol. direção de Bôris Fausto, São Paulo, Difel, 1977, p.184. Lembremos ainda as apreciações feitas por Max Weber sobre as relações entre a formação dos exércitos permanentes - em contraposição as tropas mercenárias e as armadas "heróicas" -, e a implantação da guerra mecanizada. A introdução de equipamentos como fuzis, canhões e outros projéteis exige a formação de tropas militares metodicamente treinadas e especializadas, fato este que articula-se a todo um processo de crescente racionalização e de avanço da disciplina, de forma a atender as necessidades econômicas e políticas do capitalismo. Cf. WEBER, Max. *op. cit.* (*Wirtschaft und Gesellschaft*. IN: *Ensaio de Sociologia*) pp.296-302.

¹⁹ Cf. CARVALHO, José Murilo de. *op. cit.* p.186.

Não se pode ainda falar de uma profissionalização do exército brasileiro, no sentido de um treinamento especializado e de um recrutamento que obedeça a requisitos de qualificação técnica.

Certos acontecimentos vêm, entretanto, trazer profundas mudanças na função das tropas militares e nos critérios de promoção do oficialato:

1) a fundação da *Escola Politécnica* em 1874, resultante de uma bipartição da Academia Real Militar (fundada em 1810), e que em 1858 separa os cursos de engenharia civil do ensino militar propriamente dito. A crescente influência do positivismo nas fileiras do exército brasileiro, faz com que a Escola Politécnica - na qual ingressa Benjamin Constant, na qualidade de professor, em 1872, sendo o mesmo um dos principais ideólogos do positivismo no Brasil -, funcione muito mais como um centro de estudos matemáticos, filosóficos e literários, do que como uma instituição destinada a preparar técnicos para fazer a guerra e dirigir manobras militares. O caráter positivista da formação do exército brasileiro durante o período final do Império, irá configurar importantes desdobramentos políticos na Primeira República, no que concerne as relações entre os militares e o poder, o "soldado" e a sociedade civil, firmando-se, pouco a pouco, a concepção do "soldado-cidadão". Tal concepção vê no soldado não um mero profissional da arte da guerra, mas um cidadão que tem o direito de participar da vida política do país.

2) a introdução do *sorteio militar universal*, em 1908, por Hermes da Fonseca, ministro da Guerra do governo Afonso Pena, medida esta que torna o alistamento militar obrigatório para os jovens de todas as classes da população brasileira.

3) a contratação da *Missão Militar Francesa* pelo Estado-Maior do Exército, em 1920, encarregando-se a Missão de

ministrar três diferentes cursos para os oficiais: o curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (para capitães e tenentes); o curso do Estado-Maior; e o curso de Revisão do Estado-Maior (para capitães, maiores e coronéis). A Missão imprime um caráter técnico à formação dos quadros do oficialato brasileiro e sob sua influência criam-se escolas para cada especialidade militar (infantaria, cavalaria, etc), preparando-se currículos e métodos de ensino que estruturam e dirigem as atitudes de combate das unidades militares. Ressalte-se ainda, que na mesma época (1920), surgem o *Regulamento Disciplinar do Exército* (R.D.E.) e o *Regulamento para a Instrução e Serviços Gerais* (R.I.S.G.), o que implica em um aumento dos padrões de controle interno e do poder político das organizações militares.²⁰

O paulatino processo de profissionalização, treinamento e sistemática especialização dos quadros da oficialidade militar, indicam-nos uma crescente *tendência* ao disciplinamento e controle dos diversos escalões das Forças Armadas de acordo com os critérios de uma racionalidade técnica. Sabendo-se que as instituições regidas pela ordem disciplinar constituem-se como aparelhos homogeneizadores e normatizadores, sendo as atividades e iniciativas determinadas hierarquicamente a partir da cúpula e segundo certos padrões de eficiência, o papel de destaque dos "tenentes" no episódio da revolução de 1930, expressa precisamente o baixo nível de homogeneização do aparelho militar da época, daí preferirmos falar de *tendência* ao disciplinamento dos quadros militares brasileiros.

²⁰ Idem, pp.193-200. Ainda sobre o paulatino processo de tecnificação e burocratização do aparelho militar, entre fins do Império e início da Primeira República, bem como sobre os desdobramentos políticos específicos resultantes da atuação de elementos positivistas nas escolas militares e dos cursos ministrados pela Missão Francesa, Ver: CHACON, Vamireh. *Estado e Povo no Brasil: as experiências do Estado-Novo e da democracia populista (1937-1964)*, Rio de Janeiro, José Olympio; Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, pp.58-65. PINHEIRO, Paulo Sérgio de M.S. op. cit. pp.53-60.

Expliquemo-nos mais claramente.

Bôris Fausto, ao afirmar que o êxito da revolução de 1930, dependeu essencialmente do papel desempenhado pelos militares, destaca, entretanto, que o Exército não atuou como uma força homogênea e coesa. O setor militar mais dinâmico na articulação do movimento, representado pelos "tenentes", encontrava-se a rigor fora do aparelho militar do Estado - pois muitos de seus membros haviam sido afastados das fileiras do Exército - ou agia de forma autônoma frente aos escalões hierárquicos superiores. As figuras integrantes da cúpula militar - como os generais Goês Monteiro, Tasso Fragoso, Gaspar Dutra e Bertoldo Klinger -, resolvem intervir na luta somente quando a vitória já pendia para as forças tenentistas, tendo tal intervenção o nítido propósito de funcionar como um poder *substitutivo* e *moderador*, de forma a "prevenir os excessos" dos grupos rebeldes, compostos pelos "tenentes" e tropas militares *irregulares*, cujos integrantes eram também chamados de "provisórios".²¹

Interessante, portanto, que os "tenentes", ao reivindicarem para os militares a função de força tutelar e canal disciplinador das massas populares, levem adiante a sua ação "revolucionária" de forma autônoma e mesmo contrária as diretivas adotadas pelas cúpulas das Forças Armadas, opondo-se assim as normas disciplinares hierárquicas que ordenam as instituições militares. Os "tenentes" como que propõem uma nova modalidade de disciplinamento, reclamando para os médios escalões das corporações militares não apenas o direito de participarem da vida política do país, mas também das formas de regulação de sua profissão.

As modificações introduzidas desde inícios da Primeira Republica, nas formas de recrutamento e formação das Forças Armadas brasileiras, terão como desdobramento a configuração de certas posições políticas e ideológicas concernen

²¹ Cf. FAUSTO, Bôris. *op. cit.*, pp.102-3. (grifos nossos)

tes ao papel do "soldado" na vida nacional e as modalidades de intervenção militar.

José Murilo de Carvalho sublinha a existência de três posições básicas, durante a Primeira República, referentes a função do militar e aos limites e formas de exercício de seu poder.

São as seguintes as denominações dadas pelo autor as três diferentes concepções ideológicas acerca do militar e sua relação com a sociedade civil: a do *soldado-cidadão*, que propugna a intervenção militar de tipo "reformista"; a do *soldado-profissional*, contrária a qualquer tipo de ingerência militar em assuntos políticos; e, finalmente, a do *soldado-corporação*, que admite os militares atuarem como forças "moderadoras" nos conflitos políticos, enfatizando, entretanto, a necessidade de preparação profissional das Forças Armadas e o fato de tal intervenção dever ser orientada pelos órgãos de cúpula das corporações militares.

A primeira ideologia intervencionista - a do *soldado-cidadão* - tem como ancoragem filosófica o positivismo, sendo os seus principais defensores, em inícios da Primeira República, Quintino de Bocaiuva, Júlio de Castilhos e Rui Barbosa. De acordo com o civilismo característico do ideário positivista o "soldado" é visto, ao mesmo tempo, como força militar, elemento propiciador de *progresso* e cidadão incumbido de zelar pela manutenção da *ordem* social. Enquanto cidadão, o militar tem o direito a participação política, mesmo que de forma independente ou contrária as hierarquias de comando, o que se constitui em fator de enfraquecimento da própria organização militar. Segundo Murilo de Carvalho, os "tenentes" retomam em 1922 a ideologia do "soldado-cidadão", utilizando então, não mais os argumentos do positivismo, mas sim de uma justificativa sociológica. A introdução do alistamento militar universal e obrigatório, aliado ao treinamento especializado, ao possibilitarem que indivíduos oriundos das camadas populares ingressem nos escalões médios das corporações militares - e

daí sejam promovidos a graus superiores da oficialidade -, fazem com que os integrantes dos escalões médios reclamem para si mesmos o papel de legítimos representantes do "povo".²²

Os movimentos tenentistas da década de vinte podem ser tomados como a expressão de forças sociais renovadoras, em virtude de seus integrantes recusarem-se a desempenhar um papel meramente "moderador" no que tange aos conflitos sociais: os "tenentes" querem partilhar da condução do destino político da Nação de forma a promover a "regeneração" da sociedade brasileira. Tal atitude renovadora traz, portanto, a marca do reformismo, daí ser incorreto imputar-se ao tenentismo o caráter de um movimento "revolucionário", no sentido propor mudanças radicais da estrutura sócio-econômica.

O fato de o ideário tenentista apoiar-se na luta pela "regeneração" da sociedade brasileira é indicativo de uma ação política de tipo reformista, que visa precisamente restaurar a ordem, corrigir e reorganizar o funcionamento e o equilíbrio de forças do aparelho de Estado, sem que sejam alteradas em suas bases, as relações de produção econômica e de poder político.

Esse reformismo fundamenta-se numa visão moralizante e elitista do jogo de poder, segundo a qual, as crises sociais e políticas são resultantes da corrupção moral e administrativa, ou seja, o mau funcionamento da sociedade pode

²² Dentre os adeptos da concepção do "soldado-profissional" destaca-se o General Estevão Leitão de Carvalho, autor do livro *Dever do Militar e Político Partidário*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959, onde combate as posições dos tenentes, por ver no envolvimento político dos oficiais a quebra do princípio de disciplina que deve reger as organizações militares. Já a ideologia do "soldado-corporação" tem em Bertoldo Klinger - que participa juntamente com outros militares como Tasso Fragoso, Malan D'Angrogne e Leite de Castro, do golpe de 24 de outubro de 1930, que depõe o presidente Washington Luís - um dos seus mais brilhantes defensores: de acordo com a referida concepção, a intervenção militar deve funcionar como um poder substitutivo e moderador. Ver: CARVALHO, José Murilo de. *op. cit.* pp.212-14. FAUSTO, Boris. *op. cit.* p.103.

ser explicado pelo comportamento ético dos homens que integram as elites dirigentes, daí se fazerem necessárias medidas saneadoras.

Logo após o golpe de 1930, os tenentes pressionam o governo - juntamente com outros setores da oposição - no sentido de que sejam instituídos mecanismos jurídico-penais capazes de julgar e punir os demandos verificados na gestão anterior. A 28 de novembro de 1930 é baixado o decreto que institui um Tribunal Especial para apontar os erros e corrupção do Governo Washington Luís, sendo o Tribunal composto de 5 membros "livremente nomeados pelo Governo Provisório". Embora avolumem-se as acusações, a dubiedade do decreto, a constante substituição dos juizes e a delicada situação política, tornam praticamente nula a ação desse Tribunal, que acaba extinguindo-se em setembro de 1931.²³

Os comunicados e escritos tenentistas veiculados antes da instauração do Governo Provisório - a 11 de novembro de 1930 -, enfatizam a necessidade de renovação dos quadros políticos e de operacionalização de mudanças que têm por objetivo implementar o progresso; acabar com os desmandos e a corrupção dos governantes; conter as crises sociais e a emergência de movimentos populares, sem contudo ultrapassarem em suas críticas os limites da estrutura jurídico-política.

Os vários autores por nós estudados - a despeito de algumas divergências teóricas e ideológicas - apontam o reformismo como o traço característico do tenentismo, cujas reivindicações básicas podem ser resumidas nos seguintes pontos: democratização do voto pela instituição do sufrágio universal e secreto mediante uma reforma eleitoral; revisão da Cons

²³ Cf. CARONE, Edgard. *op. cit.* (A República Nova: 1930-1937), pp.287-8. Ainda sobre cunho moralizante e elitista da concepção política tenentista Ver: PINHEIRO, Paulo Sérgio de M.S. *op. cit.*, especialmente cap. III - A Presença dos Tenentes -, pp.59-63.

tituição com vistas à uniformização do ensino, da legislação processual e do sistema tributário; centralização do Poder de forma a acabar com a "política dos governadores" e garantir a independência do Judiciário; liberdade de imprensa e regulamentação do estado de sítio.²⁴

Embora tais reivindicações expressem uma tendência liberal, a difusa e ambígua ideologia do tenentismo da primeira fase, já deixa antever uma forte inflexão elitista e autoritária.

Juarez Távora, um dos principais líderes do movimento tenentista, elabora diversas críticas ao pensamento liberal - fruto, segundo ele, de tradições e necessidades completamente divorciadas dos antecedentes culturais e etnográficos do nosso povo -, mencionando em seus escritos pensadores notoriamente anti-liberais e conservadores, como Alberto Torres. O elitismo e autoritarismo que permeiam a confusa ideologia tenentista, podem ser encontrados em um dos textos do "tenente" Juarez Távora, no qual ele afirma a necessidade de a "revolução" ser dirigida pelos militares e defende a institucionalização de medidas - como o voto censitário -, que têm a finalidade de marginalizar as classes populares do processo político.

²⁴ Ver: RAMOS, Guerreiro. *op. cit.* pp.28-30. CARONE, Edgard. *op. cit.* p. 384. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *op. cit.* pp.62-3. FAUSTO, Bôris. *op.cit.* pp.64-9. Destaque-se a apreciação feita por Bôris Fausto sobre as propostas tenentistas para a centralização do Poder. Segundo o referido autor, a busca de uma maior centralização não significa para os tenentes o reforço das atribuições do Executivo - pois que chegam a identificar o domínio das oligarquias com a excessiva independência do Executivo -, acentuando antes a necessidade de restaurar o equilíbrio dos três poderes. Os tenentes manifestam uma tendência em defender a predominância do Judiciário, em virtude de manterem uma atitude de desconfiança com relação ao legislativo - criticando a retórica e o bacharelismo dos políticos profissionais -, e de verem no Executivo um instrumento ainda não capacitado para operar mudanças na ordem vigente. Daí o Judiciário apresentar-se como o órgão capaz de garantir o bom funcionamento do regime, em decorrência de sua própria natureza "neutra", que lhe permite de uma posição mais distanciada das pressões e influências dos políticos. Cf. *op.cit.* pp-64-5. O Poder Judiciário apresenta-se, portanto, como o principal árbitro dos conflitos políticos e o canal privilegiado para a efetivação da disciplina e moralização da sociedade.

Eis a versão "revolucionária" do Vice-Rei do Norte:

"A História não cita, como regra, exemplos de revoluções vitoriosas, em que a força armada não tenha precedido o povo ou, com ele fraternizado em momentos de pugnas decisivas. E essa interferência da força armada não tem se limitado apenas a permitir ao povo descartar-se de seus tiranos: tem valido no meio de desordens generalizadas que caracterizam essas crises sociais, como um escudo protetor da nação contra os excessos da indisciplina popular. A França de 89 e a Rússia de nossos dias pagaram tributos caríssimos de sangue a sede de vingança das massas oprimidas, enquanto o delírio da demagogia se não submeteu à influência moderadora do elemento militar. E quem, entre nós seria capaz de prever as últimas consequências da subversão social criada pelo predomínio incontrastável do populacho".²⁵

O termo "revolução" é tomado como sinônimo de intervenção armada, ou seja, como um movimento conduzido pelo aparelho militar de Estado, enquanto as camadas populares²⁶ re

²⁵ TÁVORA, Juarez. *À guisa de depoimento*. O Combate, Rio de Janeiro, 1927-1928, vol. I, p.91. IN: FAUSTO, Bôris. *op. cit.* pp.65-6.

²⁶ Embora admitamos que a categoria "camadas populares" presta-se a certos equívocos e imprecisões - sendo, via de regra, confundida com o conceito de "massa" ou utilizada para designar tanto a pequena emédia burguesia, como o proletariado, ou seja, os segmentos "dominados" de uma sociedade - resolvemos empregá-la com referência aos grupos sociais que não integram efetivamente o aparelho de Estado, e dessa forma, não podem impor decisões. Michel Foucault, crítico incisivo das concepções que reduzem as relações de poder a polarização "dominantes" X "dominados", utiliza-se, entretanto, dos conceitos de "massa", "povo e "camadas populares", ao referir-se as práticas penais efetivadas fora do âmbito de um aparelho judiciário de Estado pelos chamados tribunais populares. Segundo ele, estes tribunais são organizados pelas massas oprimidas decididas a castigar ou reeducar diretamente os seus inimigos - sem a interferência de uma terceira instância "neutra", qual seja, os aparelhos jurídicos do Estado -, fazendo-lhes pagar pelos danos e perdas sofridos. Além disso, os tribunais populares não partem de uma idéia universal, abstrata e absoluta de justiça - fundada numa norma de verdade que fixa os parâmetros de avaliação entre o justo e injusto -, mas sim de uma experiência: a de terem sido lesadas. Lembremos que para Nietzsche - cuja concepção filosófica atravessa a análise foucaultiana do poder -, os castigos e penalidades têm origem na relação contratual estabelecida entre o credor e o devedor. Explicável, portanto, o temor da "indisciplina" e vingança do "populacho", manifestado por aqueles que, integrando o aparelho de Estado,

cebem a designação pejorativa de "populacho". As Forças Armadas são apresentadas como a vanguarda das rebeliões sociais; "escudo protetor" e veículo "moderador" das manifestações de "indisciplina popular". Sabendo-se que os militares integram o aparelho de Estado, lembremos que segundo a definição gramsciana - explicitada nos capítulos anteriores - o Estado constitui-se simultaneamente como instância repressiva, ética e educadora, tendo por função não apenas de punir, mas sobretudo "formar" um determinado "tipo" de cidadão de acordo com certos padrões morais e disciplinares. No discurso de Juarez Távora os militares são definidos como o canal de poder especializado na repressão e direção moral: força armada e insti tuição disciplinadora da sociedade.

No que tange as propostas de reforma eleitoral, pa tenteia-se, ainda mais claramente o elitismo do pensamento político de Juarez Távora, para quem as massas são atrasadas e "votam mal". Interessado em assegurar a representatividade, qua lificação e honestidade da justiça eleitoral, Távora defende como solução mais correta "*proscreever provisoriamente o sufrágio universal, substituindo-o por uma restrita, mas conscienciosa, elite eleitoral*".²⁷

O principal instrumento formal da democracia burguesa - as eleições por voto direto e sufrágio universal - é as sim negado às classes populares, sob a alegação de que as mes mas não estão "qualificadas" para fazer uso dos direitos liberais.

Cabe-se perguntar quais as relações de poder que se quer *representar* com a institucionalização de um corpo eleitoral "qualificado" e quais os *efeitos de poder* que se deseja obter com tal modalidade de espetáculo jurídico-teatral. Seria fortuito o fato de o conceito de "representação" per-

tomam ou reclamam medidas que oprimem e provocam danos aos que lhes são submetidos. Sobre o conceito de justiça popular Ver: Michel Foucault. *op. cit.*, (Microfísica do Poder), particularmente o cap. III, pp. 39-68.

²⁷ TÁVORA, Juarez. *op. cit.*, vol. III, p. 228. IN: FAUSTO, Bóris, *op. cit.*, p. 66.

passar toda uma concepção acerca da legitimidade do poder, que, toma os dirigentes políticos como a verdadeira "imagem" dos desejos e reivindicações populares ou de uma determinada classe social?

Parece-nos ser característico de todos os procedimentos judiciais o estreito imbricamento de duas diferentes formas de linguagem ou prática discursiva: a linguagem normativa do direito - que estabelece o que é lícito e ilícito, falso e verdadeiro, justo e injusto - e a linguagem gestual e dramática do teatro, que assinala para cada ator um determinado papel, de forma a produzir nos espectadores a identificação ou o sentimento de "verossimilhança" com relação ao ator e seu papel e a idéia ou realidade "representada". Tanto no teatro como no tribunal, importa produzir, precisamente, certos efeitos de verdade.

Para demonstrar que a tendência elitista e autoritária não pode ser reduzida ao pensamento individual de Juarez Távora, encontrando eco no interior do movimento tenentista, lembremos que em 1932, um grupo de "tenentes" encarrega Oliveira Viana de elaborar um projeto de reforma constitucional, que acaba sendo por eles recusado, em virtude da excessiva importância atribuída ao Executivo.²⁸

Retomando-se a definição feita por Johnson ao programa tenentista, segundo a qual este se consistiria numa combinação de modernização e progressismo na área sócio-econômica

²⁸ Cf. FAUSTO, Bôris. *op. cit.*, p.68. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *op. cit.*, p.62. O caráter antiliberal, reformista e autoritário do pensamento político de Oliveira Viana, destaca-se em duas de suas principais obras: *Instituições políticas brasileiras* e *Problemas de política objetiva*. Nestas ele afirma a incapacidade das massas para exercer o direito ao voto; propugna a criação de um quarto poder, com função moderadora; e admite a impossibilidade de acabar com as oligarquias no Brasil, defendendo como única solução democrática para o nosso país, tornar as "oligarquias brancas" em "oligarquias esclarecidas", através de reformas que levem ao reforço do judiciário, a uniformização legislativa e a ampliação dos poderes da União. IN: MEDEIROS, Jarbas. *O Pensamento Autoritário no Brasil: 1937-1945*. Ed. Fundação Getúlio Vargas, R.J., 1978, pp.155-217.

com racionalização pseudo-científica e autoritarismo na esfera política, indiquemos, precisamente, em que período e em torno de quais objetivos consolidam-se as propostas modernizadoras dos tenentes, referentes a planificação econômica.

Ora, a configuração ideológica da intervenção tenentista em assuntos econômicos e políticos do país, começa a cristalizar-se após a revolução de 1930. Um grupo de militares graduados, sob a liderança de Tasso Fragoso, Bertoldo Klinger, Malan D'Angrogne e Leite de Castro, depõem a 24 de outubro o Presidente Washington Luís, com isto impedindo-o de empossar o candidato Júlio Prestes que, havia derrotado Vargas nas eleições presidenciais de março. A 3 de novembro de 1930, Vargas toma posse como chefe do Governo Provisório, embora a institucionalização do governo só venha ocorrer a 11 de novembro, o que demonstra a dificuldade de legalizar uma situação de compromisso entre as forças políticas envolvidas na luta pela recomposição dos quadros de poder. As primeiras medidas tomadas pelo novo governo consistirão na dissolução do Congresso Nacional e Assembléias Estaduais, nomeando-se interventores para cada Estado.²⁹

Visando participar da luta pela "reconstrução nacional" preconizada no discurso de posse de Vargas, os tenentes aglutinam-se em torno de agremiações políticas como a *Legião Revolucionária de São Paulo*, o *Movimento Brasileiro* e o *Clube 3 de Outubro*.

O Clube 3 de Outubro - cuja data assinala a eclosão da revolução de 1930 -, será a organização mais duradoura do movimento tenentista, expressando as mais ousadas formulações políticas dessa corrente no período pós-revolucionário. Fundado em 1931 e dissolvido em 1935, o Clube 3 de Outubro realiza sua Convenção Nacional em julho de 1932, sendo então aceito como "subsídio de orientação doutrinária" o programa ela-

²⁹ Cf. CARONE, Edgard. *op. cit.*, (A República Nova), pp.283-4. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, pp.21-3.

borado por uma comissão constituída por Stênio de Albuquerque Lima, Augusto do Amaral Peixoto Jr., Waldemar Falcão e Marinho de Andrade. Os princípios básicos desse programa são a nacionalização de economia e a outorga de direitos e garantias as classes populares. Considerando a economia como um dos elementos preponderantes da nacionalidade, o programa estabelece certas regulações para a produção e o consumo, tendo por finalidade operar de forma planificada a nacionalização da economia. Dentre as principais medidas econômicas de fendidas pelos integrantes do *Clube 3 de Outubro*, destacam-se: a desapropriação e nacionalização das minas, forças hidraulicas, vias de transporte e comunicação, empresas de navegação de cabotagem; revisão dos contratos atinentes às concessões de serviços públicos, devendo ser rescindidos os que não tivessem sido cumpridos devidamente ou atentassem contra os bens nacionais. No que concerne as franquias políticas, o programa legitima o direito de greve, afirmada como "prerrogativa inalienável do operário", defendendo para esta classe uma série de benefícios, como o salário mínimo, seguro social e participação no lucro das empresas, chegando a propor a co-gestão das empresas por "elementos operários selecionados, de acordo com o seu mérito profissional, qualidades morais e capacidade de direção. Comentando o significado político-ideológico desse programa, Boris Fausto define-o como "nacional-burguês", lembrando o fato de que muitas das reformas econômicas aí propostas, foram levadas a cabo por Vargas, sobretudo após o golpe de 1937.³⁰

Constituindo-se as Forças Armadas como o principal segmento do aparelho repressivo de Estado, e tendo o próprio

³⁰ Ver: FAUSTO, Bôris. *op. cit.*, pp.77-8. CARONE, Edgard. *op.cit.*, (A República Nova), pp.389-90; *A Segunda República*, São Paulo, Difel, 1974, pp.259-77. Carone ressalta que, embora o *Clube 3 de Outubro* não tivesse a estrutura de um partido, possuía representações em quase todos os Estados, advindo sua força política da estreita ligação dos seus principais integrantes com a máquina administrativa e política do governo. Destacam-se como membros do Clube, figuras militantes e civis, como Juarez Távora, Gôes Monteiro, Osvaldo Aranha, João Alberto e Juracy Magalhães, que fazem parte do Ministério ou ocupam cargos oficiais do governo. (Idem, p.390).

Estado uma função não somente repressiva, como também educa
tiva e disciplinar, ao esboçarmos as diversas nuances do mo
vimento tenentista - gerado, precisamente, no interior das
corporações militares -, temos a finalidade de chamar aten-
ção para alguns dos aspectos disciplinares da "nova ordem"
instaurada pela revolução de 1930, ordem esta que tem o seu
momento de cristalização ideológica no período ditatorial do
Estado-Novo (1937-1945). Ora, admitindo-se que o tenentismo
funcionou como um dos suportes básicos para a implantação do
Governo Provisório de Vargas, pode-se supor que o referido mo
vimento constituiu-se como uma das condições de produção dos
discursos disciplinares veiculados posteriormente durante o
Estado-Novo, sendo alguns desses discursos analisados no pre
sente capítulo.

Os conflitos e alianças entre o governo e os tenen
tes, têm como um de seus fulcros a discussão em torno da ne-
cessidade de implantar-se mecanismos de disciplinamento da
Nação, que sejam específicos do governo e do aparelho mili-
tar. O disciplinamento das próprias Forças Armadas, aparecem
durante o período de 1930-1937, como condição básica para a
instauração de uma Nação disciplinada, visto ser uma das prin-
cipais atribuições do aparelho militar zelar pela manutenção
da ordem estabelecida, encontrando-se, portanto, submetido ao
poder governamental.

Daí Bôris Fausto afirmar que, embora Vargas tenha-se
apoiado nos tenentes nos primeiros anos da década de trinta
e algumas das medidas nacionalistas de seu governo devam-se
à influência destes, a consolidação do novo poder de Estado
dependia da homogeneização do aparelho militar, implicando
tal fato na "liquidação do tenentismo como força autônoma que,
a cada passo, ameaçava corroer a disciplina".³¹

Verificar-se-á a partir do golpe de 1937, o crescen
te processo de homogeneização do aparelho militar e de implan

³¹ FAUSTO, Bôris. *op. cit.*, p.107.

tação de rígidos dispositivos disciplinares para o conjunto da Nação - dispositivos estes que objetivam formar um novo padrão de "cidadão brasileiro" -, implicando tal processo numa expansão dos mecanismos de poder do aparelho governamental. O acirramento dos conflitos entre governo e diversos setores da sociedade política e civil, ocorridos durante o Governo Provisório (1930-1937) - lembrando-se que o governo constitui-se como uma das instâncias do aparelho de Estado, congregando ainda este último, instituições como os tribunais, as Forças Armadas, etc -, acabam por justificar as medidas discricionárias instauradas entre 1937-1945, e que têm a finalidade de manter o poder de Estado, ou seja, tornar uniforme o funcionamento do aparelho de Estado. Uniformização que não exclui, entretanto, a complexificação e especialização dos organismos que integram a máquina estatal.

3.2 *Francisco Campos e os intelectuais católicos do Centro D. Vital: suas concepções político-pedagógicas*

Com o estabelecimento do novo regime em 1930, tem início uma intervenção mais planificada do Estado com relação a educação escolar. A criação do Ministério da Educação e Saúde (decreto nº 402 de 14-novembro-1930) e, no ano seguinte, a do Conselho Nacional de Educação (decreto nº 19.850) expressam o propósito intervencionista da União.

A ação do Estado na esfera educacional, objetiva-se através de disposições baixadas pelo ministro da Educação Francisco Campos. Caberá a este empreender uma ampla reforma no sistema de ensino - conhecida como Reforma Francisco Campos - que será efetivada por uma série de decretos:

- Decreto 19.851 de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e implanta o regime universitário.

- Decreto 19.852 de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro.

- Decreto 19.890 de 18 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino secundário.

- Decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931: organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências.

- Decreto nº 21.241 de 14 de abril de 1932: consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário.

Segundo Otaíza Romanelli, a Reforma Francisco Campos teve o mérito de dotar de organicidade o ensino secundário, estabelecendo definitivamente o currículo seriado, a frequência obrigatória, a divisão em dois ciclos - um fundamental e outro complementar - e a exigência de habilitação nesses dois ciclos para o ingresso no ensino superior. Introduziu ainda a citada Reforma, um conjunto de normatizações para a admissão do corpo docente e seu registro junto ao Ministério de Educação, bem como para os cargos de inspetor de ensino. Romanelli destaca, entretanto, o caráter elitista na reforma do ensino secundário, pautado num currículo enciclopédico e num sistema de avaliação extremamente rígido, controlado do centro, exigente e exagerado quanto ao número de provas e exames, fazendo com que a seletividade fosse a tônica de todo o sistema. Basta dizer que para uma média de 102 disciplinas anuais, prescrevia-se em lei para cada disciplina, as seguintes modalidades de avaliação: uma arguição mensal; uma prova parcial e um exame final.³²

As medidas normatizadoras do ensino secundário encetados pela Reforma Francisco Campos, fazem com que a, nossa Escola tenda a transformar-se numa instituição regida por uma ordem disciplinar caracteristicamente "moderna". Isto porque, como foi explicitado no segundo capítulo, o estabelecimento das classes escolares - subdivididas em séries, de

³² ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis, R.J., Vozes, 1978, pp.135-7.

um programa pautado numa concepção progressiva e gradual da aprendizagem; e finalmente, de um rígido esquema de horário -, marca precisamente, a rutura entre o ensino medieval e moderno, tornando-se o colégio uma instituição complexa, volta da não somente para o ensino mas fundamentalmente para a vigilância e o enquadramento da juventude.

A despeito das críticas feitas ao enciclopedismo e elitismo do ensino implantado pela Reforma Francisco Campos, Otaíza Romanelli concorda, entretanto, quanto ao seu caráter inovador, sublinhando que até o final da década de vinte, predominava o regime de "preparatórios" e de exames parcelados para ingresso no ensino superior, sendo pouco usual a adoção do currículo seriado. No próprio Colégio Pedro II, espécie de modelo da educação secundária para todo o país, vigorava o regime de exames parcelados, o que indica, portanto, a ausência de uma seriação dos cursos secundários.³³

A adoção do currículo seriado indica, precisamente, a emergência de uma concepção pedagógica dentro da qual as habilidades e capacitações são fabricadas por um conjunto de técnicas de adestramento, efetivando-se a aprendizagem através de uma série ininterrupta e ordenada de exercícios, provas e exames. Estas modalidades de avaliação realizam-se segundo um princípio de segmentação sucessiva e não de parcelamento, visto encontrarem-se articuladas a um programa que integra cada classe ou série - e os exames que lhe são correspondentes - num esquema analítico de sequências e gradações que devem culminar num estágio terminal.

Embora as regulações estabelecidas pela Reforma Francisco Campos venham demonstrar que a educação é tomada cada vez mais como uma área de decisões técnicas - implicando, portanto, a adoção de critérios de planificação e racionalização -, verifica-se durante o Governo Provisório uma espécie

³³ Idem., p.135.

de retorno ao "entusiasmo pela educação" que marca o período entre 1915 e início dos anos vinte.

Essa atitude de "entusiasmo pela educação", que emerge nas duas primeiras décadas deste século, pautava-se numa perspectiva quantitativista com relação a difusão do ensino, podendo ser articulada a objetivos políticos imediatos: a necessidade de ampliar-se as bases eleitorais impunha a expansão das oportunidades de ensino elementar para o povo, ou seja, alfabetizar significava aumentar o número de volantes. Vanilda Pereira Paiva destaca, entretanto, como o aspecto fundamental desse "entusiasmo", a supervalorização da educação como instrumento capaz de solucionar todos os problemas da Nação. Bastante ilustrativos são os discursos do médico Miguel Couto - principal teórico dessa posição - selecionados pela autora: a ignorância é por ele considerada "*não somente como uma doença, mas a pior de todas*", visto assumir "*as proporções de verdadeira calamidade pública*", sendo a única "*responsável pelo relativo atraso da nossa Pátria*"; o analfabetismo é definido com o "*cancro que aniquila o nosso organismo, com suas múltiplas metástases*", devendo o portador dessa doença endêmica - o analfabeto - ser curado com "*o remédio do ensino obrigatório*".³⁴

A educação apresenta-se, portanto, como um instrumento simultaneamente pedagógico e higiênico, sendo a alfabetização uma espécie de intervenção cirúrgica de urgência aplicada num organismo social contaminado pela ignorância, sintoma de um avançado estado patológico que impede o desenvolvimento "normal" do corpus nacional. A instrução afirma-se como a "panacéia" capaz de operar a cura, regeneração e crescimento dos "membros" contaminados que comprometem o "progresso" do país.

³⁴ COUTO, Miguel. No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Comércio, 1933, pp.97-8;190. IN: PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação Popular e Educação de Adultos: contribuição à história da educação brasileira*. São Paulo, Loyola, 1973, pp.27-8. O termo "entusiasmo pela educação", utilizado pela autora, fundamenta-se na obra de NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade no Brasil: 1920-1929*. Araraquara, 1926, s.n.t.

A criação do Ministério da Educação e Saúde em 14 de novembro de 1930, portanto, três dias após a instauração do Governo Provisório, indica-nos a legitimação institucional - a nível do aparelho de Estado - de todo um campo discursivo fundado no estreito imbricamento estabelecido entre alfabetização e saneamento; ensino e higiene; educação e profilaxia. O Estado afirma-se como a instância central de poder encarregada da educação, normatização e medicalização da Nação. Pai, pedagogo e zeloso curador.

O suporte ideológico do "entusiasmo pela educação" verificado entre 1910-20, tem como ancoragem as noções de patriotismo, nacionalismo e humanismo. O que parece significar que somente pela ação redentora de uma escolarização em massa, poderíamos, na qualidade de brasileiros, afirmar confiantes: Eis porque me ufano de meu País...

Vanilda Pereira Paiva, embora ressalte que a retoma da desse "entusiasmo" após a revolução de 30, assume, então um caráter mais racional - tendo em vista a crescente influência dos técnicos em educação nos planos governamentais para o setor -, aponta a permanência da concepção de redenção nacional através da educação, reaparecendo o analfabetismo como o principal problema do país. Para atestar a ressurreição dessa visão messiânica do ensino, refere-se a autora a fundação da Cruzada Nacional de Educação - em fevereiro de 1932, sendo reconhecida como entidade de utilidade pública pelo decreto nº 21.713 de 15 de agosto do mesmo ano -, e da Bandeira Paulista de Educação, no ano seguinte. Os promotores da Cruzada Nacional de Educação defendiam que "*a campanha contra o analfabetismo precisava ter caráter de salvação pública*", sendo o objetivo de sua atuação "*lutar para apagar a mancha vergonhosa do analfabetismo que degrada e avilta o Brasil*".³⁵

³⁵ Manifesto da Cruzada Nacional de Educação aos Brasileiros em 1933. IN: PAIVA, Vanilda Pereira. *op. cit.*, p.121.

O analfabetismo é tomado como uma espécie de pecado original, sendo a educação o veículo pelo qual o homem pode libertar-se dessa "mancha vergonhosa" e tornar-se um verdadeiro cidadão, um integrante da comunidade humana, ou seja, do rebanho de letrados capazes de conhecer a Lei, e assim cumprí-la mais eficazmente. Só que na Bíblia, o pecado original de nossos ancestrais Adão e Eva, consistiu juntamente em provar do fruto da árvore do Conhecimento...

Polimorfos e multifacetados são, entretanto, as técnicas e táticas manipuladas pelos dispositivos de poder.

A despeito de o Governo Provisório apoiar as campanhas educacionais como a Cruzada Nacional de Educação e a Bandeira Paulista de Alfabetização, reconhece a necessidade de se superar o mero entusiasmo que anima tais campanhas "redentoras",³⁶ preocupando-se com o estabelecimento de uma política educacional que leve em conta as contribuições dos especialistas em educação. O crescente prestígio dos educadores junto ao aparelho de Estado, pode ser confirmado durante a IV Conferência Nacional de Educação, realizada em dezembro de 1931, quando Vargas e seu Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, solicitam aos educadores que definam o "sentido pedagógico" da revolução de 1930, comprometendo-se em seguir os rumos da política educacional indicados pelos especialistas e técnicos de ensino. Nesta Conferência surge a idéia de redigir um documento que condense as propostas edu

³⁶ Getúlio Vargas, em manifesto lido à Nação em 3 de outubro de 1931, diz que no tocante as iniciativas brasileiras em assuntos educacionais, "*permaneceríamos no domínio ideológico das campanhas pró-alfabetização, de resultados falhos, pois o simples conhecimento do alfabeto não destrói a ignorância nem conforma o caráter*". Ver: VARGAS, G. A Nova Política no Brasil, R.J., José Olímpio, 1943, v.2, pp.118-20. IN: PAIVA, Vanilda Pereira. *op. cit.*, p.123. A ação pedagógica do Estado, para ser eficaz e obter resultados satisfatórios, há, portanto, que se inscrever no quadro de uma política educacional onde o ensino deixe de ser uma simples transmissão de conhecimentos, para constituir-se num veículo de disciplinamento, ou seja, de conformação do caráter.

cacionais renovadoras defendidas pelos adeptos da Escola Nova. Nasce então o *Manifesto dos Pioneiros*, lançado em 1932, e cujos princípios básicos são: a laicidade do ensino, a institucionalização e expansão da escola pública - assinalando, portanto, a obrigatoriedade do Estado de assumir a função educadora -, e a coeducação, ou seja, a igualdade de direitos dos dois sexos à educação.

Baseando-se nas teorias pedagógicas de Dewey, Claparède, Decroly, e outros, os educadores brasileiros partidários da Escola Nova³⁷ defendem uma "educação para a vida", a ser efetivada por uma pedagogia ativa, desenvolvida através da íntima relação entre a experiência real e global do educando e os procedimentos educacionais. Enfatizam também a necessidade de vincular as reformas educacionais às reformas econômicas, assinalando assim o papel "pioneiro" dos educadores na obra de "reconstrução nacional" em que se empenha o governo revolucionário de 1930. A campanha em defesa da escola pública levada a cabo pelos "pioneiros" é a expressão do próprio lema do movimento renovador: educação como um direito de todos, ou como dizia Anísio Teixeira, "educação não é privilégio".

O texto da Constituição de 1934 vem de encontro a muitas das reivindicações dos representantes do movimento renovador, atribuindo ao Governo Central competência para "fixar o plano nacional de educação compreensivo em todos os graus e ramos, comuns e especializados; a coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do país". (Art. 150). Reconhece a educação como um direito de todos ao estabelecer que o ensino primário deve ser "*integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensivo aos adultos*", recomendando a tendência à gratuidade no ensino ulterior ao primário. No que tange ao ensino religioso, a Constituição de 1934, declara em seu artigo 153: "*O ensino religioso será de frequên*

³⁷ Sobre a penetração da Escola Nova no Brasil, Ver: NAGLE, Jorge. *A Educação na Primeira República*. IN: *op. cit.*, (História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, vol.2), pp.282-87.

cia facultativa, e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais".³⁸

Que não se veja no fato de os dispositivos constitucionais de 1934 estabelecerem a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário, e imprimirem ao ensino religioso um caráter facultativo, como o simples resultado da influência política dos educadores escolanovistas, que se batiam pela universalidade do ensino e pela liberdade de credo ou religião. Sem negar a importância da ação dos "pioneiros" na elaboração da Constituição de 34, devemos lembrar, primeiramente, que o próprio Francisco Campos, que entre os anos de 1933 e 1935, ocupava o cargo de consultor-geral da República - tendo lançado na qualidade de Ministro da Educação e Saúde (1930-1932) as bases para a institucionalização da reforma do ensino médio e superior -, afirmava-se também como um veemente adepto dos métodos pedagógicos da Escola Nova. Criticando a natureza retórica e ornamental da "educação tradicional", Campos reclamava uma Escola que ensinasse a pensar e inventar soluções para os novos e complexos problemas surgidos com o advento da época moderna, criticando os métodos pedagógicos fundados em dogmas e receitas prontas.

"A educação do homem não se fará jamais mediante o sistema de receptividade passiva". (...) "A verdadeira educação concentra o seu interesse antes sobre os processos de aquisição do que sobre o objeto que eles têm em vista, e sua preferência tende não para a transmissão de soluções já feitas, acabadas e formuladas, mas para as direções do espírito, procurando criar, com os elementos constitutivos do problema ou da situação de fato, a oportunidade e o in

³⁸ BRASIL. Constituição de 16 de julho de 1934. IN: PAIVA, Vanilda Pereira. op. cit., p.124. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. op.cit., p.142.

teresse pelo inquērito, a investigação e o trabalho pessoal em vista da solução prōpria e adequada e, se possível, individual e nova".³⁹

O caráter ativo, pragmático e inovador desse tipo de pedagogia, inscreve-se no quadro do pensamento político de Campos, como um dos fatores fundamentais para a instauração de um Estado Nacional moderno no Brasil.

Sublinhando a estreita articulação entre economia e educação, Campos explicita um dos sentidos da "modernização" por ele pleiteada, ao justificar a necessidade de institucionalização do ensino técnico e profissionalizante "particularmente num país como o nosso que aspira um rápido e extenso desenvolvimento industrial", acabando por conceituar o termo Nação, da seguinte forma: "A Nação não ē, com efeito, apenas ordem jurídica e moral, função de autoridade e de Governo: ē também e hoje, antes de tudo, uma usina e mercado".⁴⁰

Hā implícito nessa formulação uma identificação entre os conceitos de Nação e aparelho de Estado, destacando-se o privilegiamento das atribuições de ordem técnica e econômica do aparelho estatal. O ensino técnico e profissionalizante apresenta-se, portanto, como importante requisito dos objetivos pedagógicos e produtivos do novo Leviatã, definido como uma "usina" e "mercado": lugar onde são fabricadas e legitimadas as capacitações intelectuais demandadas pelo mercado, pelo modo de produção industrial.

Lembremos as apreciações feitas nos capítulos prece^u dentes, sobre a conceituação gramsciana de Estado, enquanto

³⁹ CAMPOS, Francisco. *Educação e Cultura*. Ed. José Olympio, 1940, pp.48-50,125. IN: MEDEIROS, Jarbas. *op. cit.*, p.21.

⁴⁰ CAMPOS, F. *Pela Civilização Mineira*. Belo Horizonte, 1930, pp.73-86. Idem, p.15.

instância de poder encarregada de racionalizar e disciplinar as esferas econômica e jurídico-política. Estado repressivo (instituição monopolizada por uma classe dominante); Estado ético-educador (órgão de direção moral e cultural de uma formação social).

Estado moderno cujo poder multifacetado permite-lhe como que cristalizar as funções simultaneamente produtivas, educativas e repressivas desenvolvidas específica e respectivamente, por três instituições básicas do capitalismo: a fábrica, a escola e a prisão.

Ao ser empossado como Ministro da Educação e Saúde em 1930, Campos volta a enfatizar a relação educação-economia, afirmando: "*Na instrução será indispensável considerar, a fim de que possamos atender as exigências do estado atual de civilização e de cultura, que o Brasil não é apenas um país de 'liberais', mas também, e sobretudo, um país de produtores*".⁴¹

Defendendo a necessidade de o ensino adequar-se aos padrões de uma civilização industrial, Campos aproveita para atacar os liberais, não sendo irrelevante o fato de este termo vir entre aspas.

Campos responsabiliza o liberalismo pelo nosso "atraso" e "fraqueza" frente aos "povos civilizados", designando as instituições democráticas como "superstição ou obsessão política", geradoras que são de um Estado "dividido" e "desarticulado". A tarefa de implantar um Estado Nacional "hegemonico", "integrado" e "monolítico", exigia a "modernização" das instituições políticas e burocráticas, devendo-se imprimir a administração um cunho técnico mais pronunciado. A necessidade de modernização do aparelho estatal segundo princípios ao mesmo tempo técnicos e autoritários - valendo assi

⁴¹ CAMPOS, F. *op. cit.*, (Educação), pp.117-8. Idem

nalar que a própria *técnica* é um eficaz instrumento de dominação e docilização - perpassa os textos e pronunciamentos de Campos, configurando-se como doutrina política nos períodos em que ele mais se destaca como homem público: 1914-1930 e 1930-1945. Jarbas Medeiros indica que, a despeito de a ideologia política de Campos fixar-se mais nitidamente entre os anos de 1930-1945 - ideologia esta, centrada nas noções de modernização institucional, nacionalismo e autoritarismo -, já pode-se antever o núcleo fundamental de suas idéias logo no início de sua carreira política. Em 1914, na qualidade de acadêmico de direito, ao afirmar ser função dos juristas - "*largamente embebidos na inspiração nacional*" - adaptar os órgãos legais da Nação à satisfação das necessidades democráticas, Campos dá início a sua pregação autoritária, dizendo: "*O futuro da democracia depende do futuro da autoridade. Reprimir os excessos da democracia pelo desenvolvimento da autoridade será o papel político de numerosas gerações*".⁴²

Esse ideal modernizador, nacionalista e autoritário terá desdobramentos bastante específicos quando da implantação do Estado-Novo (1937-1945), período em que se tornam mais explícitos e contundentes os objetivos pedagógicos e disciplinares do Leviatã tupiniquim, sendo Campos o escriba que redige a Constituição de 1937.

Vale sublinhar que, se os imperativos de racionalidade e modernização funcionavam no pensamento político de Campos, como justificativas de sua defesa em prol da Escola Nova e do desenvolvimento industrial, imperativos outros, de ordem moral e espiritual, eram por ele invocados, objetivando a "recuperação dos valores perdidos", constituídos pela trindade: *religião, pátria e família*. Caberia precisamente a educação, o papel de preservar tais valores, salvaguardando a Nação dos excessos do liberalismo e do perigo do comunismo. Ao

⁴² CAMPOS, F. *Antecipações à Reforma Política*. Ed. José Olympio, 1940.

elogiar os dispositivos da Carta de 34, relativos ao ensino religioso, Campos se contrapõe ao princípio de laicidade preconizado por vários educadores brasileiros e legitimado pela Constituição de 1891,⁴³ ainda em vigor até 1934:

"Ao passo que sob a bandeira da doutrina liberal e em nome da liberdade de cátedra, era permitido o ensino das mais extravagantes e destemperadas teorias e às escolas se franqueavam todas as superstições científicas e todas as cosmogonias, teodicéias e teologias racionalistas, sob o rótulo fraudulento de ciência, fecham-se à religião as portas das escolas, como se tratasse de uma expressão espúria da natureza humana". (...) "Hã três laços que reúnem os homens - a religião, a família e a pátria. Mais do que ninguém o comunismo sabe disso. Ele combate os três aos mesmo tempo". (...) "Onde se rompem os vñculos começa o reino da morte e não da liberdade".⁴⁴

Interpretando-se de forma redutora e simplista o texto acima, poderíamos nos contentar em apontar as "contradições" do pensamento político de Campos, visto ele defender, simultaneamente, a inovação dos métodos pedagógicos e a preservação de valores tidos como "arcaicos", quais sejam, a religião, a família e a pátria. Seguindo este raciocínio, acabariamos taxando de "hipócrito" e "oportunista" a ênfase dada por Campos às tais Instituições e definindo o seu discurso como uma mera "manobra escusa". Este tipo de análise, em seu zelo por detectar as "maldades" dos poderosos, mostra-se impotente para desvendar os aspectos do jogo belicoso dos discursos. E mesmo em casos onde pretende examinar de

⁴³ BRASIL. Constituição de 24 de fevereiro de 1891, art. 72, parágr. 6: "Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos".

⁴⁴ CAMPOS, F. *op. cit.*, (Educação), pp.153-4, 161. Idem.

uma perspectiva histórica a ideologia das camadas dominantes, corre o risco de a-historicizar todas essas manifestações ideológicas - ou seja, este produzir e impor com o discurso as modalidades de dominação características de cada época -, por identificar na fala e escritos dos poderosos a reiteração infinita de mentiras eternas.

Ao contrário de Pilatos, não desejamos lavar as mãos e vender os olhos para as inúmeras crueldades praticadas pelos senhores com relação aqueles que deseja escravizar. Trágica dialética cujo importante instrumento de subjugação é o discurso - não o Verbo verdadeiramente criador, sopro de vida -, que a despeito de parecer encarnar o próprio "Espírito" de toda a história, é ela mesma, esta tragédia, um tecido descontínuo de textos e técnicas, constitutivos de uma vontade de poder exercida de forma específica em diferentes épocas e formações sociais. O caráter descontínuo da história política do conhecimento, do saber e das táticas de poder, não significa que os campos discursivos - espaços de luta -, sejam algo absurdo ou caótico.

Lembremos que o termo grego "*Caos*", designa uma ausência de Ordem e não desordem, como comumente se utiliza, enquanto a Harmonia significa - notadamente para Heráclito - a junção serrada de forças antagônicas, a confluência de tensões adversas, como a que existe entre o arco e a flecha. O sentido de doce apaziguamento que emprestamos atualmente a palavra Harmonia, provém da interpretação de Platão.⁴⁵ Ele tentou instituir em Siracusa, uma república que fosse governada por filósofos (amantes da sabedoria), deixando-nos como uma de suas obras básicas o texto *A República*, onde expõe um conjunto de normas - relativas as formas de justiça, educação, hábitos, divisão do trabalho, etc. - a serem observadas na organização de um Estado administrativo por sábios e regulado pela Razão. A forma linguística utilizada em *A Repu-*

⁴⁵ Ver: BEAUFRET, Jean. *Dialogue avec Heidegger*. vol. I, Philosophie Grecque, Ed. de Minuit, Paris, 1973, p.40.

blica é a do diálogo, o que lhe confere um tom didático e persuasivo. República estruturada segundo os princípios da Filosofia, da Política e da Pedagogia: instância de saber, poder e adestramento.

Retenha-se das apreciações que fizemos acima, primeiramente o fato de que, embora não seja possível a nenhuma interpretação (de textos ou acontecimentos políticos e discursivos), ser "neutra" ou destituída de normas morais, o ato radical de interpretar implica na recusa a todo e qualquer "moralismo": enquanto visão linear e a-histórica dos valores de Bem e Mal. Outro ponto que devemos sublinhar, diz respeito as "contradições" que permeiam os discursos políticos ou ideológicos, tomados como elementos táticos dos confrontos de força e lutas pelo poder. Importante destacar os diferentes níveis de contradição existentes em um texto, evitando-se identificar "contradição" com incoerência, desordem ou simples arma maléfica utilizada para confundir o inimigo. Mesmo porque, o objetivo de confundir o inimigo na trama do jogo discursivo, constitui-se como um procedimento tático-estratégico de que lançam mão tanto os "dominadores" como os "dominados", visto integrarem os dois grupos o mesmo sistema de correlação de forças.

Vale aqui repetir Foucault, quando diz que "*podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia; podem, ao contrário, circular, sem mudar de forma entre estratégias opostas*",⁴⁶ não implicando as contradições e o caráter polimorfo dos discursos proferidos de diferentes lugares de um espaço de luta, que inexista uma racionalidade e uma lógica nos aparelhos de poder (como Estado, Escola, etc)' que enfeixam determinados discursos. Articulando-se a vários campos de saber, as novas relações de poder - surgidas com a sociedade disciplinar -, fundamentam-se em técnicas, logo em uma modalidade histórica de racionalidade.

⁴⁶ FOUCAULT, M. *op. cit.*, (História da Sexualidade), p.97.

Admitimos, portanto, existirem certas contradições internas nos discursos produzidos por Francisco Campos, expressas pelo fato de ele ancorar-se em critérios racionais, quando se trata de atingir determinados alvos como a reforma do sistema escolar e a promoção de um desenvolvimento industrial em nosso país, passando, por outro lado, a defender o primado da fé e dos "valores eternos" como religião, pátria e família, quando tem em mira defender a "unidade nacional" do perigo desagregador das táticas discursivas manipuladas por diferentes blocos de inimigos: os liberais e os comunistas. Poderíamos, então, ser tentados a ver dois aspectos antagônicos na doutrina de Campos: o "moderno", constituído pelo privilégio da técnica e planificação, identificando-se esta tendência modernizadora com objetivos de *renovação* e *mudança* da sociedade; e o "tradicional", caracterizado pela ênfase na necessidade de *preservação* e *manutenção* dos valores e instituições capazes de garantir a ordem e normalidade social.

Remetendo-nos, porém, aos trechos dos discursos de Campos que transcrevemos anteriormente, veremos que tais antagonismos e contradições integram ora estratégias político-discursivas opostas, ora a mesma estratégia, compondo todas elas uma harmonia (tensa) como a do arco e da lira, daí essas contradições - entre idéias de mudança e manutenção de certos padrões de organização e comportamento - não poderem ser traduzidas como "incoerências". Há uma ordem e uma lógica nos enunciados de todos os discursos e os de Campos não são uma excessão - pois até o sonho e a loucura têm a sua inteligibilidade, como nos mostra a psicanálise -, podendo-se mesmo dizer que a categoria central dos discursos de Campos é a de Ordem, ou antes, de Unidade.

Ao preconizar a modernização dos aparelhos institucionais, visando implantar no Brasil um Estado Nacional baseado numa "administração eficaz e competente", no fortalecimento do Poder Central (executivo) e no "predomínio das preo

cupações técnicas", Campos investe contra o Estado liberal, qualificando as instituições democráticas - como o voto direto e secreto, o poder legislativo, a autonomia dos municípios, etc - de "*superstição ou obsessão política*".⁴⁷ Ora, a *superstição* resulta da ignorância ou de um conhecimento tido como falso ou fantasioso, levando a atitudes de fanatismo ou a admissão de credulidades, sendo, portanto, o oposto da *racionalidade técnica* esposada por Campos.

Campos articula o processo de modernização institucional e de formação do Estado Nacional moderno com o "*predomínio das preocupações técnicas*", caracterizando-se a prevalência da técnica pelo "*fecundo espírito de realizações práticas - encarnadas na administração eficaz e competente*". O Estado liberal se definiria, inversamente, pelo "*infecundo espírito de ornamentação - encarnado na política verbalista e estéril, formalista e pueril*", estando o "*dragão da ideologia democrática*" desde já relegado ao "*museu de antiguidades políticas*", em virtude de suas instituições serem a expressão de uma "*superstição ou obsessão política*",⁴⁸ ou seja, de falsas, ultrapassadas e delirantes concepções sobre as relações de poder.

Parece-nos bastante ilustrativa a forma como Campos distingue a ação política efetivada respectivamente no interior do Estado Nacional moderno e do Estado democrático-liberal. No primeiro, a política é desenvolvida sob a base de uma administração eficaz e competente. A competência administrativa traduziria, portanto, a crescente inserção da racionalidade técnica nas áreas de decisão política, inserção esta que seria indicativa do alto grau de desenvolvimento e avanço de uma sociedade. No Estado liberal verificar-se-ia

⁴⁷ As palavras colocadas entre aspas constituem fragmentos ou passagens do livro de Francisco Campos. *Opiniões e Debates*, Belo Horizonte, Ed. Ariel, 1921, pp.95, 260, 284. IN: MEDEIROS, *op. cit.*, pp.12-4.

⁴⁸ CAMPOS F. *op. cit.*, (Opiniões), IN: MEDEIROS, Jarbas. *op. cit.*, p.14.

exatamente o contrário, ou seja, a política, em vez de ser o lugar de objetivação de um "*espírito de realizações práticas*" - consubstanciando o pragmatismo o próprio espírito do capitalismo -, ela teria como fundamento o "*espírito de ornamentação*", daí o seu papel "*infecundo*" ou *improdutivo* e o seu aspecto "*pueril*", ou seja, *imaturo*, *atrasado*. O Estado liberal estaria assim marcado por duplo estigma: o da puerilidade e imaturidade, visto ter se mostrado incapaz de tomar medidas práticas eficazes; e o da senilidade e arcaísmo, já que o verbalismo e a superstição não se coadunam com as exigências dos tempos modernos.

Pode-se ver nessa contraposição entre Estado Nacional e Estado liberal, a expressão de um modelo de saber que coloca como polos antagônicos e excludentes, a *Razão* e a *Crença*, enquanto formas de pensamento e linguagem: a primeira significando um conhecimento verdadeiro e, portanto, legítimo visto fundamentar-se nos preceitos lógicos de calculabilidade, previsibilidade e controle, característicos da ciência e da técnica; e a segunda, significando um conhecimento falso, logo ilegítimo, já que resultante da opinião, do senso comum ou de emoção, expressões de ilogicidade e irracionalidade.

Dessa contraposição entre Razão e Crença, Campos parece derivar outras formas de oposição e diferenciação: a Razão (identificada como conhecimento científico e técnico) instituiria um Estado *hegemônico, integrado e monolítico*, ao passo que a Crença (terreno da "*superstição*" ou de uma compreensão afetiva dos acontecimentos reais, elaborada a partir de um sentimento de *vivência*)⁴⁹ serviria de base para um Estado *dividido, desarticulado e desintegrado*.

⁴⁹ Ver: ALQUIE, Ferdinand. O Saber afetivo: lições de filosofia 2. IN: *Jornal Folha de São Paulo*, 11 de julho de 1982, suplemento Folhetim, nº 286, pp.10-1.

Os termos *hegemônico/integrado/monolítico* e *dividido/desarticulado/desintegrado*, são de Francisco Campos. (grifos nossos).

Como indicamos anteriormente, a constituição de uma teoria do Estado baseada em princípios racionais, tem em Platão um de seus primeiros formuladores, tratando-se aqui de uma razão de tipo filosófico, paradigma do saber da época. Importante atentar para o fato de que em sua obra *Górgias*, Platão estabelece a tríade *Logos*, *Nomos* e *Taxis* - Razão, Legalidade, Ordem - como o princípio primeiro tanto do mundo físico como do mundo ético. A noção de Poder (instituído pelo Rei-Filósofo) implícita no conceito platônico de Ordem - Kosmos: organização regida pela Geometria, enquanto princípio da reta proporção que faz com que "*o Céu e a Terra e os deuses e os homens se conservem juntos por comunhão e amizade, por regularidade, temperança e justiça*" -, ⁵⁰ torna explícita a oposição entre Razão e Mito, evidenciada na famosa questão dos poetas com a República. Segundo Platão, os poetas deviam ser expulsos da República por serem os geradores de formulações fabulosas, fictícias - anunciadores do Mito, expressão confusa e desordenada de pensamento -, capazes de minar os alicerces do Estado Platônico e subverter a Ordem Racional. ⁵¹

Sendo outros os tempos e outro o espaço cultural, Campos pretende extirpar do Estado Nacional - espécie de República Moderna da Ordem Técnica - as "*superstições*" políticas engendradas por um novo tipo de fabulador: o liberal.

Quando defende o ensino da Religião nas Escolas, Campos tem como objetivo garantir de uma outra perspectiva a própria *unidade nacional*. O procedimento tático-estratégico de seu discurso tem agora como alvo não somente o liberalismo - que para ele apresenta sintomas de caduquice histórica, daí merecer figurar num "*museu de antiguidades políticas*" -, mas principalmente o comunismo - novo tipo de "*dragão*", ideologia nascente cujo viço ameaça mais fortemente -, tratando-se, portanto, de uma guerra de duas frentes. A Religião,

⁵⁰ PLATÃO. *Górgias*. p.506 IN: CASSIRER, Ernst. *O Mito do Estado*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976, p.82.

⁵¹ Ver: PLATÃO. *A República*. São Paulo, Hemus, pp.64-5.

a Família e a Pátria, constituem os "*três grandes laços que reúnem os homens*", agrupando-os e integrando-os numa comunidade de pensamento e interesses. Campos demarca as funções específicas da Razão e da Religião na tarefa de unificar e integrar as diferenças e conflitos sociais. Lembremos que os próprios termos latinos *religare-religatio* (de onde se origina a palavra *religião*), significam a ação de ligar, de atar, de religar. Ato de fundação de um *corpus* místico e político.

A racionalidade técnica invocada por Campos, permitiria a implantação de um aparelho de Estado no qual o poder estaria concentrado nas mãos do Executivo, coincidindo assim racionalidade com Razão de Estado ou Poder Central, composto pelo governo e administração. O importante efeito político desse tipo de Estado planejado técnica e racionalmente, é o de ele funcionar como o principal mecanismo encarregado de instituir e manter uma *unidade nacional*.⁵²

⁵² Defendendo o fortalecimento do Poder Central, Campos investe contra a autonomia dos municípios e preconiza a adoção do sistema de prefeitos nomeados, argumentando que o município encontra-se de tal forma inserido no Estado e na União que torna-se inadmissível a sua autonomia, combatendo também a autonomia dos estados-membros que garante a prevalência dos interesses regionalistas sobre os interesses maiores da Nação, servindo a multiplicação das autoridades políticas locais para o estabelecimento de separações, ódios e desconfianças. Um outro alvo de ataque são os parlamentos, que encarnariam concepções políticas obsoletas, devendo caber ao Poder Executivo a iniciativa e monopólio da legislação. Ver: MEDEIROS, Jarbas, *op. cit.*, pp.12-3. Lembremos que para Weber a nomeação de um funcionário por uma autoridade superior, pressupõe, dentro de uma estrutura burocrática moderna, que ele deve sua posição a uma influência "*de cima*" - ao contrário dos cargos ocupados por eleição, resultando do fato de um funcionário ser nomeado, que ele funcione normalmente de modo mais preciso do ponto de vista técnico, já que os aspectos funcionais e as qualificações gerais são os fatores determinantes de sua seleção e sua carreira. A possibilidade do funcionário no meado ser dotado de maior competência administrativa articula-se com a própria característica da burocracia, "*que oferece acima de tudo, a possibilidade ótima de colocar-se em prática o princípio de especialização das funções administrativas, de acordo com considerações exclusivamente objetivas*". Weber destaca ainda, que a implantação de uma estrutura burocrática relaciona-se estreitamente com a concentração dos meios materiais de administração nas mãos do senhor, como ocorre no exército do moderno Estado militar. Cf. WEBER, Max. *op. cit.*, pp.234, 250, 257.

Campos desenvolve a sua crítica a liberdade de cãdetra propugnada pelos educadores liberais, apontando a especificidade e complementariedade existentes entre ciência e religião, quando se refere as "*superstições científicas*" e as "*teologias racionalistas*" que são transmitidas nas escolas leigas ou neutras. Ele defende, portanto, o caráter racional do saber científico e o caráter espiritual do saber religioso, operando uma delimitação de funções para cada um dos referidos campos de saber. Campos articula a funcionalidade específica da ciência e da religião a determinadas formas de verdade: note-se que as concepções científicas por ele designadas como "*fraudulentas*", são aquelas que ancorando-se em superstições, utilizam-se indevidamente do rótulo de "*ciência*" de forma a excluir a religião do ensino escolar.

A Religião não constitui-se como o polo antagônico da Ciência, mas pelo contrário, em seu par complementar, visto a educação não poder prescindir dos valores morais e espirituais, que têm a finalidade de integrar os hãbitos e atitudes num corpus ético-disciplinar.

O aspecto ideológico e tático da relação estabelecida por Campos, entre moral e religião, já encontra-se explicitado numa entrevista que ele concede em 1925, na qualidade de deputado federal pelo estado de Minas. Referindo-se ao tópico da mensagem presidencial de maio de 1925 - onde o Presidente Artur Bernardes alude a necessidade de se levar em conta, na execução da reforma constitucional, o papel da educação moral e cívica -, Campos faz as considerações seguintes:

"Certamente a educação moral e cívica podem concorrer para a formação e o esclarecimento da consciência nacional. Mas quais os fundamentos dessa educação moral, no meio da anarquia de doutrinas contemporâneas e na desorientação geral das inteligênças"

cias, sem pontos de mira ou de referência por que orientar-se ou dirigir-se? Sô a religião pode oferecer ao espírito pontos de apoio, motivos e quadros de ação moral regulada e eficiente. A educação moral não é mais do que um subproduto da educação religiosa". (...) "Uma Constituição que se fez em nome do povo, de um povo fervorosamente católico, por uma homenagem a meia ciência da época em que se elaborou, faz questão de professar e ostentar o seu agnosticismo, e, o que é mais, de ignorar os direitos da nação brasileira a sua fé".⁵³

Embora Campos admita que a educação moral e cívica podem contribuir para formar e esclarecer a "consciência nacional", é na religião que ele vê ancorar-se a própria moral. No trecho da entrevista acima citado, encontra-se indicado duas funções básicas da religião, quais sejam: 1) "orientar" e "dirigir" as inteligências, fornecendo-lhes pontos de referência em meio a conturbação provocada pela "anarquia de doutrinas contemporâneas". 2) "regular" de forma "eficiente" o comportamento, propiciando ao espírito um certo número de motivos, pontos de apoio e quadros de ação.

Configurando-se a religião como modalidade elementar de orientação e direção da inteligência e como forma de regulação básica do espírito com vista à execução de atos que estejam de acordo com determinados preceitos éticos, vemos aí delinear-se a sua tríplice dimensão: lógica, psicológica e moral.

Lógica, em virtude de a religião não reduzir-se para Campos numa mera expressão de fé - daí ela distinguir-se das "superstições" -, funcionando também como ponto(s) de referência(s) à inteligência. Interpretando-se esta definição

⁵³ Francisco Campos, entrevista concedida ao jornal "A Noite", do Rio de Janeiro, IN: *União*, 28 de maio de 1925 - A Reforma da Constituição.p. 5. Cf. MADUREIRA, J.M. *op. cit.*, (A Liberdade dos Índios e a Companhia de Jesus), vol.1, pp.490-91; MEDEIROS, Jarbas. *op.cit.*, pp.41-2.

a luz da teoria durkheimniana das formas religiosas, temos que a religião - enquanto sistema classificação que hierarquiza e divide as coisas e os homens em duas classes antagônicas, como bons/maus, puros/impuros, etc - serve como ponto de referência para a inteligência, na medida que ela inculca nos indivíduos certos esquemas de pensamento, que têm a finalidade de organizar e selecionar um determinado repertório de significados que dão sentido as práticas de um grupo e permitem a comunicação entre os seus membros, além de reunir num "*todo unificado*" a diversidade das regras e significados, possibilitando que as divisões internas por que passam os diferentes grupos sociais, sejam recuperadas numa "*situação de equilíbrio*".⁵⁴ Constituindo-se como uma das modalidades de hierarquização lógica do mundo e como um mecanismo de equilíbrio das diferenças e conflitos, a religião seria um instrumento de instauração da Ordem; um antídoto contra a "*anarquia*" resultante da multiplicidade confusa e desordenada de doutrinas; o veículo fundamental para a implantação de um consenso lógico.

Campos indica-nos a dimensão simultaneamente psicológica e moral da religião, quando afirma que somente ela pode oferecer ao espírito "*pontos de apoio*", "*motivos*" e "*quadros de ação moral regulada e eficiente*". Lembremos primeiramente que, o termo grego "*psiquê*" de onde deriva a palavra psicológico, designa a alma. Ora, o objeto central de toda religião é a alma e para atingi-la de forma "*eficiente*", ou seja, para produzir o efeito desejado (que é o aprimoramento e purificação do espírito) os sistemas religiosos põem em funcionamento uma série de mecanismos que atuam sobre o corpo de forma a motivar ou fazer emergir certas emoções ou sen

⁵⁴ Ver: BOURDIEU, Pierre. *op. cit.*, (A Economia das Trocas Simbólicas), introdução de Sérgio Miceli, pp. XV-XVI; 30-42. Bourdieu refere-se principalmente as colocações contidas em "*Formas elementares da vida religiosa*", da autoria de Durkheim. Nesta obra Durkheim enuncia a função de *integração lógica e social* dos sistemas de representação coletiva e, em particular, das "*formas de classificação*" religiosas.

timentos, como a inspiração e o êxtase místicos. O próprio sentido da categoria "*moral*" refere-se a um determinado padrão de usos e costumes legitimado por uma sociedade, constituindo-se, portanto, a educação moral na transmissão de um *sistema de hábitos* que tem a função de organizar e impor um feixe de normas capazes de produzir os comportamentos e as atitudes. Definindo-se a moral como um sistema de hábitos, ou seja, como o conjunto de preceitos que integram esquemas de respostas introjetados mecanicamente e tornados "*habituais*" pela força coercitiva e persuasiva do uso e da tradição, podemos concluir da existência de um estreito liame entre a esfera do psicológico e do ético ou moral. Dessa forma as pulsões e desejos humanos, não podem ser explicados apenas pela singularidade psicológica de um indivíduo ou pelo caráter universal e inato do aparato instintivo e emocional que é específico dessa espécie animal - o *homo sapiens*. O aspecto simultaneamente singular e universal da psicologia humana resulta, portanto, de um processo de "*moralização*", ou seja, de regulação das condutas.

De acordo com os enunciados do discurso de Campos ora em análise, podemos constatar que a religião figura como o instrumento mais eficaz para a constituição de uma comunidade étnico-cultural, tendo em vista que na formação de uma "*consciência nacional*" torna-se imprescindível o concurso da educação religiosa, definindo-se a educação moral como um "*subproduto da religião*", ou seja, como um derivado da unidade básica de produção de todos os ideais e ações morais, que é precisamente a Religião.

Ora, a eficácia simbólica e prática dos sistemas religiosos resulta do fato de que os valores morais que lhe integram, além de serem afirmados como a própria representação dos desígnios divinos - espelhando assim as exigências de uma Vontade Superior, eterna -, configuram também a tradição de um povo, ou seja, o patrimônio comum capaz de reunir os dife

rentes grupos e classes sociais numa unidade político-cultural: a Nação.

Observe-se ainda que o catolicismo é afirmado por Campos como o paradigma da religiosidade brasileira, fundamento básico de nossa consciência nacional, caracterizando-nos como *"um povo fervorosamente católico"*. Ao criticar a laicidade do ensino escolar prescrita pela Constituição de 1891 e que vigorará até 1934, Campos faz apelo aos *"direitos da nação brasileira a sua fé"*, ou melhor, ao seu catolicismo, já que não faz referências as diversas ramificações do credo protestante (presbiterianos, luteranos, etc) e as seitas de origem afro (como a umbanda, o candomblé, etc) adotadas por amplos segmentos da população brasileira.

Concluindo o nosso comentário sobre a dimensão política da articulação operada por Campos entre os termos *"consciência nacional"* e *"educação religiosa"*, *"moral"* e *"cívica"*, vimos que a inculcação do próprio conceito de Nação no aparato psicológico daqueles que integram uma comunidade sócio-cultural, deve desenvolver-se sobre a base do trinômio Religião/Civismo/Moral. Vale indicar que três categorias básicas parecem informar cada uma das vertentes desse trinômio, quais sejam: Deus, Pátria e Família.

O fato de a definição de prática educativa expressa em um dos discursos de Campos, remeter-nos as noções de Deus/Pátria/Família, não é suficiente para que possamos estabelecer a posição política na qual inscreve-se o seu locutor.

E isto em virtude das referidas categorias circularem com frequência no interior de diferentes blocos discursivos, sendo enunciadas de forma afirmativa, tanto por setores denominados de extrema direita, de tendência autoritária (lembrando-se a evocação de Deus/Pátria/Família como palavras de ordem dos movimentos fascistas e conservadores, bem como o

fato de os governantes ditatoriais reiterarem a afirmação de que representam a vontade de Deus, colocando-se em defesa da pátria e da família), como por aqueles situados numa posição diametralmente oposta, os chamados setores esquerdistas de tendência libertária ou pertencentes aos grupos católicos. Poder-se-ia exemplificar este segundo posicionamento, pelo comportamento político que vem assumindo a ala progressista da Igreja na América Latina e particularmente no Brasil, que na defesa de sua "opção pelos oprimidos" tem sido levada a opor-se a certas medidas decretadas ou legitimadas pelo Estado - como a questão da posse da terra -, sendo os seus integrantes definidos por figuras do governo e do clero tradicional, como inimigos da Pátria e da Igreja, visto estabelecerem uma outra modalidade de articulação entre os conceitos de Deus/Pátria/Família e a prática pastoral e política a ser implementada pelo clero.

As observações acima têm a finalidade de chamar atenção para dois aspectos: 1) a insuficiência de uma taxinomia política de tipo dicotômico, que divide as diversas forças envolvidas num confronto de acordo com o princípio de localização fixa e binária: direita/esquerda.⁵⁵ 2) o caráter polisêmico das palavras, ou seja, os variados sentidos que pode

⁵⁵ Este tipo de classificação política voltada para uma distribuição topográfica de tipo dual, teve origem durante a institucionalização da Revolução Francesa. Nos períodos de formação da Assembléia Constituinte e da Câmara do Terceiro Estado (definindo o termo "*Terceiro Estado*" todas as classes sociais destituídas de direitos políticos pelo regime absolutista, como os burgueses, camponeses e plebeus, que compreendiam artesãos, pequenos comerciantes, etc), a diferenciação ideológica de seus membros fazia-se expressar inicialmente pelo fato de os partidários da Revolução assentarem-se a esquerda da cadeira presidencial - que ocupava o centro da sala -, enquanto os adversários das medidas revolucionárias ficavam a sua direita e congregavam elementos da nobreza e do alto clero. Ver: MANFRED, A. *A Grande Revolução Francesa*. São Paulo, Fulgor, 1966. Referindo-se a origem da utilização dos termos direita/esquerda para designar diferentes posições ideológicas, diz o autor: "*Essas palavras aclimaram-se tão bem no vocabulário político, que até hoje, têm nesse terreno uso corrente*". op.cit., p.79. É preciso, entretanto, transgredir tão pesada tradição e admitir que o vocabulário político atual há que sincronizar-se com as mudanças históricas e sociais ocorridas após a Revolução Francesa.

assumir uma palavra ou um determinado agrupamento l \acute{e} xico - como Deus/P \acute{a} tria/Fam \acute{i} lia -, dependendo da posi \tilde{c} o que ocupa no contexto de uma dada proposi \tilde{c} o.

Este estatuto de polissemia da palavra significa que a sua utiliza \tilde{c} o pode conotar esquemas ideol \acute{o} gicos opostos, pois n \tilde{a} o s \tilde{a} o as palavras mas a sua "*repartição*" no texto (relativas a estrutura sint \acute{a} tica e as articula \tilde{c} o \tilde{e} s sem \acute{a} nticas), que implica num modelo ideol \acute{o} gico subjacente.⁵⁶

E \acute{e} precisamente no discurso pol \acute{i} tico que a tessitura poliss \acute{e} mica das palavras atinge n \acute{i} veis bastante elevados, tendo em vista o seu car \acute{a} ter eminentemente pol \acute{e} mico.

Polemos - que no idioma grego significa combate - \acute{e} o elemento base que propulsiona a produ \tilde{c} o dos discursos especificamente pol \acute{i} ticos: a \acute{e} nfase ret \acute{o} rica e a ambiguidade do vocabul \acute{a} rio empregado cumprem a \acute{i} a fun \tilde{c} o de deslocamento t \acute{a} tico e manobra estrat \acute{e} gica, constituindo-se este tipo de discurso muito mais como uma forma de polemizar do que de refletir e problematizar.⁵⁷

⁵⁶ Ver: ROBIN, Regine. *Hist \acute{o} ria e Lingu \acute{i} stica*, S \tilde{a} o Paulo, Cultrix, 1977, pp.47-8.

⁵⁷ Atentamos para o fato de o discurso pol \acute{i} tico conferir \grave{a} inj \acute{u} ria um lugar especial, constituindo-se a mesma na forma de polemiza \tilde{c} o caract \acute{e} r \acute{i} stica dos jogos de poder. Enquanto procedimento t \acute{a} tico e ret \acute{o} rico, a inj \acute{u} ria culmina com a reformula \tilde{c} o do discurso do advers \acute{a} rio, segundo o princ $\acute{i$ pio de nega \tilde{c} o da nega \tilde{c} o. Exemplifiquemos. A proposi \tilde{c} o "*somos socialistas e os aut \acute{e} nticos opositores do sistema*", proferida pelo porta-voz de um determinado partido ou grupo pol \acute{i} tico \acute{e} respondida pelos seus advers \acute{a} rios com uma nega \tilde{c} o: "*voc \acute{e} s n \tilde{a} o s \tilde{a} o socialistas, mas sim reformistas, oportunistas e traidores da sociedade*". O locutor que emitiu a primeira mensagem, reassume a inj \acute{u} ria e faz com que esta recaia sobre os seus opositores, reafirmando a sua proposi \tilde{c} o inicial: "*Dizem que n \acute{o} s somos reformistas, oportunistas e traidores, quando todos sabem que aqueles que nos acusam \acute{e} que merecem tais defini \tilde{c} o \tilde{e} s. A nossa luta pelos direitos do povo demonstra que somos verdadeiros socialistas*". Sobre este assunto Ver: MARCELLESI, J.B. *Elements pour une analyse contrastive du discours politique*. *Revue Langage*, n $^{\circ}$ 23, p.46. IN: ROBIN, Regine. *op. cit.*, p.50.

Daí dever-se evitar o simplismo das interpretações que, a título de desvelarem a dimensão histórica e social da linguagem, procuram deduzir diretamente a configuração política de um discurso a partir das palavras nele utilizadas, como é o caso da Lexicologia. Este tipo de análise pressupõe um isomorfismo entre grupos sociopolíticos (classe social e posição ideológica) e o léxico, definindo-se assim cada grupo pelo uso específico que faria de certas palavras. A questão da articulação entre linguagem, estrutura sócio-econômica e processo histórico é resolvida através de procedimentos de unificação: 1) anula-se a especificidade da Linguística, assimilando-a ao objeto da história social. 2) reduz-se toda a complexidade do fenômeno da linguagem ao seu aspecto vocabular além de apagar-se a autonomia relativa do nível discursivo, já que as diversas modalidades de enunciação são vistas como um efeito de duplicação direta e transparente da prática política. Fiéis ao preceito de que a quantificação é o caminho mais seguro para atingir-se a verdade, as análises lexicológicas fazem uso de técnicas estatísticas para processarem o exame da dimensão ideológica dos discursos, tomando a palavra como índice de comportamento político. Análises fatoriais das correspondências entre unidades léxicas; reduções frequenciais ou tabelas de frequência que indicam as palavras mais utilizadas num determinado discurso, etc são alguns dos expedientes metodológicos adotados. O fato de tomar-se a palavra como via de acesso ao social é aí entendido num sentido esquemático, visto o vocabulário funcionar como uma espécie de etiqueta fixada sobre cada grupo político e espelhado cada etiqueta (em virtude da estrita correspondência entre vocabulário/comportamento político) uma forma de linguagem unívoca, uma visão de mundo isenta de contradições.⁵⁸

Definindo-se cada posição política por uma espécie de mesmice vocabular e encerrando-se determinado locutor nas

⁵⁸ Cf. Idem, pp.47-8.

malhas de uma estrutura léxica rí^gida, podemos chegar a conclusões bastante falseadoras, como por exemplo: tomar a repetição do termo "paz" em um dado discurso como o atestado de um comportamento político de orientação pacifista e democrática...

Esta ênfase no léxico tem como consequência o velamento de dois outros importantes níveis de formalização interna da linguagem, quais sejam, a sintaxe e a semântica, que configuram respectivamente: 1) um conjunto explícito de regras para a construção de termos numa linguagem, denotando tais regras um padrão de ordenação "*correta*" das palavras numa frase ou enunciado discursivo. 2) um feixe de significados ou componentes do sentido de uma linguagem, pressupondo a significação de cada termo uma relação com os demais termos que figuram num texto ou discurso.

A estrita correspondência estabelecida pelas análises lexicológicas, entre as palavras e o comportamento político de um determinado locutor, expressa por seu turno, o apagamento de toda uma multiplicidade de práticas sociais que remetem as próprias condições de produção do discurso. Estas condições não devem, entretanto, ser entendidas como simples "*contexto*", "*circunstâncias*" ou "*fatores*" que se exerceriam como coações "*externas*" ao discurso: as condições de produção do discurso constituem a própria arquitetura linguística, tomada como uma prática que encontra-se sempre referenciada a uma rede de aparelhos institucionais (como fábrica, prisão, escola e hospital) e a regulações historicamente determinadas. Tais regulações estabelecem os limites do que deve ser falado no discurso (seu objeto ou tema); a quem compete falar (o locutor, enquanto indivíduo pertencente a uma classe social que tem acesso a este tipo de discurso); qual a forma institucionalizada de falar, ou seja, o estilo indicado para cada modalidade de enunciação; e finalmente, para

quem é dirigido o discurso, ou seja, qual o seu destinatário ou receptor.⁵⁹

Indiquemos sumariamente as condições de produção do discurso veiculado por Campos em trecho de uma entrevista citado anteriormente. Devemos atentar primeiramente para o fato de este seu discurso ter como objeto ou tema central, os princípios que deviam nortear a nova Constituição brasileira.

Ora, a Constituição define-se, precisamente, como *"a lei fundamental e suprema do Estado, que contém as normas relativas a formação dos poderes públicos, forma de governo, distribuição das competências e deveres dos cidadãos"*.⁶⁰

Campos critica o agnosticismo da Carta Constitucional de 1889, justamente em virtude dela não ter levado em conta o fato de sermos um *"povo fervorosamente católico"*. Ele reclama a necessidade de este fervor católico encontrar-se consubstanciado na Constituição, enquanto texto que apresenta-se como a voz de uma Lei que fala *"em nome do povo"*, devendo, portanto, este documento legal, respeitar *"os direi-tos da nação brasileira a sua fê"* e assim espelhar o nosso sentimento de religiosidade. Muito antes de Campos, Ruy Barbosa já fizera veementes críticas ao caráter *"positivista, ateu e indiferentista"* que a Constituição de 1891 quiz impor a *"Índole brasileira"*. Segundo Ruy, *"uma Constituição é, por assim dizer, a miniatura política da fisionomia de uma nacionalidade. Quando não seja por um falso testemunho solenemente levantado ao povo, a que se destina, tem de lhe esboçar em grandes traços, o sentimento geral"*.⁶¹

⁵⁹ Ver: FOUCAULT, Michel. *op. cit.*, (Arqueologia), pp.60-63. Resposta a uma questão. IN: *Revista Tempo Brasileiro*, nº 28, jan./mar. 1972, pp. 66-7.

⁶⁰ Ver: HOLLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. *op. cit.*, (Novo Dicionário da Língua Portuguesa).

⁶¹ Ver: CARONE, Edgard. *op. cit.*, (A Segunda República), p.200.

Tanto em Campos como em Ruy Barbosa, a Constituição é tomada como um texto que deve retratar "*fielmente*" as idiosincrasias de um povo (como se um retrato ou uma fotografia não fossem instrumentos de registro que captam, reinventam e reproduzem uma dada "*realidade*", a partir de certos ângulos ou níveis de focalização...); miniatura detalhada capaz de espelhar os múltiplos traços e linhas dessa entidade política denominada "*nacionalidade*"; espécie de cópia verdadeira (sic) da alma de um povo; partitura que resume e condensa toda a variada gama de tonalidades e timbres que expressam os sentimentos básicos de uma raça ou dos cidadãos de país; documento que integra e totaliza mil caras e bocas num único perfil.

Outros aspectos referentes as condições de produção do discurso de Campos ainda em questão, dizem respeito ao momento histórico em que o mesmo foi emitido; a própria posição política que então ocupava o seu locutor e ao canal por este utilizado para veicular a sua mensagem.

O pronunciamento feito por Campos em 1925 - e que tem como tema os preceitos norteadores da prática educativa a serem incorporados pela nova Constituição -, apresenta-se como uma espécie de resposta ao discurso proferido em maio do mesmo ano, pelo Presidente Artur Bernardes, no qual ele fala da necessidade de efetivar-se a reforma constitucional, levando em consideração o papel da educação moral e cívica. Embora concorde a princípio com a posição assumida pelo então chefe de governo, quanto a função da educação moral e cívica no esclarecimento da consciência nacional, Campos aponta a insuficiência da ética e do civismo, caso não tenham como respaldo uma educação religiosa. Dessa forma, sem opor-se a totalidade dos enunciados emitidos no discurso presidencial, Campos faz algumas correções ao mesmo: introduz, num tom enfático, uma categoria que não figura na mensagem de Bernardes, qual seja, a Religião; indica que silenciamento

ou negação do papel regulador do ensino religioso, podem acarretar perigosas consequências para a ordem social; demonstra que somente sobre a base dos valores religiosos, a educação moral e cívica pode servir como suporte de uma verdadeira consciência nacional; acusa a Constituição de 1891 de negar "*os direitos da nação brasileira a sua fê*", ostentando em seus dispositivos uma posição agnóstica que não se coaduna com o fato de sermos "*um pouco fervorosamente católico*"; assinala que a legitimação do agnosticismo no texto constitucional, expressa a uma atitude de reverenciamento com a "*meia ciência da época*", no caso, o positivismo, que influir mercantemente na configuração política de nossas instituições republicanas.⁶²

Observa-se, portanto, que o discurso de Campos não visa unicamente "*responder*" ou "*corrigir*" a mensagem do Presidente Bernardes, mas funciona também como um diálogo belicioso como o passado, como uma modalidade de ataque às concepções jurídicas e educacionais vigentes no Brasil durante o século XIX e que ainda persistiam em inícios do século atual. E ao criticar certas expressões de saber do passado, Campos visa demonstrar que o tempo presente reclama novas formas de verdade.

O fato de Campos exercer o cargo de deputado federal pela bancada de Minas, nos idos de 1925, deve ser tomado como um outro elemento que integra as condições de produção

⁶² Além do positivismo, que teve aqui como os seus principais representantes, as figuras de Miguel Lemos, Teixeira Mendes e Benjamin Constant, outras correntes filosóficas européias exerceram significativa influência no pensamento brasileiro do século XIX, dentre as quais destacam-se: o materialismo e o monismo de Harckel, Buchner e Vogt; o evolucionismo de Darwin e Spencer, e o ecletismo espiritualista de Victor Cousin. Sobre o assunto, Ver: CRUZ COSTA, João. O Pensamento Brasileiro sob o Império. IN: *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Monárquico*. Tomo II, 3º vol., Difel, 1976, pp.323-42. Especificamente sobre o *germanismo* e o espiritualismo eclético que tanto marcaram a Faculdade de Direito do Recife e a obra de Tobias Barreto, Ver: PAIM, Antonio. *A Filosofia da Escola do Recife*, Saga, Rio de Janeiro, 1966.

do seu discurso sobre alguns dos princípios que deveriam fundamentar a reforma constitucional. Na qualidade de deputado e pertencendo, portanto, ao poder legislativo, ele ocupa uma posição política que lhe confere direito e competência para intervir na formulação ou decretação de normas ou dispositivos legais.

Sublinhemos por último que o referido discurso, onde Campos expõe algumas de suas idéias acerca de reforma constitucional, tem a sua transmissão efetuada através de um veículo de comunicação específico, qual seja, o jornal "A Noi-te" do Rio de Janeiro. Sabendo-se que a imprensa constitui-se como um órgão de comunicação de massa, a entrevista concedida por Campos tem assim a finalidade de influenciar a opinião pública quanto ao caráter arcaico e elegítimo da Constituição de 1891, ainda em vigor na época do seu pronunciamento. Observe-se a distinção feita entre legalidade e legitimidade, contida na acusação de "Chico" ao agnosticismo oficial:

"Por que razão abrimos mão de um direito nosso, porque há alguém que também tem direito? Conclusão ilógica, irracional, mas constitucional; negue-se o direito a todos, ninguém exerça o seu direito, eis ao que se reduz a abstenção do Estado".⁶³

O autor deste discurso - onde tão veementemente são defendidos os "*direitos do povo*" e no qual a legitimidade da Constituição que fundamenta o poder do Estado há que resultar do respeito e fidelidade as idiossincrasias e crenças deste "*povo*" - é o mesmo que em outros momentos históricos, de diferentes "*lugares*" de poder e através de outros dispositivos discursivos, deixa expressa a sua oposição aos "*direi-*

⁶³ CAMPOS, Francisco, *op. cit.*, (Jornal "A Noite", Rio de Janeiro, 28 de maio 1925).

tos do povo", em enunciados tais como: "O regime político das massas é a ditadura". (...) "Não há hoje um povo que não clame por um Cêsar".⁶⁴ (...) "Uma Nação vale o que valem as suas elites".⁶⁵

Estes discursos onde Campos defende um regime político ditatorial de cunho "cesarista"⁶⁶ e faz a apologia das elites, são produzidos durante as décadas de 30 e 40, período em que ocupa cargos como os de ministro da Educação e Saúde do Governo Provisório e ministro da Justiça do Estado-Novo. Em 1931, portanto, logo após a Revolução e na qualidade de ministro da Educação, ele tenta fundar em Minas, a *Legião de Outubro*, que como vimos constituiu-se como a mais duradoura organização representativa dos ideais tenentistas. Estruturando-se em moldes paramilitares semelhantes aos das milí

⁶⁴ CAMPOS, Francisco, *op. cit.*, (Estado Nacional), IN: MEDEIROS, Jarbas, *op. cit.*, p.25.

⁶⁵ CAMPOS, Francisco, *op. cit.*, (Civilização Mineira), p.72, IN: MEDEIROS, Jarbas, *idem*.

⁶⁶ Segundo Weber, o cesarismo constitui-se como uma forma organizada de autoridade, onde o chefe de governo ocupa uma posição de "Cêsar", afirmando-se como livre depositário da confiança das massas e senhor irrestrito de um quadro de oficiais militares e funcionários altamente qualificados. Ver: WEBER, Max, *op. cit.*, (Ensaio de Sociologia), p. 235.

Gramsci sublinha que nas formas políticas de configuração "cesarista", as corporações militares têm destacada atuação. A influência das Forças Armadas da vida estatal de uma série de países - como Espanha e Grécia -, não significa apenas o peso político do elemento técnico-militar, mas implica na influência da camada social básica de onde originam-se os quadros militares, especialmente os oficiais subalternos. Ver: GRAMSCI, Antonio, *op. cit.*, (Machiavel), edição francesa, p.511; edição brasileira, p.59. Lembre-se a influência dos escalões militares médios e inferiores, na deflagração da revolução de 1930.

cias nacional-socialistas e fascistas,⁶⁷ o objetivo declarado da Legião de Outubro era o de defender e consolidar os princípios da Revolução de 30. O fato de o livro *Pela Civilização Mineira* - onde Campos define as elites como os protagonistas da história - ser publicado em 1930, parece demonstrar que o seu autor antevia nos "revolucionários" os legítimos representantes de uma nova elite política. Já o seu texto *O Estado Nacional* - no qual afirma a existência de uma conjuntura política mundial em que não haveria um povo que não clamasse por um César - surge em 1940, coincidindo portanto, com o período ditatorial estadonovista. Getúlio afigura-se para Campos como uma espécie de César tupiniquim, de le merecendo o epíteto de "estupendo condutor de homens".⁶⁸

Isto vem demonstrar que um mesmo locutor pode sustentar diferentes discursos, dependendo: 1) dos efeitos de poder que deseja produzir (contribuir para fundação de um partido ou influenciar na sua direção futura; convencer a opinião pública ou determinados segmentos de classe, da legitimidade de lutas que têm alvos como a melhoria salarial, gratuidade do ensino, reforma constitucional, etc); 2) da situação de comunicação na qual encontra-se inserido ou dos tipos de interlocutores aos quais sua mensagem é dirigida (podendo um mesmo locutor efetivar variações em seu discurso, caso este seja emitido para uma assembléia de militantes do seu partido; durante uma sessão do Senado ou Câmara Legislativa e frente a representantes de grupos políticos adversários; em resposta a certos dispositivos legais decretados pelo Estado ou em apoio aos membros de determinadas instituições da so-

⁶⁷ Cf. MEDEIROS, Jarbas, *op. cit.*, p.23, 43. O autor assinala que não encontramos nenhum texto de Campos, ao longo de toda a sua obra, em que ele se reconhecesse expressamente adepto do fascismo ou do nacional socialismo, mesmo na década de 30. Medeiros afirma também que, embora Campos não tenha tido êxito em sua tentativa de fundar em Minas uma representação da *Legião de Outubro*, chega, a realizar-se na capital mineira um desfile dos "camisas cáquis" - denominação dada aos legionários de outubro -, que contou com a presença do então governador do Estado, Olegário Maciel.

⁶⁸ Idem, p.27.

cidade civil, como a Igreja, etc); 3) e finalmente, do lugar de poder por ele ocupado enquanto "sujeito" falante (chefe de Estado, membro de um partido, ministro de governo, integrante do clero, representante de um determinado grupo profissional; mentor de um movimento cultural, etc).

A partir de espaços institucionais e concepções ideológicas diferenciadas, outros atores além de Campos, tentam defender a supremacia da religião sobre o ensino escolar e o todo social. Lembremos que com a proclamação da República em 1889, operou-se a separação entre Estado e Igreja, fato este que levou os setores católicos a adotarem, notadamente em inícios do século subsequente, uma postura muitas vezes crítica e combativa com relação aos poderes constituídos.

Em 1916 e na qualidade de Arcebispo de Olinda (Recife), D. Sebastião Leme estabelece diretrizes para a catequese, em sua famosa Pastoral. Nesta ele investe contra o positivismo, criticando-o por limitar o conhecimento aos dados sensíveis e experimentais, exclamando: "*Que ditatorial estado-de-sítio sobre a razão!*". Afirma que a despeito de os católicos integrarem a "*quase totalidade da Nação*", não fazem valer a sua influência, porque "*são católicos de nome, católicos por tradição, por hábito, católicos são por sentimento*". Indagando em seu texto se os católicos constituem "*uma maioria cônica dos seus deveres religiosos e sociais*" e respondendo negativamente a esta pergunta, D. Leme aponta como a principal razão desta ausência de espírito católico, a "*ignorância religiosa*", que afeta não só o povo mas também os intelectuais. Para combater a ignorância religiosa, a Carta Pastoral fornece sugestões para a ação apostólica entre intelectuais e estudantes, defendendo como necessárias e urgentes as seguintes obras em "*favor da mocidade acadêmica*", quais sejam: "*Cursos de Religião, Associações e Pensionatos Católicos*".⁶⁹

⁶⁹ LEME, D. Sebastião. "Carta Pastoral", *Vozes de Petrópolis*, 1976, IN: MOURA, Odilão - O.S.B., op. cit., (Idéias Católicas no Brasil), pp. 116-17.

A ação ético-cultural dos grupos filiados a Igreja, toma um novo impulso na década de vinte, fundando-se em 1921, no Rio de Janeiro, a revista "*A Ordem*", sob a direção de Jackson de Figueiredo e contando com a colaboração de outros intelectuais católicos como Hamilton Nogueira, Perilo Gomes, José Vicente de Souza e Durval Martins, que aspiravam para a revista "*um lugar de destaque entre as publicação mais radicadas à doutrina da Igreja Católica Apostólica Romana*".⁷⁰

Este trecho do primeiro editorial da revista "*A Ordem*", fornece-nos algumas indicações sobre a postura religiosa e política expressa por este periódico. Sabe-se que o editorial constitui-se como um artigo de fundo - geralmente escrito pelo redator-chefe - que contém a linha ideológica mestra de uma publicação jornalística. Daí merecer destaque o fato de que, desde o seu primeiro número, "*A Ordem*" não contente-se em designar o seu liame com o credo católico simplesmente através da palavra "*Igreja*", antes qualificando-a com todos os adjetivos que marcam uma diferenciação substantiva frente a outras comunidades eclesiais, como a dos cristãos ortodoxos, presbiterianos, luteranos, etc. O vínculo existente entre "*A Ordem*" e esta instituição eclesial específica - a Igreja Católica Apostólica Romana -, apresenta-se, portanto, como uma filiação "*radicada*", um pertencimento de raiz, um enraizamento fundamental no solo doutrinal da Santa Madre Igreja. E o laço espiritual que une os católicos a esta Mãe que é o signo de uma verdade eterna, reclama

⁷⁰ Idem, p.119. Trata-se de trecho do editorial do primeiro número da revista "*A Ordem*", onde os seus fundadores investem contra os próprios católicos que, "*adotaram no Brasil, todas as sutilezas do mais nefando espírito acomodaticio*".

Idem, ibidem. O próprio título desta publicação revela o seu espírito de obediência às autoridades constituídas, identificadas como a própria encarnação da "*ordem*". Fiel a estes princípios, com o agravamento da situação política dos governos de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes, o líder do grupo, Jackson de Figueiredo, põe a revista a serviço da defesa da autoridade, fazendo de "*A Ordem*" uma trincheira contra os militares revolucionários - os tenentistas -, que dela recebem constantes e violentos ataques. Cf. Idem, p.121.

de seus filhos uma obediência aquele que é o representante de Deus Pai aqui na terra, ou seja, o Papa, enquanto figura máxima da hierarquia católica, bem como a observância aos dogmas fundamentais deste *corpus* religioso.

O jornalismo apresenta-se para os apóstolos modernos - como Jackson de Figueiredo - como um fecundo instrumento de testemunho e propagação da mensagem da Igreja, donde "A Ordem" reivindicar um "lugar" dentre as publicações mais radicadas ao catolicismo.⁷¹ A radicação a doutrina da Igreja fundada por Pedro efetiva-se, portanto, através de uma inserção em espaços institucionais que integran o edifício cultural católico, de forma a expandir a sua área de influência, organizar novos adeptos e organizar toda a massa de fiéis.

A fundação da revista "A Ordem" (1921), ocorre, portanto, dentro de uma conjuntura mundial de grande efervescência política e profundas modificações sociais, em que contribuíram fundamentalmente a I Grande Guerra e a Revolução Comunista Russa de 1917, verificando-se na Europa o surgimento de uma ampla cadeia de movimentos e associações católicas, que têm precisamente a finalidade de conservar ou revitalizar a dominância ético-cultural da Igreja, lutando assim pela manutenção e expansão do seu poderio político.

⁷¹ Além de "A Ordem", as principais revistas de cultura católica surgidas no Brasil entre as décadas de vinte e quarenta, são: *Estudos*, 1940, Porto Alegre, órgão da Associação dos Professores Católicos; *Revista da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de S. Bento*, 1940, dirigida pelos frades beneditinos; *Revista Eclesiástica Brasileira*, 1941, destinada ao clero; *Verbum*, 1944, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, dirigida pelos jesuítas; *Kriterium*, 1947, da Universidade Católica de Belo Horizonte. As principais editoras surgidas no mesmo período, são as pertencentes à Pia Sociedade de S. Paulo, fundada em 1931, e à Pia Sociedade das Filhas de S. Paulo, fundada em 1934. Destas ordens religiosas surgiram as *Edições Paulinas* e a *Livraria Agir Editora*, esta última criada em 1944 e que teve entre os seus sócios fundadores, personalidades de destaque como Alceu Amoroso Lima, Rubens Porto, Cândido Paula Machado e Guilherme Guinle. Ver: MOURA, Odilão, *op. cit.*, p.85. Lembremos ainda a importante atuação dos frades franciscanos no campo editorial: já em 1901, fundam a Tipografia da Escola Gratuita São José; em 1907 começam a editar a revista *Vozes de Petrópolis*, atualmente denominada *Revista de Cultura Vozes*; e finalmente em 1939, fundam a *Editora Vozes*, que permanece em franca atividade.

Este fenômeno de multiplicação dos organismos católicos leigos atuando como *avant-garde* da Igreja, na luta contra o comunismo e o liberalismo - vistos como fatores de dissolução da moral cristã -, reverberará em vívidas cores verde-amarelo nas terras de Pindorama. Paraíso a ser reconquistado pela fé.

A revista "*A Ordem*" será o embrião do *Centro D. Vital*, fundado em 1922 por Jackson de Figueiredo - ocupando até a data de sua morte (1928) o cargo de diretor do CDV, sendo eleito seu presidente perpétuo⁷² e também composto por setores da intelectualidade católica como Vilhena de Moraes, Sobral Pinto, Jônatas Serrano, Alceu Amoroso Lima e outros, que contaram com a aprovação e o incentivo de D. Leme, então Arcebispo-Coadjutor do Rio de Janeiro.

Vale lembrar que 1922, data de fundação do CDV, assinala ainda três importantes acontecimentos que vêm alterar profundamente o panorama político-cultural do país do carnaval: a realização da Semana de Arte Moderna;⁷³ a fundação

⁷² Alceu Amoroso Lima substituiu Jackson de Figueiredo na direção do CDV, permanecendo no cargo até 1966. O ano da morte de Jackson, coincide com a conversão definitiva de Amoroso Lima ao catolicismo, testemunhada em sua obra *Adeus à Disponibilidade*, 1929. Cf. MOURA, Odilão, p. 120. MEDEIROS, Jarbas, pp.221-25.

⁷³ A Semana de Arte Moderna foi promovida por Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Guilherme de Almeida, Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo e outros, realizando-se no Teatro Municipal de S. Paulo, com exposições de artes plásticas, concertos, conferências e recitações. O modernismo manifesta originariamente nas artes plásticas: a exposição de Anita Malfatti (1917) abala a Paulicéia, funcionando como uma terapia de choque para a introjeção da indigesta e antropofágica semana de 22. A pintora frequentara a Independente Scholl of Art de Humer Boss - onde pinta em contato com a natureza, "*na ventania, ao sol, na chuvarada e na neblina*" - realizando em New York suas primeiras experiências cubistas. Monteiro Lobato critica asperamente a exposição de Malfatti em "*O Estado de S. Paulo*", 20 dez. 1917, diagnosticando em seus quadros - como os discutidos "*Lalive*", "*O Homem Amarelo*", "*A Mulher de Cabelo Verde*" e "*A Estudanta Russa*" - os sintomas de uma "*arte anormal*", nascida "*com a paranóia e a mistificação*" e "*sob a sugestão estrábica das escolas rebeldes*". Oswald de Andrade - que regressara da Europa em 1912, fascinado com as idéias do Manifesto Futurista de Marinetti, que defendia a destruição da sintaxe tradicional e o compromisso da literatura com a nova civilização técnica, exaltando o

do Partido Comunista Brasileiro; a eclosão das revoltas tenentistas.

A inovação dos canônes estéticos; a modificação das regras do jogo político, com a formação de quadros partidários ligados em última instância ao operariado emergente; e a rebeldia dos estratos baixos e médios das corporações militares, encontram-se de alguma forma sincronizados com as iniciativas de renovação católica aqui empreendidas.

"Tupi or not tupi that is the question", berravam os modernistas Oswald de Andrade, Antônio de Alcântara Machado e Raul Bopp, no Manifesto Antropofágico de 1928.⁷⁴

⁷³ (continuação) ...*"culto das palavras em liberdade"* - replica Lobato em artigo do *"Jornal do Comércio"*, 11 jan. 1918, elogiando a pintura *"tão pessoal e tão moderna"* de Malfatti, cuja arte *"é a negação da cópia, da oleografia"*. Em 1920, uma comissão composta (pasmem) por Monteiro Lobato, Menotti del Picchia e Oswald de Andrade, encarrega o escultor Becheret - tido por muitos como um *"amalucado futurista"* - de projetar o Monumento das Bandeiras, em comemoração ao Centenário da Independência. Becheret entrega a *maquette* com um memorial, onde expõe sua concepção plástica e o sentido de sua obra. Explica que a idéia de um grande bloco impôs-se ao projeto do monumento, por não ver *"na trágica e épica história do desbravamento da terra, apenas os episódios"*, como a Caça das Esmeraldas, *"mas o impulso do Gênio da nacionalidade nascente, alargando e fixando o solo sagrado da Pátria"*. O monumento é erguido muitos anos depois, durante a gestão de Armando Sales de Oliveira, sendo inaugurado somente em 1953. Malfatti e Becheret constituem-se nos dois fulcros primordiais do modernismo, prenunciando as tendências vanguardistas e nacionalistas que irão inspirar o movimento. Ver: BRITO, Mário da Silva. *História do Modernismo Brasileiro I: antecedentes da Semana de Arte Moderna*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971, pp.29, 43-6. 52, 61, 118-20, 127.

⁷⁴ Outros importantes manifestos literários do modernismo, foram: 1) *"Prefácio Interessantíssimo"* do livro *Paulicéia Desvairada* (1922) de Mário de Andrade, onde avisa *"Leitor: está fundado o desvairismo... escrevo sem pensar tudo o que meu inconsciente me grita/Penso só depois... o passado é uma lição para se meditar, não para reproduzir"*; 2) As conferências *"A Emoção Estética na Arte Moderna"* (1922) e *"O Espírito Moderno"*, de Graça Aranha. Nesta última ele aponta o dinamismo e o nacionalismo como característicos do modernismo: *"tudo é móvel... o Brasil é móvel... terra exaltada e fascinante que vive o poema da aspiração... temos de criar a nossa expressão própria. Em vez de imitação, criação... a criação brasileira"*; 3) *"Manifesto da Poesia Pau-Brasil"* (1924), onde Oswald de Andrade prega *"a volta ao que é bárbaro e é nosso"*, reivindicando uma *"língua sem arcaísmos, sem erudição. Natural e neológica"*. Como o pau-Brasil, nossa primeira riqueza expor

Ser ou não ser cristão, eis a questão crucial e o núcleo vital da pregação dos intelectuais filiados ao CDV.

O Centro D. Vital objetiva "tornar-se útil, grande e capaz de pesar no conjunto da ação católica do nosso país", tendo como finalidade última "a recatolização da nossa intelectualidade"⁷⁵ e transformando para tanto a revista "A Ordem", no seu órgão oficial de divulgação.

⁷⁴ (continuação) ... tado. O lirismo pau-Brasil expressa-se na blague e na sátira do poema-piada; 4) "*Manifesto Verde-Amarelo*" (1929), assina do por Plínio Salgado, Cassiano Ricardo, Cândido Mota Filho, Menotti del Picchia e Raul Bopp, que professam um nacionalismo reacionário. Ao contrário de Mário e Oswald de Andrade, cujo nacionalismo antropofágico implicava na devoração e digestão bem-humorada da cultura européia, o nacionalismo verde-amarelo não admitia qualquer influência estrangeira e recusava o experimentalismo estético, fazendo da literatura uma missão cívica de unificação espiritual da nacionalidade. O símbolo deste grupo é a Anta - tótem não carnívoro dos índios tupis -, saudado no "*Manifesto Nhengaçu Verde-Amarelo como um animal que abre caminhos, e parece a estar a predestinação da gente tupi*". Baseia-se a Escola Anta num ativismo irracional: "*O nacionalismo tupi não é intelectual. É sentimental. É de ação prática, sem desvios da corrente histórica... Há uma retórica feita de palavras, como há uma retórica feita de ideias... ambas feitas de artifícios e esterilidade... Queremos ser o que somos: brasileiros. Barbaramente com arestas, sem auto-experiências científicas, sem psicanálises e teoremas*". Plínio Salgado, um dos principais cruzados do verdeamarelismo, fundará em 1932 a Ação Integralista Brasileira, inspirado no fascismo de Mussolini, que era para Salgado "*o gênio criador da política do Futuro*". No Manifesto Anta encontra-se o germe do integralismo; 5) "*Definição do Modernismo Brasileiro*", (1932) livro de Tasso da Silveira, reunindo editoriais e artigos da revista "*Festa*", que congrega escritores católicos como Andrade Muricy, Cecília Meireles e outros, que defendem a renovação da literatura brasileira sem o rompimento com a tradição e o espírito de universalidade. Tasso da Silveira denomina o seu grupo de "*corrente espiritualista ou totalista*", visto este considerar "*a realidade brasileira integrada na realidade universal, compartilhando dessa perene permuta de forças interiores entre os povos*". Ver: Ensaio de L. Costa Lima, N. Sáfady e J. Dias Carvalho, respectivamente sobre Oswald de Andrade, Mário de Andrade e Menotti del Picchia, introdução de L. Azevedo Filho, IN: *Poetas do Modernismo*, vol. I, MEC/Instituto Nacional do Livro, Brasília, 1972, pp.9-19, 23-43, 101-5, 151-64. VASCONCELLOS, Gilberto. *Ideologia Curupira: análise do discurso integralista*. S. Paulo, Brasiliense, 1979, pp.81-106. CARONE, Edgard, *op.cit.*, (República Nova), p.205. MEDEIROS, J. *op. cit.*, p.146.

⁷⁵ "A Ordem", nº 9, abr. 1922. Destaque-se entre os muitos colaboradores da revista, historiadores como Américo Jacobina Lacombe e Otávio Tarquínio de Souza; poetas como Augusto Frederico Schmidt, Jorge de Lima, Murilo Mendes, Vinícios de Moraes e Tasso da Silveira; pensadores como Alexandre Corrêa e Loenardo Van Ackel; escritores e críticos literários como Otávio de Faria, Marques Rebelo, Afrânio Coutinho, Agripino Grieco e Plínio Correia de Oliveira e Santiago Dantas.

O fato de esta revista passar a funcionar como o instrumento oficial de difusão cultural dos postulados católicos defendidos pelo CDV, expressa a sua inserção em atividades editoriais denominadas por Gramsci de *jornalismo integral*.

Este conceito serve para designar "o *jornalismo* que não somente pretende *satisfazer todas as necessidades* (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também *criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, criar seu público e ampliar progressivamente sua área*", sendo um dos pressupostos básicos deste tipo de jornalismo a existência de um "agrupamento cultural (no sentido lato) mais ou menos homogêneo, de um certo tipo, de um certo nível e particularmente, com uma certa orientação geral" visando, portanto, o jornalismo integral, "fundar-se sobre tal agrupamento para construir um edifício cultural completamente autárquico, começando precisamente pela ... língua, isto é, pelo meio de expressão de contato direto".⁷⁶

Ora, a revista "A Ordem" não constituía-se numa mera publicação literária dirigida por intelectuais católicos com finalidades diletantes, antes funcionando pela via da linguagem jornalística, como um polo de irradiação do catolicismo militante - sendo inclusive custeada pela Igreja -,⁷⁷ e servindo como elemento de articulação e expressão de diversos movimentos encetados por um centro cultural católico específico, no caso, o Centro D. Vital. Dentre os movimentos e as sociedades fundados sob a orientação do CDV, contam-se: a Ação Universitária Católica (1929), responsável pela revista "Vída" e de onde originou-se a Juventude Universitária Católica; e o Instituto Católico de Estudos Superiores, ambos fundados em 1932, contribuindo este último para a implantação de diversas faculdades católicas por todo o Brasil, cuja oficiali

⁷⁶ GRAMSCI, Antonio, *op. cit.*, (Os Intelectuais), pp.161-62.

⁷⁷ MEDEIROS, Jarbas, *op. cit.*, p.292.

zação ocorre em 1941. Nesta mesma data funda-se no Rio de Janeiro, a Pontifícia Universidade Católica (PUC), dirigida pelos jesuítas e cujo primeiro reitor, o Pe. Leonel Franca, foi nomeado pelo Cardeal-Arcebispo D. Sebastião Leme.⁷⁸

Tendo em vista o ativo papel desempenhado pelo CDV na organização dos segmentos católicos brasileiros, notadamente entre as décadas de vinte e trinta,⁷⁹ e sabendo-se que toda orientação ético-cultural difere-se como uma forma de inserção no campo de lutas políticas, cabe indicar os pressupostos ideológicos sobre os quais fundamentavam-se os intelectuais mais representativos da referida instituição e cuja atuação teve desdobramentos significativos no período do Estado-Novo (1937-1945), que constitui-se em um dos objetos de análise deste capítulo.

Jackson de Figueiredo, fundador de "*A Ordem*" e do CDV, sofreu uma forte influência das teorias políticas tradicionalistas e autoritárias de Joseph de Maistre, Donoso Cortez e sobretudo Charles Maurras, dirigente da *Action Française*, por quem nutria especial admiração.

⁷⁸ MOURA, Odilão, *op. cit.*, pp.122-23. O autor lembra ainda que em 1942, havia filiais do CDV, nas seguintes cidades: São Paulo, Recife, Porto Alegre, Aracaju, Fortaleza, Salvador, Florianópolis, Belo Horizonte, Pelotas, Pesqueira, Juiz de Fora, São João Del Rei, Itajubá, Ouro Preto, Diamantina e Campos. Tal informação serve para comprovar o nível de penetração dessa organização católica no Brasil, ou seja, o caráter ativista do Centro D. Vital.

⁷⁹ O Centro D. Vital entra praticamente em recesso somente no ano de 1973, devido aos conflitos doutrinários surgidos entre os membros da diretoria, suspendendo-se então a publicação da revista "*A Ordem*". Em 1974 a entidade tentou ressurgir sob a presidência do jurista Sobral Pinto, ficando a direção da revista a cargo do professor Eduardo Prado de Mendonça, falecido em 1978 e adepto do socratismo cristão ou misticismo intelectualista. Cf. MOURA, Odilão, *op. cit.*, pp.219-24.

Maistre, que morreu em 1880, numa época de restauração das antigas monarquias e de fortalecimento da autoridade da Santa Sê, foi ardoroso defensor do absolutismo piemontês da dinastia católica dos Savoia, tendo pretendido dedicar seu livro *"Il Papa"* a Pio VII, que muito estimava.⁸⁰

Jackson de Figueiredo compartilha do autoritarismo de Joseph de Maistre - que dizia que *"o Imperador, o Rei, deve ter ao seu lado o carrasco. O carrasco é a garantia de liberdade"* -, colocando a autoridade acima da liberdade e fazendo questão de qualificar-se como um idealista reacionário. Segundo Amoroso Lima - outro destacado membro do CDV e que assumiu no período de 1920-1930 uma posição nitidamente conservadora -, Jackson é realmente um 'filho espiritual de Joseph de Maistre', pois não acreditava na evolução, nem nas reformas, nem nas adaptações parciais". (...) *"achava que o mundo precisava de um tratamento cirúrgico e não terapêutico"*.⁸¹

Qual seria esta terrível doença diagnosticada pelo xamã Jackson, que contaminava de tal forma o *corpus social* a ponto de reclamar uma intervenção cirúrgica? Que membro ou órgão do tecido coletivo deveriam ser amputados e qual o *con*cro a ser extirpado do organismo social?

Duas eram as principais moléstias da época para Jackson de Figueiredo: o comunismo e o liberalismo, sendo este último para ele, uma doutrina que *"mesmo inconsciente, não era mais do que o espírito maçônico sem a Liga Maçônica"*.⁸²

⁸⁰ Cf. GRAMSCI, Antonio. *op. cit.*, (Maquiavel), ed. brasileira, pp. 286, 357-8.

⁸¹ LIMA, Alceu Amoroso. *O Cardeal Leme: um depoimento*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1942, pp.114-7, IN: MEDEIROS, J. *op. cit.*, p.293.

⁸² LIMA, Alceu Amoroso. *No Limiar da Idade Nova*. José Olympio, 1935, p.63. Idem, p.255. O repúdio de intelectuais católicos tradicionalistas como Alceu e Jackson à maçonaria, explica-se pelo fato de esta caracterizar os princípios da democracia pequeno burguesa, o laicismo e o anticlericalismo, defendendo um espiritualismo de tipo panteísta que

O caráter maléfico e "maçônico" que Jackson de Figueiredo atribui tanto ao comunismo como ao liberalismo, parece dever-se ao fato de estas duas ideologias expressarem, por diferentes vias, um crescente processo de secularização da sociedade, visto instituírem formas de governo onde a Igreja é destituída ao poder decisório que gozava na Idade Média. Embora o comunismo e liberalismo constituam-se como campos políticos opostos, a institucionalização dos mesmos implica na quebra do monopólio de poder da Igreja, quer pela sua separação do Estado (no regime democrático), quer pela proibição de práticas religiosas (no regime comunista), perdendo o catolicismo a sua posição de dominância ideológica.

O comunismo e o liberalismo definem-se para Jackson como uma sorte de vírus que põem em risco letal a "normalidade" coletiva. Daí a panacéia por ele indicada como a mais eficaz para a erradicação desses agentes transmissores do mal, consistir numa espécie de combinação alquímica, resultante da junção de três elementos de grande polarização energética: o autoritarismo, o nacionalismo e o catolicismo.

Estes três elementos alquímicos podem também ser vistos como etapas constitutivas de um tratamento cirúrgico que tem por finalidade a correção de deformações sociais advindas do regime de liberdades democráticas, e das tendências modernas ao cosmopolitismo e ao ateísmo.⁸³

⁸² (continuação) ...opõe-se aos dogmas teológicos do catolicismo. Ver os interessantes comentários de Gramsci sobre as relações existentes nas primeiras décadas deste século e no interior do contexto europeu e americano, entre instituições como a Maçonaria, Rotary Clube, escolas infantis organizadas sobre a base do socialismo saint-simonista - notadamente na França e Itália - e Igreja Católica. *op. cit.*, (Maquiavel), pp.415-22.

⁸³ O moralismo de Jackson é confirmado em tom elogioso por Amoroso Lima, no livro *Correspondência de Jackson de Figueiredo* (1938). Amoroso o qualifica como um "cruzado" em luta "contra a invasão tremenda das forças explosivas e dissolventes do progresso material e do modernismo cultural", e posto em confronto com a civilização, "inimiga do caráter" e "corrompida por uma lepra interior". Cf. MEDEIROS, Jarbas, p. 275. Gilberto Vasconcellos destaca precisamente o moralismo, como um dos vários traços ideológicos comuns entre o integralismo de Plínio

Explicitemos sumariamente a configuração política e mística desta tríade - autoritarismo/nacionalismo/catolicismo - que serve como suporte da ideologia jacksoniana.

Além de Joseph de Maistre, outro teórico europeu do século XIX, informa o autoritarismo de Jackson: o pensador católico Donoso Cortés. Donoso, cuja concepção histórica foi toda ela praticamente cristalizada a partir dos acontecimentos revolucionários de 1848,⁸⁴ afirma-se como um crítico radical da filosofia progressista da história e como arauto de uma ditadura conservadora, opondo-se, portanto, aos ideais democráticos e liberais. Ao contrário de Maistre e De Bonald, que na qualidade de teóricos da Restauração defendiam a tradição monárquico-feudal, Donoso formula uma ideologia que servirá de esteio aos pensadores católicos modernos, encontrando-se no cerne de sua concepção histórica a *"idea de la inminente e catastrófica lucha final entre el catolicismo e el socialismo ateu"*, apresentando-se a ditadura como *"el único camino de la salvación"*.⁸⁵ Vale assinalar que a Igreja Cató-

⁸³ (continuação) ... Salgado, os intelectuais do Centro D. Vital e o integristismo católico, do qual falaremos adiante. Este moralismo expressa-se: pelo ódio e vergonha do corpo, ascetismo heróico, higienização da família (mero instrumento de procriação), espiritualização do sexo, repulsa do prazer e dos instintos, negação da teoria freudiana, (pela desvalorização do gozo e idolatria do espírito), sacralização da figura materna e defesa da monogamia indissolúvel. *op. cit.*, (Discurso Integralista), pp.29-38, 66-8.

⁸⁴ Em 1848 ocorrem na França importantes episódios políticos que irão alterar a correlação de forças internacional. A Revolução de Fevereiro força a abdicação do rei Luís Felipe, encerrando-se a Restauração e sendo proclamada a República. Elabora-se uma nova Constituição onde são assegurados o sufrágio universal e direto, a liberdade de imprensa, de associação, de ensino e de credo. Em junho verifica-se as jornadas proletárias, contra as quais unem-se a burguesia, a pequena burguesia e o exército. Decreta-se o estado de sítio em Paris. Luís Bonaparte (Napoleão III) é eleito presidente, a 10 de dezembro, dissolvendo a Guarda Nacional. Marx e Engels lançam o *Manifesto Comunista*. Sobre o desenrolar os acontecimentos políticos verificados na França a partir de 1848, que culminam com o golpe de Estado de Luís Bonaparte em 1852, Ver: MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. S.Paulo, Escrita, 1968.

⁸⁵ SCHMITT, Carl. *Interpretación Europea de Donoso Cortés*. Madrid, Ediciones Rialpi, 1963. Cf. MEDEIROS, Jarbas, *op. cit.*, p.364-65.

lica é a espinha dorsal da ditadura preconizada por Donoso Cortés, visto ele acreditar que "*en la Era de las masas, los acontecimientos históricos no los deciden los estadistas, los diplomáticos ni los generales sino los mártires*". (...) pelo "*retorno a la Iglesia católica*".⁸⁶ Defende, portanto, Donoso, a necessidade de manter-se acesa a chama do heroísmo cristão, em meio as "*catastróficas*" lutas políticas dos tempos modernos, frente aos quais afirma uma posição pessimista e apocalíptica, restando o catolicismo como única possibilidade de redenção.

Esta dimensão heróica e redentora da religião cristã, perpassa por inteiro a ideologia de Jackson de Figueiredo, valendo lembrar que a sua conversão foi bastante influenciada pelo programa catequético da Carta Pastoral de D. Leme (1916), onde vira "*o caminho da salvação do Brasil*".⁸⁷

O autoritarismo que marca o pensamento político jacksoniano, deve ser entendido em articulação com o conceito de "*nacionalismo integral*", que teve em Charles Maurras um dos seus principais artífices. Eis algumas das idéias básicas da proposta maurrasiana de nacionalismo:

"Como pode uma democracia aspirar, sinceramente, firmemente e continuamente, diminuir o ódio entre as classes, reconciliar o rico e o pobre, o patrão e o trabalhador? Ela vive de seus conflitos e este conflito faz viver, crescer e prosperar o pessoal político com o qual ela é formada". (...) "Se deseja-se reformar o Estado, é preciso tomar uma posição que permita reformar também, aquilo que o Estado democrático deforma e perverte". (...) "Se espera-se algum bem desta reforma, é preciso começar

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ LIMA, Alceu Amoroso, *op. cit.*, (Cardeal Leme), p.94, IN: MEDEIROS, J., *op. cit.*, p.292.

por renunciar ao princípio que a torna impossível, ao princípio da democracia e da eleição. É preciso procurar um outro princípio: um princípio que evoque a paz entre as classes e não sua guerra fatal". (...) "Um princípio que comporte em sua natureza essencial o respeito pela herança, pela tradição e, pela tradição e, para dizer tudo, pela família protetora e formadora do indivíduo, célula-mater e geratriz da Nação".⁸⁸

A família apresenta-se como a instituição modelar sobre a qual deve erigir-se uma sociedade.

Os conflitos econômicos e políticos são aí solucionados de forma similar aos problemas "domésticos", ou seja, pela via da afetividade e dos laços de sangue que unem os indivíduos de uma mesma família. A Nação constitui-se, portanto, como uma comunidade étnica e moral gerada pela célula mater que é a família. A articulação operada entre Família/Nação, tem por finalidade manter o *status quo* contra as "perversões" e "deformações" advindas da democracia, sendo a família o instrumento moralizador que assegura o funcionamento "normal" da ordem social. Assim como os filhos não escolhem aqueles que serão seus pais, sendo estes que decidem constituir uma prole e protegê-la, não compete aos membros de uma Nação elegerem seus dirigentes, cabendo-lhes apenas honrá-los e obdecê-los. O clima de "harmonia" entre as classes so-

⁸⁸ A concepção maurrasiana que faz da família a base de todo o poder estatal, encontra-se presente em Amoroso Lima, que informado pela corrente católica do "integralismo aristotélico-tomista", chega a afirmar que "a família precede a sociedade civil e o Estado a completa", concebendo a sociedade como uma "união de famílias". Ver: MEDEIROS, Jarbas, *op. cit.*, p.246. Assinalemos que a especificidade da ideologia de Amoroso Lima não repousa simplesmente no fato de ele ver na família um fator de "integração social", mas sim em virtude de a família ser concebida enquanto instituída, moldada de acordo com os princípios morais e espirituais do catolicismo, o que implica na defesa da hegemonia política da Igreja.

ciais é garantido por um Estado anti-liberal, em virtude de este fundar-se sobre o princípio da autoridade e da tradição que lhe conferem o poder de *pater familias*, funcionando a nacionalidade como um polo de *integração* entre os interesses individuais e coletivos.

Observa-se um estreito imbricamento entre a *Action Française*, fundada por Maurras - que constituiu-se numa forte organização política cujo objetivo era a derrota do comunismo e do liberalismo, sob a bandeira do *nacionalismo integral* - e os movimentos católicos surgidos na década de vinte. Este imbricamento pode ser atestado pelo fato de a *Action Française* merecer o apoio dos *integrais* (ou integristas), que representavam uma tendência europeia do catolicismo politicamente de extrema-direita, visto defenderem os seus ideólogos os interesses da aristocracia latifundiária e demais camadas sociais "*reacionárias*"; opondo-se tanto ao comunismo como ao liberalismo e preconizando inclusive a restauração da monarquia.⁸⁹

A *Action Française* influenciou não somente Jackson de Figueiredo - que manifestava uma fervorosa simpatia por Maurras, como também Amoroso Lima e Plínio Salgado, dirigen-

⁸⁹ Cf. GRAMSCI, Antonio. *op. cit.*, (Machiavel), pp.317-18. O autor afirma ainda que os "*integrais*", os "*jesuítas*" e os "*modernistas*" representam três tendências "*orgânicas*" do catolicismo e são as forças que disputam a hegemonia da Igreja Romana, tendo todos esses três movimentos, significados mais amplos do que aqueles estritamente religiosos: "*são partidos no império absolutista internacional representado pela Igreja Romana, que não podem evitar de colocar sob forma religiosa problemas que muitas vezes são puramente mundanos, de domínio*" (p. 335). Vale ressaltar que os jesuítas são acusados pelo dirigente dos integristas - Monsenhor Benigni - de serem amigos das maçons e dos judeus, recebendo ainda o estigma de "*demagogos*" e "*revolucionários*" (p. 320). Para uma melhor compreensão do significado do integrismo, do jesuitismo e do modernismo católico, consultar a citada obra de Gramsci, cap. III, pp.317-50.

te da *Ação Brasileira Integralista*.⁹⁰ Tanto Amoroso quanto Salgado, concordam com a concepção maurrasiana que faz da família a base do poder de Estado e defendem um sistema social corporativista, que integraria o indivíduo e o Estado através de um estatuto ético que propiciaria o entendimento entre patrões e empregados, operando-se a "paz social" pela cristianização de todas as classes e em nome dos interesses superiores da Pátria.⁹¹

As similitudes entre o pensamento político de Maurras, Plínio Salgado e Jackson de Figueiredo, são atestadas por Amoroso Lima, que ao demonstrar sua simpatia pelo caráter "espiritualista" e "nacionalista" do integralismo de Plínio Salgado, atribui ao dirigente da *Action Française* "O papel de iniciador de todos os movimentos de reação contra-revolucionária de que o nosso integralismo é o seu reflexo",⁹² considerando Jackson de Figueiredo, por outro lado, como o "precursor de todos os movimentos de reação antiliberal e anti-socialista que em nosso meio constituem para a maioria uma novidade absoluta".⁹³

Concluindo nossa apreciação sobre o posicionamento político adotado pelo Centro D.Vital, vemos que a maioria dos seus integrantes expressam forte simpatia pelos regimes totalitários de direita, observando-se esta atitude não somente em Jackson de Figueiredo - que manteve "cordiais relações" com o integralismo lusitano de Sardinha, espécie de ar

⁹⁰ Para melhor entender-se a articulação entre Maurras e o Integralismo brasileiro, vale lembrar que em 1926, o Papa Pio XI proíbe os católicos de participarem da *Action Française*, em virtude de esta assumir uma posição tal radicalmente reacionária - cooptando amplos segmentos católicos -, que passa a por em perigo a hegemonia da Igreja, visto constituir um novo sistema moral e social, onde a religiosidade é toda ela cristalizada na política. Lembremos que o integralismo de Salgado, desenvolveu uma espécie de paraliturgia militarista, criando milícias que executavam nas solenidades partidárias, rituais de configuração religiosa. Ver: MOURA, Odilão, pp.92,100. GRAMSCI, Antonio, pp. 256, 270, 587-8.

⁹¹ Cf. MEDEIROS, Jarbas, *op. cit.*, pp.270, 587-8.

⁹² Idem, p.270.

⁹³ Idem, p.269.

tífice da ditadura salazarista,⁹⁴ como também em Amoroso Lima, Otávio de Faria e Santiago Dantas.

Amoroso Lima confessa que festejou as vitórias franquistas na Espanha, elogiando ainda o Estado-Novo português, instituído por Salazar, como "um espetáculo surpreendente de vitalidade e remoçamento". (...) "Uma verdadeira ressurreição da Pátria"; Otávio de Faria, no livro *Maquiavel e o Brasil*, considera o fascismo "como a mais extraordinária das revoluções da história"; e Santiago Dantas vê no fascismo "o mais cristão dos sistemas políticos modernos", pois está empenhado "no aperfeiçoamento espiritual do homem".⁹⁵

A hipertrofia de valores com a espiritualidade e o nacionalismo autoritário, bem como a pregação de uma revolução moral da sociedade, sob a base dos princípios cristãos, constituem-se como elementos de ligação entre a ideologia dos intelectuais do CDV, o movimento integralista de Plínio Salgado e o integrismo católico. As similitudes existentes entre a doutrina do Sigma, defendida pelos "camisas-verdes", e o ideário político dos membros do CDV, podem ser resumidas nos seguintes pontos: "repúdio ao marxismo, antiliberalismo, negação da teoria da luta de classes, idealismo espiritualista, crença no poder regenerador da cultura, paixão pelos líderes totalitários".⁹⁶

Com a posse do governo instaurado pela revolução de 1930, o clero e as associações católicas participam ativamente dos debates sobre a reforma constitucional brasileira. Embora a situação constitucional permaneça inalterada - até a posterior decretação da Carta de 1934 -, a instauração do Governo Provisório provoca um paulatino reatamento das relações de cordialidade entre Estado e Igreja.

⁹⁴ Idem, p.239.

⁹⁵ Idem, p.259. Ver: VASCONCELLOS, Gilberto, *op. cit.*, (Discurso Integralista), pp.34-37.

⁹⁶ Cf. VASCONCELLOS, Gilberto, p.34.

Um importante instrumento de pressão política de que se valeu então a Igreja em sua luta por uma hegemonia e contra os dispositivos laicizantes da Constituição de 1891, foi a *Liga Eleitoral Católica*, fundada em 1932 pelo então Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme e cuja origem está ligada ao CDV. Enquanto a finalidade última do CDV era a recatolização de nossa intelectualidade, a LEC tinha objetivos políticos mais imediatos. Visava atingir não somente os intelectuais, mas toda a massa de fiéis, no sentido de levá-los a votar durante as eleições previstas para 1933, nos candidatos que prometessem respeitar, no Congresso, os postulados morais e sociais do catolicismo.⁹⁷

A Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, ao Aviso nº 239, de 20 de setembro de 1932, comunicava aos fiéis a fundação da LEC, convocando-os para dela participarem e assim definindo os objetivos da associação: "*Não se trata de um partido mas de uma organização do eleitorado católico, na defesa dos princípios sacrossantos da Igreja, da moral e da sociedade*". (...) "*Certo de que o voto consciencioso e disciplinado dos católicos, mesmo sem partido influirá nos destinos da pátria*".⁹⁸

Mais uma vez a Igreja evoca os princípios religiosos como tática de inserção no campo das lutas políticas, revestindo os seus objetivos de direção ético-cultural, ou seja, de dominância ideológica, com um halo numinoso e sagrado.

Embora a LEC defina-se como uma organismo "*supra-partidário*" - o que parece implicar na reiteração de que a Igreja, enquanto instituição que representa os desígnios divinos, encontra-se "*acima*" dos partidos e da própria sociedade -,

⁹⁷ MOURA, Odilão, *op. cit.*, p.88.

⁹⁸ MOURA, Odilão, *op. cit.*, p.90.

ela marca na verdade uma intervenção direta da Igreja no cenário político nacional. Além de chegar a funcionar no Ceará, não somente como um órgão consultivo mas como um partido político, a LEC constitui-se em todo o país como um movimento lateral e subordinado a Ação Católica, sendo nesta última definida pelo Papa Pio XI, como um instrumento de "*participação dos leigos no apostolado hierárquico*".⁹⁹

Acatando as recomendações de Pio XI, no sentido de estimular-se a formação e desenvolvimento de organismos católicos leigos ou mistos, voltados para a ação social da Igreja, D. Leme mostra-se "*empenhado na penetração dos leigos católicos em todas as instituições sociais e culturais*".¹⁰⁰ Esta "*penetração*" da Ação Católica apresenta-se como uma espécie de manobra militar visando a conquista de postos de comando para a Igreja, no interior do aparelho de Estado brasileiro.

⁹⁹ Idem, p.100. Maiores detalhes sobre a Liga Eleitoral Católica, Ver: CARONE, Edgard, *op. cit.*, (Terceira República), p.13. MEDEIROS, J., p.267-8.

¹⁰⁰ MEDEIROS, J., *op. cit.*, p.225. Vale assinalar que a Ação Católica, nascida na Europa especificamente depois de 1848 - que marca a queda da monarquia francesa, regida por Luís XVIII - era muito diferente daquela reorganizada por Pio XI, em virtude da Igreja perder a sua autonomia e passar à uma posição defensiva, sendo forçada a aceitar o terreno que lhe impõem os adversários (socialistas e liberais) e a tomar de empréstimo as armas por eles utilizadas (o partido de massa). A convicção da inevitabilidade do avanço democrático no pós-guerra - 1914/1918 - leva a Igreja a admitir a necessidade de criar um "*partido próprio*". O Partido Popular criado pela Igreja há que ser ordenado e controlado a fim de não colocar em risco a estrutura autoritária da Ação Católica, sendo "*organicamente*" ligado a este movimento. A Ação Católica assinala, portanto, o início de uma época nova na história da religião católica, que deixa de ser uma "*concepção totalitária*", ou seja, uma concepção totalizante do mundo e de uma sociedade, para tornar-se "*parcial*". A Igreja transforma-se assim numa "*força subalterna*", deixando de constituir-se como uma força ideológica mundial, representando a Ação Católica uma reação contra a apostasia das massas sobre a concepção religiosa. Cf. GRAMSCI, Antonio, *op. cit.*, (Machiavel) pp. 275, 277, 280-81.

O próprio Amoroso Lima, na qualidade de presidente da Ação Católica (de 1934 a 1945), atesta o caráter belicoso deste apostolado; afirmando ser a "*restauração da sociedade cristã*" o "*fim supremo*" da Ação Católica, diz que esta constituía-se na "*estratégia e na técnica mais moderna da Igreja para partir à conquista da Idade Nova*", caracterizada pela implantação do Estado Moderno sob a base da "*vida cristã*" e sendo isto realizado através da "*infiltração direta em toda linha*" das "*milícias cristãs*", vista como uma "*falange de cidadãos exemplares*".¹⁰¹

Parece ser inegável a influência da Ação Católica na elaboração da Constituição de 1934, tendo a LEC lhe servido como instrumento para a reconquista de certos territórios de poder da Igreja.

O anteprojeto da reforma constitucional é apresentado em sessão solene da Assembléia Nacional Constituinte, realizada a 15 de novembro de 1933, sendo a Constituição promulgada em 16 de julho de 1934, cujo preâmbulo reza o seguinte:

¹⁰¹ Cf. MEDEIROS, Jarbas, pp.225, 279. Amoroso Lima conceitua a "Idade Nova" como a "*síntese*" do liberalismo, socialismo e nacional-totalitarismo, que implicava na instauração do Estado Moderno (democrata cristão), observando-se aí a gradativa passagem de Amoroso para o Neo-Liberalismo. A Ação Católica teria ainda para Amoroso Lima, uma tríplice função: 1) despertar a consciência dos leigos; 2) organizá-los num único corpo; 3) levá-los à irradiação do cristianismo na sociedade. Uma outra tarefa fundamental da Ação Católica seria promover através da catequese cristã a *elevação social* das classes operárias e a "*elevação moral*" das classes intelectuais. (*Indicações Políticas: da revolução à Constituição*). op. cit., p.268. Observe-se que a mudança da sociedade é vista como resultado de um trabalho catequético e não de lutas políticas ou processos revolucionários, tendo Amoroso afirmado de outra feita que "*a evangelização e não a revolução seria a estratégia da mobilização católica*". Interessante também o fato de Amoroso Lima dividir classes em "*operários*" e "*intelectuais*", em lugar de operários e burgueses, o que parece indicar que a sua compreensão da estratificação social baseia-se no nível de conhecimento ou escolarização. (grifos do autor).

"Nós, os Representantes do Povo Brasileiro, pondo nossa confiança em Deus, reunidos na Assembléia Nacional Constituinte, para organizar um democrático que assegure a unidade nacional, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico da Nação, decretamos e promulgamos..."¹⁰²

Dentre os dispositivos constitucionais que vêm garantir alguns dos postulados básicos da doutrina católica, temos: ensino religioso facultativo nas escolas (art. 153); assistência religiosa as forças armadas, hospitais e penitenciárias (art. 113, § 6); livre prática do culto religioso nos cemitérios (art. 113, § 7); família constituída pelo casamento indissolúvel (art. 114); casamento religioso com efeitos civis (art. 146).¹⁰³

Que não se veja nestes dispositivos a vitória completa da Igreja e de associações católicas como a LEC, visto a Constituição atender, em outros dos seus artigos, muitas das reivindicações dos pedagogos escolanovistas - que redigiram o Manifesto dos Pioneiros -, quais sejam: a educação como um direito de todos (estabelecendo em seu art. 130, a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário); a descentralização do ensino (deixando aos Estados em seu art. 151, a competência para organizar e manter seus sistemas educativos, respeitadas as diretrizes estabelecidas pela União); defesa da escola pública, que implica no dever do Estado de assegurar o direito à educação (atribuindo ao Governo Central, em seu

¹⁰² CARONE, Edgard, *op. cit.*, pp.174-76. Em maio de 1932, antes, portanto, da revolução constitucionalista de São Paulo, o Governo Provisório apronta a minuta do decreto convocando a futura Assembléia Constituinte para o dia 21 de abril de 1933. A comissão encarregada de redigir o anteprojeto da Constituição, instala-se a 9 de novembro, sendo composta por Afrânio de Melo Franco, Assis Brasil, Oswaldo Aranha, José Américo, Góes Monteiro, Oliveira Viana e outros. Em 3 de maio de 1933, realiza-se eleição em todos os Estados para a escolha dos futuros constituintes.

¹⁰³ Odilão Moura na constituição de 1934 uma vitória da LEC e da Igreja, resultante do trabalho incansável dos parlamentares católicos, orientados por D. Leme. *op. cit.*, p.88.

art. 150, a competência para fixar o Plano Nacional de Educação, mantendo a gratuidade e obrigatoriedade do ensino).

O fato de a Constituição de 1934 instituir a religião como disciplina facultativa e assegurar a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, expressa na política de conciliação e compromisso assumida pelo Estado frente as duas partes envolvidas em litígio: a Igreja e associações católicas leigas, e os educadores "*renovadores*", dentre os quais se destacam Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho.

Interessava a Igreja não somente que a religião constasse como disciplina obrigatória nos currículos escolares - representando, portanto, o art. 150 da Constituição, uma vitória parcial -, mas também que se mantivesse a prevalência do ensino privado, onde ela exercia um quase monopólio. Daí a campanha em favor do ensino laico, gratuito, obrigatório e coeducativo e da expansão da escola pública, promovida pela corrente pedagógica "*renovadora*", constituir-se para a Igreja - e a ala católica e conservadora, que teve no CDV, na LEC e na Ação Católica, alguns dos seus principais redutos -, como uma ameaça de perda da sua relativa posição hegemônica no setor educacional.

Uma nova situação começa a configurar-se na ordem social burguesa, em inícios da década de trinta, passando as classes médias em ascensão a reivindicarem o ensino médio, e as camadas populares, o ensino primário - sendo antes a educação um privilégio das elites que podiam pagar sua educação, e onde a Igreja exercia um monopólio quase total -, articulando-se, portanto, a concepção educativa dos "*renovadores*" com as novas exigências da sociedade brasileira e em consonância com as inovações dos métodos pedagógicos introduzidas pela

sociologia e psicologia da educação, onde desponta a figura de Dewey.¹⁰⁴

Embora os "renovadores" preconizassem no célebre Manifesto dos Pioneiros, não propriamente a estatização do ensino - admitindo a necessidade de estimular as "instituições privadas idôneas", visto entenderem que o Estado não encontrava-se ainda em condições de assumir a exclusiva responsabilidade no setor educacional, privilegiando, entretanto, a expansão da escola pública - os princípios de laicidade, gratuidade e universalidade no ensino, por eles defendidos, provocaram inúmeras reações dos setores católicos e conservadores.¹⁰⁵

¹⁰⁴ Cf. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira, *op. cit.*, pp.142-53. Sobre a influência de Dewey na concepção educacional de Anísio Teixeira, proeminente figura do movimento "renovador", Ver: CUNHA, Luiz Antônio. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975, pp.45-51. Para uma visão da Ideologia pedagógica de Fernando de Azevedo, autor do Manifesto dos Pioneiros, Ver: MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo, Ática, 1977, pp.74-83. MEDEIROS, Jarbas, pp.371-2.

¹⁰⁵ A reação dos setores católicos frente aos princípios defendidos pelos "renovadores", pode ser medida pelos visulentos comentários feitos por Amoroso Lima sobre Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo. Amoroso qualifica o Manifesto dos Pioneiros como "monstruoso", visto "consagrar definitivamente a destituição da família como sociedade educativa", definindo-o ainda como "anticristão", "antinacional" - devido a sua influência norte-americana -, "antiliberal", "antiespiritualista", visto orientar a educação para o "materialismo filosófico" e pregar um "pedagogia totalitária" que resultaria no "absolutismo do Estado pedagogo". Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo são vistos como adeptos de uma pedagogia "pró-soviética", sendo o primeiro definido como defensor do "cosmopolitismo desnacionalizador" e de "uma educação sem alma", enquanto Fernando de Azevedo é acusado de mostrar-se "inimigo declarado dos católicos", na época em que ocupava a reitoria do Instituto de Educação da USP. IN: MEDEIROS, Jarbas, pp.336-9. O texto integral do Manifesto dos Pioneiros, encontra-se, IN: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, R.J., 34(79): 108-27, jul./set., 1960.

Tendo-se esboçado as principais tendências político-pedagógicas surgidas entre 1920 e início do Governo Provisório, passemos agora a examinar a função de direção ética e educativa assumida pelo Estado-Novo (1937-1945). Expliquemos finalmente que o nosso privilegiamento do pensamento político e educacional de Francisco Campos e dos intelectuais católicos pertencentes ao CDV, a LEC e a Ação Católica, deveu-se aos seguintes motivos: 1) pelo fato de representarem diferentes nuances da ideologia autoritária, tida como característica do Estado-Novo; 2) por remeterem, no caso da revista "A Ordem", do LEC e do CDV, à posição ocupada pela Igreja e segmentos católicos, no campo político-cultural da época. Lembre-se, por último, a importância de Francisco Campos na institucionalização do Estado-Novo (tendo elaborado, dentre outros dispositivos "legais" a Constituição de 1937), bem como a validade de ter-se indicado as principais manobras táticas e estratégicas utilizadas pela Igreja e setores católicos no campo de luta pelo poderio político e dominância cultural, tendo em vista culminar nossa dissertação com o exame das regras disciplinares do Colégio Santo Inácio, pertencente a Companhia de Jesus, que integra, portanto, o aparelho ideológico da Igreja Católica Apostólica Romana.

Eis que é chegada de operar alguns confrontos entre a "velha" e "nova" ordem, que nos servirão de pista para buscar entender as formas de articulação entre o passado e o presente.

3.3 *O Leviatã revela sua face: a carranca autoritária do Estado-Novo (1937-1945)*

Tendo-se esboçado nos itens anteriores deste capítulo, as linhas básicas da conjuntura político-social do país no período que antecede a instauração do Governo Provisório

em 1930 até a promulgação da Constituição de 1934 - centralizando-nos na análise das tendências ideológicas dos setores militares "*tenentistas*" e dos movimentos católicos, bem como nas medidas educacionais tomadas pelo ministro Francisco Campos entre 1930-1931, atentando-se sobretudo para a dimensão política de sua concepção "*pedagógica*", passemos agora a examinar o significado "*disciplinar*" do Estado-Novo (1937-1945).

Necessário lembrar, preliminarmente, que encontra-se fora do nosso objetivo a apreciação (*stricto sensu*) da história política e econômica deste período. O Estado-Novo será estudado sob a ótica de alguns dos mecanismos normatizadores por ele implantados e expressos em diferentes formas de dispositivos discursivos, tendo-se visto desde o primeiro capítulo que o discurso não se constitui como um mero aparato linguístico, mas é um instrumento fundador do poder.

Começemos, portanto, analisando um texto que marca a entrada de um "*novo*" Leviatã no cenário político do país, ou seja, a Constituição de 1937, especificamente nos capítulos onde dispõe sobre a Família, a Educação e a Cultura: "*territórios*" privilegiados da higienização e normatização levada a efeito por uma ampla cadeia de aparelhos disciplinares que serão implementados pelo novo governo.

3.3.1 A Família, a Educação e a Cultura conforme a Letra da Lei.

A Constituição de 10 de novembro de 1937 é preparada desde fins de 1936, tendo Francisco Campos como principal autor e sendo o seu esboço submetido à apreciação do presidente Getúlio Vargas, do ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, do general Góes Monteiro, do chefe da Ação Integralista Brasileira Plínio Salgado e do ministro da Justiça Vicente

Raõ, que aprovam o texto e sugerem alguns reparos.¹⁰⁶

Referindo-se a sua colaboração no texto constitucional, diz Getúlio Vargas:

*"Limitei-me a fixar o objetivo que precisava atingir fundamentalmente através da estrutura do novo regime. Quero instituir um governo de autoridade e liberto das peias da chamada democracia liberal que inspirou a Constituição de 1934. Dei apenas algumas indicações quanto à distribuição dos poderes e das atribuições específicas".*¹⁰⁷

A Constituição vem justamente conferir poderes especiais ao presidente da República, pondo fim aos partidos e suspendendo as liberdades individuais.

Antes de iniciarmos o exame do texto constitucional, situemos a posição política expressa pelo seu autor frente ao estadonovismo.

Francisco Campos justifica da seguinte forma o autoritarismo do Estado-Novo:

"O 10 de novembro de 1937 apenas consagrou o sentido das realidades brasileiras, defendendo o país contra desvios perigosos" (...) "A ideologia do novo regime é extraída das realidades brasileiras" (...) "Sendo autoritário, por definição e por conteúdo, o Estado-Novo não contraria entretanto, a índole brasileira". (...) "Não criamos, porém, do nada

¹⁰⁶ Dutra, Gões Monteiro, Salgado e Raõ, têm como principal traço em comum, um exacerbado anticomunismo, destacando-se Gões Monteiro como o "principal baluarte da reação" e aquele que "entre todos os chefes militares é o mais sério inimigo da democracia". Raõ, por sua vez, propõe em janeiro de 1936, a criação da Comissão de Repressão ao Comunismo. Ver: CARONE, Edigard, *op. cit.*, (O Estado-Novo) p.156, 224. (A República Nova), p.346.

¹⁰⁷ Cf. CARONE, E. *op. cit.*, (Estado-Novo), p.157.

o novo regime. Conservamos e desenvolvemos o que havia de bom no velho Brasil, no Brasil Imperial e no Brasil republicano". (...) "O clima de benignidade, contrário a todos os extremos".¹⁰⁸

Note-se a ênfase dada por Campos a "*brasilidade*"¹⁰⁹ do Estado-Novo, visto o seu autoritarismo coadunar-se com a "*índole brasileira*", o que remete a toda uma difundida concepção sobre a "*índolência*" do nosso povo - resultado da mestiçagem de três raças melancólicas em meio a letargia provocada pelo clima dos "*tristes trópicos*" -, que assim precisaria de um regime forte, autoritário, capaz de nos livrar da tendência "*ínata*" a preguiça e a passividade. O Estado-Novo é também definido não como uma "*novidade*" absoluta, uma rutura, - pois são Deus criou do nada -, mas sim como um sistema de governo que busca "*conservar*" o que há de bom em nossa história passada, em nossas *origens* políticas. Daí a sua originalidade consistir na radicação as "*realidades brasilei*ras" e na procura de um equilíbrio "*benigno*" entre o passado e o presente, a tradição e o desenvolvimento, que garantiriam a correção de todos os "*desvios*" e "*extremos*", ou seja, o comunismo e o liberalismo.

O Estado-Novo apresenta-se também como a decorrência histórica de um passado bem recente, como o coroamento de um processo político:

"O 10 de novembro foi o elo final de uma longa cadeia de experiências e de acontecimentos (...) A Revolução de 30 só se operou, efetivamente, em 10 de novembro de 1937".¹¹⁰

¹⁰⁸ CAMPOS, Francisco. *op. cit.*, (Estado Nacional), IN: MEDEIROS, Jarbas, p.26.

¹⁰⁹ Existe entretanto um consenso entre os estudiosos sobre a influência exercida pelos dispositivos constitucionais de regimes totalitários - como Polônia, Alemanha, Itália, etc - sobre a Constituição de 1937, a ponto de ela ser denominada de "*polaca*". Ver: CHACON, V., *op. cit.*, (Estado e Povo), especialmente no III item do cap. III; "*O longínquo e es*tranho *eco de Varsóvia*", pp.46-52.

¹¹⁰ CAMPOS, Francisco. *Idem*, *ibidem* (MEDEIROS).

Importante destacar que para Campos não haveria contradição entre democracia e autoritarismo, situando políticamente o aparelho de Estado que ajudara a implantar, da seguinte forma:

"É desnecessário insistir em que o Estado brasileiro, sendo democrático, é também autoritário".¹¹¹

O Estado-Novo é, portanto, definido em termos de uma democracia não-liberal, em virtude de Campos reivindicar uma democracia "*substantiva*" em oposição ao caráter "*formal*" da democracia liberal. Esta democracia seria "*substantiva*" justamente por constituir-se como uma "*democracia nacional*", ou seja, como um sistema de governo capaz de "*articular*" toda a Nação - regiões, classes sociais, grupos políticos - num todo unificado, integrando-a e totalizando-a através de um forte poder central, enquanto a democracia liberal, sendo apenas "*formal*", apresentar-se-ia como "*desarticulada*". Motivando separatismos. Este aspecto foi discutido suficientemente no segundo item deste capítulo.

Sublinhando ainda o nacionalismo do Estado-Novo e conceituando-o como uma situação de equilibração entre os "extremos" do liberalismo e do comunismo, afirma Campos:

"O Estado Novo não se filia, com efeito, a nenhuma ideologia exótica. É uma criação nacional, equidistante da licença demagógica e da compressão autocrática, procurando conciliar o clima liberal, específico da América e as duras contingências da vida contemporânea, cheia de problemas e de riscos e varrida de ondas de inquietação e desordem".¹¹²

¹¹¹ Idem, *ibidem*.

¹¹² Idem, p.25.

O Estado-Novo parece, portanto, pairar acima de todas as contradições e conflitos da época, constituindo-se como o ponto de confluência e o espaço "modelar" onde são superados e resolvidos todos os desequilíbrios e disfunções do organismo social.

Um outro aspecto a ser indicado na produção discursiva de Campos, refere-se a função unificadora e integradora que ele confere ao cargo de presidente:

"O presidente da República é o centro da nova organização estatal (...) O Estado-Novo é o presidente (...) a projeção da sua vontade (...) o povo e o chefe, eis as duas entidades do regime (...) Somente um Estado de chefe pode ser um Estado nacional (...) Um chefe, um povo e uma Nação: um só Estado nacional e popular (...) Um só governo, um único chefe, um só Exército".¹¹³

Dessa forma, a figura do presidente seria a própria encarnação do "Espírito" de uma "Nação" e de um "Povo", constituindo-se como o centro do Estado e da sociedade este "Um", em termo do qual gravitam todos os indivíduos e cidadãos, não sendo, portanto, o Estado mais do que uma "projeção" da Vontade deste Chefe, o que a lembra concepção hegeliana segundo a qual os "indivíduos históricos" (como César, Napoleão, etc) seriam a objetivação da Idéia Absoluta.

Interessante ressaltar que Amoroso Lima aponta como fontes do "jurismo autoritário" de Francisco Campos, os filósofos Fichte e Nietzsche, sendo sabida as articulações entre a concepção do primeiro e a de Hegel.¹¹⁴

¹¹³ Idem, p.27.

¹¹⁴ Idem, p.284. Para Fichte o Estado apresenta-se como uma totalidade organizada e que se organiza por si mesma, defendendo ela a suprema necessidade da polícia como órgão de "salvação pública". A despeito de pertencerem a mesma corrente filosófica - o idealismo ou romantismo alemão -, Hegel não deixará passar sem críticas, o Estado policial inventado por Fichte. Ver: PHILONENKO, Alexis. Ensaio sobre J.

A apologia do "César" tem por finalidade justificar a autoridade do próprio Getúlio, a quem Campos entoa loas e cobre de epítetos laudatórios, como: "*estupendo condutor de homens*", "*espírito revolucionário*", "*construtor, o pacificador, o homem do destino*".¹¹⁵

Definindo Campos a sua época como "*varrida de ondas de inquietação e de desordem*", fazia-se, portanto, necessário o pulso forte de um "*chefe*" que funcionasse como o principal canal de arbitragem de todos os conflitos sociais. Gramsci conceitua o "*cesarismo*", precisamente como uma "*solução de 'arbitragem' confiada a uma grande personalidade, numa situação histórico-política caracterizada por um equilíbrio de forças que oferece a perspectiva de uma catástrofe*".¹¹⁶

De forma semelhante aos procedimentos teatrais da tragédia grega, a iminência de uma "*catástrofe*" que estaria a pairar sobre a terra de Pindorama, é anunciada por um coro de pitonizas, ou melhor, por um grupo de profetas e apóstolos que vêem a chegada de um "*herói*" como a própria anúnciação do destino - "*moira*" ou "*fatum*", no idioma grego -, como a promessa de que o sangrento monstro - leia-se, o comunismo, que para os ideólogos burgueses seria uma espécie de versão moderna do minotauro, animal sacrificador -, será abatido pela espada do "*herói*" e não fará aqui novas vítimas. Francisco

¹¹⁴ (continuação) ... G. Fichte, p.81, IN: *A Filosofia e a História: de 1780 a 1880. Coleção História da Filosofia: idéias e doutrinas*, direção François Châtelet, vol. 5, Rio de Janeiro, Zahar, 1974. Quanto a Nietzsche, são por demais inúmeras as simplificações tendenciosas dos seus conceitos de "*Vontade de poder*" e de "*Super-homem*", tendo sido inclusive acusado como "*inspirador*" do nazismo. Bastante ilustrativa a seguinte obra, onde Friedrich Nietzsche critica o militarismo e nacionalismo germânicos; *ECCE HOMO*, Portugal, Guimarães, particularmente págs, 60-61, 105-106.

¹¹⁵ Idem, p.27.

¹¹⁶ GRAMSCI, Antônio. (Maquiavel), p.63.

Campos, juntamente com Jackson de Figueiredo, Amoroso Lima, Azevedo Amaral e outros, integram este coro das pitonizas, embora as suas vozes não sejam de todo afinadas...

Para concluir nossa breve apreciação sobre a configuração ideológica da produção discursiva de Campos onde o Estado-Novo figura como tema central, transcrevemos finalmente um trecho onde ele se refere especificamente ao letra da Lei da qual foi o autor, fervoroso escriba do reino da Ordem:

"A Constituição atende às realidades do Brasil. Atende de tal maneira que se diria que, no Brasil, toda vez que se tentava fundar um governo de verdade, as tentativas de governar sendo feitas nas linhas da atual Constituição".¹¹⁷

Na Carta de 1937 estaria, portanto, a forma jurídica da "verdade" mais definitiva sobre as "realidades" do Brasil e seu sistema de governo mais adequado. Campos parece ver em sua obra o sêlo da continuidade do autoritarismo. E quase que ele acertou, não fossem os atuais indícios da possibilidade de "uma trilha clara p'ro meu Brasil", como canta o doce visionário Caetano Velloso...

Passaremos agora a examinar alguns artigos da Constituição de 10 de novembro de 1937, nos capítulos onde dispõe sobre a Família e a Educação e Cultura.

No art. 124, temos:

"A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sobre proteção especial do Estado. As famílias numerosas serão atribuídas compensações, na proporção dos seus encargos".

¹¹⁷ CAMPOS, Francisco, Apud. MEDEIROS, Jarbas, p.26.

Note-se primeiramente que a família constitui-se como uma instituição monogâmica e indissolúvel, o que significa que a relação matrimonial é um pacto que não pode ser rompido.

A despeito de o ministro da Justiça Francisco Campos e do presidente Getúlio Vargas serem agnósticos, a defesa da indissolubilidade do casamento coloca-os ao lado de um dos principais dogmas do catolicismo: a sacralidade do matrimônio, visto como um laço abençoado por Deus, uma aliança impossível de ser desfeita por qualquer lei mundana.

Odilão Moura diz que Getúlio estava na iminência de assinar um decreto que instituiria o divórcio no Brasil, quando D. Leme - cuja atuação apostólica e política foi suficiente comentada no início do capítulo - manda um emissário pedir-lhe que não o fizesse. A resposta de Getúlio é a seguinte: *"Diga a D. Leme que eu sô assino o decreto do divórcio se o pedido vier assinado pelo próprio D. Leme"*.

Assim comenta Odilão Moura a atitude do presidente:

"Getúlio, agnóstico, mas brasileiro de velhos costados e político inteligente, cedo percebeu que não seria de bom alvitre para um Ditador Constitucional ferir os sentimentos de seu povo em questão de tal importância".¹¹⁸

O acatamento de Getúlio ao pedido de D. Leme apresenta-se como o atestado da sólida *"brasileidade"* do presidente visto como *"brasileiro de velhos costados"* - sendo o termo *"costado"* relativo a genealogia e significando cada um dos quatro avós de cada indivíduo - e articulando-se o conceito de *brasileidade* ao de catolicismo e respeito a Igreja e

¹¹⁸ MOURA, Odilão. *op. cit.*, p.89.

e aos sentimentos - religiosos, obviamente - do povo. O "Ditador Constitucional" hã, portanto, que observar os limites do poder eclesiástico, sendo inegável a astúcia política de Vargas ao evitar estabelecer um confronto com uma instituição como a Igreja, que constitui-se no Brasil como um importante aparelho ideológico.

Diga-se entretanto, que a defesa da indissolubilidade do casamento expressa na Constituição de 37, parece ter antes a finalidade de funcionar como dispositivo normatizador do principal canal produção e disciplinamento do indivíduo: a família. A moralização e a higienização da família cumpre objetivos sobretudo políticos.

Foucault comenta a passagem do clima relativa franqueza e liberdade que vigorava no século XVII com relação a sexualidade e a crescente contenção implantada no século XIX, por uma série de dispositivos normatizadores:

"A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente na função de reproduzir (...) O casal legítimo e procriador dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma. (...) No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais".¹¹⁹

Como vimos no art. 124 da Constituição, a família encontra-se sob "*proteção especial*" do Estado, e aquelas que sejam numerosas, ou seja, profícuas, receberam do Estado as compensações devidas.

No art. 125, lê-se:

¹¹⁹ FOUCAULT, Michel, *op. cit.*, (A História da Sexualidade), pp.9-10.

"A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever colaborando de maneira príncipal ou subsidiária, para facilitar a sua execução e suprir as deficiências e lacunas da educação particular".

E como a principal função do "casal legítimo" é a procriação, o Estado deverá cuidar para que este cumpra os seus direitos com relação a prole, resguardando, entretanto, aos pais - guardiões da Família - o direito natural de promover a educação dos seus filhos. Embora a "educação integral da prole" seja em primeira instância uma atribuição dos pais - implicando o termo "integral" numa pedagogização e domesticação completa da infância e funcionando a educação como um canal de "integração" na sociedade - o Estado é um elemento participante no cumprimento deste dever.

A despeito de o casamento monogâmico e indissolúvel apresentar-se como o preceito fundador da família "legítima", ou para falar mais claro, como o paradigma da sexualidade "normal", o Art. 126 da Constituição expressa que o Estado reconhece a existência de modalidades outras de relação sexual, ocorridas fora dos limites da família conjugal. Estabelece o citado artigo:

"Aos filhos naturais, facilitando-lhe o reconhecimento, a lei assegurará igualmente com os legítimos, extensivos àqueles os direitos e deveres que em relação a estes incumbem aos pais".

O reconhecimento do Estado com relação aos "filhos naturais" (que nasceram de uma união sexual instrumentalizada não pelos dispositivos jurídicos, mas sim pelas "pulsões naturais") não deve ser entendido como um sinal de conivência com o sexo "desregrado", que está fora da regra, consti

tuindo-se antes como uma tática que visa integrar as sexualidades "periféricas" sob a égide da lei, forçando aos pais de filhos naturais - gerados pelos impulsos do gozo, do prazer ou da aventura - a assumirem os devidos deveres para com estes filhos, colocados em igualdade de direitos com os filhos legítimos. A transgressão é assim reterritorializada para o espaço da norma, da legalidade.

Jurandir Costa Freire aponta a mutação ocorrida no Brasil entre o período colonial e o século XIX, com relação ao contrato conjugal:

"Durante todo o período colonial, os casamentos faziam-se sob a égide das razões ou interesses familiares. Pais, tutores ou outros responsáveis decidiam que alianças seriam contraídas pelos filhos e tutelados, considerando apenas os benefícios econômicos e sociais do grupo familiar (...) Esta concepção de casamento entrou em desuso no século XIX. O casal ajustado a defesa da propriedade revelou-se canhestro na proteção da infância. As preliminares do bom casamento mudaram de tom. As razões higiênicas desarticularam as razões familiares e impuseram novas regras ao contrato conjugal. O compromisso essencial do casal era com os filhos. Não se tratava mais de amar o pai sobre todas as coisas, e sim a raça e Estado como a si mesmo".¹²⁰

A preocupação do Estado-Novo em conceder igualdade de direitos entre filhos naturais e legítimos, indica o cuidado com a educação da infância brasileira, de onde surgirão os futuros cidadãos do País.

No art. 127, temos que:

¹²⁰ COSTA, Jurandir Freire. *op. cit.*, pp.215-18.

"A infância a juventude devem ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado, que tomará todas as medidas destinadas a assegurá-lhes condições físicas e morais de vida sã e de harmonioso desenvolvimento de suas faculdades.

O abandono moral, intelectual ou físico da infância e da juventude, importará falta grave dos responsáveis por sua guarda e educação, e cria ao Estado o dever de provê-las do conforto e dos cuidados indispensáveis à preservação física e moral

Aos pais miseráveis assiste o direito de invocar o auxílio e proteção do Estado para a subsistência e educação da sua prole".

O privilegiamento conferido pelo Estado-Novo à higienização e normatização da infância e da juventude, objetivava-se numa série de medidas tomadas pelo governo. Destaque-se entre tais medidas: a criação dos parques infantis (oficializados em decreto nº 6.316, de 20/11/1938 e subordinados ao Departamento de Educação da Secretaria Geral de Educação e Cultura, no Distrito Federal); dos clubes de menores operários (que são ativados pelo Ministério do Trabalho através da Portaria nº 68 de 6/12/1943, que cria junto a Comissão Técnica de Organização Sindical, o Serviço de Recreação Operária); e diversas praças de esportes e colônias de férias.¹²¹

Indiquemos sumariamente as principais atribuições destes espaços disciplinares, educadores e saneadores.

O decreto que institui os parques infantis, assim define suas finalidades básicas: "a) além de atender às crianças das escolas, centralizar as da localidade, em ambiente favorável e com equipamento adequado, a fim de dirigí-las e orientá-las em seu recreio; b) desenvolver hábitos sadios de

¹²¹ Cf. LIMA, Magali Alonso. *O Corpo no Espaço e no Tempo: a Educação Física no Estado-Novo (1937-1945)*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, FGV/IESAE, pp.77-8, 112-3, 120-1, 125-6.

vida física e recreativa nas horas de lazer; c) desviar da rua a criança sem amparo, evitando a medicância e delinquência infantil".¹²²

O parque infantil apresenta-se como um *locus* de fabricação do corpo infantil e adolescente onde o "lazer" teria a função produtiva de desenvolver "hábitos sadios" referentes a "vida física" e as modalidades de recreação, funcionando também como um espaço "centralizador", no qual a criança - sobretudo aquela sem "amparo", ou seja, pobre ou pertencente a famílias onde os pais não pudessem dedicar-lhes os merecidos cuidados, em virtude de seus afazeres etc - estaria a salvo dos perigos da "rua", espaço propício a delinquência e a mendicância. O parque infantil cumpre assim uma finalidade "preventiva", pois a localização da criança num "ambiente favorável", ou seja, normatizado, segundo princípios higiênicos e moralizadores, permite que sejam evitadas as condutas perigosas e desviantes por parte da população infantil. A função disciplinar do parque infantil não tem entre tanto um caráter meramente "preventivo", não visa apenas "evitar" a delinquência infantil, mas pretende sobretudo instrumentalizar produtivamente a recreação, apropriando-se das "horas de lazer" de forma a implantar nos corpos infantis os hábitos requeridos para uma vida "sadia" e "normal". Dessa forma, as práticas recreativas assumem uma dimensão nitidamente pedagógica e educadora. Encontrando-se a criança numa atitude mais receptiva - pois o "parque" afigura-se como um espaço livre do tédio e da obrigatoriedade disciplinar da escola, enfim como uma "área livre",¹²³ um lugar de brincadeiras -, torna-se mais fácil incutir-lhe os comportamentos "corretos".

¹²² Idem, p.113.

¹²³ Magali A. de Lima dedica um item do seu III capítulo (pp.106-111), ao exame do conceito de "área livre", que foi motivo de uma conferência realizada em 1938 pela Divisão de Educação Física. A autora demonstra o quanto a "área livre" - que constitui-se como um lugar onde se farão as "atividades físicas e desportivas" - é minuciosamente normatizada e disciplinada, indicando as minuciosas prescrições que a citada conferência sugere quanto ao tamanho e configuração arquitetônica dessas "áreas livres".

Já os *Clubes de Menores Operários* visava um segmento social específico da população adolescente, ou seja, os jovens pertencentes a classe trabalhadora. O Dr. Miranda, chefe da Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura de São Paulo, em conferência de 1938, assim define a função dos "clubes":

*"Os Clubes de Menores Operários não visam tão somente, como julgam muitos, a educação física da juventude trabalhadora de São Paulo. A sua finalidade é mais precípua, mais ampla, mais universal. Eles visam criar uma personalidade vigorosa no adolescente operário, uma personalidade cuja expressão seja originada da prática dos jogos, dos esportes e do cultivo de outras formas de arte. É seu objetivo, ainda, o aumento da capacidade e a melhoria do trabalhador profissional, a educação higiênica e o aperfeiçoamento da vida mental do adolescente, a formação de hábitos morais e a elevação da consciência cívica dos moços".*¹²⁴

Aparece bastante explícito neste discurso as finalidades "produtivas" e de "higienização" física, moral e mental dos "clubes de Menores Operários". A educação física ministrada tem dentre outras finalidades, a maximização da produtividade do trabalhador, e por consequência do lucro do patrão, funcionando, portanto, como um mecanismo de poder com vistas ao desenvolvimento do capitalismo tupiniquim. A educação física e a recreação cumprem assim uma função econômica, cuidando de robustecer e disciplinar a "capacidade do trabalhador". Também objetivos morais e políticos têm os "clubes", visto promoverem o "aperfeiçoamento" da mente e dos hábitos do adolescente - de acordo com o preceito *mens sana corpore sano* - e servirem para elevar a "consciência cívica", desenvolvendo nos jovens o sentimento de dever e amor a pátria, ou seja, ao Estado.

¹²⁴ Idem, p.79-80.

Tendo-se procurado articular as prescrições do art. 127 da Constituição de 1937 - relativas aos cuidados e garantias asseguradas a infância e a juventude pelo Estado - com outros dispositivos discursivos que serviram como suporte para a implantação de espaços corretivos e disciplinares, como os parques infantis, os clubes de menores operários, as praças de esporte e as colônias de férias,¹²⁵ passamos a examinar algumas prescrições contidas no capítulo *Da Educação e da Cultura*, do texto constitucional.

No art. 128, lê-se:

"A arte, a ciência e o ensino são livres à iniciativa individual e à de associações ou pessoas coletivas públicas e particulares.

É dever do Estado contribuir, direta e indiretamente para o estímulo e o desenvolvimento de umas e de outro, favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino".

A Constituição coloca como os principais promotores da atividade educacional as empresas privadas, legitimando, portanto, a livre concorrência em matéria de ensino. Enquanto na Constituição de 1934 começa determinando o dever da União, Estados e Municípios, de favorecer as ciências, artes e cultura, a Constituição de 1937 transforma este dever numa ação meramente supletiva.

No 2º parágrafo do art. 129, temos que:

"o ensino pré-vocacional e profissional, destinado as classes menos favorecidas, é em matéria de

¹²⁵ Faremos breves apreciações sobre as praças de esportes, logo adiante, quando tratarmos do art. 131 da Constituição que estabelece a obrigatoriedade da educação física, ensino cívico e trabalhos manuais. Sobre as colônias de férias Ver: LIMA, Magali A. de., pp.125-141.

educação o primeiro dever o Estado. Cumpre dar-lhe execução a êsse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento dêsse dever e os poderes caberão ao Estado sobre essas escolas..."

Configuram-se aí os mecanismos de seletividade e discriminação do sistema escolar característico da sociedade capitalista, estabelecendo-se para "as classes menos favorecidas" o ensino profissional, e resguardando-se o ensino secundário para as camadas dominantes. As prescrições do art.129 da Constituição de 37, são efetivadas através de uma série de medidas. Destaque-se a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, mais tarde Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI), pelo decreto-lei 4.048, de 22/01/1942, destinando-se o SENAI a organizar e administrar escolas de aprendizagem industrial em todo o país e sendo instituído em convênio com as indústrias através do seu órgão máximo de representação: a Confederação Nacional da Indústria.

O decreto-lei 4.481 de 16/07/1942, complementa a regulamentação da matéria, dispondo sobre a obrigação dos estabelecimentos industriais empregarem aprendizes e menores num total de 8% correspondente ao número de operários neles existentes e matriculá-los nas escolas mantidas pelo SENAI. Outras prescrições são introduzidas pelo decreto-lei 4.984, de 21/11/1942, que obriga a empresas que tivessem mais de 100 empregados, a manter "uma escola ou sistema de escolas de aprendizagem destinadas a formação profissional de seus aprendizes", bem como promover "o ensino de continuação e de aper

feiçãoamento e especialização de seus demais trabalhadores", articulando-se tais escolas com o SENAI.¹²⁶

As exigências de profissionalização da classe trabalhadora brasileira estabelecidas no art. 129 da Constituição de 37, inscreve-se num quadro conjuntural onde o Estado assume o encargo de promover e estimular a industrialização do país, apresentando-se, portanto, a formação técnico-profissional como um requisito básico para o desenvolvimento econômico.

O art. 130 da Constituição, estabelece a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário, estipulando entre tanto o "dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados" e efetivando-se esta "solidariedade" pela exigência de uma "contribuição módica e mensal para a caixa escolar", a ser paga por ocasião da matrícula, por aqueles que "não puderem alegar excaszez de recursos". A gratuidade do ensino é, portanto, parcial, deixando de ter o caráter de "universalidade" que lhe conferia a Constituição de 1934, que estabelecia em seu art. 150, o ensino primário integral e gratuito, conforme o lema "educação para todos", defendido pelos "renovadores".

No art. 131 da Constituição ora analisada, temos que:

"a educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola dêsses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência".

¹²⁶ Cf. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira, *op. cit.*, pp.166-7. Ainda sobre o ensino industrial, Ver: CUNHA, Luís Antonio. *O SENAI e o ensino técnico-profissional no Brasil*. Paris, UNESCO/BIE, 1975.

A educação física será o instrumento de domesticação e adestramento privilegiado pelo Estado-Novo. Os dois principais órgãos encarregados de difundir a educação física, quais sejam, a Divisão de Educação Física (DEF) e Departamento Nacional de Educação Física, têm a sua criação regulada mesmo antes da implantação do Estado-Novo, sendo instituídos pela Lei 378 de 13/07/1937 e passando por um crescente processo de ativação durante o período estado-novista. Competia ao Departamento Nacional de Educação Física (DNEF) traçar as linhas básicas para a "*ciência da educação física no Brasil*", conceder autorização para o funcionamento de colégios - determinando-lhes as dimensões e os tipos de "*espaços esportivos*", que eram requisito básico para a oficialização dos colégios -, promover concursos e conferências, difundir a prática dos exercícios físicos e formar pessoal especializado.¹²⁷

A importância conferida pelo regime ditatorial a prática disciplinada dos exercícios físicos, expressa-se ainda pela emergência de diversos acontecimentos discursivos e "*espaços disciplinares*", que têm como principal objetivo a produção de corpos sãos, hábeis, produtivos.

Uma série de decretos serão baixados visando a execução deste objetivo: o decreto-lei 1.056 de 19/01/1939, cria a Comissão Nacional de Desportos; o de nº 3.119 de 14/04/1941, dispõe em seu art. 1º sobre o Conselho Nacional de Desportos; o de nº 2.296, de 10/06/1940, cria o Departamento de Educação Física da Marinha, que vem substituir a Liga de Esportes da Marinha. Vale ainda ressaltar que em 1941 surge o Boletim

¹²⁷ Ver: LIMA, Magali A. de. *op. cit.*, pp.62-3. A autora destaca que embora a fundação do DEF seja anterior ao Estado-Novo, na medida que nenhum momento histórico pode ser reduzido a uma cronologia fixa, esta instituição - o DEF - expressa uma cosmovisão antecipadora aos pressupostos que iriam orientar o período 1937-1945 em matéria de educação física.

de Educação Física, cuja publicação trimestral efetiva-se ininterruptamente até 1945, ano que marca o fim do Estado-Novo.¹²⁸

A efetivação destes dispositivos jurídicos tem como suporte todo um vasto circuito de produção discursiva onde a educação física é apresentada como instrumento de "pedagogização", ou seja, de inculcação de determinados padrões de conduta, que cumpre múltiplas finalidades.

Como bem demonstra Magali A. de Lima, o *"aprimoramento da raça brasileira"* apresenta-se como um dos principais objetivos da educação física no período estadonovista. Para Loyolla, por exemplo, *"a educação física é um poderoso elemento de eugenia e fornece os elementos susceptíveis de desenvolver e aperfeiçoar as qualidades físicas e morais do indivíduo, por um lado provocando a força, a resistência, a destreza, a saúde, o equilíbrio das grandes funções orgânicas, a beleza das formas, por outro lado, proporcionando a audácia (...) a solidariedade e o espírito de disciplina, em suma a tẽpera de caráter qualidades necessárias para o sucesso na vida"*.¹²⁹

Tal discurso é informado por uma concepção preconceituosa da *"raça brasileira"* - considerada indolente, passiva, melancólica, etc -, constituindo-se, a educação física como um mecanismo corretivo capaz de controlar os fatores que prejudicam a saúde física e mental do *"povo brasileiro"* e comprometem as qualidades raciais das futuras gerações. Um Brasil Novo há que produzir corpos adestrados, saudáveis, harmoniosos, resistentes, bem como desenvolver *"atitudes morais"*

¹²⁸ Idem, pp.20, 63, 68.

¹²⁹ Idem, p.29. A autora remete as fontes teóricas que informam discursos como este, tanto de origem estrangeira como nacional, particularmente em seu cap.II, pp.32-60, indicando uma via fecunda para a reconstituição dos procedimentos da socialização do corpo efetuados no Brasil desde o século XIX até o Estado-Novo, e que têm como finalidade a produção de um determinado padrão de *"Homem Brasileiro"*. Frize-se ainda que a construção do seu objeto tem basicamente a mesma ancoragem teórica que o nosso, ou seja, as análises dos aparelhos disciplinares efetuadas por Foucault.

como a audácia, o espírito de disciplina, etc, requisitadas para o "sucesso", ou seja, a aprovação social com louvor e honra...

O agente dessa prática higienizadora e moralizadora - o professor de educação física - merece a seguinte definição de Marinho:

*"O professor de Educação Física de hoje impõe-se pela dose de conhecimentos científicos de que está dotado. A sua formação não é empírica, autodidática; ciências básicas a alicerçaram; os seus conhecimentos provieram da biologia educacional, da psicologia educacional, da sociologia educacional".*¹³⁰

O professor de educação física é investido de uma competência "científica" que confere um caráter "legítimo" aos seus conhecimentos, configurando-se a própria educação física como o ponto de intercruzamento entre três campos de saber: a biologia, a psicologia e a sociologia. Saberes que permitirão a constituição e expansão de práticas disciplinares, enfim de novas formas de dominação e poder, que regularão as "funções" orgânicas e musculares do corpo, bem como as "manifestações da mente", ou seja, as emoções, os sentimentos, etc, habilitando-as a funcionar de acordo com os princípios requeridos pela socialização.

A função produtiva e não apenas repressiva do professor de educação física expressa pelos "comissários" da ideologia estadonovista, pode ser cristalizada na frase lapidar de Loyolla, onde este professor mui especial é definido como "o obreiro da eugenia da raça".¹³¹

¹³⁰ Idem, p.97.

¹³¹ Idem, p.100.

Quanto a exigência do ensino cívico estabelecida pelo já citado art. 131 da Constituição de 1937, para todas as escolas primárias, normais e secundárias, vemos que este expandiu-se para além dos limites propriamente escolares, criando-se pelo decreto-lei 2.072, de 08/03/1940, a *Juventude Brasileira*.

A ela é destinado ministrar o ensino pré-militar e "congregar a mocidade para a educação física, moral e cívica", constituindo-se a primeira num dos seus principais instrumentos disciplinadores, visto ter por objetivo não somente "fortalecer a saúde das crianças e dos jovens, tornando-os resistentes a qualquer espécie de invasão mórvida", como também promover "a elevação espiritual da personalidade para o que buscará incutir nas crianças e nos jovens a confiança no próprio esforço, e hábito de disciplina". A função de higienização e espiritualização da juventude responde também a exigências patrióticas de "soberania e segurança nacional" - lembrando-se que a ideologia nacionalista possui uma dimensão simultaneamente sanitária e mística, fazendo confluir os objetivos de medicalização e espiritualização -, valendo indicar que a *Juventude Brasileira* assemelha-se bastante as instituições juvenis para-militares criadas na mesma época, na Itália (os Balila e os Avanguardistas) e na Alemanha (*Juventude Hitlerista*).¹³²

A implantação destes canais normatizadores da conduta - como a Comissão e o Conselho Nacional de Desportos, a *Juventude Brasileira*, etc -, no interior dos quais circulam todo um feixe de discursos sobre o corpo e suas formas de apropriação produtiva, serve para indicar a multiplicação dos

¹³² Ver: PAIVA, Vanilda Pereira, *op. cit.*, (Educação Popular), pp.137-39. SILVA, Marinete Santos. *Educação Brasileira no Estado-Novo* (1937-1945). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 1975, p.24. LIMA, Magali A. de. *op. cit.*, p.68.

mecanismos "capilares" de poder ocorrida durante o Estado-Novo, que têm por finalidade a socialização do aparato psicofísico dos indivíduos de acordo com os preceitos da Norma. A capilaridade desses canais de poder consiste justamente do fato de eles, a despeito do seu caráter "minúsculo" ou justamente por isto, perpassarem todo o *corpus social*, constituindo-se a rigor como uma ampla cadeia de poderes.

Alguns dos objetivos dos citados aparelhos disciplinares instituídos entre 1939/41, já encontram-se indicados no art. 132 da Constituição de 1937, que diz:

"O Estado fundará instituições ou dará auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação".

Observa-se durante o Estado-Novo a tendência a intensificar o "ruralismo escolar", funcionando a educação como um meio de fixar o homem do campo e evitar o crescimento desordenado das grandes cidades, cujo aumento da população era vista como fator desencadeador de conflitos sociais.

Em 1937 funda-se a sociedade Brasileira de Educação Rural, que tinha por objetivo propagar a educação rural e difundir o nosso folclore.¹³³ No que concerne ao treinamento da juventude nos trabalhos em oficinas, lembre-se que além do SENAI, criado em 1942, institui-se no mesmo ano o ensino industrial, pelo decreto 4.073, de 30/01/1942, que integrará as Leis Orgânicas do Ensino baixadas pelo Estado-Novo.

¹³³ PAIVA, Vanilda Pereira. *op. cit.*, p.129.

Tais dispositivos expressam o propósito do Estado, de preparar a juventude e outros segmentos da população brasileira, para o desempenho eficaz de atividades econômicas, cujo desenvolvimento requer uma formação profissional. O Estado ditatorial há que ser, portanto, um Estado "educador", um veículo de pedagogização em diversos níveis, um instrumento de incitação e regulação da produtividade econômica.

Com referência ao adestramento físico e disciplinamento moral da juventude com vistas a "prepará-la ao cumprimento dos seus deveres" para com a "defesa da Nação", necessário sublinhar que tal preparação visava transformar as crianças e os adolescentes, em instrumentos táticos de luta política.

Basta indicar que o presidente Getúlio Vargas, ao ser perguntado por um jornalista alemão sobre o que ele esperava da educação nacional da mocidade na luta contra o comunismo, em entrevista de dezembro de 1938, respondeu:

*"Não sendo uma simples fornecedora de noções e técnicas, mas um instrumento de integração da infância e da juventude na Pátria una e nos interesses sociais que lhe são incorporados, a educação da mocidade nos preceitos básicos do novo Estado, será um elemento não só eficaz, como até decisivo na luta contra o comunismo e outras ideologias que pretendam contrariar e subverter o ideal de nacionalidade e as nossas inspirações cívicas, segundo as quais a juventude, agora mais do que nunca, será formada".*¹³⁴

¹³⁴ Idem, p.132.

A educação nacional da mocidade define-se para Getúlio, sobretudo como um procedimento político de *integração* da infância e juventude nos interesses defendidos pelo novo Estado, fazendo-as participar na luta contra ideologias "*desagregadoras*" como comunismo, que põem em perigo a ordem e a unidade nacional. O Estado "*educador*" busca, portanto, *integrar* todos os seus cidadãos numa totalidade una e forte: a Nação. E tal unificação será instrumentalizada pelos múltiplos mecanismos disciplinares surgidos entre 1937-1945. *Multiplicação* do poder que lhe garante uma maior eficácia técnica e política.

Indiquemos por último o art. 133 da Constituição de 1937:

"O ensino religioso será contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderão, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos".

Note-se que enquanto o ensino cívico, a educação física e os trabalhos têm na Constituição um estatuto de obrigatoriedade, assinala-se para o ensino religioso um caráter facultativo. Nas escolas do Estado-Novo deve reinar uma relativa liberdade religiosa, pois que a "*elevação espiritual*" da infância e da juventude será protagonizada por outras *instâncias* discursivas que se impõem como a marca das modernas "*leis*" seculares. E como vimos nos capítulos anteriores, a partir de Foucault, a lei da sociedade disciplinar é a Norma, que tudo regula, organiza, controla e que é informada por sistemas de cálculo econômico e político que visam a maximização das forças e o aumento das habilidades.

Necessário lembrar por último, que a despeito da *dimensão* "*produtiva*" do Estado-Novo - que como vimos, criou ou

serviu de suporte para a implantação de diversos aparelhos disciplinadores onde objetivava-se produzir determinadas condutas -, medidas outras, de natureza eminentemente "repressiva", foram largamente utilizadas no período 1937-1945. Ao mesmo tempo que buscava fabricar um "novo homem brasileiro", o Estado-Novo fechava sindicatos e partidos, prendia líderes políticos e estabelecia uma rígida censura à imprensa.

3.3.2 *Gustavo Capanema e a formação das individualidades condutoras*

Capanema será ministro da Educação no período de 1934-1945, começando, portanto, a exercer seu cargo antes da vigência do Estado-Novo. Deve-se a ele uma série de reformas educacionais atinentes a diversos ramos de ensino e que recebem o título de Reforma Capanema. Os dispositivos legais que regulamentam esta reforma têm a denominação de Leis Orgânicas do Ensino, sendo elas as seguintes: Lei Orgânica do Ensino Industrial (decreto-lei 4.073, de 30/01/1942); Lei Orgânica do Ensino Secundário (decreto-lei 4.244, de 09/04/42); Lei Orgânica do Ensino Comercial (decreto-lei 6.141, de 28/12/1943). Inclui-se ainda na Reforma Capanema, a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, pelo decreto-lei 4.048, de 22/01/1942. São ainda creditadas como iniciativas do ministro Capanema, a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico e do Instituto Nacional do Livro.

Dedicaremos este subcapítulo a um breve exame da Exposição de Motivos da Reforma do Ensino Secundário, endereçada por Capanema ao presidente Vargas, em 19 de abril de 1942 e incluída como preâmbulo à Lei Orgânica do Ensino Secundário.¹³⁵ Não trataremos, portanto, dos dispositivos desta "Lei

¹³⁵ Reforma Capanema, IN: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, R.J. 60(134): 253-74, abr./jun. 1974.

Orgânica", visto interessar-nos o discurso que lhe serve de suporte, onde delineiam-se as regras básicas de "pedagogização" que devem orientar o ensino ministrado as crianças e adolescentes. Interessante atentar, em primeiro lugar, para o termo que serve para objetivar o conjunto de leis baixadas entre 1942-43,¹³⁶ para os diversos ramos de ensino, dentre eles o secundário: tratam-se de leis "*orgânicas*", ou seja, de leis que têm a finalidade de "*organizar*", de constituir num todo "*orgânico*", os diferentes níveis de escolarização. Ora, o próprio termo "*lei*", remete à formas de regulamentação de determinadas condutas, tendo, portanto, o significado de uma norma tornada obrigatória pela força coercitiva de uma determinada instância institucional (Estado, Igreja, etc). O adjetivo "*orgânico*" que serve para designar as citadas leis de ensino, funciona como um reforçamento dos imperativos da "*ordem*" que fundamentam todo e qualquer procedimento legal. Daí poder-se deduzir que o Estado-Novo pretendia implantar um ensino que se constituísse como "*organismo*", onde todos os elementos e funções estivessem combinados de forma harmônica e "*unificados*" de acordo com um certo ritmo regulador.

Indiquemos primeiramente em que consiste a finalidade de geral da educação e do ensino primário em particular, segundo Capanema:

(...) "*formar a personalidade, adaptar o ser humano às exigências da sociedade, socializá-la, constituir a finalidade geral de toda espécie de educação. E sendo a finalidade geral da educação, é por isso mesmo que é o ensino para todos*".¹³⁷

¹³⁶ Após a queda de Vargas, José Linhares, respondendo provisoriamente pela presidência da República, e Raul Leitão da Cunha, pelo ministério da Educação, baixam as Leis Orgânicas do Ensino Primário, Normal e Agrícola. Cf. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira, p.154.

¹³⁷ Capanema, G., RBBE, p.254.

O objetivo fundamental desta formação da personalidade infantil, traduz-se no fato de que "o ensino primário deve dar os elementos essenciais da educação patriótica", através do "conhecimento elementar do passado e do presente do país", constituindo-se o patriotismo como "um sentimento vigoroso, como um alto fervor, como amor e devoção (...) para com a Pátria".¹³⁸

Já o caráter específico do ensino secundário implica em "formar nos adolescentes uma sólida cultura geral", resultante do cultivo "das humanidades antigas e modernas", sendo entretanto sua principal finalidade a "formação da consciência patriótica".¹³⁹

Enquanto a única função do ensino primário é formar a personalidade, no sentido de desenvolver nas crianças um fervoroso sentimento de amor para com a Pátria, a ser transmitido pelo conhecimento elementar da história do país, o ensino secundário remete a aquisição de sólidos conhecimentos gerais relativos a história passada e presente do homem, advindo daí a formação de uma consciência patriótica.

A "Pátria" é, portanto, o primeiro valor inculcado nas crianças, sendo ele veiculado por noções rudimentares sobre o seu "país" e apelando-se basicamente para as pulsões emocionais deste ser "amorfo", tábula rasa onde a escola inscreve como primeiro mandamento: "Ama tua Pátria", ou seja, obedece o Estado e seus dirigentes...

O "Homem" constitui-se por outro lado, como a noção base a ser imposta aos adolescentes pelo ensino secundário, visto este oferecer-lhes uma cultura geral que permite articular o passado-presente da humanidade com a história de seu

¹³⁸ Idem, *ibidem*.

¹³⁹ Idem, *ibidem*.

país, transformando o simples sentimento de amor à Pátria em uma "*consciência patriótica*", que implica no cumprimento de certos deveres para com a Nação, o Estado. Consciência de uma voluntária servidão ao Leviatã, ou o discurso da servidão voluntária...

E se o primário define-se em Capanema como "*o ensino para todos*", o secundário visa apenas alguns "*eleitos*":

"É que o ensino secundário se destina a preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo".¹⁴⁰

Enquanto compete a todos amar Pátria com fidelidade e devoção, cabe a muito poucos dirigir o país. Há implícito o postulado de que a história é feita por personagens "*especiais*". É precisamente no ensino secundário que são preparadas estas "*individualidades condutoras*", que se constituem como porta-vozes de princípios "*espirituais*" que há de se "*infundir nas massas*" - vistas como uma espécie de receptáculo dentro do qual introduz-se, inculca-se, determinados paradigmas de comportamento -, e "*tornar habituais*" entre o povo. Trata-se, portanto, de uma rotinização das respostas a serem emitidas pelos comandados frente as ordens providas de seus superiores, com relação ao modelo de conduta requisitado.

O primário ensina a obedecer as autoridades constituídas, metaforizadas no arquétipo "*Pátria*", ao passo que o

¹⁴⁰ Idem, *ibidem*.

secundário, efetivando a formação de uma consciência cívica, ensina a juventude a dirigir o país de conformidade com os imperativos sociais.

Interessante notar que, as técnicas que propiciam o investimento político do corpo - e que remetem a imposição de um determinado sistema de pensamento (concepções) e a fabricação de um modelo de funcionamento anátomo-fisiológico (atitudes) -, recebem um estatuto de "*espiritualidade*". O poder reconverte-se em *missão*, e o amor transmuta-se em *dever*.

Necessário, entretanto, que se evite definir taxativamente Capanema, como alguém totalmente integrado no projeto autoritário do Estado-Novo, e isto a bem de certos acontecimentos históricos. Ocupando a pasta da Educação e Saúde, Capanema fez com que ocupassem cargos ou funcionassem como colaboradores do seu ministério, figuras como Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Portinari, Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. Aos dois últimos Capanema incumbiu de projetarem o edifício do antigo Ministério da Educação (atual Palácio da Cultura, no Rio de Janeiro), o que motivou diversos críticos dos setores reacionários, pois os dois arquitetos eram conhecidos como partidários do comunismo.

O fato de Capanema ter requisitado a colaboração de intelectuais de posição esquerdista ou comunista, não deve ser visto redutoramente como uma manobra política inscrita dentro de um plano estratégico de luta ideológica, levada a efeito pelo Estado-Novo, e que teria como alvo a cooptação de setores adversários ao regime ditatorial. Mesmo porque, a ligação do ministro da Educação com tais setores da *intelligentzia*, custou-lhe alguns dissabores. Certa feita, Capanema autorizou o Colégio Pedro II a requisitar uma banda marcial para uma festa, tendo o comandante da 1ª Região Militar se negado a atender a solicitação do ministro, alegando

que "o exército não colabora com festas comunistas".¹⁴¹

Este acontecimento fez com que Capanema cogitasse em demitir-se do cargo, tendo sido dissuadido pelo próprio presidente Vargas e pelo general Dutra, o que demonstra, por outro lado, o prestígio que Capanema desfrutava junto a cúpula dirigente.

Isto vem demonstrar a impropriedade de tratar-se o Estado e seus aparelhos de poder como algo de monolítico, desconhecendo todo os conflitos e alianças táticas que constituem a complicada trama do jogo político.

3.3.3 O papel educativo da imprensa no Estado-Novo: a Revista Cultura Política

Sabendo-se que a imprensa constitui-se como um dispositivo tático fundamental para a conquista de uma hegemonia cultural, trataremos agora de um veículo de comunicação que em muito contribuiu para a difusão dos preceitos normatizadores do Estado-Novo: a Revista Cultura Política.

Não pretendemos fazer uma análise específica da referida revista.¹⁴² Tomando-se *Cultura Política* como um "lugar" de produção discursiva cuja função de poder encontra-se profundamente imbricada ao aparelho de Estado do período 1937-1945, procuraremos "pinçar" alguns artigos nela publica

¹⁴¹ Idem, p.115.

¹⁴² Um interessante exame desta publicação, pode ser encontrado em, PORTO, Adônia Prado Marques. *Educação para a Política do Estado-Novo (1937-1945): um estudo do conceito e dos objetivos educacionais da Revista Cultura Política*. Tese de Mestrado, FGV/IESAE, 1982. Agradecemos a autora por ter nos cedido todo o material da revista.

dos, de forma a esboçar uma articulação entre os enunciados aí contidos, o projeto político do Estado-Novo e alguns campos de saber.

É entretanto impossível falar-se da *Revista Cultura Política* sem remeter-nos ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 27 de dezembro de 1939 e diretamente subordinado ao presidente da República, cabendo-lhe o controle de todos os órgãos de comunicação.

De acordo com a legislação que criou o DIP, eram os seguintes os principais objetivos deste órgão:

(...) "centralizar, coordenar, orientar e supervisionar a propaganda nacional (...) fazer a censura do teatro, do cinema (...) da literatura social e política, e da imprensa (...) coordenar as relações da imprensa com os Poderes Políticos (...) promover intercâmbio com escritores, jornalistas e artistas (...) proibir a entrada no Brasil de publicações estrangeiras nocivas aos interesses brasileiros, e interditar, dentro do território nacional, a edição de quaisquer publicações que ofendam e prejudiquem o crédito do país e suas instituições ou a moral".¹⁴³

Cultura Política foi mantida e organizada pelo DIP e funcionou como uma espécie de tribuna do governo central, sendo publicada mensalmente entre março de 1941 e outubro de 1945 - coincidindo seu desaparecimento com o fim do Estado-Novo -, definindo-se segundo seu diretor Almir Andrade, como uma "revista mensal de estudos brasileiros".¹⁴⁴

¹⁴³ Lex, Legislação Federal, 1939, pp.666-7, IN: CARONE, Edgard.op.cit., (Terceira República), pp.48-9.

¹⁴⁴ PORTO, Adônia P. Marques, op. cit., p.22.

Feitas estas breves considerações, selecionemos alguns artigos de *Cultura Política* que remetem a determinados campos de saber (como a biologia, psicologia e sociologia da educação), procurando-se ver em que medida a apropriação destes saberes efetuada nessa revista, funciona como um "suponte teórico" para a execução do projeto político estadonovista. Trata-se, portanto, de apontar as relações de intercruzamento entre saber e poder, destacando certos discursos onde o caráter normativo do conhecimento articula-se estreitamente objetivos políticos.

Interessando-nos sobretudo o aspecto disciplinar dos aparelhos escolares, vejamos como um dos autores de *Cultura Política* - Lira Cavalcante -, define a função da escola:

"A Escola Ativa, perquirindo todos os meandros da alma infantil, criando um ambiente saudável onde ela se desenvolve racionalmente, deve olhar com o máximo interesse para a questão biotipológica. Ingenieros definiu muito bem essa questão de temperamento, como sendo o conjunto de tendências orgânicas anteriores a experiência individual (...) Nenhum lugar mais propício para a pesquisa da mentalidade que a escola. Aí, nesse ambiente escolar, pegamos em flagrante a psiquê infantil e a dissecamos".¹⁴⁵

Lembremos primeiramente que, a "escola ativa", também chamada "escola nova" - baseada na teoria pedagógica de Dewey - teve entre seus defensores pessoas de diferentes posições políticas, como Anísio Teixeira e Francisco Campos. Nesta "nova escola" os alunos deveriam ser "preparados para a vida", assumindo a educação o papel de instrumento corretivo da ordem social e procurando-se despertar no educando a criatividade do espírito de iniciativa.

¹⁴⁵ CAVALCANTE, A. de Lira. Higiene Mental da Criança no Período Escolar. IN: *Cultura Política*, R.J. 4(36): 190, jan. 1944.

Retomando-se o discurso de Cavalcante, temos que a escola, muito mais do que um canal de transmissão de conhecimentos, é o *locus* privilegiado para a produção de um saber, constituído a partir da incessante *vigilância* exercida sobre a população aí submetida. A função de vigilância da escola implica em ela ir "*perquirindo todos os meandros da alma infantil*", ou seja, detendo-se com seu "*olhar*" atento, esmiuçando detalhadamente, examinando com cuidado todas reações e comportamentos que indicam determinados tipos de "*temperamento*". A análise do "*temperamento*" tem por base um ramo do saber médico, a biotipologia, que estuda precisamente a influência dos fatores orgânicos, inatos ou hereditários, sobre o temperamento e os caracteres psíquicos dos indivíduos de forma a estabelecer determinados "*tipos*" ou "*perfis*" psicológicos.

Temos aí o que Foucault denomina como "*a primeira das grandes operações da disciplina*", e que consiste na "*constituição de 'quadros vivos' que transformam multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas*", tratando-se, portanto, de "*organizar o múltiplo, de se obter um instrumento para percorrê-lo e dominá-lo*" e de se "*impor uma ordem*".¹⁴⁷

Vemos em Cavalcante, que a ordem escolar é implantada como um espaço de higienização, devendo a escola criar um "*ambiente saudável*" para que a criança possa desenvolver-se "*racionalmente*", ou seja, segundo certas regulações que remetem a princípios de rentabilidade tanto econômica como política. E em sendo um espaço de higienização, a escola é também um dispositivo de vigilância e um veículo de produção de saber. No ambiente escolar a "*psiquê*" infantil é pega em "*flagrante*", ou seja, surpreendida em cada uma de suas manifestações expressas no comportamento dos educandos, sendo

¹⁴⁷ FOUCAULT, Michel, *op. cit.*, (Vigiar), ed. bras. pp.135-6, original francês, p.150.

submetida a uma operação de "dissecação", que implica numa análise minuciosa do *aparato psico-físico* da criança.

A função corretiva do aparelho escolar e a profunda relação entre a pedagogia e a psiquiatria, são assim indicadas por Cavalcante:

"A escola ativa é um laboratório aberto de clínica endócrino-psiquiátrica (...) Uma criança que tem dificuldade em aprender, é desatenta, é uma revoltada (...) esta criança é doente, é anormal (...) entra aí em jogo, poderosamente, a profilaxia do seu sistema nervoso, orientada pelas pesquisas psicológicas. A pedagogia é intrinsecamente ligada a psiquiatria (...) o sistema nervoso de cada criança tem de ser analisado periodicamente. São assim a criança pode perfeita e racionalmente ser instruída, educada e socializada".¹⁴⁸

A atividade educativa intercambia-se com medidas preventivas, que têm por finalidade a "normalização" da criança com vistas a obtenção de um melhor rendimento escolar. Esta normalização é efetuada através de técnicas tomadas de empréstimo ao saber médico e que remetem ao funcionamento das glândulas de secreção interna (a endocrinologia) e aos distúrbios do sistema nervoso (a psiquiatria). A dificuldade na aprendizagem, a desatenção e a agressividade dos escolares, são vistas como sintomas de uma patologia tanto orgânica como psicológica. Daí fazer-se necessário a "higiene mental" que enquanto técnica de "profilaxia do sistema nervoso" permite o controle e a prevenção de "desvios" de conduta e "dísfunções" orgânicas e mentais. A apropriação da higiene mental pela pedagogia, visa não somente aumentar o rendimento dos escolares, mas fazer da própria escola o espaço onde é

¹⁴⁸ CAVALCANTE, A. de Lira, *op. cit.*, pp.190-1.

produzido um saber específico sobre a população infantil. Ao submeter-se as crianças a procedimentos de "*observação clínica*", o que se quer, em última instância, é atingir uma melhor compreensão da "*mentalidade humana*", de forma a efetuar o controle e a normatização de todos os indivíduos. A escola é assim um instrumento de *ortopedia social*, ou seja, o lugar privilegiado para a implantação de técnicas corretivas; um espaço de saber, onde os métodos pedagógicos devem ser orientados de acordo com "*pesquisas psicológicas*", enfim, um "*laboratório*", um posto de observação onde são analisados e "*corregidos*" os traços de caráter, as condutas e a constituição orgânica dos escolares. Também um espaço funcional, *utilitário*, voltado para uma melhor aplicação das forças físicas e um aproveitamento eficaz das "*potencialidades*", de forma a convertê-las em habilidades, em hábitos corretamente disciplinados.

Embora seja falseador tomar-se os enunciados de Lira Cavalcante, como a expressão "*reflexa*" dos objetivos governamentais do período 1937-1945, há um trecho do seu discurso onde é mencionada a questão da *eugenia*, que se constituiu em um dos tema-chaves do Estado-Novo. Se não vejamos:

"A educação, ou seja, a ciência de adaptação à vida, formando o indivíduo um ser útil e justo, pode resolver a questão da *eugenia* por si só? evidentemente não. A educação moderna baseada na lei da *biotipologia*, glória de Giovanni, Viola, Pende (...) e tantos outros pesquisadores, tem alicerces bem positivos".¹⁴⁹

Dessa forma, a educação integraria o projeto "*eugênico*" do estadonovismo, que tinha dentre os seus objetivos, o aperfeiçoamento da "*raça brasileira*", de forma a criar entre nós um "*novo homem*", liberto de traços hereditários tão

¹⁴⁹ CAVALCANTE, A. de Lira. p.193.

nocivos como a preguiça, a indolência, a melancolia, etc, que nos foram herdados pelos povos que originaram a nossa formação racial. Tristes Trópicos...

O tema da eugenia perpassa diversos artigos de Cultura Política. Em Noemi de Andrade temos que:

"A higiene alimentar dos escolares interessa enormemente a assistência social. A higiene é um fa-tor de saúde. A alimentação adequada às necessidades do organismo, contribui para o aperfeiçoamento eugênico da raça (...) Os hábitos de boa alimenta-ção, adquiridos na escola sob a direção de um serviço eficiente de Assistência Social à Criança, se re-fletirão fatalmente sobre o lar. E com bons hábi-tos alimentares irão as sementes de outros hábitos de higiene corporal, de disciplina e de trabalho".¹⁵⁰

Orientada por instâncias normativas como o Serviço Social Escolar, a alimentação figura como um outro elemento de higienização da criança, ao lado da "higiene mental" preconizada por Lira Cavalcante. Trata-se aqui de adequar os alimentos às necessidades do organismo, através do estabelecimento de uma dieta correta. Os "bons hábitos" alimentares transmitidos pela escola, servem como veículo para aquisição de outros tantos hábitos relativos a higiene corporal (como por exemplo, lavar as mãos antes das refeições, ter sempre as unhas cortadas, etc), a disciplina (já que a própria higiene alimentar consiste num instrumento de normatização e docili-zação do "organismo"), e ao trabalho, ou seja, as atividades produtivas. A alimentação regularizada por disciplinas como a higiene e nutrição, permite que se institua um padrão "óti-mo" de reprodução da força de trabalho. Destaque-se ainda

¹⁵⁰ ANDRADE, Noemi A. Bonfim de. A Higiene Alimentar no Serviço Social das Escolas, IN: *Cultura Política*, R.J., 2(13): 118-9, mar. 1942.

que a criança, educada com relação aos preceitos higiênicos e alimentares, funciona como um dispositivo de normatização da própria família.

Sobre isto, diz ainda Noemi de Andrade:

*"Se a criança adquirir na escola hábitos alimentares, sadios e bem orientados, ela muito naturalmente procurará seguir-los fora da escola; e poderá mesmo, algum dia, transmiti-los dentro do lar, aos pais e irmãos".*¹⁵¹

Parodiando o título do livro de Jurandir Costa Freire, temos que através da escola, a ordem médica institui a norma familiar...

Para finalizar o exame da função pedagógica de *Cultura Política*, indiquemos um artigo, onde é tratado o problema da unidade nacional.

Everardo Backeuser vê a educação primária como "fator de unidade nacional", criticando o que denomina de "centrifugismo educacional", existente a seu ver antes o Estado-Novo e que consistia na diversidade da legislação sobre matéria de ensino - visto a educação ser então orientada, pelos Estados -, e na discrepância dos métodos pedagógicos. Enfatizando o papel desagregador destas tendências educacionais "regionalistas" e "centrífugas" - tendo o último termo o significado de "forças desviantes" ou que se afastam do centro -, Backeuser afirma:

*"A instrução primária, destinada a formação das massas populares propriamente ditas, à totalidade do povo na plenitude de seus direitos, precisa ser a mesma para todos (...) A instrução primária precisa ser nacional (...) e para o ser há de receber direta orientação do governo federal, quer na distribuição do ensino às crianças, quer no preparo do professor".*¹⁵²

¹⁵¹ Idem, ibidem.

¹⁵² BACKEUSER, Everardo. Educação Primária como Fator de Unidade Nacional. IN: *Revista Cultura Política*, 2(15): 68, mai., 1942.

Interessante a tradução que o autor confere ao lema dos "renovadores" do ensino que, tendo a frente Anísio Teixeira, propunham uma "educação para todos", não no sentido "nacionalista" que lhe quer emprestar Backeuser, mas de acordo com o princípio de igualdades das oportunidades, defendido pela ideologia democrática. Diga-se também que os termos "centro" e "forças centrípetas", perpassam todo o artigo de Backeuser.

Este *centro* ao qual tão insistentemente o autor se refere, é o lugar de poder do Estado paradigma da ordem. Daí ele atribui ao governo federal a competência para o ientar diretamente a instrução primária, atendendo a critérios de padronização do ensino com vistas a garantir a *unidade nacional* e anular os antagonismos "*regionais*", o que implica em fazer da educação um instrumento de equilíbrio social. E em sendo o primário a "educação para todos", ele deve ser uno, unificador, formador da consciência das "*massas*". Ao colocar o governo federal como a instância central de regulação do ensino primário, Backeuser deixa implícita a proposta de fortalecimento do Poder Executivo, o que parece implicar no acatamento do regime ditatorial de Vargas. O Leviatã há que pairar sobranceiro na terra dos brasis...

*

* *

"Ó Ignácio de Loyola
tínheis nas capas das espadas
o pão da vida e o selo da morte.
De que lado, Ignácio, se quedava o sinal da cruz?

B. de Paiva - Cantochão para uma Esperança Demorada

CAPÍTULO IV

O REGIME DISCIPLINAR DO COLÉGIO SANTO INÁCIO DO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO DO ESTADO-NOVO (1937-1945)

A origem do Colégio Santo Inácio remonta aos idos de 1886, quando então fundou-se a Residência de Santo Inácio, destinada aos membros da Companhia de Jesus. Em 1900 o Padre Alexandre Diomedí, por incumbência do Superior da Residência, começou a preparar alguns meninos para a primeira comunhão, daí surgindo a idéia de organizar uma escola elementar. A abertura do Externato Santo Inácio, data de 1903, passando a funcionar como Colégio, no ano de 1905.¹

Nota-se, portanto, que o referido estabelecimento de ensino teve origem a partir de uma prática *evangelizadora*.

Não cabendo fazer-se um histórico do Colégio Santo Inácio, gostaríamos apenas de indicar um importante documento que permite situar a posição da Companhia de Jesus - que dirige o Colégio Santo Inácio -, frente ao aparelho governamental do Estado-Novo. Trata-se de uma carta de Felinto Muller a Getúlio Vargas, datada de 26 de novembro de 1938, e onde o chefe de Polícia do Distrito Federal relata ao presidente uma conversa mantida com o Monsenhor Dainese, membro da Companhia e então diretor das Confederações Marianas no Brasil.² Felinto expõe a Dainese o descontentamento do governo

¹ Tais informações foram retiradas do Album Comemorativo do Jubileu de Ouro do Colégio Santo Inácio (1903-1953), Rio de Janeiro. Para uma compreensão do atual sistema pedagógico e disciplinar do Colégio Santo Inácio, Ver: BERNIER, Gilles. *Interpretação Praxiológica da Escola Católica*: estudo de caso do Colégio Santo Inácio-Rio. Tese de Mestrado, Departamento de Educação da PUC, 1976.

² Ver: CARONE, Edgard. (Terceira República), p.18.

com as hostilidades de elementos de clero, com relação ao Estado-Novo, destacando sobretudo a atuação de D. Helder Câmara. A pregação integralista assumida por tais setores da Igreja, passa a constituir-se em ameaça para o governo, dizendo Felinto que o *"integralismo tomou vulto nos confissionários"* e que sua propaganda significa uma *"desobediência às autoridades constituídas"*. A importância deste documento para este capítulo de nossa dissertação, reside no fato de aí serem expressas as gestões e negociações mantidas entre Igreja e Estado-Novo, por intermédio de um membro da Companhia de Jesus, o Monsenhor Dainese. Este compromete-se com Felinto Muller em expor ao Cardeal-Arcebispo D. Leme, as queixas do governo.

Vale transcrever uma passagem da carta, onde Felinto diz:

*"Mostrei ao Monsenhor Dainese sua situação excepcional para falar francamente com o Cardeal D. Leme sobre tal assunto cisto como, sendo jesuíta, está subordinado diretamente ao Geral da Companhia e não ter nenhuma dependência hierárquica com relação aos Bispos, Arcebispos e ao próprio Cardeal".*³

Desta forma, os jesuítas são tomados como intermediários ideais para as questões surgidas entre a Igreja e o Estado.

4.1 O Regulamento

Passemos agora a examinar alguns dispositivos do Regulamento do Colégio Santo Inácio, em vigor no período de 1937-1945.⁴

³ Idem, p.15.

⁴ O Regulamento que examinamos a seguir, não possui data, tendo sido o Pe. Jamil Pecci, Reitor do Colégio Santo Inácio até o ano de 1977, que nos assegurou que ele tinha sido adotado no período de 1937-1945.

Logo na introdução do Regulamento, temos que:

"O fim deste colégio é subministrar à nossa juventude, juntamente com a mais cuidadosa instrução literária e científica, a mais esmerada educação moral e religiosa. O presente Regulamento Colegial resume as regras práticas que a mestre e alunos ajudarão a atingir a desejada meta".

Delinea-se assim dois momentos da prática pedagógica, a instrução e a educação, articulando-se a primeira aos conhecimentos literários e científicos e a segunda a moral e a religião. Educar apresenta-se, como uma tarefa sobretudo ética e espiritual, de acordo com os princípios de evangelização que orientam a Companhia. Daí todo o capítulo I do Regulamento, ser dedicado a Moral e a Religião, tendo-se como a sua primeira regra que:

"Religião e Moral, sem as quais o homem não poderão atingir a plenitude de sua perfeição, constituem a base insubstituível de toda a pedagogia".

De forma a efetivar este "aperfeiçoamento" espiritual, o Regulamento estabelece em seu I Capítulo as seguintes normas disciplinares:⁵ a religião será dada em curso especial, estendendo-se desde os rudimentos da Doutrina Cristã até à Apologética Científica da Fé, de forma a adequar o desenvolvimento intelectual dos jovens com as exigências dos tempos modernos (R.2); as aulas de religião serão obrigatórias para todos os alunos. Se um aluno não obtiver nesta matéria, considerada principal, a média exigida para as outras disciplinas, será considerado reprovado, devendo submeter-se a exame de segunda época (R.3); a assistência à Missa no Colégio aos Domingos e Dias Santos é obrigatória para todos os

⁵ Destaque-se que algumas das regras foram por nós resumidas, respeitando-se o teor das mesmas.

alunos e é condição indispensável para a matrícula ou permanência neste educandário. As faltas deverão ser justificadas na caderneta pelos responsáveis (R.4); deseja o colégio que seus alunos comunguem pelo menos uma vez por mês e nas festas principais (R.5); ao menos uma vez por mês haverá exortação espiritual e durante o ano todos os alunos farão um retiro de três dias (R.8); a prática de qualquer ato religioso deverá ser acompanhada da compostura, seriedade e reverência, que exige a gravidade das nossas relações com Deus (R.9).

A religião constitui-se, portanto, como o primeiro instrumento de disciplinamento dos escolares do Colégio Santo Inácio.

Ainda no primeiro capítulo do Regulamento, são enumeradas algumas associações religiosas, "absolutamente facultativas" e destinadas aos alunos que quizessem "revigorar no fervor e na prática sólida da vida cristã". Conta-se entre tais associações: a Congregação Mariana, a Cruzada Eucarística-Infantil, o Apostolado da Oração e a Ação Católica, tendo esta última a função de "preparar os seus alunos às exigências modernas do apostolado leigo". Remetemos aos diversos comentários feitos no capítulo III, sobre o papel da Ação Católica no Brasil. Necessário dizer que dentro de todas essas associações, a que maior importância assume dentro dos Colégios Jesuítas e especificamente no Colégio Santo Inácio, é a Congregação Mariana, de tal forma que os estudiosos referem-se ao "marianismo" como uma expressão de religiosidade bastante articulada a Companhia de Jesus. A Congregação Mariana é definida no Regulamento como uma "reunião de jovens que, por meio da devoção à Virgem Santíssima, se querem esmerar no próprio aperfeiçoamento espiritual e no exercício do apostolado cristão, distinguindo-se por um comportamento irrepreensível".

O culto da Virgem Santíssima tem no Colégio Santo Inácio outras funções, referenciadas não somente ao domínio "espiritual" (*stricto sensu*). O Anuário do Externato e Semi-Internato do Colégio Santo Inácio, do ano de 1935, assim registra as celebrações ao mês de Maria, "nossa boa Mãe do Céu": (...) "*Todos os dias, as três divisões*" (constituídas por maiores, médios e menores), "*consagravam 20 minutos a esta pia e tradicional homenagem de devoção e obséquio a Maria Santíssima*" (...) "*Todos os dias os alunos depositavam os pequenos obséquios de mortificação e actos de virtude, expunham no altar os exercícios e sabbatinas que tinham merecido nota 100*" (...) "*Magnífica demonstração de amor a Maria, penhor seguro de salvação*".⁶

Veja-se que uma das oferendas depositadas no altar da "Mãe do Céu" são precisamente as notas e dignidades escolares, que são a expressão de um esforço, de uma certa "mortificação", mortificação "produtiva", pois o próprio saber apresenta-se como uma *virtude fundamental* para os membros da Companhia, como uma das vias privilegiadas para a "salvação", como o signo de uma grande "missão" que tem como objetivo a Maior Glória de Deus. E sendo o altar um espaço sagrado, somente as notas "excelentes" merecem aí figurar como oferendas. O culto a esta Mãe Divina, serve, portanto, para incitar o empenho nos estudos. O Amor é aqui inseparável do Conhecimento, implicando este conhecimento numa forma de disciplinamento e domínio de si mesmo - por parte dos soldados de Cristo...

⁶ Embora este Anuário seja anterior a vigência do Estado-Novo, pois que data de 1935, expomos este trecho por nele estarem contidos alguns elementos que permitem indicar a função social e disciplinadora que o conhecimento e a própria virtude assumem nos colégios jesuítas. Diga-se ainda que este Anuário não tem suas páginas numeradas, figurando o trecho citado no item "*Ephemerides*".

Ainda no tocante as associações religiosas destinadas a preparar os escolares *"na prática sólida da vida cristã"*, vemos que o colégio jesuíta apresenta-se como um espaço onde intercambiam-se diferentes organismos incumbidos da *"formação religiosa"* dos alunos e que possuem uma nítida função de socialização.

O capítulo II do Regulamento do Colégio Santo Inácio, intitula-se Disciplina Geral. Destaquemos algumas de suas regras. Na Regra 11, temos que *"aos Superiores do Colégio, e em geral a todos os seus mestres, representantes de Deus e delegados da autoridade paterna, devem todos obediência, referência e amizade"*.

Os Superiores apresentam-se como os legítimos representantes de Deus - autoridade máxima no interior dos sistemas religiosos -, constituindo-se também como os *"delegados da autoridade paterna"*, ou seja, como aqueles a quem é delegado o poder de educar. Lembre-se ainda que a obediência figura como um dos princípios básicos da pedagogia inaciana, daí a célebre fórmula: *perinde ac cadaver*, que significa que na obediência as regras deve-se ficar *"tal como um cadáver"*. Esta obediência tem não somente um sentido passivo, mas visa preparar o soldado de Cristo para servir com toda a sua *"vontade"* as tarefas que lhe são confiadas.⁷

Nas alíneas 1 e 2, do capítulo Disciplina Geral, temos que:

"A caderneta é um instrumento oficial de correspondência entre a Diretoria do Colégio e os responsáveis, e não propriedade do aluno (...) na caderneta escolar serão anotadas, não só a frequência às aulas, mas todas as penalidades impostas ao alu

⁷ A noção de *"obediência"* tem um estatuto bastante complexo na mística inaciana, possuindo também uma dimensão *"ativa"*, visto implicar num ato de escolha (*electio*), e numa *"vontade"* de cumprir os desígnios divinos, assumidos como *"missão"*. Ver: GUILLERMOU, Alain, *op.cit.*, pp.53-59.

no por faltas ao seu dever ou quebra de disciplina".

A caderneta escolar funciona, portanto, como peça de um registro, como elemento de um "arquivo" que permite acompanhar a conduta do aluno, além de servir como veículo de comunicação entre o colégio e os pais dos escolares. Embora traga seu nome, a caderneta não pertence ao aluno, é um documento oficial expedido pela instância encarregada de avaliá-lo, puni-lo ou premiá-lo.

Indiquemos agora as penalidades impostas aos alunos e contidas ainda no capítulo "Disciplina Geral", presentemente analisada. Em sua Regra 29, temos que:

"por infração as leis disciplinares do estabelecimento o aluno fica sujeito a várias penalidades como a privação do recreio ou retenção após as aulas, ou ainda suspensão do Colégio (...) a arbitrio da Diretoria".

Dentre os motivos de exclusão do colégio, contam-se:

"falta habitual de aplicação; indocilidade; médias habitualmente insuficientes (de 0 a 30); desobediência grave e desacato a autoridade; recusa de praticar a religião; incompatibilidade com as exigências do Colégio".

Note-se que a falta de aplicação aos estudos figura como o primeiro motivo de expulsão. Exige-se portanto, a par da "docilidade", o bom rendimento escolar e o acatamento total as normas do colégio, o que incluiu o respeito as autoridades e a obrigatoriedade de práticas religiosas. Como vimos em Foucault, as ordens religiosas apresentam-se como "mestras da Disciplina", como os espaços de onde se originaram uma série de dispositivos da sociedade disciplinar.

As condições para a admissão no Colégio Santo Inácio, encontram-se previstas em seus *Estatutos*, sendo interessante notar este item do documento enfatiza justamente aos motivos de interdição para o ingresso no colégio. Como normas para a admissão temos: o limite de idade, "*tanto no externato como no semi-internato, admitem-se meninos de 8 a 13 anos, para o curso preparatório e secundário*" e a obrigatoriedade em "*frequentar as aulas de religião*". Os alunos aos quais é interditada a entrada no colégio, são precisamente: "*os expulsos de outro colégio; os que sofrem de doenças infecto contagiosas; os que sofrem de doenças crônicas que tornem penosa a sua convivência com os colegas*".

Como o colégio há que ser o espaço da Ordem, tanto a indisciplina como a doença apresentam-se como fatores de interdição para a entrada no Colégio Santo Inácio, daí este não receber alunos que tenham sido expulsos de outros estabelecimentos, bem como os que sejam portadores de moléstias contagiosas ou crônicas. A disciplina escolar há que articular-se a objetivos higiênicos.

O capítulo III do Regulamento, tem o título de *Entrada e Saída*, estabelecendo uma série de prescrições sobre horário e forma dos alunos se comportarem ao entrar e sair do colégio, devendo no começo e final das aulas formarem filas duplas e manter absoluto silêncio.

O capítulo IV do Regulamento, tem por título "*Educação Física e Recreios*", onde se lê:

"A educação física, tão necessária ao desenvolvimento do organismo, à disciplina do caráter e à higiene moral, é obrigatória de acordo com as leis vigentes. Esta secção está confiada a técnicos competentes, diplomados pela Escola de Educação Física do Exército e registrados na Divisão da Educação Física do Ministério da Educação e Saúde".

A obrigatoriedade da educação física apresenta-se como cumprimento de uma das normas básicas de ensino decretadas pelo Estado-Novo. Note-se também, que os professores encarregados de ministrar educação física aos alunos do Colégio Santo Inácio, pertencem a instituições criadas pelo aparato governamental estadonovista. Na medida que esse estabelecimento de ensino jesuíta, integra o aparelho ideológico de Estado escolar, e sabendo-se que os aparelhos ideológicos, a despeito de sua pluralidade e relativa autonomia, estão em articulação com o aparelho (repressivo) de Estado, pode-se entender o fato de o Colégio Santo Inácio estar obrigado a cumprir dispositivos da legislação estadonovista, visto ser o Estado principal canal de legitimação das condutas.

Necessário porém ressaltar que nos colégios jesuítas, a importância conferida a ginástica e aos exercícios físicos e militares, data de muito antes da implantação do Estado-Novo.

O padre Madureira, em livro publicado em 1927, diz por exemplo:

"Nos tempos modernos, muito antes de se cogitar em propaganda cívica a favor do serviço militar, desde 1880, no tempo do Império, já o Colégio São Luiz, em Itū, dava instrução militar aos seus alunos, muito aplaudidos pelo garbo com que executavam as manobras militares no pátio do colégio, diante dos Ministros de Estado, das mais altas patentes do Exército e da Marinha (...) Os exercícios militares, bem dirigidos, podem cultivar nos rapazes o espírito de disciplina e exercitar o patriotismo no batalhão colegial convenientemente organizado, em formatura solene, ao percorrerem as ruas da cidade com sua bandeira em comemoração as datas nacionais".⁸

⁸ MADUREIRA, J.M., *op. cit.*, (A Companhia de Jesus e sua Pedagogia), vol. I, pp.601,633.

A "militarização" dos escolares constitui-se como um dos traços característicos da pedagogia jesuítica. Militarização que se efetiva não somente através de exercícios propriamente marciais, mas sobretudo através dos vários dispositivos de "emulação" à aprendizagem, como as disputas, ou torneios, detalhadamente comentados por nós no capítulo II. Forçoso lembrar, portanto, que o aspecto militar da educação jesuítica, possui sua especificidade, tendo por suporte uma concepção de religiosidade onde inter cruzam-se objetivos evangélicos e guerreiros. Daí a expressão "catolicismo guerreiro", utilizada por Hoornaert para designar a forma de implantação do catolicismo no Brasil, parecer bastante adequada a Companhia de Jesus...

Voltando-se ao Regulamento do Colégio Santo Inácio, ainda em seu capítulo V, onde dispõe sobre a educação física e recreios, temos a seguinte prescrição: *"No início de cada semestre todos os alunos serão submetidos ao fichamento biotipológico e ao exame clínico"*. Os "modernos" critérios de medicalização dos espaços escolares, perpassam, desta forma, o Colégio Santo Inácio, valendo lembrar, que a saúde constitui-se como um dos objetivos pedagógicos da Companhia de Jesus, desde a data de fundação dos seus primeiros colégios. O que mudam são os mecanismos utilizados para a implantação de um padrão de equilíbrio "ótimo" da população escolar. A adoção de exames clínicos e biotipológicos por parte da Companhia de Jesus, com vistas a conhecer e controlar o "organismo" e o "temperamento" dos seus escolares, além de expressar o cumprimento de dispositivos legais difundidos durante o Estado-Novo, remete também a uma outra característica da Ordem Jesuítica, qual seja, o realismo e senso de "modernidade", que sempre levou-a a inserir-se nos novos espaços discursivos, de forma a manter o seu "lugar" de poder. Este realismo permitiu a Companhia de Jesus, conviver com as novas e múltiplas manifestações de saber, delas apropriando-se para a Maior Glória de Deus...

Destaquemos finalmente mais duas regras que integram o capítulo V do Regulamento do Colégio Santo Inácio, que trata da Educação Física e Recreios. A regra nº 70, prescreve que afora a educação física, os exames clínicos e os jogos esportivos, são importantes os *"recreios diários, que além de necessários a higiene e ao desenvolvimento físico, são ainda uma palestra de formação do caráter"*.

Os exercícios físicos, os exames biotipológicos, e as atividades esportivas e recreativas, cumprem assim a função de higiene física e mental, tendo por finalidade fabricar um modelo de corpo e de conduta que sirva para inculcar e rotinizar os *"traços de caráter"*, ou seja, os hábitos e *"temperamento"* reclamados pela disciplina.

A educação física, de acordo com os preceitos jesuíticos, merece ainda a seguinte interdição:

"São proibidas as rodinhas ou pequenos grupos que se entretenham em conversas secretas, bem como qualquer brinquedo em que se toquem uns aos outros".⁹

As brincadeiras infantis, em se constituindo como instrumento de adestramento físico e higienização mental, são também objeto da vigilância disciplinar, onde tudo deve ser visível, possível de controle e correção, onde nada deve restar escondido, em segredo. Lembremos que a proibição de que os alunos *"se toquem uns aos outros"*, já se encontra estabelecida nos textos jesuíticos que orientaram a instituição do código disciplinar básico da Ordem, qual seja, as *Constituições* - conforme explicitamos no capítulo II - promulgadas durante o século XVI.

Sintetizando nosso exame do Regulamento do Colégio Santo Inácio, vemos que este obedece a seguinte estrutura:

⁹ Grifos do texto.

capítulo I, "Religião e Moral", regras 1-10 (pp.3-7); capítulo II, "Disciplina Geral", regras 11-34; capítulo III, "Entrada e Saída", regras 35-46; capítulo IV, "Estudos e Aulas", regras 47-66 (pp.16-19); capítulo V, "Educação Física e Recreios", regras 67-76; capítulo VI, "O Bom Filho", regras 77-79 (p.21).

O último capítulo do Regulamento, após estabelecer a "piedade filial" como um dos deveres dos alunos, indica como deve expressar-se este amor filial dos colegiais:

"O melhor testemunho de gratidão que podem dar a seus pais é o esforço constante em realizar as suas esperanças e corresponder aos seus sacrifícios, por um procedimento exemplar e aplicação indefesa aos estudos".

Dessa forma, o "Bom Filho" há que traduzir o seu sentimento de amor pelos pais, através de um empenho escolar e uma conduta moral "exemplares". O "amor" é portanto um elemento propulsor de habilidades e aptidões, um vínculo de dever.

Observa-se uma estrutura circular no Regulamento do Colégio Santo Inácio, que inicia-se com prescrições referentes a Religião e a Moral, para culminar com os preceitos de comportamento exigidos de um "bom filho". Os princípios religiosos e éticos, têm na família um dos seus suportes básicos, formando-se assim a tríade do regime disciplinar jesuítico.

Destaquemos finalmente que o ensino ministrado no Colégio Santo Inácio, abrangia então os seguintes níveis: 1) curso preparatório, subdividido em dois ramos, o elementar e o preliminar; 2) curso secundário, compreendendo dois cursos seriados, o fundamental e o complementar. O curso preliminar

correspondia ao primário, sendo condição para a admissão nesse nível de ensino, que o aluno soubesse ler e escrever regularmente o português e tivesse noções elementares de aritmética e geografia. O curso preliminar tinha a função de preparar o aluno para os exames de admissão, de cuja aprovação dependia o ingresso no secundário. O curso fundamental, que constituía-se com o primeiro nível do curso secundário, tinha duração de 5 anos, durante os quais o aluno aprendia todas as matérias compreendidas nos programas oficiais. Já o curso complementar, assemelhava-se aos atuais "*cursinhos*" de preparação para o vestibular, sendo obrigatório para os candidatos à matrícula em institutos de ensino superior. O Colégio Santo Inácio oferecia então, cursos complementares de direito, medicina, agronomia, engenharia, comércio, preparando inclusive seus alunos para o ingresso na Escola Naval e na Escola Militar. Desde 1931 o Colégio Santo Inácio havia sido equiparado ao Colégio Pedro II - na época uma espécie de "*modelo*" das instituições de ensino de 1º e 2º graus do país -, o que lhe deu direito a realizar os exames no próprio estabelecimento, sob a vigilância de inspetores federais de ensino.¹⁰

4.2 Os Anuários do Colégio Santo Inácio de 1937-1945

Tendo em vista a densidade de informações contidas em cada um dos Anuários, iremos nos deter somente naqueles tópicos que mais de perto relacionem-se com o assunto do presente capítulo. Os assuntos tratados nos Anuários têm a seguinte estrutura básica: listagem dos alunos matriculados e aprovados e agraciados com prêmios, em cada ano letivo e nos diferentes cursos ministrados pelo estabelecimento; relatos dos principais acontecimentos ocorridos anualmente no Exter

¹⁰ Tais informações constam nos Estatutos do Externato e Semi-Internato Santo Inácio, s/d, pp.3, 9-11 (tendo o já referido Pe. Pecci nos assegurado que este documento vigorou no período 1937-1945), bem como no Album Comemorativo do Jubileu de Ouro do Colégio Santo Inácio (1903-1953), p.24.

nato e Semi-Internato Santo Inácio, enfeixados sob o título de "*Ephemerides*"; listagem do pessoal administrativo e docente do colégio. Os Anuários registram ainda o falecimento de alunos ou ex-alunos - em seção que tem por título "*Aqueles que nos precederam na Eternidade*" -, bem como o casamento daqueles que estudaram no colégio, sendo este tópico denominado "*Novos Lares*". Figuram também nos Anuários, crônicas e pequenos artigos que tratam de assuntos relativos ao "*aperfeiçoamento*" moral e espiritual, as atividades esportivas, etc. Estes textos onde são relatados os acontecimentos anuais do colégio, são ilustrados com fotos, que têm como personagens os alunos diplomados nos diversos graus de ensino; aqueles que participaram de disputas esportivas ou atividades espirituais como retiros, etc. Nas primeiras páginas de cada anuário, aparecem fotografias onde são homenageadas personalidades como o Papa Pio XII (nos anuários de 1943 e 1944); o Cardeal-Arcebispo D. Leme (no anuário de 1941, em comemoração aos seus 30 anos de consagração episcopal) e o presidente Getúlio Vargas (no anuário de 1942); figurando ainda no anuário de 1945, uma homenagem especial a Força Expedicionária Brasileira (FEB), sob o título - "*1945: Ano da Vitória*", que marca precisamente o final da 2ª Guerra Mundial.

A razão da homenagem ao Papa e ao Presidente prende-se ao fato dos "*transtornos*" e "*responsabilidades*" assumidos por estes dois dirigentes - na qualidade de representantes do Povo de Deus e do Povo Brasileiro - no transcurso da 2ª Guerra. As fotografias onde aparecem o Papa Pio XII e o Presidente Getúlio Vargas, têm como fundo os contornos do mapa do Brasil, ocupando-lhe o lugar central: os supremos dignatários da Igreja e da Nação, estão, portanto, no "*coração do Brasil*".

O Anuário de 1944, assim expressa sua reverência ao Papa: "*A sua Santidade, o PAPA PIO XII, cujo sofrimento paterno cresce na proporção em que se avolumam as ruínas desta*

guerra, a homenagem sincera e filial do COLÉGIO SANTO INÁCIO". Como um filho piedoso, este colégio compartilha do sofrimento de pai da cristandade, frente ao conflito mundial.

A homenagem prestada a Getúlio no Anuário de 1942, tem o seguinte teor: "Ao Exmo. Sr. PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DR. GETÚLIO DORNELES VARGAS, NESTE TRANSE HISTÓRICO DA VIDA NACIONAL, HOMENAGEM E ADESÃO".¹¹

O Colégio Santo Inácio não está voltado unicamente para o ensino, deixando expressa sua preocupação com os acontecimentos da 2ª Guerra e suas Repercussões do Brasil, ao registrar seus votos de homenagem e adesão ao presidente Getúlio Vargas. Embora o referido trecho do anuário de 1942 não possa ser interpretado como uma "adesão" ao Estado-Novo, visto remeter a um momento de *"transe histórico da vida nacional"* - o que parece implicar da união de todos os brasileiros em torno do seu presidente -, vale assinalar que Getúlio foi ainda homenageado como paraninfo de honra dos diplomandos de 1942, do curso secundário do Colégio Santo Inácio. Uma outra figura pertencente ao aparelho governamental estadovista, o ministro do Trabalho Waldemar Falcão, fora escolhido como paraninfo da turma de 1938.¹² Tais fatos indicam as cordiais relações mantidas entre os jesuítas e o Estado-Novo.

Não deixava também o Colégio Santo Inácio de participar dos desfiles comemorativos da Independência do Brasil, que durante o Estado-Novo eram também denominados de *"paradas da raça"*. O anuário de 1937, assim relata a participação do Colégio Santo Inácio nos desfiles escolares de 7 de setembro, em homenagem ao Dia da Pátria: *"Como nos anos ante*

¹¹ No texto, todas as letras estão em maiúscula, conforme transcrevemos. O nome do presidente encontra-se grifado.

¹² Tais informações constam no Album Comemorativo do Jubileu de Ouro do CSI, pp.28-30.

riores, o Colégio formou o seu batalhão com cerca de 600 alunos. Pela primeira vez a bandeira colegial flutuou ao lado da nacional. Abriam a marcha 75 ciclistas seguindo-se as bandeiras com suas guardas, o corpo de comando, e tres companhias compostas de tres pelotões e finalmente as equipes de atletas".

Vemos, portanto, que o comparecimento dos soldados de Cristo por ocasião dos desfiles da Semana da Pátria, eram praxe do Colégio Santo Inácio, antecedendo de muito a implantação do Estado-Novo.

O Pe. Madureira assim define o papel do "civismo" e do "patriotismo" na pedagogia jesuítica: "Destinando-se a viver na sociedade, não como um egoísta indiferente, mas como membro ativo e interessado da vida nacional, o jovem educando não receberia no Colégio uma formação completa se não lhe fossem ensinados os princípios teóricos e práticos da educação cívica (...) E justamente nos jovens de hoje, que se fundam as esperanças da nacionalidade (...) O verdadeiro patriotismo não consiste somente num afeto instintivo e inconsciente, mas sim num sentimento racionalmente guiado e unido ao verdadeiro civismo. (...) O civismo, como o Estado, visa a felicidade temporal da pátria, de cada grupo humano. Quando este fim (o bem da pátria) nos proíbe cooperar erradamente com o Estado, não seria bom civismo proceder de acordo com ele. Daí o erro dos que proclamam e louvam na atualidade o exagero do mesmo sentimento (...) Para a moderna Estadolatria, o Estado é um deus de quem tudo depende e a que todos devem estar sujeitos - A família, a pátria, a moralidade, a religião (...) "¹³

A distinção feita por Madureira entre patriotismo e civismo, resulta do fato de ele remeter o primeiro termo a

¹³ MADUREIRA, J.M., *op. cit.*, pp.589-92. (grifos do autor)

noção de "nacionalidade" - que implica numa "origem" étnica, geográfica e histórica comum -, ao passo que o civismo é tomado com referência ao "organismo jurídico" constituído pelo Estado. A pedagogia jesuítica hã de tornar o patriotismo um "sentimento racionalmente guiado", ou seja, dirigido e orientado, fazendo-o confluir com o civismo, com vistas ao "bem da pátria". Note-se que o sentimento cívico exagerado, merece a condenação de Madureira, por resultar no culto do Estado, e implicar na subjugação de instituições tão caras ao catolicismo - como a família, a moral e a religião -, frente aos ditames deste deus moderno... Ao criticar a hipertrofia do poder do Estado, Madureira defende a hegemonia da Igreja, ou antes, a manutenção de sua esfera de poder. Umporta reter finalmente, que a educação cívica apresenta-se como um veículo de inserção da juventude escolar, na sociedade e na vida nacional, pois os soldados de Cristo serão os cidadãos úteis e responsáveis do Brasil de Amanhã...

O anuário de 1940 do Colégio Santo Inácio, assim relata o desfile de seus escolares no *Dia da Juventude Brasileira*, criado durante o Estado-Novo para marcar a participação dos colegiais nas festas da semana da Pátria: "Na parada da 'Juventude Brasileira' de 4 de setembro, o nosso batalhão apresentou-se mais numeroso que nos anos anteriores. Os 15 ônibus encomendados, não bastaram para o transporte da nossa tropa colegial. Destacou-se na formatura o pelotão de uma centena de atletas, trajando a camisa olímpica com os dizeres Santo Inácio no peito e ostentando uma infinidade de flâmulas nacionais".¹⁴

Estes atléticos e bem cuidados filhos da elite, vinham, portanto, exhibir todo o vigor da "juventude brasileira" e o caráter olímpico do batalhão inaciano. A antiga e a nova Ordem, ou seja, a Companhia de Jesus e o Estado-Novo,

¹⁴ Anuário de 1940, p.83. (Grifos do texto).

confluem no tocante ao "heroísmo" e "robustez" com o que in vestem os corpos juvenis. No anuário de 1941, lê-se: "O Externato Santo Inácio tomou parte no desfile da Juventude Brasileira do dia 6 de setembro, mantendo o garbo e a disciplina de sempre. Formaram perto de 700 alunos".¹⁵

A Companhia de Jesus mostrava ao novo Brasil, a elegância e disciplina de sua tropa. O militarismo da Ordem de Cristo, que sofreu influência do código cavalheiresco de seu comandante e fundador, o capitão Santo Inácio, parece não ter encontrado maiores dificuldades em adaptar-se as tendências militarizantes da nova era brasileira, embora mantivesse a sua especificidade.

A especificidade do caráter guerreiro da Companhia de Jesus, respalda-se precisamente, numa visão de mundo onde a religiosidade é fortemente articulada a "potência do saber", que sendo um dom de Deus e o resultado de uma sistemática disciplina, remete - esta religiosidade - ao conceito de missão. Sem querermos negar a dimensão nitidamente política da missão, que a rigor constitui-se como um ato de poder e de conquista, procuramos apenas manter um certo distanciamento frente as interpretações excessivamente simplificadoras acerca do exercício do poder. Tais interpretações, ao enfatizarem o caráter de dominação de todo poder, deixam de atentar para as múltiplas e diferenciadas formas através das quais o poder exerce a dominação e subjugação dos indivíduos, grupos e classes sociais, o que acaba por redundar numa tautologia: o poder é poder...

*
* *
*

¹⁵ Anuário de 1941, p.102. Em 1942 o Externato e Semi-Externato Santo Inácio, em virtude da Reforma Capanema, passa denominar-se Colégio Santo Inácio, visto possuir os dois ciclos do curso secundário. Mantivemos desde o início do texto a denominação de Colégio S. Inácio, para facilitar a leitura.

CAPÍTULO V

A GUISA DE CONCLUSÃO

A escritura tecê tramas difíceis de "controlar", mesmo no exercício de uma prática acadêmica, como uma dissertação de mestrado, que tem precisamente como tema a disciplina. O nosso trabalho não possui portanto, a clara visibilidade do edifício projetado por Bentham durante o século XIX e o "panoptico".

Este edifício tinha uma forma circular ou em anel, no meio do qual havia um pátio com uma torre no centro. Na torre central, com largas janelas que se abriam sobre a face interna do anel, ficava o vigilante. No espaço que circundava a torre, distribuíam-se pequenas celas. Este tipo de construção permitia ao "vigilante" observar tudo o que se passava no interior de cada uma das celas, sem contudo ser visto por aqueles que eram objeto de sua vigilância.

Segundo Foucault, esta "pequena e maravilhosa astúcia arquitetônica", fora projetada por Bentham para ser utilizada por uma série de instituições. Dependendo do objetivo da instituição, em cada cela - onde recortavam-se sobre a claridade as "pequenas silhetas cativas" podia colocar-se "uma criança aprendendo a escrever, um operário trabalhando, um prisioneiro se corrigindo, um louco atualizando a sua loucura". Aí, "tudo que o indivíduo fazia estava exposto ao olhar do vigilante que observava através das venezianas, de postigos semi-cerrados de modo a ver tudo, sem que ninguém ao contrário pudesse vê-lo (...) O Panopticon é a utopia de uma sociedade e de um tipo de poder que é, no fundo, a sociedade que atualmente conhecemos - utopia que efetivamente se realizou".¹

¹ FOUCAULT, Michel. *op. cit.*, (Vigiar e Punir), ed. bras. p.177. A Verdade e as Formas Jurídicas, p.69.

E esta é uma *sociedade disciplinar*, onde o "olhar" do poder capta e sequestra minuciosamente os corpos e suas atitudes, de forma a examiná-los e corrigi-los.

Se dissemos que o nosso trabalho não possui a clara visibilidade do modelo de arquitetura da sociedade disciplinar, qual seja, o "*panopticon*", é justamente por nos sentirmos de certa forma imersos no espaço periférico desta astuciosa construção. Por outro lado, na medida que examinamos o próprio discurso disciplinar, colocamo-nos em posição semelhante ao vigia da torre, já que somos investidos de um saber que nos permite falar sobre os efeitos de poder por ele gerados. Mas é outra a direção do nosso olhar, outra a perspectiva, pois o que desejamos captar, ao contrário do "*vigilante*", não é propriamente o comportamento dos "*submetidos*", mas antes os mecanismos utilizados pela tecnologia do poder disciplinar, para domesticar, docilizar e corrigir os que lhe são submetidos.

Tendo-se optado pela análise das técnicas disciplinares que incidem especificamente sobre as crianças e adolescentes, procuramos ver como se processava este disciplinamento a partir de dois diferentes "*lugares*" de poder, quais sejam: o aparelho escolar da Companhia de Jesus, notadamente em um dos seus estabelecimentos de ensino, o Colégio Santo Inácio; e alguns dos canais de normatização utilizados pelo aparelho de Estado instituído no Brasil, no período de 1937-1945, conhecido por Estado-Novo.

A despeito da "*distância*" que separa a gênese histórica destes dois diferentes espaços de poder, e além da especialidade de função cada um deles, ou seja, das diferentes posições que ocupam na teia de relações políticas, encontramos certas similitudes no que toca aos objetivos de domesticação das crianças e adolescentes, visados tanto pela Companhia de Jesus como por alguns dos mecanismos discursivos e

disciplinares elaborados pelo Estado-Novo, como os dispositivos de normatização da família, da educação e da cultura, contidas na Carta de 1937, até a implantação de espaços disciplinares como os "*parques infantis*", as "*áreas esportivas*" e outras instituições de adestramento físico e moral, como a Juventude Brasileira.

Caso nos libertemos de uma concepção histórica pautada numa rígida datação e, numa cronologia evolutiva e linear, veremos que embora a "*origem*" da Companhia de Jesus - a qual pertence o Colégio Santo Inácio -, anteceda de mais de quatro séculos a implantação do Estado-Novo no Brasil, os fundamentos sobre os quais estrutura-se a Ordem jesuítica, já trazem alguns claros sinais de articulação com o sistema econômico-político que começava a emergir na época de sua fundação, ocorrida no século XVI: trata-se do capitalismo, em cujo bojo foi gerada esta ordem religiosa, marcada pelo signo da disciplina.

A minúncia dos regulamentos, os cuidados detalhados com a saúde física e mental dos escolares, e sobretudo a contabilização obsessiva das "*faltas*" ou pecados dos que subme tiam-se aos "*Exercícios Espirituais*", não são completamente estranhos a nova ideologia da sociedade disciplinar capitalista. Estas técnicas utilizadas pela Companhia de Jesus, articulam-se, portanto, as exigências de normatização, higiene e produtividade requeridos pelo capital.

Por outro lado, no que se refere ao Estado-Novo, vemos que a sua novidade consistiu em instituir certas normas de disciplina para o conjunto da sociedade brasileira, que já vinham sendo aqui elaboradas por certos feixes discursivos que remetem ao pensamento de Oliveira Viana, Jackson de Figueiredo, Alceu de Amoroso Lima e outros. O que o Estado-Novo faz é instrumentalizar tecnicamente os objetivos disciplinares preconizados por todo este sistema de pensamento,

que é por sua vez informada por Campos de saber como a antropogeografia, a geopolítica, o darwinismo social, etc. "Novas", entretanto, são as têcnicas de persuasão e adestramento utilizadas pelos aparelhos disciplinares estadonovistas, com referência a população infante-juvenil, visto remeterem a inovadoras concepções surgidas nos espaços de saber da pedagogia, da psicologia e da sociologia da educação etc.

Necessário dizer porêm, que longe de nôs a tentativa daninha de ver em todos os acontecimentos sociais e políticos a simples e monôtona reprodução do passado, o que redundaria em negar as mudanças e conflitos que caracterizam o movimento da história, aprisionando assim o presente e o futuro, no laço de servidão com o passado e a tradição.

Note-se que, a conjuntura político-econômica mundial, que marca o período 1937-1945, e onde hã que se destacar a ocorrência da 2^a Guerra, afetou profundamente a contexto social do país, tendo, portanto, inevitáveis repercussões no aparelho governamental do Estado-Novo.

Outras considerações mereceriam ainda ser feitas sobre o nosso tema. Mas tanto percorremos, ao longo de todas estas páginas, os labirintos da sociedade disciplinar, que esperamos, simplesmente, que o nosso trabalho sirva para instigar novas e diferentes interpretações sobre o tema analisado. Trata-se de uma questão de fôlego, pois foi longa a nossa navegação, e talvez precisemos de mais algum tempo, para que possamos apontar com maior clareza, os outros "lugares" onde chegamos depois desta viagem, que hã de prosseguir em outras direções. Moto perpêtuo. Movimento de busca...

*

* *

BIBLIOGRAFIA SELECCIONADA

AICARDO, Manuel. *Comentário a las Constituciones de la Compañia de Jesus*. Madri, Blass Tipografia, III tomo, 1922.

ALTHUSSER, Luis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Lisboa, Presença, 1974.

_____. *Posições I*, Rio de Janeiro, Graal, 1978.

ANSART, Pierre. "L'occultation Idéologique". IN: *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Vol. LII, Paris, 1972. pp. 213-228.

_____. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

ARIES, Phillipe. *L'Éfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Régime*. Paris, Ed. du Seuil, 1973.

BARTHES, Roland. *Sade, Fourier e Loyola*. Paris, Ed. do Seuil, 1971.

_____. *Mitologias*. São Paulo, Difel, 1975.

BATAILLE, Georges. *Théorie de la Religion*. Ed. Gallimard, 1974.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1974.

_____. PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução*. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1975.

CALÓGERAS, I. Pandiã. *Os Jesuítas e o Ensino*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1911.

CANGUILHEM, Georges. *O Normal e o Patológico*. Rio de Janeiro, Forense, 1978.

CARONE, Edgard. *O Estado-Novo [1937-1945]*. São Paulo, Difel, 1976.

_____. *A República Nova [1930-1937]*. São Paulo, Difel, 1974.

_____. *A Terceira República [1937-1945]*. São Paulo, Difel, 1976.

CASSIRER, Ernst. *O Mito do Estado*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

CUNHA, Cêlio da. *Educação e Autoritarismo no Estado-Novo*. São Paulo, Cortez, 1981.

CUNHA, Luis Antonio. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.

DURKHEIM, Emile. *Educação e Sociologia*. Rio de Janeiro, Melhoramentos, 1973.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: História e Historiografia*. São Paulo, Brasiliense, 1976.

FOUCAULT, Michel. *Surveiller et Punir*. Paris, Ed. Gallimard, 1975.

_____. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro, Cadernos da PUC, 1974.

_____. *Les Mots et les Choses*. Paris, Ed. Gallimard, 1966.

- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: Vontade de Saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- FRANCA, Leonel. *O Método Pedagógico dos Jesuítas: O Ratio Studiorum*. Rio de Janeiro, Agir, 1952.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- GUILLERMOU, Alain. *Saint Ignace de Loyola et la Compagnie de Jésus*. Paris, Ed. du Seuil, 1960.
- _____. *Les Jésuites*. Paris, Presses Universitaires de France, col. *Que sais-je*. 1961.
- HOORNAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo Brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 1974.
- _____. *A Evangelização do Brasil durante a Primeira Época Colonial. A Cristandade durante a Primeira Época Colonial*. IN: *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo (primeira época)* Coleção *História Geral da Igreja na América Latina*, tomo II, Petrópolis, 1977, pp. 21-152; 245-411.
- LEITE, Serafim S.J. *A História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo I, livro I. Lisboa, Livraria Portugália, 1938.

- LIMA, Magali Alonso de. *O Corpo no Espaço e no Tempo: a educação física no Estado-Novo (1937-1945)*. Tese de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas/IESAE, 1980.
- LAURAU, Renê. *A Análise Institucional*. Petrópolis, Vozes, 1975.
- MACCIOCHI, Maria Antonieta. *A Favor de Gramsci*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- MADUREIRA, J.M. *A Liberdade dos Índios e a Companhia de Jesus: sua pedagogia e seus resultados*. 2 vols. Rio de Janeiro, Ed. Revista do Instituto Histórico/Imprensa Nacional, 1927.
- MAIRET, Gérard. *Moyen Age. Humanisme et Renaissance: naissance d'une Idéologie*. "L'idéologie de l'Occident: signification d'un mythe organique. Universitas: l'idéal communautaire, modernité et archaïsme d'une idéologie". IN: *Histoire des Idéologies: de l'Eglise à d'Etat du IX^e au XVII^e siècle*. Vol. 2, org. François Châtelet, Paris, Hachette, 1978, pp.21-36; 188-198; 231-249.
- MANHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- MANN, Thomas. *A Montanha Mágica*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1953.
- MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. Vol. I. (1550-1794), Vol. VII (1933-1960). São Paulo, Cultrix, 1977-78.
- MARX, Karl. *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Lisboa, Estampa, 1973.
- _____. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Lisboa, Ed. Presença, s/d.

- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Vol. 1. Lisboa, Ed. Presença, 1976.
- MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia Autoritária no Brasil: 1937-1945*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1978.
- MESNARD, Pierre. "La Pedagogie des Jésuites". IN: *Les Grands Pédagogues*. Presses Universitaires de France, 1956. pp. 46-107.
- MOURA, Odilão. *Idéias Católicas no Brasil: direção do pensamento católico no Brasil do século XX*. São Paulo, Convívio, 1978.
- NEVES, Luis Felipe Baeta. *O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios*. Rio de Janeiro, Forense, 1978.
- NIETZSCHE, Friedrich. *A Genealogia da Moral*. Lisboa, Guimarães, 1976.
- _____. *A Gaia Ciência*. Lisboa, Guimarães, 1977.
- _____. *Sur l'Avenir de nos Etablissements d'enseignement* (título original: *Die Zukunft Unserer Bildungsanstalten*). Org. Giorgio Colli e Mazzino Montinari. Paris, Gallimard, 1973.
- OSAKABE, Haquira. *Argumentação e Discurso Político*, São Paulo, Kairós, 1979.
- PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação Popular e Educação de Adultos: contribuição à história da Educação Brasileira*. São Paulo, Loyola, 1973.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio de M.S. *Política e Trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

- PORTO, Adônia Prado Marques. *Educação para a Política do Estado-Novo (1937-1945): um estudo do conceito e dos objetivos educacionais da Revista Cultura Política*. Tese de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas/IESAE, 1982.
- RAMOS, Guerreiro. *A crise do Poder no Brasil: problemas da Revolução Nacional*. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.
- RICCI, F. e BRAMANT, J. *Gramsci Dans a Texte*. (Oeuvres choisies) Paris, Ed. Sociales, 1975.
- RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
- ROBIN, Regine. *História e Linguística*. São Paulo, Cultrix, 1977.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis, Vozes, 1978.
- SKIDIMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco*. (1930-1964), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- TARDY, Michel. *O Professor e as Imagens*, São Paulo, Cultrix/USP, 1978.
- TRENARD, Louis. "Un Guide Jésuite de Savoir Vivre. IN: DIX - HUITIÈME Siècle, Nº 8, (Les Jésuites), C.N.R.S./Société Française d'Étude du 18^e Siècle, 1976, pp.93-106.
- VASCONCELLOS, Gilberto. *Ideologia Curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo, Brasiliense, 1979.

Dissertação apresentada aos senhores

Nome dos compo
nentes da Ban
ca Examinadora

Luiz Felipe Rocha Alves Flores
Newton Carneiro
Simão

Visto e permitido a impressão

Rio de Janeiro, 22/ 02/1983

Newton Carneiro
Coordenador Geral de Ensino

Walter Roberto de Souza
Coordenador Geral de Pesquisa